

DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

MANOELA CARRILLO VALDUGA

**DESMITIFICANDO UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO:
A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE DO TURISMO NA PERIFERIA DO
CAPITALISMO**

Caxias do Sul

2007

MANOELA CARRILLO VALDUGA

**DESMITIFICANDO UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO:
A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE DO TURISMO NA PERIFERIA DO
CAPITALISMO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul, Na Linha de Pesquisa Turismo, Meio Ambiente, Cultura e Sociedade. Orientador: Prof. Dr. Jefferson Marçal da Rocha. Co-orientadora: Profa. Dr^a. Marutschka Martini Moesch.

Caxias do Sul

2007

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Cepal	- Comissão Econômica para a América Latina
PIB	- Produto Interno Bruto
ONU	- Organização das Nações Unidas
Sistur	- Sistema Turístico
OMT	- Organização Mundial do Turismo
Embratur	- Empresa Brasileira de Turismo
CNTUR	- Conselho Nacional de Turismo
CET	- Conselho Estadual de Turismo
Setur	- Serviço Estadual de Turismo
PNMT	- Plano Nacional de Municipalização do Turismo
Rintur	- Relatório do Inventário Turístico Nacional
Mercosul	- Mercado Comum do Sul
Ibama	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Mintur	- Ministério do Turismo
Fungetur	- Fundo Geral de Turismo
A.I.E.	- Aparelhos Ideológicos do Estado
UFRGS	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ADN	- Ácido Desoxirribonucléico
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FEE	- Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser do Estado do Rio Grande do Sul
Sindilojas	- Sindicato dos Logistas da Região das Hortências
Citur	- Comissão Intersetorial de Turismo
Epatur	- Empresa Porto-Alegrense de Turismo
PUC	- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Senac	- Serviço Nacional do Comércio
CET	- Conselho Estadual de Turismo
PTRS	- Plano de Turismo do Rio Grande do Sul
Combratur	- Comissão Brasileira de Turismo
Sudesul	- Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul
PRT	- Plano Regional de Turismo

Comtur	- Conselho Municipal de Turismo
PIB	- Produto Interno Bruto
Acimp	- Associação Comercial e Industrial de Nova Petrópolis
Fipe	- Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo
Fearte	- Feira de Artesanato

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Sistema social de Parsons	38
Figura 1: Esquema metodológico	112
Tabela 1: Tipologia de gastos do turista	126
Quadro 2: Atividades econômicas e geração de empregos	136
Tabela 2: Escolaridade	137
Tabela 3: Renda pessoal	137
Tabela 4: Faixa etária	138

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 DESENVOLVIMENTO E TURISMO À LUZ DA CONSTRUÇÃO TEÓRICA ...	13
2.1 Teoria do desenvolvimento e crescimento econômico	14
2.2 Transposição das teorias do desenvolvimento e crescimento econômico para o turismo	35
2.3 Modelos de planejamento e desenvolvimento adotados pelo turismo	51
2.3.1 Modelos de planejamento e desenvolvimento adotados pelo turismo no Brasil	62
3 A SUPERAÇÃO DA REALIDADE – UM EXERCÍCIO METODOLÓGICO	67
3.1 Reconstrução de categorias de análise: categorias <i>a posteriori</i>	67
3.1.1 Ideologia	68
3.1.2 Poder simbólico	73
3.1.3 Identidade étnica	78
3.1.4 Desenvolvimento sustentável	83
3.1.5 Região turística	88
3.1.6 Sistema turístico	92
3.2 Dialética histórico-estrutural: categorias <i>a priori</i>	99
3.3 Estratégia metodológica	107
4 A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE DO TURISMO EM GRAMADO	116
4.1 O processo de desenvolvimento do turismo no Estado do Rio Grande do Sul	117
4.2 O processo de desenvolvimento do turismo em Gramado	129
4.2.1 Retomada histórica	129
4.2.2 Gramado em números: a reprodução do modelo de desenvolvimento	132
4.2.3 Sujeitos oficiais produtores do turismo	139
4.2.4 A consolidação do turismo em Gramado	143
4.2.5 Sujeitos reprodutores do turismo	160

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
REFERÊNCIAS	184
ANEXO A – Mapa de localização	193
ANEXO B – Documento da secretaria municipal de educação e cultura de Gramado	194

RESUMO

O presente resumo apresenta a problemática da formação da sociedade do turismo inserida no sistema capitalista de produção. Utilizou-se como metodologia a dialética histórico-estrutural e as categorias de análise foram Ideologia, Poder Simbólico, Identidade Étnica, Desenvolvimento Sustentável, Região Turística e Sistema Turístico, as quais deram suporte à análise empírica, caracterizada como estudo de caso. Como resultado, infere-se que os processos históricos da formação de destinos turísticos, aparentemente de sucesso, são resultantes de um conjunto de fatores, principalmente do empreendedorismo de empresários locais, que desencadearam o desenvolvimento do turismo, às custas ambientais, gerando desigualdade social, a partir da imposição simbólica e ideológica das classes política e economicamente dominantes.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo. Sociedade do turismo. Desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento empobrecedor

ABSTRACT

The present abstract presents the problem about the tourism society composition in the capitalism system. the method of this work is the historical structural dialectics and the categories Ideology, Symbolic Power, Ethnic Identity, Defensible Development, Touristic Region and Touristic System which supported the empiric analysis, characterized as case study. As result, It was noticed that the historical process that form touristy destinations, apparently with success, is resultant from a conjunct of factors, mainly the enterprising of some local businessmen, that released the Touriem development from the sybolic and ideologic imposition of the political and economical prevailing classes.

KEY-WORDS: Tourism. Tourism society. Defensible development. development.

1 INTRODUÇÃO

Turismo, para além das discussões teóricas sobre seus primórdios – se remontaria aos primeiros deslocamentos nômades pré-históricos, ou se fruto da organização criada por Thomas Cook para montagem e comercialização das viagens; para além da categorização dos turistas como *alocêntricos*, *mesocêntricos* ou *psicocêntricos*; para além da demarcação entre a oferta e a demanda turísticas, é um fenômeno complexo presente na sociedade contemporânea, abordado cientificamente a partir de diversos campos do conhecimento, principalmente da Economia, Antropologia, Sociologia, Geografia, Administração, História, Comunicação e Ecologia .

Pode-se afirmar que a expansão do turismo acompanhou a expansão do capitalismo. Os avanços tecnológicos que propiciaram o crescimento da industrialização, como os transportes e as comunicações, por exemplo, impulsionaram o turismo como atividade econômica.

Compartilhando esse contexto da construção, igualmente irá compartilhar sua massificação conseqüente do crescimento e expansão. Diversas crises apontaram a ineficiência do processo industrial em proporcionar o desenvolvimento das regiões à luz da concepção de que o desenvolvimento deve capacitar as pessoas e adquirirem bens e serviços, ou seja, o Estado deve garantir o acesso à alimentação, à educação, à moradia, à segurança, ao lazer e a todos os direitos que dão sentido à cidadania, que são os civis, os políticos, os sociais e os econômicos. Não se trata de defender políticas estatais paternalistas, daí a idéia de que os governos devam garantir o acesso aos serviços e aos bens básicos para a existência digna da população, a partir de ações que visem, além do crescimento econômico, a uma sociedade mais justa. A questão mais importante desse processo seria a garantia da igualdade de oportunidade para todos, não apenas para uma minoria, percebida como um caminho para a liberdade, cidadania e qualidade de vida.

As práticas turísticas, que seguiram um modelo capitalista, também precisam ser repensadas na medida em que geraram, na maioria dos casos, o mesmo padrão excludente, desigual e exploratório de desenvolvimento da produção capitalista calcada na industrialização.

Para que o conhecimento seja válido, deve intervir na realidade. Para que propostas de intervenção visando à melhoria da qualidade de vida das comunidades sejam criadas, é

preciso conhecer as *estruturas estruturantes estruturadas*¹ que regem as sociedades do turismo.

Esta investigação se propõe a analisar o processo de desenvolvimento do turismo de Gramado, Rio Grande do Sul-Brasil, com o intuito de desvelar os processos que regem o fenômeno turístico em uma cidade tipicamente turística, com reconhecido sucesso como destino turístico.

De acordo com Krippendorf (2002, p. 12-13), reconhecer que o desenvolvimento do turismo não é gerido por uma relação simples e recíproca de dois ou mais fatores, no sentido causa ↔ consequência, é um bom ponto de partida para explicar os processos de desenvolvimento, concebido simplificadaamente. Os processos de crescimento são muito mais complicados do que isso, na medida em que há várias forças em uma atuação recíproca, que estão inter-relacionadas e se influenciam mutuamente, em analogia a engrenagens de uma máquina.

Buscar-se-á identificar as forças que desencadearam o desenvolvimento do turismo em Gramado, bem como o modelo resultante e a sociedade que formaram. Assim, pretende-se contribuir para desvelar o processo adotado por um “destino turístico de sucesso”, identificando se este gerou benefícios para a comunidade local e, caso não tenha gerado, apontar as falhas e mostrar caminhos para a busca da sustentabilidade a partir do turismo.

Precisa-se transformar o pensamento, a partir de uma revolução nas práticas, de que “o turismo é menos a descoberta do outro, a relação física com o planeta, do que um trajeto sonâmbulo guiado num mundo semifantasma de folclores e monumentos. A ‘diversão’ moderna mantém o vazio que ela quer evitar”. (MORIN, 2000, p. 89). Assim, é preciso compartilhar uma visão de mundo digno, justo e igualitário, cujos problemas humanos de identidade, de comunidade, de solidariedade e da cultura prevaleçam sobre a concepção tecnológico-econômica que vem regendo a sociedade ocidental ao longo dos anos.

O primeiro capítulo aborda as questões referentes tanto ao processo histórico chamado desenvolvimento quanto sua teorização, bem como a transposição das teorias do desenvolvimento, sinonimizadas ao crescimento econômico, para o turismo. Para versar sobre o desenvolvimento alça-se mão de diversos autores, entre eles Marx, Lipietz e Furtado. As transposições ao turismo são tratadas por Sessa e Beni, assim como os modelos de planejamento e desenvolvimento adotados pelo turismo.

Para desconstruir a concepção de desenvolvimento pelo turismo e analisar criticamente seu processo utiliza-se a Dialética Histórico-Estrutural, referencial metodológico

¹ Expressão utilizada por Bourdieu (2000), no sentido que as estruturas sociais influenciam as ações dos sujeitos, da mesma forma como os sujeitos influenciam as estruturas sociais.

deste trabalho. O método histórico-estrutural visa a analisar a realidade empírica dinâmica, dentro de um contexto histórico específico, em uma relação dialética com a realidade. Para apresentar a Dialética Histórico-Estrutural utilizam-se as obras de Triviños, Kosik, Cheptulin e Demo.

Para auxiliar na análise da realidade, lança-se mão das categorias *Ideologia*, reconstruída a partir de Chauí e de Althusser, *Poder simbólico* por Bourdieu, *Identidade étnica* por Jardim, Silva e Bittencourt Júnior, *Desenvolvimento sustentável* por Rocha, Sen e Beni; *Região turística* por Haddad, Acerenza e Beni, e *Sistema turístico* por Boullón, Beni, Sessa e Morin.

No terceiro capítulo apresentam-se os resultados do estudo de caso, obtidos com pesquisa bibliográfica e documental, além de entrevistas.

Finalmente, discorre-se sobre o empreendedorismo de empresários locais, como fator *mister* no desenvolvimento do turismo, transformando Gramado na *Sociedade do turismo* a partir da imposição simbólica e ideológica das classes política e economicamente dominantes. Percebe-se o modelo de turismo de Gramado como calcado na concepção de desenvolvimento sinonimizado a crescimento econômico, e, como tal, gerador de desigualdades sociais.

Urge a necessidade de políticas públicas de turismo em Gramado, que visem à sua sustentabilidade, como atividade econômica, na medida em que, atualmente, estima-se que o turismo seja responsável por 80% da fonte de renda local. Para manter o turismo como atividade sustentável, a sociedade de Gramado, sobretudo os empresários e o poder público, terá que superar o preceito economicista vigente, ou seja, é preciso que o turismo seja entendido como fenômeno social, cultural, político e, também, mas jamais apenas, econômico.

O fenômeno turístico como atividade econômica gera a mesma acumulação de capital de alguns e a exploração da mão-de-obra de muitos, conforme o modo de produção industrial. Para garantir a sustentabilidade turística, é preciso transformar as práticas, incluindo a comunidade local na produção do turismo.

Se a sociedade gramadense deseja manter a economia do município voltada ao turismo, terá que perceber que o ele é mais do que uma atividade econômica, pois, como teria dito Jost Krippendorf,² “o Turismo está matando o Turismo em Gramado”.

² Essa informação foi dada em entrevista por Norma Martini Moesch, em 20 de fevereiro de 2007. O comentário de Krippendorf teria sido feito após visita a Gramado, no ano 2000.

2 DESENVOLVIMENTO E TURISMO À LUZ DA CONSTRUÇÃO TEÓRICA

Nesse capítulo apresentam-se as principais concepções de desenvolvimento e de crescimento econômico que nortearam as ações públicas e privadas ao longo dos anos. Considera-se como campo de conhecimento investigado nesse trabalho o turismo, objeto de algumas dessas ações públicas e privadas, com o intuito de fomentar o desenvolvimento. A concepção de desenvolvimento, como crescimento econômico, tem sua raiz no pensamento econômico clássico, cujas desigualdades sociais, geradas pelo sistema capitalista, eram vistas como desajustes necessários, causados pelas incapacidades individuais. Da mesma forma, o sucesso financeiro de alguns sujeitos também era atribuído às suas aptidões pessoais para os negócios.

O papel do Estado sempre foi tema de discussão entre os autores da teoria econômica clássica. Para a grande maioria deles, seu papel deveria estar restrito às áreas em que a iniciativa privada não pudesse ou não quisesse assumir, como a construção de estradas, a segurança pública, a saúde e a educação daquelas camadas da população que não pudessem pagar por elas. No entanto, tal desejo de afastamento do Estado do controle das nações não foi hegemônico, como de costume nas ciências, principalmente entre os neo liberais, que consideravam importante a ação do Estado, sobretudo no controle dos monopólios.

Em meio a esse cenário mundial, diversas transformações sociais ocorreram, jamais desvinculadas, posto que resultam de processos históricos relacionados, como o crescimento do capitalismo, a expansão dos mercados consumidores e o desenvolvimento de tecnologias de transporte, que desencadearam mais tarde outros fenômenos sociais, como o consumo de massa, os meios de comunicação de massa e o germe do que hoje se denomina globalização.

Em relação às configurações da economia no Brasil, Furtado afirmou, na década de 70, que “as novas formas que está assumindo o capitalismo nos países periféricos não são independentes da evolução global do sistema”. (FURTADO, 1996, p. 67).

A atividade turística surge como fenômeno social em meio a esse cenário e, como não poderia deixar de ser, conforma-se sob à influência do mundo em que está inserida, mesmo nas economias periféricas. No Brasil, seguirá um modelo industrial, influenciado sobretudo pelo desenvolvimentismo, também como produto de um processo histórico global.

A atividade de planejamento surge como uma alternativa para organizar os espaços (bairros, cidades, estados, países, etc.) que cresceram com a industrialização na Europa, no

início do século XIX e, no Brasil, expressivamente a partir da década de 1960.³ Assim como os transportes, a energia elétrica, a saúde e outras áreas, o turismo passa a ser objeto de planificação na Europa, no Oriente Médio e em países do Norte da África (BENI, 2001), visando ao melhor aproveitamento dessa atividade para as economias locais.

Este capítulo dá conta, teoricamente, das ligações e influências entre alguns dos fenômenos modernos que configuraram o pensamento sobre turismo e, conseqüentemente, suas práticas, como o desenvolvimento, o crescimento econômico e o planejamento, na perspectiva de que os acontecimentos realizam-se porque estão inseridos em um processo histórico anterior.

2.1 Teoria do desenvolvimento e crescimento econômico

A teoria econômica clássica se ocupou em justificar os benefícios que o sistema capitalista, em estado de equilíbrio, propiciaria a todos. O liberalismo econômico inicia seu pensamento timidamente no final do século XVII e início do século XVIII, mantendo-se dominante durante todo o século XIX e continua justificando, até os dias atuais, as ações da ideologia capitalista clássica. (FUSFELD, 2003). Os primeiros economistas liberais, Dudley North e David Hume, que viveram na Inglaterra nos séculos XVII e XVIII, respectivamente, compartilhavam a idéia de que haveria um ajustamento natural no processo econômico, no qual as balanças comerciais seriam equilibradas, pois

[...] um excedente de exportações seria pago com importações de ouro e prata, o que aumentaria a oferta da moeda e causaria aumento de preços, o que, por sua vez, levaria ao declínio das exportações até o ponto em que essas se equilibrassem com as importações. (FUSFELD, 2003, p. 29).

Esse pensamento, somado a uma publicação de 1704, chamada *A fábula das abelhas: vícios privados, vantagens públicas*, de Bernard de Mandeville (apud FUSFELD

³ Coloca-se expressivamente porque, desde a década de 30, com Getúlio Vargas no poder, o governo assumiu a industrialização como motor de desenvolvimento. Até a década de 50 ocorreu incentivo à indústria de bens não duráveis (como roupas e alimentos); de 1950 até o final de 1970, houve incentivo à indústria de bens duráveis e, a partir de 1968 teve início o incentivo à indústria de base.

2003), tornou-se base para o liberalismo econômico, que teve como principal pensador o filósofo Adam Smith. O tema central do poema de Mandeville versava sobre os vícios dos homens, como fatores propulsores dos avanços da civilização, e não as virtudes. Afirmou que as benesses do povo advinham de seus vícios privados. As artes dão emprego a pintores, decoradores e ourives, para que alguns ostentem e provoquem desejo nos outros. As óperas serviam para que os homens levassem suas mulheres a desfilar seus vestidos caríssimos, empregando assim costureiras, camareiras, amas, sem falar nos empregados das óperas, desde sua construção até seu funcionamento. Estradas eram construídas para chegar-se às mansões dos mais ricos, e, segundo Mandeville, era o orgulho e a arrogância que erguiam palácios, enquanto a modéstia e a humildade contentavam-se com as choupanas. Os confortos do progresso são construídos a partir dos interesses próprios. Todos, ao perseguirem seus próprios interesses, produzem os confortos do progresso. A riqueza entesourada não tem valor, e a civilização avança à medida que os homens procuram satisfazer suas necessidades e desejos.

A analogia com as abelhas ocorre porque, na colméia, a própria existência e a sobrevivência do enxame, advindas da fabricação do mel, seria proveniente do atarefamento egoísta de cada inseto, que acaba produzindo automaticamente um resultado benéfico. A comunidade prospera pelo trabalho que a abelha realiza a seu bel-prazer. Nas sociedades humanas, ocorreria o mesmo processo, no qual o sucesso não pode alicerçar-se no desinteresse, que não é confiável, ou no altruísmo, que é demasiado versátil, ou na coação, que é intolerável. Em compensação, não há motor mais potente que os egoísmos individuais - emaranhados e providencialmente conjugados pela dialética da oferta e da procura - para o benefício da maioria. Daí Mandeville rejeitar qualquer interferência do poder público na vida social, antecipando a teoria do *laissez-faire* e aproximando-se das idéias de Adam Smith sobre a “mão invisível” do mercado, em que, mercados em equilíbrio levariam ao aumento da riqueza.

Para Adam Smith, a busca individual nos interesses próprios resultaria naturalmente em mais riqueza, tanto para o indivíduo quanto para a coletividade. As trocas realizadas no mercado baseiam-se nos interesses individuais e, por isso, gerariam maior bem-estar aos participantes das trocas do que se nenhum deles tivesse feito o esforço de produzir algo a ser trocado.

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos obter nosso jantar, mas da consideração que têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos, não à sua generosidade, mas ao seu amor próprio, pois nunca os comovemos pelas nossas necessidades, mas pelas vantagens que eles lograrão. (SMITH apud FUSFELD, 2003, p. 42).

Seria a partir do esforço individual de cada um, em uma sociedade livre, que uma nação enriqueceria. Os recursos de capital da nação aumentariam quando as pessoas poupassem, com o intuito de melhorar sua qualidade de vida, a partir da premissa de que esse capital seria empregado da melhor forma possível na produção de mercadorias para serem trocadas no livre-mercado. (FUSFELD, 2003).

O Estado é considerado neste contexto como o maior obstáculo para o progresso econômico. A ele caberiam as funções de estabelecer e manter a justiça, a defesa nacional e prover a infra-estrutura na qual os indivíduos não tivessem interesse em investir, sobretudo na construção de estradas e rede de comunicações e na educação e na religião, mas com certo receio, acreditando que tais serviços poderiam ser providos também por instituições privadas ou beneficentes.

O autor não se preocupava com a intervenção do Estado na formação de possíveis monopólios, porque, para ele, esses teriam vida curta, pois os lucros gerados a partir do monopólio rapidamente atrairiam a concorrência, que os destruiria. A concorrência seria responsável pelo auto-ajustamento do mercado. Segundo Fufeld (2003), na época em que Smith criava sua teoria, os únicos monopólios existentes ocorreriam quando houvesse concessões de privilégios protegidos pelo governo; além disso, o capital inicial para a maioria dos negócios era baixo, e a tecnologia, simples e de fácil acesso.

Quanto ao valor da mercadoria, para Smith (apud FUSFELD, 2003), nas sociedades primitivas ele é determinado segundo a quantidade de trabalho necessária para sua produção. Já nas sociedades em que vigora a propriedade privada, o valor da mercadoria passaria a embutir os custos de produção, que incluiriam o pagamento do salário da força produtiva, a renda e os lucros. O valor do produto, naturalmente, seria aproximado ao seu custo, para quem o colocasse no mercado, já incluindo os lucros do capital, o valor para pagar a renda da terra e o salário dos trabalhadores. Smith (apud FUSFELD, 2003) também é responsável pela máxima da lei de mercado que diz: quanto menor a oferta, maior o preço do produto e quanto maior a oferta, menor o preço no mercado.

A possível disparidade entre oferta e demanda de produtos acarretaria alterações na quantidade de produção. Com a elevação do preço de mercado, em relação ao preço natural,

aumenta-se a produção para oferecer no mercado, e a produção tenderia a cair quando o preço de uma mercadoria estivesse disponível no mercado, abaixo do seu valor de produção, causando diminuição na remuneração dos recursos utilizados na produção. Nesse caso, se a renda da terra fosse paga a quem do seu valor, certamente os proprietários utilizariam parte dessa terra para outro fim. Se o preço dos salários ou o lucro dos empreendedores fosse menor, o interesse dos empregados e dos empregadores os levaria a retirar sua força de trabalho ou seu capital do negócio, respectivamente. Naturalmente, tal processo faria com que a quantidade de produtos no mercado fosse apenas suficiente para atender à demanda existente, e o preço voltaria à sua taxa natural.

Na situação inversa, quando a quantidade de produtos fosse menor do que a demanda efetiva, e o preço se elevaria, aumenta a remuneração dos componentes do valor de produção. Se fosse a renda da terra, outros proprietários também se interessariam em utilizar parte de sua propriedade para a produção dessa mercadoria. Se fosse o salário ou o lucro dos trabalhadores e empregadores, respectivamente, esses empregariam mais trabalho e mais capital na produção. Em breve a oferta supriria a demanda, fazendo com que o preço retornasse à sua taxa natural.

“O preço natural é, portanto, por assim dizer, o preço central ao redor do qual os preços de todas as mercadorias estão continuamente gravitando.” (SMITH apud FUSFELD, 2003, p. 45) e, apesar de suas possíveis oscilações, tenderia sempre a manter-se no valor de produção, que seria baseado na renda da terra, nos salários e no lucro.

A teoria da economia de mercado auto-ajustável apresenta em seu cerne premissas sustentadoras do capitalismo, nas quais os preços mantêm o equilíbrio entre a oferta e a demanda; a concorrência faz com que o preço dos produtos se mantenha no patamar mais baixo possível, ao redor de seus custos; a produção é realizada conforme a demanda, e a utilização dos recursos é eficiente e econômica. Todo esse processo se dá de forma natural, conduzido pela “mão invisível do mercado”, sem a interferência do governo ou de outros gestores do sistema econômico. O tolhimento da liberdade na atividade econômica é o mecanismo que pode interferir no seu funcionamento natural e leva à criação de monopólios.

Furtado (1963) aponta que a principal falha na tese de Smith está na afirmação de que a propensão natural do homem ao comércio é que causa a divisão do trabalho, e que este é limitado pelo tamanho do mercado. Dessa forma, o mercado se constituiria em um círculo vicioso, “pois o tamanho do mercado depende do nível de produtividade, este último da divisão do trabalho, a qual por seu lado depende do tamanho do mercado”. (FURTADO, 1963, p. 26).

A teoria de Smith pressupõe que exista justiça na distribuição de renda, tanto igualitária quanto equitativamente, bem como na distribuição da propriedade privada da terra. Essa questão foi contestada por economistas da vertente socialista, que argumentaram que a desigualdade na distribuição de renda não oportuniza o mesmo poder de compra para pobres e ricos, causando certamente alterações em relação à demanda efetiva. Outra limitação na teoria do livre mercado é quanto à posição de Smith acerca do apoio à instituição da propriedade privada, mas apenas para as sociedades avançadas. Em sociedades primitivas, o autor considerava que apenas o trabalho comporia o valor do produto, excluindo o arrendamento da terra e o lucro da constituição do preço. No entanto, fica claro que, se tais valores não servem para sociedades menos avançadas, o lucro e o arrendamento da terra não são *naturais*, mas “produtos da organização social”. (FUSFELD, 2003, p. 47), indicando que, para ser *natural*, o valor do produto deve reverter totalmente a remuneração do trabalho, “uma vez que todo o produto da sociedade destinar-se-ia àqueles que trabalhavam e o padrão de demanda efetiva não seria distorcido por rendas de propriedade”. (FUSFELD, 2003, p. 47).

A preocupação de Smith não está centrada na justiça social nem na distribuição de renda, mas no crescimento e progresso econômico das nações. Para ele, o progresso provém das vontades individuais de enriquecer, acompanhado da divisão do trabalho, da ampliação dos mercados e da acumulação de capital, beneficiando toda a sociedade. Na análise de Fusfeld, Smith considera que no processo econômico, ocorre um avanço

[...] rumo a níveis cada vez mais altos de desenvolvimento, elevando junto toda a ordem social. Simultaneamente, ele mantém um equilíbrio de mercado que tende sempre a atingir um patamar de produção compatível com a demanda efetiva. O sistema de liberdade natural proporciona um equilíbrio de forças que se movem constantemente em direção à opulência. (FUSFELD, 2003, p. 49).

Esse crescimento se reflete em todos os âmbitos sociais, sempre a partir do individualismo, em busca de bem-estar alcançado por riqueza, benéfico para a competição ordenada, que conduz à riqueza das nações.

A escola de pensamento econômico, fundada por Smith, chamada economia clássica ou economia liberal, dominou a Ciência Econômica por quase um século, e teve como principais seguidores Thomas R. Malthus, David Ricardo, Jeremy Bertham e Jean-Baptiste Say. Esses clássicos seguiram considerando a terra, o capital e o trabalho os elementos da

produção. Para eles, de forma geral, os salários reais estariam submetidos à oferta de trabalho e à capacidade de emprego da economia, independentemente das ações de sindicatos ou do governo. A capacidade de emprego, por sua vez, é uma consequência direta da acumulação de capital. Para os economistas ingleses da primeira metade do século XIX, segundo Furtado (1963), o processo de acumulação de capital é a prova de que o desenvolvimento observado na época era um fenômeno fugaz. Essa conclusão advinha sobretudo das teses do “princípio da população”⁴ de Malthus e da “lei dos rendimentos decrescentes”⁵ de Ricardo. David Ricardo foi um grande defensor da acumulação de capital, conhecido por suas teorias de desenvolvimento econômico e de comércio internacional. Para ele, “o crescimento do capital era a maior fonte de expansão da economia e toda a política econômica deveria ser dirigida para a sua promoção”. (FUSFELD, 2003, p. 58).

Sua tese acerca do desenvolvimento começa nas etapas iniciais do crescimento de uma nação, quando a população seria pequena, necessitando cultivar apenas uma parcela das terras. Assim, “a renda paga aos proprietários de terras representaria uma porção relativamente pequena do produto nacional, enquanto os lucros representariam uma parte considerável”. (FUSFELD, 2003, p. 60). Tais lucros seriam investidos na indústria, gerando aumento na demanda por trabalho, o que traria melhores condições de vida mesmo em nível salarial de subsistência, aumentando a população. Esse avanço demográfico acarretaria a exploração de mais terras para a produção de mais alimentos. Para aumentar a produção de alimentos, os proprietários elevariam seus custos, sobretudo tendo em vista que as terras preteridas primeiramente para o cultivo eram as menos férteis, o que exigia mais adubagem e mais trabalho, causando aumento no preço desses alimentos. A elevação dos preços, por sua vez, permitiria que os arrendatários aumentassem a renda cobrada por suas terras ao mesmo tempo que os altos custos da produção de alimentos forçaria os empregadores a crescerem o

⁴ Segundo o princípio de Malthus, a população tenderia a crescer sempre que o salário do operariado fosse superior ao nível de subsistência. Partindo desse princípio, o problema dos pobres seria moral, como a atração sexual que resultava na procriação e a necessidade de se alimentar, concluiu que a população cresceria muito mais do que a terra tem condições de produzir. Então, dever-se-ia manter os salários em nível de subsistência e não realizar programas sociais que beneficiassem os pobres, para que esses não tivessem mais filhos. Considerava também que, para que houvesse melhoria na qualidade de vida da nação, a produção deveria crescer mais do que a população. Veja-se FUSFELD, 2003, p. 55-57 e FURTADO, 1963, p. 27-32 ou MALTHUS, *Thomas Robert. Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação e prática: ensaio sobre a população*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Coleção Os Economistas.

⁵ Para Ricardo, a renda da terra tendia a crescer com a utilização de terras de qualidade inferior. A evolução do cultivo das terras de um país deve começar a partir das de maior produtividade para as de menor qualidade, de acordo com a pressão exercida pelo aumento da população. Quanto às rendas, os salários reais mantidos os mesmos, os lucros diminuiriam, e a renda da terra aumentaria, chegando futuramente a um estado estacionário. Veja-se FUSFELD, 2003, p. 57-61 e FURTADO, 1963, p. 27-32 ou RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Coleção Os Economistas.

salário de subsistência. Essa alteração aumentaria os custos das manufaturas, reduzindo o lucro dos industriais, o que causaria a diminuição de investimentos.

Tal processo de desenvolvimento de uma nação era vislumbrado por Ricardo como lento e gradual, atingindo a estagnação quando a população fosse numerosa, as terras cultivadas seriam extensas, a indústria seria desenvolvida e a produção alta. A insuficiência da acumulação de capital e de poupança apenas reperia o capital na indústria, mas não teria condições de expandi-la.

A visão da população e do trabalho de Ricardo, compartilhada com Malthus, que escrevem seus livros em prol dos donos de terra, também apresenta suas raízes em Smith e pode ser percebida na afirmativa de que a expansão da produção aumentaria a oferta de emprego, daí os habitantes de determinada nação se multiplicarem rapidamente além do necessário para atender à demanda por mão-de-obra.

Em consequência,

[...] o que originará, portanto, falta de emprego e levará os trabalhadores a competirem entre si, a fim de conseguirem arranjar qualquer atividade remunerada. Se num dado país os salários do trabalho foram alguma vez superiores aos necessários para garantir a subsistência do trabalhador e para lhe permitir manter uma família, a competição entre os trabalhadores e o interesse dos padrões em breve reduzi-los-ão ao seu mais baixo índice, compatível ao da maioria da humanidade. (SMITH, 1979, p. 60).

Smith (1979) via as precárias condições de vida dos trabalhadores, devido ao salário de subsistência, como um sintoma natural de um estado estacionário de crescimento e apontava a mortalidade alta como um índice indicativo de que o país estaria em regressão.

A preocupação dos economistas clássicos girava em torno da produção e das consequências da acumulação de capital, nas quais não se discutiam se as condições de vida dos trabalhadores, atores passivos do desenvolvimento econômico para essa concepção, deviam ser consideradas.

A economia clássica pode ser reconhecida também como liberalismo econômico, seguindo no curso do tempo o neoliberalismo, ambas ideologias legitimadoras do sistema capitalista, as quais conseguiram penetrar no senso comum, tornando-se praticamente uma filosofia total, positiva e utópica, mas que regeu e continua conduzindo as ações individuais e coletivas. O pensamento liberal está imbuído de uma concepção antropológica, filosófica e antropocêntrica, pois coloca o indivíduo no centro do universo, capaz de discernimento e

racionalização das suas ações pelo seu bem individual, que acarretará o bem comum. Nessa visão de sociedade, não há conflito, o mundo é das liberdades: livre-empresa, livre-mercado, livre-iniciativa, livre-arbítrio. A sociedade é um produto do ser humano, e o mundo que se tem é o melhor possível.

A contextualização histórica, dentro do pensamento econômico, aparecerá pioneiramente em Karl Marx, que buscou demonstrar o sentido histórico das instituições capitalistas. Segundo Furtado (1963), Marx utilizou a análise econômica, sobretudo, como instrumento para fundamentar uma teoria da história e alcançou, com rigor metodológico, a construção de “um conjunto de concepções filosóficas que nortearam os anseios de permanente renovação da cultura moderna surgida na revolução industrial”. (FURTADO, 1963, p. 32).

As inquietações de Marx, de acordo com Furtado (1963), acerca das causas que determinam as formas de Estado e as relações jurídicas entre os homens, o levaram à hipótese de que os problemas da sociedade deveriam ser investigados na Economia Política. Sua conclusão construída em vários escritos é de que “a produção dos meios de subsistência do homem é um fato social, do qual decorrem relações de produção determinadas e necessárias”, além de que tais relações “correspondem ao grau de desenvolvimento das forças produtivas”. (FURTADO, 1963, p. 33). Dessa forma, Marx buscava identificar as relações de produção fundamentais do sistema capitalista e os fatores que atuam no sentido da superação desse regime.

Marx (2001) contrapõe-se ao pensamento naturalista dos economistas clássicos. Para ele, o surgimento do sistema capitalista ocorre em função de um processo histórico que culminou em relações econômicas propícias a essas relações de produção e troca. Seu ponto de partida é que a produtividade do trabalho não seria uma dádiva da natureza, mas consequência da história construída ao longo de milhares de séculos. As características naturais do capitalismo estão, no que concerne às condições climáticas, à disponibilidade de recursos, como água ou minério, fertilidade do solo, navegabilidade dos rios e disponibilidade de madeiras, por exemplo, às condições físicas do homem.

A relação entre condições naturais favoráveis e desenvolvimento capitalista é inversa. Ou seja, quanto melhores as condições naturais, como a fertilidade do solo, menos domínio da natureza será exigido do homem, menor o tempo de trabalho necessário para manter e reproduzir o trabalho.

Não é a fertilidade absoluta do solo, mas sua diferenciação e a variedade de seus produtos naturais que constituem a base física da divisão social do trabalho e que incitam o homem, com a diversidade das condições naturais em que vive, a multiplicar suas necessidades, aptidões, instrumentos e métodos de trabalho. (MARX, 2001, p. 415).

É a necessidade do homem de controlar socialmente uma força natural, podendo então utilizá-la e dominá-la pela realização de obras, que desempenha o papel mais decisivo na história do surgimento da indústria.

Marx (2001) conclui que os meios de produção são resultado do meio e do objeto de trabalho, e que o trabalho é o trabalho produtivo. No entanto, esse trabalho produtivo é derivado apenas do processo de trabalho, e não é adequado ao processo de produção capitalista. O autor critica a posição dos pensadores clássicos que dizem que a produção capitalista é de mercadorias e que a noção do produto não necessariamente terá valor de troca.

Para ele, a produção é essencialmente de mais-valia. “Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital.” (MARX, 2001, p. 578). O trabalho produtivo não é apenas uma relação entre a atividade de produção e seu efeito útil, entre trabalhador e produto, mas uma relação sobretudo social, com origem histórica, em que o trabalhador torna-se o instrumento de criação da mais-valia.

A mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista... (MARX, 2001, p. 578).

A mais-valia é definida como a produção excedente ao salário de subsistência, ou seja, aquilo que o trabalhador produz a mais em relação ao que ganhará pela produção, e que o capitalista – bem como os economistas clássicos – chama de lucro. Dessa forma, Marx (2001) destituiu o lucro dos componentes do valor do produto, que era visto pelos clássicos como um dos três elementos formadores do preço, juntamente com o salário e a renda da terra.

Sua análise do crescimento econômico na Inglaterra o levou a concluir que a riqueza gerada pelo capitalismo concentrava-se nas mãos dos ricos. A pobreza dos trabalhadores não diminuía em si, mas em relação ao aumento da riqueza dos ricos. “Se os extremos da pobreza

não diminuiram, então aumentaram, por terem aumentado os extremo das riquezas.” (MARX, 2001, p. 756). Ou seja, Marx (2001) identifica claramente a desigualdade social gerada pelo crescimento econômico do capitalismo, que mais tarde será tratado como sinônimo de desenvolvimento.

Para Morin:

O desenvolvimento é a palavra-chave, tornada onusiana, em torno do qual se debateram todas as vulgatas ideológicas da segunda metade do nosso século. No fundamento da idéia dominante de desenvolvimento está o paradigma ocidental do progresso. O desenvolvimento deve assegurar o progresso, o qual deve assegurar o desenvolvimento. (2000, p. 82-83).

Para o autor, a questão do desenvolvimento, como crescimento econômico, desconsiderou as questões ecológicas, as culturais e as civilizatórias dos povos ocidentais. Haveria um sinonismo entre os termos *desenvolvimento* e *crescimento*. Além disso, os dois modelos predominantes de desenvolvimento: o capitalista e o socialista fracassaram. O próprio termo *desenvolvimento* já conteria nele as desigualdades que gera, na medida em que provoca o subdesenvolvimento.

Para Sztompka (1998), o termo *progresso* seria originário da Idade Antiga, e teria perdurado e ganho importância ao longo dos tempos por corresponder a uma característica da condição humana de necessidade de preencher o hiato “entre a realidade e as aspirações, e existência e os sonhos”. (SZTOMPKA: 1998, p. 57).

A própria noção de tempo histórico dividiria, por longo período, a história posterior à Pré-História, a partir da invenção da escrita, ou seja, a história só seria tida como tal a partir da possibilidade de registros dos feitos. Por trás desse pensamento, está a idéia de progresso histórico, em que a humanidade evoluiria de estágios menos aperfeiçoados para situações melhores; de forma que os povos que elaboraram sistemas de escritas teriam se desenvolvido em relação aos “atrasados” da Idade da Pedra. Pode-se perceber que, desde as suas origens, o termo *progresso* denotaria a transformação de uma situação inferior para uma situação superior.

No século XV, iniciaram-se as grandes viagens de conquistas, viabilizadas pelo avanço tecnológico, como a confecção de mapas, a descoberta da bússola e do astrolábio entre outros. Os países pioneiros foram Portugal e Espanha, sendo esses os primeiros povos civilizados a terem contato com o que chamavam, na época, de bárbaros ou selvagens.

A exploração da terra, dos mares e dos continentes foi uma conquista lenta, assaz mais difícil e prolongada que a atual conquista dos espaços, que se serve duma técnica muito mais aperfeiçoada. O desejo de conhecer uniu-se também a ideais religiosos e a desígnios de conquista e de comércio. (BERNARDI, 1974, p. 165).

A crueldade e a violência mancharam gravemente toda a ação dos conquistadores em relação às populações autóctones, as quais eram justificadas como necessárias, ou mais do que isso, um favor que os civilizados prestavam aos bárbaros de os apresentarem a um mundo com progresso, evoluído. Tal afirmativa foi usada como pretexto por governos europeus, legitimados pela Igreja católica, durante a conquista de novos territórios, como a América, as Índias e a África, por exemplo, para explorarem, escravizarem e civilizarem os nativos desses locais, vistos como atrasados e bárbaros.

No século XIX, as observações da natureza levariam Charles Darwin a concluir que os seres vivos evoluíam lenta e gradativamente a partir de um ancestral comum. O mecanismo pelo qual os seres vivos mudariam e evoluíam seria a seleção natural, ou seja, os indivíduos mais adaptados ao meio conseguiriam melhores resultados na luta pela sobrevivência. Tal teoria originou o pensamento evolucionista, que estendeu-se a outras áreas. O pensamento evolucionista conduziria à crença de que as sociedades, em seu sentido mais amplo, passam por estágios para alcançar algo melhor, mais desenvolvido. O sentido do progresso seria de uma melhoria em diferentes aspectos, como no avanço do conhecimento das diferentes áreas (saúde, geografia, astronomia) e das estruturas sociais. Na própria teoria de Marx, o capitalismo é apresentado como uma etapa para o socialismo, e, posteriormente, o comunismo, apontando um trajeto a ser percorrido para algo melhor.

Para Bosi, “o que estaria errado na ‘religião do progresso’ não é, evidentemente, a justa aspiração que todos os homens nutrem de viver melhor, mas os hábitos de dominação que esse desejo gera por via de uma tecnologia destrutiva e de uma política de violência”. (1992, p. 22).

Com suas especificações, os termos *progresso* e *desenvolvimento* apontam caminhos para algo melhor, muito semelhante ao pensamento liberal, para o qual as relações capitalistas de produção constituem a garantia de um progresso futuro, ou seja, a maior acumulação de capital de hoje possibilitará alimentar um número maior de pessoas no futuro. O presente é sacrificado pelo futuro, o que não é possível de se prever é o final desse sacrifício, ou seja, quando os salários poderão ser melhores hoje, e não amanhã, garantido a possibilidade de alimentação a todos.

O termo *desenvolvimento* é difundido mundialmente durante as décadas de 1950 e 1960, atrelado ao uso da palavra subdesenvolvimento e da expressão países subdesenvolvidos. No pós-guerra, a terminologia corrente para referir os países ricos era a de países desenvolvidos, e para referir os países pobres era a de países subdesenvolvidos. Dessa forma, os países pobres deveriam seguir o modelo industrial dos países ricos, em um processo denominado desenvolvimento, para igualarem-se a eles.

Seguindo o pensamento de Morin (2000), só há subdesenvolvimento porque existe a prática mundial de buscar o desenvolvimento. Lipietz (2007), assim como Morin (2000), no final do século XX, apontou dois modelos de desenvolvimento presentes no mundo após a Segunda Guerra Mundial: o Ocidental e o Socialista, sendo que o segundo já teria seu fracasso reconhecido. O modelo ocidental, calcado no capitalismo teria vivenciado, durante a derrocada do socialismo, sua Idade de Ouro, a partir do modelo fordista, mesmo com a crise dos anos 1970-1980.

O fordismo, segundo o autor, como princípio geral de organização do trabalho, assemelha-se ao taylorismo, com o acréscimo da mecanização, o que equivale a dizer: uma separação estrita entre a concepção do processo de produção, que seria a técnica mecanizada, e da organização e, por outro lado, a execução de tarefas padronizadas e formalmente prescritas em nível de fábrica. Assim, supõe-se que o envolvimento dos trabalhadores não é necessário na implantação das prescrições das técnicas a serem utilizadas na produção.

Como estrutura social de acumulação, o fordismo pressupunha que os ganhos obtidos a partir da organização de produção possibilitavam crescimento em investimentos, ou na reaplicação dos lucros e ampliação do poder de compra dos trabalhadores assalariados. Assim, de maneira geral, a participação dos salários no valor adicionado e o coeficiente de capital em valor permaneciam constantes, com uma taxa de lucro mais estável, concomitante à expansão do mercado e da produtividade.

Como modo de regulação, o modelo fordista implicava contratos de relação salarial de longo prazo, situações de demissões pré e claramente estabelecidas e programa de crescimento de salário, conforme os preços do mercado, dependentes da produtividade. A intervenção do Estado na regulamentação do trabalho assegurou uma renda permanente aos trabalhadores assalariados, em contrapartida ao que se pode chamar uma submissão dos sindicatos aos empregadores.

Para Lipietz (2007), então, o sucesso do modelo da Idade de Ouro era creditado à conformação interna de cada país capitalista aos salários, cujo condicionante exterior era limitado pela coincidência do crescimento nesses países, pela importância restrita da expansão

do comércio internacional em relação ao crescimento dos mercados internos e pela hegemonia da economia dos Estados Unidos.

O autor relaciona a crise do modelo, a partir do fim da década de 60, à competitividade entre os países da Europa e o Japão, frente aos Estados Unidos, que, com o crescimento das respectivas economias de escala, induziram à internacionalização dos processos produtivos e dos mercados. A conseqüente necessidade de equilibrar o comércio exterior prejudicou a regulamentação dos mercados internos, a qual ocorria via política salarial. Tais problemas são considerados pelo autor como advindos da demanda econômica. Os problemas de oferta seriam os relacionados ao aumento do valor pago pelos salários, em função dos custos previdenciários, ao aumento de custo das matérias-primas, sobretudo pelo aumento do preço do petróleo e pela conseqüente diminuição dos lucros e da produção e pelo aumento da inflação.

Como política de combate a tal situação, diversos países adotaram a flexibilização das regras do jogo da regulação trabalhista. Além disso, a partir do ano de 1983, alteraram-se suas políticas orçamentárias. No entanto, para o autor, um fator decisivo na crise fordista, bem como na sua recuperação, foi o modo de produção alienante, ou seja, o trabalhador não tem o domínio sobre o todo que está produzindo. Dentro dessa tese, entende-se que a forma de produção influencia diretamente a eficácia do sistema capitalista. Como saída, tem-se a adoção do sistema Toyotista ou pós-fordista, ocorrendo certa devolução à propriedade de “ser-pensante” ao trabalhador.

O mesmo modo de produção fordista, que teria impulsionado a Idade de Ouro, seria o causador do seu declínio.

Mais exatamente, a eliminação de toda iniciativa por parte dos trabalhadores diretamente envolvidos no processo de produção aparece hoje como tendo uma racionalidade duvidosa. Trata-se de um bom método para assegurar à administração o controle direto sobre a intensidade do trabalho. Todavia uma maior “autonomia responsável” por parte dos trabalhadores diretamente envolvidos na produção pode levar a um princípio de organização superior, sobretudo quando se trata de pôr em prática novas tecnologias ou métodos de gestão do circuito produtivo do tipo “Just in Time”, o que pressupõe o envolvimento de toda inteligência dos trabalhadores e sua cooperação amigável com a administração e os engenheiros. (LIPIETZ, 2007, p. 5).

Outra alteração do modelo ocidental de desenvolvimento apontada pelo autor seria a degradação ambiental. A forma como o capital e o trabalho se relacionaram ao longo dos anos geraria um débito às gerações futuras quanto à exploração da natureza. “O buraco na camada de ozônio e o efeito estufa são conseqüências do grande ‘boom’ industrial da Idade de Ouro”. (LIPIETZ, 2007, p. 12). O autor aponta ainda diferenças nas diversas formas de desenvolvimento que o capitalismo tomou nos continentes, nas regiões e nos países.

Desenvolvimentismo, no Brasil, seria a ideologia norteadora do governo de Juscelino Kubitschek, que ocorreu de 1956 a 1961. Para Lipietz (2007), a industrialização do Brasil foi mais precoce e de maior sucesso do que em outros países subdesenvolvidos, como a Índia por exemplo, mas de reforma agrária igualmente limitada. Além disso, o Estado desenvolvimentista, ao mesmo tempo que protegia seu mercado interno, com relação às importações, não hesitou em abrir suas portas ao capital e à tecnologia estrangeiros, gerando alto endividamento externo.

Ainda sobre o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, Lipietz (2007, p. 11) afirma que este “não se comprometeu claramente com uma simples estratégia de substituição de importações. Os bens de capital continuaram sendo pagos principalmente pela exportação de bens primários e pelo endividamento”.

Nesse contexto, o termo *desenvolvimento* esteve atrelado a três características: ao processo de industrialização, ao aumento da renda por habitante e às taxas de crescimento. As ações que visavam a alcançar tais características centravam-se nas taxas de investimento, no financiamento externo e na mobilização da poupança interna. Alguns aspectos institucionais, políticos e sociais teriam sido menosprezados por essa corrente de pensamento, como a justa distribuição de renda e a concentração das atividades econômicas em determinadas regiões e segmentos produtivos.

No mesmo período, a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) opunha-se a essa concepção, pois via o desenvolvimento como “um processo de mudança estrutural global”. (SANDRONI, 2002, p. 169).

As expressões *desenvolvimento econômico* e *crescimento econômico* se confundiam, estando relacionados ao aumento do Produto Interno Bruto (PIB). O PIB, por sua vez, dependeria da capacidade produtiva de bens e serviços de um determinado local. Outros índices utilizados para indicar o crescimento econômico seriam o crescimento da força de trabalho, a receita nacional poupada e investida e o grau de aperfeiçoamento tecnológico. Historicamente, o período de crescimento econômico ocorreu após a Segunda Guerra Mundial

e perdurou até o início da década de 1970, quando houve declínio da taxa de crescimento da produção industrial mundial, e o índice de desemprego elevou-se.

A concepção de desenvolvimento econômico estaria atrelada à industrialização dos países da Europa e da América do Norte e à substituição da agricultura. Ou seja, países, ou regiões desenvolvidos seriam aqueles cuja economia estaria assentada na indústria em detrimento da agricultura, delineando a separação do globo entre países ditos desenvolvidos e países ditos subdesenvolvidos (SANDRONI, 2002, p. 169). A Organização das Nações Unidas (ONU) teria outros indicadores para classificar os países quanto ao grau de desenvolvimento. Os índices da ONU refere-se à taxa de mortalidade infantil, à média de expectativa de vida, ao grau de dependência econômica externa, ao nível de industrialização, ao potencial científico e tecnológico, ao grau de alfabetização, à instrução e às condições sanitárias. O uso do termo *subdesenvolvimento* seria inversamente proporcional ao uso do termo *desenvolvimento*, ou seja, seria utilizado para referir os países que não atingissem os padrões econômicos das nações industrializadas, ligando-se assim ao problema da dependência. Esses estariam em “situação inferior do sistema econômico-social”. (SANDRONI, 2002, p. 580). O termo *subdesenvolvimento* surge após a Segunda Guerra Mundial, sendo aplicado aos países colonizados da África, América Latina e Ásia.

Para Sandroni (2002), alguns economistas discordariam dessa concepção de subdesenvolvimento, como Charles Bettelheim. Para ele, o “termo está revestido de mascaramento ideológico” (apud SANDRONI, 2002, p. 580), porque indicaria segundo o padrão para tal conceito, dos países hegemônicos, um processo a ser percorrido para atingir o desenvolvimento; dessa forma, a questão seria temporal, ao que Bettelheim discordaria na medida em que, para ele, deve haver um rompimento nas relações internas e externas que vinculariam os países subdesenvolvidos aos centros hegemônicos internacionais, para se alternarem os processos de dependência.

A relação de dependência entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, ou países centrais e periféricos, ou ainda este último como sinônimo de dependentes, também é utilizada por Cardoso e Falleto (apud BIELSCHOWSKY, 2000), para explicar o significado dos termos. Os autores chamam de efeito de demonstração a tese de que os países subdesenvolvidos seguiriam o modelo dos países desenvolvidos, o que pressupõe que a

[...] modernização da economia efetua-se através do consumo e que, em última instância, portanto, introduz um elemento de alteração no sistema produtivo que pode provocar um desvio em relação às etapas da industrialização característica dos países adiantados. (CARDOSO; FALLETO, 2000, p. 501).

Nessa lógica, os campos político e social seguiriam a mesma ordem do campo econômico. Dessa forma, os autores discordam que o processo que levaria os países periféricos ao desenvolvimento seja o mesmo que ocorreu com os países centrais, que teriam se desenvolvido concomitantemente à formação do mercado, e não sob um mercado mundial já dado.

Para Cardoso e Falleto (2000), o desenvolvimento seria em si mesmo um processo social, mesmo que seus aspectos econômicos aparentem soberania, não podendo ser estudado unicamente pelo sistema econômico. Para os autores, essa análise, baseada em esquemas econômicos, não seria satisfatória, e a ela deveriam ser somadas as interpretações sociológicas para melhor explicar as sociedades ditas tradicionais ou modernas, termos demasiado amplos, que não explicam de forma precisa as situações sociais existentes e que tampouco permitem a diferenciação dos componentes estruturais, o funcionamento e a permanência no tempo e no espaço. Haveria equívocos em se comparar as sociedades modernas às desenvolvidas e as sociedades tradicionais às subdesenvolvidas.

As mudanças históricas ocorridas não seriam explicáveis apenas do ponto de vista econômico.

A mudança das estruturas sociais [...] implica fundamentalmente um processo de relações entre os grupos, forças e classes sociais, através do qual alguns desses tentam impor o conjunto da sociedade a forma de dominação que lhes é própria. (CARDOSO; FALLETO, 2000, p. 499).

O que poria em marcha as sociedades em desenvolvimento seriam os conflitos entre os grupos e classes, e os movimentos sociais. O problema teórico fundamental que explicaria as diferenças entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento estaria nos modos da estrutura de dominação, pois assim se poderia entender a dinâmica das relações de classes. Essa opção teórica é justificada empiricamente na América Latina, onde as transformações históricas significativas, no processo de desenvolvimento têm sido sempre acompanhadas “se

não de uma mudança radical na estrutura de dominação, pelo menos pela adoção de novas formas de relações e portanto, entre classes e grupos”.(CARDOSO ; FALLETO, 2000, p. 499).

A relação de dominação se dá pelo poder econômico, como política, dentro da premissa de que as classes ou os grupos econômicos buscam estabelecer um sistema de relações sociais pelo processo político, de acordo com seus próprios interesses e objetivos, impositivamente. As possibilidades de desenvolvimento se dariam na intersecção do sistema econômico com o sistema social. (CARDOSO ; FALLETO, 2000, p. 505).

Para Cardoso e Falleto, a relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento apresentaria uma função ou posição pertencente “a uma estrutura econômica internacional de produção de relações de dominação”. (2000, p. 507). Essa relação de dominação acarretaria a dependência dos países subdesenvolvidos aos países desenvolvidos. A obtenção de graus mais amplos de autonomia seria prerrogativa dos países em vias de desenvolvimento, para lograr reestruturação social que leve à industrialização. Isso porque, para os autores, a mudança que deve ocorrer para lograr o desenvolvimento é interna, sem sair da perspectiva de dependência externa. Dessa forma, as vinculações econômicas seriam definidas, objetivamente, pelo mercado externo e determinadas pela dependência que decorreria das estruturas internas dos países subdesenvolvidos. A relação de dependência pressupõe conotativamente um controle do desenvolvimento de outras economias, seja influenciando na produção de matérias-primas ou na formação de outros centros econômicos.

Ao aceitar a perspectiva de que as oscilações do mercado, em si, seriam insuficientes para explicar as alterações e garantir a continuidade e o caminho do mesmo, presume-se que a atuação das forças sociais, sejam elas de grupos, sejam de instituições, passe a ser decisiva para a análise do desenvolvimento.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) é uma comissão regional das Nações Unidas, sediada em Santiago do Chile. Foi estabelecida por uma resolução do Conselho Econômico e Social em 25 de fevereiro de 1948, mesmo ano em que começou a funcionar. O objetivo para sua criação foi o de contribuir para o desenvolvimento da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e a reforçar as relações econômicas entre os países e entre eles e as demais nações do mundo. Os países do Caribe foram incluídos na Comissão em 1984, quando se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social.

Para Bielschowsky (2000), a Cepal foi a principal fonte de informações e análise da realidade socioeconômica da América Latina. Sua característica sempre foi analítica, e com enfoque próprio oriundo de seus colaboradores intelectuais.

A Cepal tornou-se atualmente referência obrigatória para quem estuda a história econômica da região. Seus autores criaram aportes relevantes para o desenvolvimento regional, e suas teorias foram “escutadas” em todo o mundo. A Comissão se desenvolveu como uma escola de pensamento no exame das tendências econômicas e sociais em médio e em longo prazo nos países latino-americanos e caribenhos.

Apesar de o pensamento da Cepal ser dinâmico e acompanhar as grandes transformações da realidade econômica, social e política da região e do mundo, desde os primeiros anos desenvolveu um método analítico próprio e uma ênfase temática que, com algumas alterações, mantiveram-se até os dias de hoje. O método histórico-estrutural, utilizado pela Cepal, visava a analisar a forma como as instituições e a estrutura produtiva herdadas condicionam a dinâmica econômica nos países em desenvolvimento e geram comportamentos que são diferentes dos das nações desenvolvidas.

Bielschowsky identifica cinco traços analíticos comuns no pensamento cepalino, que coincidem com as diferentes décadas. A situação anterior ao surgimento da Cepal é o período da inserção internacional entre centro e periferia e de vulnerabilidade externa. A primeira análise econômica, que é considerada a inauguração das reflexões e investigações cepalinas, é a de Raul Prebisch,⁶ em 1949, composta sobretudo por um diagnóstico acerca da profunda transição que ocorria nas economias subdesenvolvidas da América Latina do modelo de crescimento primário exportador ao modelo urbano-industrial (2000, p. 20).

Os anos 1950 são considerados o período de industrialização, quando ocorre deterioração dos termos de intercâmbio, desequilíbrio estrutural na balança de pagamentos e integração regional. A abordagem histórico-estrutural desse período focava o processo de industrialização substitutiva, tendências perversas causadas por especialização e heterogeneidade estrutural, que resultaram em inflação estrutural e desemprego.

Os anos 1960 focam a possibilidade de reformar para viabilizar o desenvolvimento, desobstruindo a industrialização. Surge a teoria da dependência, trata-se da integração regional, política internacional de redução da vulnerabilidade na periferia, e há um viés antiexportação industrial. A análise histórico-estruturalista estuda a reforma agrária e

⁶ A teoria de Raúl Prebisch, economista formado na Faculdade de Ciências Econômicas de Buenos Aires – Argentina, é conhecida como teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico, com enfoque histórico e intitulada Crescimento, desequilíbrios e disparidades: interpretação do processo de desenvolvimento econômico. Foi secretário executivo da cepal de 1949 a 1963.

distribuição de renda, como requisito para a redinamização da economia, a heterogeneidade estrutural e a dependência.

Nos anos 1970, os estudos cepalinos tratam da reorientação dos modelos de desenvolvimento na direção da homogeneização social e do fortalecimento das exportações industriais. Esse período foi marcado pela dependência dos países subdesenvolvidos aos desenvolvidos, causada sobretudo pelo endividamento e pela insuficiência exportadora. As teorias dos autores da Cepal focam os estilos de crescimento, a estrutura produtiva e distributiva e as estruturas de poder, de industrialização, combinando mercado interno e esforço exportador.

A asfixia financeira foi a grande característica dos países latino-americanos e caribenhos nos anos 1980, endividados e precisando renegociar essas dívidas para poderem ajustar o crescimento. A análise histórico-estruturalista do período focava ajuste com crescimento; oposição aos choques do ajuste; necessidade de políticas de renda e eventual conveniência de choques de estabilização, e estudavam o custo social do ajuste.

Nos anos 1990, até o ano de 1998, data da análise do autor, Bielschowsky (2000) identifica ineficiência na tentativa de especialização de exportações e vulnerabilidade aos movimentos de capitais. Para tanto, buscou-se implementar políticas de fortalecimento de transformação produtiva com equidade, o que foi acompanhado teoricamente pelo pensamento cepalino.

A perspectiva estruturalista está presente no cerne das análises cepalinas, como consequência direta do objeto de reflexão eleito pela instituição, qual seja, a economia política dos países subdesenvolvidos latino-americanos e posteriormente os caribenhos. Para Bielschowsky (2000) o estruturalismo presente na análise econômica cepalina “é essencialmente um enfoque orientado pela busca de relações diacrônicas, históricas e comparativas, e que presta-se mais ao método indutivo do que a uma heurística positiva”. (Bielschowsky, 2000, p. 21).

Dessa forma, justifica-se a incorporação da consideração das especificidades históricas e regionais na investigação das estruturas subdesenvolvidas da periferia latino-americana, que condiciona comportamentos econômicos, políticos e sociais específicos, de trajetórias que *a priori* são desconhecidas. Para Bielschowsky (2000), o método é indutivo porque atenta para o comportamento dos agentes sociais e para a trajetória das instituições, e não tem enfoque dedutivo tradicional, sem deixar de lado a abstração teórica.

Como diretor da Divisão de Desenvolvimento da Cepal (1949-1957), Furtado contribuiu de forma decisiva, ao lado de Raúl Prebisch, para a formulação do enfoque

estruturalista da realidade socioeconômica da América Latina. Para Furtado (2000) o estudo tradicional do desenvolvimento, que parte da reconstrução dos processos fundamentais da estrutura econômica, identificando os fatores exógenos que influem nas variações do ritmo do crescimento e na intensidade deste, apresenta uma falha fundamental ao ignorar a dimensão histórica do desenvolvimento econômico.

O método estruturalista característico da Cepal permeia a teoria de Furtado, que defende a importância de entender o subdesenvolvimento como um contexto histórico específico, que exige teorização própria. “A teoria do desenvolvimento que se limite a reconstituir, em um modelo abstrato – derivado de uma experiência limitada –, as articulações de determinada estrutura, não pode pretender elevado grau de generalidade.” (FURTADO, 2000, p. 243).

O problema da compreensão do subdesenvolvimento não é restrito ao entendimento dos níveis de desenvolvimento atingidos pelos diferentes sistemas econômicos coexistentes em dado momento histórico, mas também no entendimento de um longo processo histórico que culminou na Revolução Industrial⁷, e as transformações que daí decorreram.

O desenvolvimento econômico anterior à Revolução Industrial era “basicamente um processo de aglutinação de pequenas unidades econômicas e de divisão geográfica do trabalho” (FURTADO, 2000, p. 242). O agente dinâmico do crescimento era a classe comercial. Os fatores que levaram à Revolução Industrial foram próprios do sistema econômico e particularmente referentes ao desenvolvimento tecnológico. Já na fase de desenvolvimento industrial, ocorreu um aumento substancial na participação da indústria de bens de capital, como a indústria de equipamentos, iniciando a produção como protagonista do crescimento. Para Furtado, a segunda fase de desenvolvimento das economias industriais foi marcada pelo desequilíbrio “entre a capacidade de produção de bens de capital e a possibilidade de absorção dos mesmos”. (FURTADO, 2000, p. 242).

As relações entre as características de cada período histórico da evolução econômica do mundo ocidental servem para evidenciar a dependência existente entre a evolução da tecnologia nos países industrializados e as condições históricas de seu desenvolvimento.

O advento de um núcleo industrial, na Europa do século XVIII, provocou uma ruptura na economia mundial da época e passou a condicionar o

⁷ Sobre a Revolução Industrial veja-se Eric Robsbawn: *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

desenvolvimento econômico subsequente em quase todas as regiões da terra. (FURTADO, 2000, p. 252).

Furtado (1981) denunciou também que a exploração da mão-de-obra do terceiro mundo geraria desemprego também no primeiro mundo, em uma relação desigual, exemplificando tal afirmativa no fato de os trabalhadores mexicanos não poderem trabalhar nos Estados Unidos da América, mas as empresas dos Estados Unidos da América poderem abrir uma fábrica no México e então explorar os trabalhadores mexicanos, deixando de gerar empregos no seu país-sede. Quanto maior a exploração da mão-de-obra na periferia, maior seria o autofinanciamento e a expansão do mercado em outros países pelas empresas oriundas dos países cêntricos.

O autor observou que o sistema capitalista em seu conjunto apresentaria a tendência evolutiva predominante no sentido de excluir nove em cada dez pessoas dos principais benefícios apregoados pelo desenvolvimento, uma das razões que o levou a considerá-lo um mito.

O estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização (FURTADO, 1996, p. 88).

É nessa perspectiva que o termo *desenvolvimento* e suas teorias surgem a partir das ciências econômicas, tratando de explicar, de forma macroeconômica, as repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social gerado pela busca constante de aumento da produtividade do fator trabalho. Assim, “o desenvolvimento é, fundamentalmente, um processo de acumulação de capital”. (FURTADO, 1963, p. 101).

O questionamento acerca da adequação do uso do termo *desenvolvimento*, como crescimento econômico, pode ser verificado em Furtado (1981), que, em 1974, apontou os problemas ambientais gerados pelo avanço do capitalismo, que se expandiria por ele mesmo, e, dessa forma, atingiria o colapso por explorar indiscriminadamente os bens naturais finitos.

Ainda sem usar o termo *globalização*, que em seu sentido atual permearia as teorizações de Furtado (1981), ele concluiu que internacionalização já não seria um termo que

daria conta das novas relações que surgiam entre os países centrais e os países periféricos. Para o autor, as grandes empresas comandariam as relações internacionais, em que o Estado, apático, poderia então tomar conta das áreas essenciais, como a saúde e a educação, por exemplo.

Instituições como a Cepal, ainda que com autores críticos, contribuíram para estudar a melhor forma de os países em desenvolvimento obterem crescimento econômico. O recorte da América Latina, e mais tarde países do Caribe, também significa uma idéia de planos de desenvolvimento por regiões, ainda como se o planejamento por si pudesse garantir o sinonismo desenvolvimento/crescimento.

Além disso, há a falácia de que o desenvolvimento entendido como crescimento econômico seria capaz de garantir um motivo para viver o presente: o futuro. No entanto, para Morin, “de qualquer modo, o progresso não está assegurado automaticamente por nenhuma lei da história. O devir não é necessariamente desenvolvimento. O futuro chama-se doravante incerteza”. (2000, p. 82)

A tríade ciência/técnica/indústria, ao mesmo tempo que propiciou facilidades ao cotidiano do ser humano o tornou refém. Morin alerta que “é preciso saber que toda a evolução comporta abandono, toda a criação comporta a destruição, que todo o ganho histórico é pago por perdas. Não será a qualidade técnica dos planos de desenvolvimento que evitará esta morte”. (2000, p. 86)

2.2 Transposição das teorias do desenvolvimento e crescimento econômico para o turismo

As primeiras teorizações sobre o turismo surgem, segundo Fuster, no século XX. O autor data uma das primeiras definições de turismo em 1911. O economista austríaco Hermann von Schullern zu Schattenhofen escreveu que “turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado”. (FUSTER, 1971, p. 29). Tal tendência economicista da definição está de acordo com a formação de seu autor e também com a visão da época de turismo, que era considerado como tráfego. Naquela época, os pressupostos eram empiristas, marcados por verificação estatística.

Para Fuster, turismo é,

[...] de um lado, conjunto de turistas; do outro, os fenômenos e as relações que esta massa produz em consequência de suas viagens. Turismo é todo equipamento receptivo de hotéis, agência de viagens, transportes, espetáculos, guias-intérpretes que o núcleo deve habilitar para atender às correntes turísticas que o invadem [...]. Turismo é o conjunto das organizações privadas ou públicas que surgem para fomentar a infraestrutura e a expansão do núcleo, as campanhas de propaganda [...]. Também são os efeitos negativos ou positivos que se produzem nas populações receptoras – econômicas, sociais, religiosas, etc. (FUSTER, 1971, p. 32).

As idéias Fuster estão reproduzidas em diferentes obras sobre turismo, até os dias de hoje. Sua principal contribuição foi o resgate histórico e conceitual de turismo, e sua análise funcionalista está de acordo com a época em que escreve. Toda teoria funcionalista, segundo Moesch (2004), considera o valor utilitário ou compensatório do turismo, no qual o tempo livre é uma compensação ao tempo de trabalho. É um trabalho descritivo-especulativo.

A forma de análise estrutural surge como uma opção de nova abordagem para a ciência do turismo. Convém lembrar que nenhuma corrente teórica substitui a anterior, encerrando sua abordagem, mas enriquece o campo das discussões teóricas acerca de qualquer objeto de estudo.

A ciência também não é linear. As diferentes abordagens surgem dentro de um contexto científico, que por sua vez está inserido em um contexto político, social e econômico, e se desenvolvem, muitas vezes concomitantemente, em diferentes campos de conhecimento.

Para Moesch (2000), a produção do saber turístico reflete mais uma vez a tendência economicista: é do setor privado a iniciativa do maior número de produções, reproduzindo um conveniente saber-fazer, indicando que, para o “crescimento intelectual” do setor é preciso antes fazer-saber.

A transposição das teorias do desenvolvimento para o turismo pode ser verificada na reutilização da Teoria Geral do Sistema para a análise do fenômeno turístico.

Segundo Moesch (2004), a proposta da análise sistêmica do turismo, abordada por diversos autores, entre eles Alberto Sessa, Jost Krippendorf e Pierre Lainé, tinha como principal intenção propiciar melhor entendimento da atividade turística, como econômica para então utilizá-la, a partir do estabelecimento de estratégias e táticas, para gerar desenvolvimento local.

A Teoria Geral do Sistema, que faz parte da vertente estruturalista, após influenciar

diferentes áreas do saber, mostrou ter indiscutível importância, ao demarcar a base teórica da análise sistêmica do turismo, tendo como principal autor, no Brasil, Mário Beni. A abordagem sistêmica dada por Beni (2001), em sua análise estrutural do turismo, visa a dar ao mesmo um olhar holístico, tanto no campo da construção do conhecimento quanto na prática.

Considerado o precursor do sitemismo, Ludwig von Bertalanffy (1901-1972) fez seus estudos em biologia, com abordagem orgânica, ou seja, uma visão global da vida, oposta à visão mecanicista do conhecimento preponderante na época. Faz aceitar a idéia de que o organismo é um todo maior do que a soma de suas partes. Acredita que a característica de uma forma viva é sua organização, e não a análise das partes e dos processos analisados de forma isolada uns dos outros, pois tal análise não poderia dar uma explicação completa do fenômeno da vida.

Uma especialização cada vez mais pormenorizada caracteriza a ciência moderna. Tornou-se necessária pela importância numérica dos dados, da complexidade dos técnicos e das estruturas teóricas, isto em todos os domínios. Inumeráveis disciplinas compõem a ciência e engendram permanentemente subdisciplinas novas. Por consequência, o físico, o biólogo, o psicólogo e o investigador em ciências sociais encontram-se por assim dizer encerrados no seu próprio universo; é difícil trocar uma palavra de um casulo para outro. (BERTALANFFY, 1972, p. 29).

O autor afirma a importância da análise da interação dinâmica das partes e também como pertencentes ao todo.

A partir da biologia, o autor cria a Teoria Geral dos Sistemas, de forma interdisciplinar, com aplicação para as ciências sociais, a educação, a biologia, a psicologia e a psiquiatria, além da matemática, a física, etc. Conceitua uma importante peça da Teoria Geral dos Sistemas, que é a de Sistemas Abertos, que mantêm trocas com o meio. Funda em 1954 a Sociedade de Pesquisa Geral dos Sistemas, com as seguintes funções:

- investigar conceitos, leis e modelos da mesma forma em vários campos das ciências e ajudar nas trocas úteis entre eles;
- encorajar o desenvolvimento de modelos teóricos adequados em campos em que atualmente não existem;
- minimizar a multiplicação de esforços teóricos em diferentes campos;
- promover a unidade da ciência mediante a melhoria da comunicação entre os especialistas.

Essa preocupação em entender as partes a partir do todo, cujo universo só pode ser conhecido pela relação entre suas partes dinâmicas, que estão inter-relacionadas e organizadas em sistemas, opõe-se ao método analítico, que consiste na demonstração de um modelo concebido a partir dos elementos e da base que mostre o real.

Dessa forma, o sistemismo realiza sua análise considerando tanto o individualismo (leva em conta a composição) como o holismo (leva em conta a estrutura da organização).

Sob o ponto de vista do estrutural-funcionalismo, ou dos funcionalistas sistêmicos, como Parsons, tanto os indivíduos que compõem os diversos sistemas quanto os próprios sistemas buscam a funcionalidade da estrutura social.

O conceito de Sistema Social, de Parsons (1966), visa a demonstrar que o sistema é constituído pela interação de indivíduos humanos, em que cada membro é ator (que tem objetivos, idéias, atitude, etc.) e objeto de orientação, tanto para si mesmo quanto em relação aos demais atores. É também um aspecto analítico que pode ser abstraído dos processos totais de ação de seus participantes e em que há uma pressuposição de ordem e conseqüente equilíbrio nos sistemas. O quadro a seguir busca demonstrar as abrangências do Sistema Social.

Características	<i>INDIVÍDUO</i>	Coletivo	<i>SUBSISTEMAS</i>
Adaptação	<i>PAPÉIS</i>	Economia	<i>BIOLÓGICO</i>
Go	<i>COLETIVIDADE</i>	Política	<i>PSICOLÓGICO</i>
Integração	<i>NORMAS</i>	Direito	<i>SOCIAL</i>
Latência	<i>VALORES</i>	Moral	<i>CULTURAL</i>

Quadro 1: Sistema Social de Parsons. Fonte: PARSONS, Talcot. *Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas*. São Paulo. Pioneira, 1966.

Assim, à luz da teoria funcional-sistêmica de Parsons, em que a sociedade é um todo funcional, o turismo seria conseqüentemente um subsistema econômico, formado por sujeitos que agiriam de acordo com seus papéis: produtores, reprodutores e consumidores do turismo.

Buckley (1993), contemporâneo de Bertalanffy e também sistemista, acredita que o conceito de sistema é semeado antes, mas floresce durante a Segunda Guerra Mundial. Seu objetivo é criar um modelo de sistema social diferente dos de equilíbrio mecânico e orgânico, para acompanhar a complexidade e dinâmica do sistema sociocultural. Critica o funcionalismo ao constatar que Parsons não dá conta das mudanças conseqüentes do choque de estruturas ou subculturas relativamente estáveis e dentro do sistema. Segundo o

funcionalismo, as condutas (dos indivíduos) satisfazem as necessidades dadas, nas condições dadas, do modo mais adequado possível – “sociedade ideal”. O estudo científico da sociologia e da teoria moderna de sistemas mostra os conjuntos e os modos de abordá-los, respeitando seu caráter, a análise geral da organização e a relação complexa e dinâmica das partes, bem como os problemas de troca com o meio. Salienta a novidade da integração interdisciplinar. Além disso, o autor destaca que sistemas de tipos substancialmente distintos apresentam diferenças estruturais, que devem ser apontadas, embora apresentem semelhanças. Por fim, mostra a importância da abordagem do sistema aberto, que tem como características o intercâmbio com o meio, a capacidade reprodutiva ou de continuidade e a capacidade de transformação.

Contemporâneos, tanto Buckley quanto Bertalanffy utilizam referencial teórico um de outro. Bertalanffy afirma ter iniciado suas teorias sobre o sistemismo na década de 20, mas não pôde publicá-las por serem demasiado inovadoras para a época.

Tais premissas da Teoria Geral dos Sistemas são adaptadas ao turismo por Beni (2001), que tem sua principal proposta em conceituar, definir e descrever o sistema turístico, ou Sistur. O objetivo do Sistur é propiciar um diagnóstico turístico e, conseqüentemente, auxiliar nas políticas públicas de turismo.

Para tanto, o autor apresenta um Modelo Referencial do Sistur, que deve conter os seguintes elementos:

1. estudo do espaço turístico, abrangendo o levantamento de toda a infra-estrutura turística e de apoio, os recursos naturais e culturais, bem como a análise do diferencial turístico e a delimitação e descrição física dessa área turística;

2. levantamento do perfil socioeconômico da área receptora, com levantamento de diversos dados censitários, como por exemplo: densidade demográfica, ocupação territorial, composição étnica da população autóctone, etc;

3. estudo da ordenação geopolítica e administrativa da área receptora, compreendendo a necessidade do levantamento da organização institucional e legal, nível de intervenção estatal e políticas básicas;

4. estudo e previsões do comportamento do mercado de turismo na área receptora, incluindo a análise de *cluster* e o levantamento da oferta e demanda turísticas;

5. diagnóstico turístico na área receptora, visando a identificar seu potencial de influência no processo de desenvolvimento econômico. A análise sistêmica dos elementos constitutivos do fenômeno turístico propiciam a elaboração do prognóstico da situação da área receptora, apontando os necessários ajustes para atingir o equilíbrio de mercado. Para tanto, é

preciso otimizar as áreas vocacionais para o processo de ocupação turístico-recreativa, aumentando o volume de novos investimentos, o nível de emprego e a quantidade de equipamentos, instalações e serviços oferecidos.

Em sua análise estrutural do turismo, Beni (2001) leva em conta a complexidade do turismo, para que este não seja considerado apenas um aspecto do setor econômico, mas protagonista de um sistema próprio. O autor considera o turismo um processo humano, ultrapassa o entendimento como função de um sistema econômico. Para ele, uma análise da estrutura de toda atividade, seja da natureza, seja do homem, requer, antes de tudo, o estabelecimento de limites no contexto em que ela se processa. Dessa forma, define a análise estrutural como “a observação rigorosa e metódica do campo de abrangência da atividade, ou seja, dos elementos ordenados e inter-relacionados de forma dinâmica que o integram”. (BENI, 2001, p. 19)

Beni (2001) coloca como prerrogativa para o bom entendimento do sistema turístico, bem como do sistemismo em geral, a necessidade de uma visão que seja ao mesmo tempo analítica e globalizante, indutiva, dedutiva e interativa. Deve ser também multidimensional, multicompreensiva e multidisciplinar na configuração da totalidade de seu campo de estudo e de suas partes componentes, articuladas entre si.

A Teoria Geral de Sistemas dá importância a essa questão, abordando, além da visão holística da análise dos sistemas, a interdisciplinaridade. Para Beni (2001), esse é um moderno conceito estabelecido, afirmando que cada variável, em um sistema, interage com as outras variáveis, de forma tão completa, que causa e efeito não podem ser separados, pois uma única variável pode ser, simultaneamente, causa e efeito. Para o autor, a realidade não é estática, está em constante movimento, e pode ser desmembrada. Como exemplo, nos diz que é possível entender uma célula, a estrutura de um cérebro, a família, uma cultura ou o turismo se forem isolados de seus contextos.

A sua abordagem sistêmica, dinâmica e interpretativa não se limita à descrição da situação, mas tende a evidenciar os mecanismos pelos quais os vários estágios do desenvolvimento turístico têm sido alcançados e a desvendar as relações que existem entre os componentes do processo.

Por ser o turismo, portanto, o resultado do somatório de recursos naturais do meio ambiente, culturais, sociais e econômicos, uma atividade que requer um campo de estudo superabrangente, complexíssimo e pluricausal, pode ser estudado sob o olhar do sistemismo.

A definição de sistema, de Beni (2001), é como um conjunto de partes que atingem um determinado fim por sua interação, de acordo com um plano ou princípio; ou conjunto de

procedimentos, doutrinas ou princípios, logicamente ordenados e coesos, com a intenção de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento de um todo.

Beni (2001) acredita que organizar o turismo dentro de um sistema seja a melhor forma de compreender o que ele chama de “imenso complexo de fatores”, em que causas e efeitos são intervenientes, não se podendo afirmar com certeza, ante mera investigação simplista, que fatores decidem a atividade turística e quais os que não a determinam.

Para ele, os componentes de um sistema seriam:

- ✓ meio ambiente – conjunto de todos os objetos que não fazem parte do sistema em questão, mas que exercem influências sobre a operação do mesmo;
- ✓ elementos ou unidades – as partes componentes do sistema;
- ✓ relações – os elementos integrantes do sistema encontram-se inter-relacionados uns dependendo dos outros, por meio de ligações que denunciam os fluxos;
- ✓ atributos – são as qualidades que se atribuem aos elementos ou ao sistema, a fim de caracterizá-los;
- ✓ entrada (input) – constituída por aquilo que o sistema recebe. Cada sistema é alimentado por determinados tipos de entrada;
- ✓ saída (output) – produto final dos processos de transformação a que se submete o conteúdo da entrada;
- ✓ realimentação (feedback) – processo de controle para manter o sistema em equilíbrio;
- ✓ modelo – é a representação do sistema. Constitui uma abstração para facilitar o projeto e/ou análise do sistema. É utilizado por dois motivos básicos: porque simplifica o estudo do sistema, permitindo a análise de causa e efeito entre os seus elementos, para conclusões de maior precisão; e pela impossibilidade de abranger a complexa totalidade das características e dos aspectos da realidade objeto de estudo.

O Sistema Turístico, ou Sistur, é composto por:

- ✓ Conjunto das relações ambientais
- ✓ Sistema Ecológico
- ✓ Sistema Cultural
- ✓ Sistema Econômico
- ✓ Sistema Social
- ✓ Conjunto da Organização Estrutural
- ✓ Superestrutura

- ✓ Infra-estrutura

Conjunto das ações operacionais

- ✓ Mercado
- ✓ Distribuição
- ✓ Produção
- ✓ Consumo
- ✓ Oferta Turística
- ✓ Demanda Turística

Beni (2001) identifica três tendências para a definição do turismo: a econômica, a técnica e a holística. As definições econômicas preocupam-se sobretudo com a geração de riqueza que o deslocamento de pessoas gera, tanto em transportes, hotelaria, gastronomia quanto em compras e entretenimento, entre outras.

As definições técnicas são aquelas que se preocupam em diferenciar conceitos para melhor controlar as características do mercado. A Organização Mundial do Turismo (OMT), em 1968, aprovou a definição criada pelas Nações Unidas cinco anos antes:

Turistas – visitantes temporários que permaneçam pelo menos vinte e quatro horas no país visitado, cuja finalidade de viagem pode ser classificada sob um dos seguintes tópicos: lazer (recreação, férias, saúde, estudo, religião e esporte), negócios, família, missões e conferências; Excursionistas – visitantes temporários que permaneçam menos de vinte e quatro horas no país visitado (incluindo viajantes de cruzeiros marítimos). (BENI, 2001, p. 35).

As definições holísticas são aquelas que procuram abranger a essência total do turismo, tanto o todo quanto as partes. Aqui o turismo é apresentado como uma atividade multidisciplinar, que abrange antropologia, sociologia, economia, geografia, ciência política, ecologia, estudos urbanísticos, marketing, direito, administração e psicologia.

Finalmente, Beni conceitua turismo como:

Um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Nesse processo intervêm inúmeros fatores de realização

pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si para a fruição, tanto material como subjetiva dos conteúdos de sonhos, desejos, de imaginação, projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional e de expansão de negócios (BENI, 2001, p. 37).

Nessa definição, pode-se identificar, na expressão *expansão de negócios* uma referência a desenvolvimento, ainda que visto sob a luz da visão tradicional do termo. O autor aponta o turismo como um meio de melhorar a qualidade de vida dos moradores de localidades turísticas, bem como a importância desse cuidado no planejamento do turismo.

Para Beni (2001), assim como as políticas públicas não são feitas apenas dentro dos prédios públicos, diversas manifestações públicas e privadas devem buscar o desenvolvimento do Turismo. Por parte do governo, é mister que este delineie diretrizes básicas e planos de desenvolvimento do turismo, em nível global e regional, para que os erros que foram cometidos (no País), de ordem institucional e teórica, sejam evitados. A questão urbana está intimamente relacionada ao desenvolvimento do turismo, na medida em que este ocorre em determinados meios físicos, e, para seu bom desempenho, tal meio deve estar ordenado, sob a ordem política e administrativa.

Assim como nas demais áreas que atuam no cenário econômico, para o autor, o “turismo é uma atividade que requer a intervenção proeminente do Estado pelo que representa em suas características fundamentais”. (BENI, 2001, p. 100). Assim, o poder público seria o responsável maior pelo desenvolvimento do turismo. As políticas públicas de turismo devem combater os diversos tipos de poluição; atentar para a preservação da paisagem, do ar, das águas, dos espaços livres, da vegetação e a manutenção da memória cultural e histórica. Devem ser, também, de ordem social, econômica e cultural.

Beni (2001) apresenta um modelo sociológico de desenvolvimento turístico exemplificado a partir de ações em comunidades rurais, que tenham como característica:

1. o desenvolvimento autóctone, originado do capitalismo popular, solidário ou cooperativo, iniciado individualmente por empreendedores nativos com efeito multiplicador à grande parcela da comunidade;
2. a colonização aristocrática, no qual empreendedores edificam grande área natural, oferecendo um produto de luxo a pessoas com grande poder aquisitivo, não envolvendo a comunidade local;
3. a colonização democrática, como defende o autor, embora em sua gênese os

termos sejam contraditórios, é caracterizada por pequenos empreendimentos locais; ocorre sobretudo em comunidades de pescadores ou de montanheses, onde já existe uma infra-estrutura urbana que não atrai grandes investimentos externos.

O critério que Beni (2001) usa para classificar esse modelo, que é destinado a comunidades rurais, não é explicitado. Acredita-se que o modelo de colonização aristocrático esteja incluído por ter maior probabilidade de ocorrer em áreas rurais (não urbanizadas), pela necessidade de grande território para a construção dos empreendimentos.

Na maior parte de sua análise, o autor foca sobretudo as relações comerciais do turismo, chegando a conceituar o produto turístico como o resultante de recursos naturais e culturais produzidos por empresas e a prestação de serviços (BENI, 2001, p. 26), excluindo dessa forma os atrativos turísticos genuinamente populares e comunitários, como por exemplo as festas populares. A inclusão da população local na geração de renda e no trabalho de qualidade, a partir da implementação de cadeias de produção local, não é uma preocupação.

Segundo Beni (2001), o processo de planejamento formal do turismo por parte do Estado data da década de 60, na Europa, no Oriente Médio e no Norte da África, marcando assim o início das preocupações com o desenvolvimento. (BENI, 2001, p.111). No entanto, em toda sua análise, Beni (2001) não busca verificar qual o sentido que as instituições dão ao termo *desenvolvimento*. Pode-se intuir, a partir da data citada (década de 60), que esse sentido volta-se ao tradicional ou clássico, que parte da ciência econômica e está fixado no crescimento econômico.

Outro autor de suma importância que realiza a análise do turismo à luz do sistemismo, é Alberto Sessa. Para esse autor, as explicações empiricistas e funcionalistas do turismo não dão conta da importância social e econômica da atividade, nem aprofundam o estudo de causas e efeitos. Acredita que faltaram estudos sistemáticos para aperfeiçoar e completar a teoria do turismo como um todo, de forma holística.

De origem das ciências econômicas, o autor alerta para os estudos feitos sob a orientação da economia política, em relação ao atraso das análises sociológicas, psicológicas e antropológicas necessárias, em função do caráter multidisciplinar do turismo. O epicentro do turismo é o homem e, conseqüentemente, sua relação com o meio em que está inserido, aspecto que garante o pertencimento do objeto do turismo às ciências sociais. Isso não exclui seu caráter científico e, ainda para o autor, se o turismo não originar uma nova ciência social, será objeto de estudo de várias disciplinas. O autor salienta também a necessidade de um método turístico que dê conta da questão acerca dos benefícios e dos custos da atividade turística em nível macroeconômico e social.

Sua visão sistêmica do turismo utiliza a abordagem de Leiper (MOESCH, 2004), em que o sistema é composto pelos seguintes elementos inter-relacionados em conexões funcionais e espaciais : os turistas, as vias de trânsito, as regiões de destino e a indústria.

Essas relações geram impactos econômicos, sociais e culturais, e esse impacto é que vai gerar o estabelecimento, pelo poder público, de políticas para o turismo.

A abordagem de Sessa, fundamentada por van Doorn (MOESCH, 2004), traz uma novidade: o contexto social do turismo, que são as mudanças tecnológicas e socioculturais causadas pelo fluxo turístico. A noção de indústria turística, chamada quadro intermediário e que abarca todos os serviços intermediários utilizados pelos turistas, que substitui e abrange a categoria anterior de “vias de trânsito” e as “regiões de destino”, é denominada de oferta de recursos turísticos. O elemento chave, ou o *in-put* do sistema mantém-se sem modificações: o turista.

De acordo com a visão do autor de que o turismo pode gerar desenvolvimento regional, a definição de sistema turístico é a de “um sistema global que deve ser reatado a seu desenvolvimento regional”. (MOESCH, 2004, p. 171).

O pólo turístico é definido a partir de equipamentos hoteleiros:

(O polo turístico) é formado por um “conjunto” de unidades motrizes, representadas pelas empresas hoteleiras, que por sua ação, apresentam efeitos indubitáveis sobre todas as outras empresas de caráter comercial, de divertimento e esportivas. (SESSA, 1983, p. 42).

Nessa concepção, as empresas hoteleiras são consideradas *molas propulsoras* do desenvolvimento do turismo, pois exercem o papel de desencadear outras atividades econômicas, assumem a *aglomeração* de outras atividades complementares, o que Lemos (1999) chama de efeito *linkage*, que é a força de geração de outras atividades econômicas e de propagação de empregos. Esse efeito pode ser observado tanto na relação das empresas turísticas com seus fornecedores e empresas complementares, quanto entre as empresas turísticas.

Por trás dessa idéia está a concepção de cadeia de produção turística, que se refere a um conjunto de empresas que fornecem entre si bens e serviços intermediários até a geração do produto final destinado aos turistas. (LEMOS, 2000, p. 27)

Embora sem denominá-lo dessa forma, o pólo turístico para Sessa pode ser considerado como as relações de uma cadeia turística, conceito mais contemporâneo. O efeito de *aglomeração* ou *conjugação* é o que confere o caráter de pólo de desenvolvimento creditado ao turismo, sempre a partir da empresa hoteleira. Ou seja, uma região geográfica periférica que não possua um pólo industrial, pode alcançar seu desenvolvimento na instalação de um hotel, que *conjugará* serviços derivantes, como transportes, que será a via de instação de novos empreendimentos e a possibilidade de fluxo de turistas. O fluxo de turistas derivará fluxos monetários na nova região, “tendendo a estender esses efeitos de expansão em ondas concêntricas, além da própria localidade turística”. (SESSA, 1983, p. 41). Com esse crescimento, a atividade turística atinge um patamar de superação da própria região, e isso também ocorre porque sua razão de existir é externa ao País. O autor refere-se aqui ao turista estrangeiro, dissociando então o turismo interno como importante ou mesmo como possibilidade de incremento econômico.

Diferentes pólos turísticos são interligados pelo processo expansionista , que se realiza mediante o entrelaçamento dos eixos dos diferentes pólos. Esse entrelaçamento forma “pólos irradiadores de tráfego”, que resulta em “combinações de conjuntos territoriais”. (SESSA, 1983, p. 44). Esses pólos turísticos distantes acabam sendo identificados por uma imagem comum, trazendo a noção de eixo de desenvolvimento para o turismo.

Para Sessa, sem dúvida, o turismo é um fator de desenvolvimento social e econômico. Essa preocupação se dá sobretudo em países considerados subdesenvolvidos

Surgia, assim (após a Segunda Guerra Mundial), a exigência de viabilizar um processo de desenvolvimento que agisse sobre os fatores fundamentais da formação do capital e da população, dos recursos naturais e da tecnologia. Nesse contexto se impunha tratar da abrangência da atividade turística para os países em via de desenvolvimento. (SESSA, 1983, p. 24).

Ao mesmo tempo que o turismo apresentava a possibilidade de “salvação econômica” a países pobres, era mais uma opção de progresso aos países desenvolvidos, na concepção de Sessa (1970). Para o autor, a opção de um determinado país ou região em investir no turismo está inserida em um amplo modelo de crescimento a ser adotado, no qual se inclui o processo de crescimento derivado do mesmo, combinando-o com o processo geral

de crescimento do conjunto econômico nacional.

A atividade turística, como sistema, de forma metodológica é de caráter dinâmico e pode ser auto-regulador ou não, além de ter caráter espacial, no tempo e no espaço. Sessa (1983) também considera o sistema turístico (regional) um sistema aberto, caracterizado por manter trocas e inter-relações com o exterior. Justifica sua abordagem sistêmica pela intenção científica de expressar a realidade em um sistema que explicitasse as inter-relações do sistema regional turístico com os sistemas reais, conceituais e abstratos.

O autor elenca os vários sistemas que têm inter-face com o turístico: o ecológico, o sociofamiliar, o educativo, o da ciência, o da cultura e o econômico. A especificidade, originalidade e singularidade do resultado das inter-relações entre o sistema turístico com todos (e cada um deles) os sistemas citados, mas a relação entre eles mesmos dá o caráter custoso à sua recomposição.

Para Sessa, a abordagem sistêmica, por ser global, poderia representar uma revolução na abordagem do turismo. Para ele, a cientificidade do turismo, sob paradigma sistêmico, pode auxiliar no planejamento público e privado do turismo.

Moesch (2000) lembra que a posição de crer que o método, por si, possa dar conta da realidade de maneira real é demasiado positivista, sobretudo por não dar conta da complexidade do protagonista do fenômeno: o turista, que é um ser humano, recheado de contradições e subjetividades. Para a autora, Sessa se preocupa com a construção de um modelo universal de abordagem sistêmica, com caráter funcional e dedutivo, buscando a cientificidade do fenômeno turístico, sem formular ele mesmo uma teoria do turismo.

Tanto Beni quanto Sessa vivenciam o desenvolvimento do capitalismo, em graus diferentes, sobretudo por estarem em contextos sociais diferentes. Para Sessa, portanto, estava mais do que coerente identificar, por exemplo, o pólo turístico como espaço que estava contemplado a partir da construção hoteleira, sendo pré-requisito para a categoria de pólo sua existência. Esse conceito tem sua origem na transposição de pólo industrial, perpetuando assim a concepção do turismo como uma indústria. Isso significava dar valor à atividade turística, quando o setor de serviços ainda não estava no avanço atual, e os benefícios do capitalismo ainda não ofuscavam sua incapacidade de manter empregabilidade, bem-estar social e desenvolvimento econômico, de forma irrestrita a todos os países.

O próprio termo *desenvolvimento* estava em voga, e as teorias desenvolvimentistas estabeleciam, segundo Badie e Hermet (1990), uma estreita relação de causalidade entre o crescimento da economia (capitalista) diversificada e competitiva e da mudança política.

Dessa forma, a industrialização, o crescimento excepcional do nível de vida e a diminuição das pressões políticas potencialmente destruidoras da ordem estabelecida das classes médias e operárias geradas pelo capitalismo levariam a uma sociedade mais justa e equitativa, na qual a intervenção política poderia tornar-se democrática e voltada a todos, enfim, um mundo quase perfeito.

Ora, tal teoria parece o rumo certo para a Europa e uma luz no fim do túnel dos países periféricos que viviam sob ditaduras (praticamente toda a América Latina), com baixo grau de inclusão no modelo central.

Atualmente, Beni (2006) reconstrói sua posição inicial de conceituar o turismo como uma indústria, e nos diz que o fenômeno turístico não pode ser assim considerado, sobretudo porque não há transformação de matéria-prima no processo turístico.

Dentro da lógica do desenvolvimento, diversas técnicas foram criadas com o intuito de melhorar o desempenho das atividades ligas à produção, seja industrial, seja agrária ou do setor de serviços. Ainda atualmente, falar em sistema corresponde a uma estrutura, uma ordem ou uma teoria em que um conjunto de elementos inter-relacionados são conduzidos em vista de uma finalidade. Sistematizar algo significa organizar algo. Sistematizar o turismo significa organizá-lo para seu melhor funcionamento. Dentro da concepção vulgar e hegemônica de desenvolvimento, desenvolver o turismo significa propiciar crescimento econômico a partir da atividade turística.

Além da contribuição metodológica da análise sistêmica ao entendimento do turismo, parece que há um ponto específico que justifica mais do que a época científica e identificação desse paradigma, que é a noção de retroalimentação contida na Teoria Geral dos Sistemas. Essa noção confunde, na medida que funde a causa e o efeito do objeto estudado. Essa característica mostra-se extremamente propícia à análise sistêmica do turismo, em que se tem sempre a dualidade entre oferta e demanda, visitante e visitado, global e local, uso e preservação, tempo de lazer e tempo de trabalho. Apesar dessas relações antagônicas, dentro da dinâmica complexa da atividade turística, é tarefa de explicação dessas práticas delimitar onde uma começa e onde a outra termina, quais os momentos de justaposição, de distanciamento e, concluindo com o termo citado, onde está a causa e onde está o efeito.

O sistemismo apresenta uma abordagem metodológica competente para a dualidade presente na atividade turística, na medida em que, concebido como sistema aberto, interage com o meio, interagindo com outros sistemas e subsistemas e, sobretudo, pela noção de retroalimentação.

Para Moesch (2004), a insuficiência da teoria sistêmica e de seus modelos

explicativos do turismo recorre por sua não-complexidade à abordagem do fenômeno turístico, como a seu caráter interdisciplinar, sob o ponto de vista sobretudo do objeto. Embora autores sistêmicos, como Beni e Sessa, reconheçam a existência do sujeito, continuam utilizando categorias de análise específicas da economia, e os *índices de desenvolvimento* do turismo fatalmente acabam mantendo o combatido viés economicista na concepção do que é o turismo.

Sendo parte de um processo histórico, a Teoria Geral dos Sistemas contém um princípio de complexidade. No entanto, para Morin (2003), o sistemismo deve, em qualquer circunstância, ser integrado a um novo paradigma. O surgimento da teoria, a partir de uma reflexão sobre a biologia, feita por Bertalanffy, pretende-se universal na medida em que propõe que deve dar conta de qualquer realidade existente, como o átomo, a molécula, a célula, o organismo, a galáxia e também a sociedade, já que abriga a associação combinatória de elementos.

Morin (2003) apresenta três direções contraditórias para o sistemismo. A primeira delas é o princípio de complexidade, a segunda característica é a repetição de algumas verdades primeiras, e aceptizadas ou holísticas, que não chegarão nunca a se tornar operantes, e a última característica são as operações redutoras similares às da cibernética, conservando em sua abstração qualquer coisa da sua origem concreta.

No entanto, os ganhos para o conhecimento, propiciados pela Teoria Geral dos Sistemas, não são renegados por Morin (2003), que salienta a importância da concepção do todo, que não se reduz à soma de suas partes. A unidade passa a ser complexa e com uma certa ambigüidade, já que não é mais nem real nem puramente formal. Sua amplitude pode ser estendida a todo o cognoscível, apresenta características transdisciplinares, que permitem que se conceba simultaneamente a característica da unidade e a da diferenciação da ciência. Outro acerto da teoria é a noção de sistema aberto, em contraponto ao sistema fechado, inerente ao princípio da física antiga. Segundo Morin (2003), a idéia inicial de que haveria equilíbrio entre os diferentes corpos existentes, de que o mundo poderia ser classificado, analisado e reduzido, e de que existiria uma causalidade unilinear é rompida pelo teorema de Gödel, ao abrir uma brecha em todo o sistema axiomático. O sistema aberto mostra que “as leis de organização do ser vivo não são de equilíbrio, mas de desequilíbrio, recuperado ou compensado, de dinamismo estabilizado”. (MORIN, 2003, p. 32) É na relação com o meio que está a inteligibilidade do sistema, que não é uma relação de dependência, mas constitutiva do mesmo.

Essa abordagem vai ao encontro do paradigma proposto por Molina (2003), chamado *posturismo*: um modelo que apresenta novos valores, metodologias e técnicas no processo de desenvolvimento, análise e enriquecimento conceitual do turismo e que se identifica, segundo o autor, com características traduzidas a seguir:

- a demanda acessa mais informações (rede), é exigente e mutante em relação à forma que decide, efetua e se comporta durante as viagens;
- a demanda passa a assumir o papel de protagonista, buscando o turismo “ativo” e é consciente da importância da relação preço/qualidade e do valor da viagem;
- os mercados estão integrados e geram múltiplas ofertas de produtos e serviços, com grande variedade de preços;
- facilitação das operações do tráfego aéreo, bem como o melhoramento de serviços, informações e facilitações alfandegárias;
- tecnologias que favorecem a penetração nos mercados, quando o consumidor pode acessar diversas fontes de informação;
- as comunidades locais tendem a apreciar o valor de seus recursos naturais e culturais e a reconhecer sua importância para o futuro;
- as comunidades esperam algo mais do turismo do que uma simples possibilidade de emprego, querem também participar das decisões sobre o tipo de turismo desenvolvido ou a ser implementado, bem como o tipo de turista e quais espaços estão dispostos a compartilhar com eles.

Reconhecer a complexidade como simples acaba simplificando-a. A proposta é manter uma lógica (que agrupa a não lógica) complexa para pensar a complexidade. A compreensão não complexa do fenômeno turístico acarreta o uso de categorias de análise e teorizações simplificadoras e, conseqüentemente, insuficientes para análise do turismo.

O turismo deveria, segundo Molina (2005), ser um instrumento para possibilitar melhores condições de vida nos países em desenvolvimento. A garantia disso partiria das ações tomadas em cada sociedade, que deveriam assumir o desafio de estabelecer os mecanismos necessários para seu desenvolvimento e não aguardar passivamente pelas definições de outras sociedades, do mercado e da globalização. O papel do Estado como promotor do desenvolvimento do turismo seria o de proteger a vida e os direitos à propriedade, pois somente em uma comunidade com boa qualidade de vida o turismo será reconhecido. As políticas públicas deveriam visar à inclusão social.

Pode-se relacionar tal visão ao desenvolvimento como caminho para a liberdade, como aponta Sen (2000), que procura demonstrar que “o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. (SEN, 2000, p. 17). Segundo o autor, existem dois caminhos para o desenvolvimento, um deles é a ditadura, e o outro é um processo “amigável” que leva à liberdade, cujas trocas são benéficas, há a atuação de redes de segurança social, de liberdades políticas e o desenvolvimento social ou mesmo a combinação de algumas dessas atividades. Nesse processo, o Estado participa propiciando “intitamentos” à população. Esse “intitamento” significa a capacidade de poder adquirir bens e serviços, ou seja, o Estado deve garantir o acesso à alimentação, à educação, à moradia e à segurança, entre outros, mediante de leis de apoio, o que é diferente de programas para sanar o problema de um grupo de pessoas que passa fome. O caminho da ditadura não leva em consideração os custos sociais, políticos ou ambientais do desenvolvimento como fim.

A fim de gerar desenvolvimento, diversos países, regiões ou mesmo cidades adotaram modelos de planejamento para orientar a atividade turística, sobretudo o espaço em que essa ocorre. Em sua origem no campo do turismo, o planejamento visou a reordenar os destinos turísticos massificados, com a finalidade principal de revitalizar tais espaços e também de deter os danos ambientais e sociais causados pelo crescimento desordenado da atividade.

2.3 Modelos de planejamento e desenvolvimento adotados pelo turismo

A origem do planejamento, segundo Gunn (2002), data de 3000 a.C., quando as cidades da Índia foram organizadas em blocos, formando um grande círculo, orientadas pelos pontos cardeais. Ao longo do tempo, o planejamento teria orientando as construções das cidades. Na Idade Média, eram planejadas visando à segurança contra ataques de soldados inimigos. Suas organizações contavam com enorme controle político. Na transição entre a Idade Média e a Idade Moderna, os povoados ordenados a partir das propriedades dos nobres seguiam valores estéticos da classe dominante.

Com o crescimento das cidades, a partir da Revolução Industrial, a desordem toma o lugar do planejamento. Uma das primeiras ações de planejamento seria justamente o

contraponto ao capitalismo, que seria a Revolução Bolchevic, ocorrida na Rússia em 1917, visando à implementação do sistema comunista naquele país.

Segundo Molina (2005b), o planejamento surgiu na América Latina a partir da necessidade de os países periféricos organizarem um conjunto de políticas que acelerassem seu crescimento econômico, para combater o desenvolvimento desigual marcado pelo processo de evolução social latino-americano.

A partir da década de 30, ano em que o planejamento empresarial passa a ser implementado nos Estados Unidos, a alternativa adequada encontrada pelos países da América Latina, com forte participação dos governos nacionais, foi impulsionar a industrialização, transformando a estrutura produtiva dos países, que era basicamente agrária, com a intenção de alcançar estágios mais desenvolvidos econômica e socialmente.

A indústria assume o papel de ser o motor do crescimento econômico dos países latino-americanos. Algumas políticas de crescimento são adotadas pelos países guiados pela Cepal. Tais políticas foram de financiamento externo, políticas agrárias, políticas de proteção do mercado interno e políticas de dotação de recursos.

O Estado interventor ou desenvolvimentista teve importante papel na América Latina, sobretudo no Brasil, na Argentina, no México, na Colômbia e no Chile. Para Molina e Rodríguez (2001), os governos desses países intervíram na produção, porque reconheceram que o setor privado foi incapaz de atender às demandas da população. Além disso, acreditaram em uma certa auto-afirmação de suas nações, baseados nas suas reservas de recursos naturais e humanos. Os países menores, segundo os autores, pela sua falta de recursos, consideraram que as trocas com o Exterior seriam mais adequadas para buscar produtos que eles não geravam. Nesse contexto, os países que buscaram auto-suficiência foram os que se ocuparam com o planejamento do seu desenvolvimento.

No entanto, a forma como os governos e as elites dominantes concebiam o desenvolvimento, que era como sinônimo de crescimento econômico, resultou em uma crescente exclusão social. A industrialização trouxe consigo a concentração de riqueza e a exploração da mão-de-obra, não fora do contexto de dependência já abordado anteriormente, exposto por Cardoso e Falleto (2000). A busca de recursos financeiros para a execução da modernização dos países em desenvolvimento gerou problemas que até hoje são um grande empecilho ao desenvolvimento de nações, dentre eles destaque para a depredação do patrimônio ambiental, a dívida externa adquirida e o pagamento de seus juros, em dólares.

O planejamento surge assim, para Molina (2005b), em um contexto histórico de segregação do mundo entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, com o objetivo

fundamental de os países obterem exitoso crescimento econômico, a partir da industrialização. “Pode-se dizer que o planejamento para a mudança na América Latina surge como uma necessidade histórica.” (MOLINA; RODRÍGUEZ, 200, p. 57-58). O planejamento é a saída encontrada pelos países periféricos para sanar seu atraso e sua pobreza em relação aos países cêntricos.

Segundo Barretto (2002), a primeira ação de planejamento que ocorreu no Brasil foi o Plano Quinquenal Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, em 1939, durante o governo de Getúlio Vargas. O plano referia-se à administração da escassez de alguns bens em decorrência de conflitos bélicos. No decorrer dos anos, percebe-se, por parte do poder público do País, a criação de planos sobretudo econômicos, visando acelerar o crescimento da nação.

Gama define planejamento como um “processo racional, sistemático e flexível cuja finalidade é garantir o acesso a uma situação determinada... (ou desejada) ... a qual não se poderia chegar sem este processo”. (apud MOLINA, 2005b, p. 49). Teria, então, um papel importante no processo de industrialização, permitindo maior controle no funcionamento do sistema econômico.

O processo de planejamento, para Molina e Rodríguez (2001), deve atender a três ordens: a) identificar variáveis objetivando a adoção de determinadas ações baseadas em análises científicas que permitam alcançar os objetivos e as metas traçadas; b) prever o rumo dos acontecimentos a partir de decisões coerentes com os objetivos; c) seguir um processo sistemático e flexível, a fim de garantir a consecução dos objetivos.

Para a modificação da realidade proposta, baseada sobretudo na clara definição de objetivos, é preciso elaborar um diagnóstico da realidade, perpassando seu surgimento até o estágio atual do fenômeno, possibilitando sua total compreensão. A partir dessas informações, é possível seguir para a próxima etapa do planejamento, que é a elaboração do prognóstico. Essa fase consiste na “previsão referente ao comportamento futuro do objeto de planejamento”. (MOLINA; RODRÍGUEZ, 2001, p. 95). Como toda a previsão, a elaboração do prognóstico é realmente difícil, pois as alterações abruptas no meio podem causar mudanças inesperadas no fenômeno a ser planejado.

A etapa seguinte do planejamento deve dar conta da identificação e fixação dos fins qualitativos e quantitativos, que são os objetivos e as metas, respectivamente. A escolha dos objetivos e das metas deve estar calcada nas demandas das sociedades e atender às necessidades internas das nações, obedecendo a critérios políticos, sociais, técnicos e econômicos. Após a fixação dos fins, parte-se para a composição de estratégias flexíveis, que

possam ser alteradas ao longo do tempo a partir de demandas não previstas, integradas por políticas de acordo com o fenômeno planejado. No caso do turismo, as políticas devem ser de desenvolvimento de atrativos, de planos e equipamentos, de infra-estrutura e de supra-estrutura, de capacitação, de promoção, de legislação e de organização.

A identificação de instrumentos de planejamento consiste em viabilizar as estratégias, como os financiamentos, os gastos e as receitas públicas e as normas jurídicas. A partir dessa etapa, inicia a aplicação do plano, com as atividades corretamente programadas e que devem ser cumpridas satisfatoriamente.

A instrumentação é a fase que formula a avaliação de projetos, etapa que finda o processo de planejamento, mas está presente em todos os momentos.

Para os autores, o planejamento por si não garante resultados positivos, ele depende sobretudo das características do meio em que ocorre. O meio abrangente do planejamento é conformado pelo contexto político, social, econômico, administrativo institucional, científico e ambiental. O contexto político deve ser favorável, e isso significa um apoio real e consensual, e deve estar apoiado sobretudo em questões sociais, físicas e econômicas. No contexto social, o maior obstáculo está na compreensão do governo de que a mudança almejada pelo planejamento seja quantitativa, enquanto que a maioria dos governados espera que ela seja qualitativa. Ou seja, o crescimento econômico esperado não deveria ser centralizado, o que causa maior desigualdade social, mas inclusivo, atingindo a maioria da população. A integração administrativo-institucional deve contar com o apoio comunitário, pois quanto maior o compromisso das partes envolvidas, maiores as chances de os resultados serem positivos. O desafio científico do planejamento consistiria na conciliação entre as ciências fatuais (ciências sociais, psicologia, economia, etc.) e as formais (lógica e matemática). O espírito de preservação ambiental deveria se fazer presente nos países latino-americanos, que em seu período de industrialização causaram verdadeiros desastres ecológicos.

Barretto (2002) identifica dois princípios presentes nas principais definições de planejamento. O primeiro deles é a idéia de complexidade, seja expressa no planejamento como sistema, processo ou mecanismo, e o segundo é o interesse no futuro. Planejar seria pensar organizadamente e colocar em prática ações que visem a estados futuros desejados, à luz do conhecimento da realidade.

O planejamento é uma atividade, não é algo estático, é um dever, um acontecer de muitos fatores concomitantes, que têm de ser coordenados

para se alcançar um objetivo que está em outro tempo. Sendo um processo dinâmico, é lícita a permanente revisão, a correção de rumo, pois exige um repensar constante, mesmo após a concretização dos objetivos (BARRETTO, 2002, p. 12).

Segundo a autora, a visão economicista do planejamento reduz seu caráter complexo, levando em consideração apenas a aplicação otimizada de recursos, a fim de gerar lucros. No planejamento turístico, o cuidado social deve ser redobrado, pois diz respeito às pessoas que se deslocam e às comunidades que recebem. A escolha de profissionais competentes, que dominem métodos de pesquisa, tenham objetividade e observação cuidadosa, seria essencial no planejamento turístico.

O princípio da ciência seria, para Barretto (2002), o que diferenciaria o planejamento das intenções cotidianas dos sujeitos, requerendo o uso de métodos científicos e de conhecimento. O planejamento seria orientado pelos princípios da inerência, ou seja, o planejamento tido como indispensável, o princípio da universalidade ou a eliminação de qualquer visão unilateral, o princípio da unidade, abrangendo diversos aspectos em um conjunto coerente, o princípio da previsão e o princípio da participação, em que todos os sujeitos da cadeia produtiva, seja pública, seja privada, ajam na mesma direção.

As dimensões que coexistem e são necessárias ao planejamento seriam, para a autora, a dimensão racional, a política, a técnico-administrativa e a valorativa.

No caso do planejamento turístico, geralmente ocorre uma programação ascendente em nível nacional, quando são dadas as diretrizes, os objetivos, as orientações, as realizações e o controle dos indicadores, seguindo o nível estadual, em que também ocorre a criação de diretrizes, objetivos, realizações e controle dos indicadores, além da elaboração de outros planos e findando no nível municipal, executor final do plano.

As fases que Barretto (2002) aponta para o planejamento turístico são as seguintes:

- *reflexão diagnóstica*: primeira etapa do processo que requer escolha e delimitação do objeto, análise e síntese da realidade, opção dos objetivos e metas a serem alcançados, estudo de viabilidade e criação de uma proposta preliminar de alternativas de intervenção, com planos, programas e projetos;
- *ação*: etapa de intervenção no meio, com a execução e o controle dos planos, dos programas e dos projetos. Essa fase deve ser documentada em roteiros, normas, manuais e relatórios;

- *reflexão crítica*: última fase do planejamento, ocasião em que os relatórios avaliativos devem considerar o retorno da intervenção.

A autora aponta para a tardia preocupação com o planejamento do turismo no País bem como para a tardia preocupação teórica sobre o tema. Apresenta o planejamento como um sistema,⁸ sendo o modelo científico a ser seguido. A principal contribuição do sistemismo para o planejamento turístico seria a dinâmica de atualização do processo, em que novas informações requerem novas decisões e assim sucessivamente, em um conjunto de microciclos articulados.

Para Ruschmann (2003), o objetivo do planejamento é fornecer facilidades e serviços para o atendimento dos desejos e das necessidades de uma comunidade, sendo definido então como “uma atividade que envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos”. (RUSCHMANN, 2003, p. 83). No âmbito da iniciativa privada, o planejamento objetivaria a obtenção de maiores lucros, criando estratégias para tanto.

A autora coloca como principal diferença entre o planejamento público e o planejamento privado a possibilidade de quantificar os objetivos alcançados – ou não alcançados – do setor privado e a dificuldade de se medirem mudanças estruturais qualitativas almejadas pelo setor público.

Na esfera do turismo, seria o Estado o principal responsável pelo planejamento e pela legislação turística, visando ao desenvolvimento da infra-estrutura básica que propicie bem-estar a moradores e turistas, conservação do patrimônio ambiental e cultural e condições de operação da iniciativa privada. O plano de desenvolvimento do turismo seria “o instrumento fundamental na determinação e seleção de prioridades para a evolução harmoniosa da atividade, determinando suas dimensões ideais, para que, a partir daí, possa-se estimular, regular ou restringir sua evolução”. (RUSCHMANN, 2003, p. 84).

O principal desafio dos responsáveis pelo planejamento do turismo, para a autora, seria propiciar ao maior número de pessoas possível o uso dos produtos turísticos e ao mesmo tempo proteger os destinos turísticos da descaracterização natural e cultural dos mesmos. Critérios políticos, econômicos e sociais devem ser levados em conta para um coerente equilíbrio entre a visitação e a preservação dos destinos turísticos.

Para Alfonso e Díaz (1992), seria a característica econômica predominante do turismo que permitiu a aplicação do planejamento econômico ao setor. No entanto, o reconhecimento de sua complexidade, posto que o turismo responderia a uma quantidade

⁸ A Teoria Geral dos Sistemas foi apresentada a partir da página 24 deste capítulo.

diversa e variada de efeitos, sejam eles diretos ou indiretos, levaria à criação do planejamento turístico adequado às características da atividade.

Segundo os autores, as duas etapas do planejamento turístico seriam a econômica e a propriamente turística. A primeira delas abarca as etapas do planejamento aplicáveis às diversas áreas, como o diagnóstico, a fixação de metas e objetivos claros e alcançáveis, bem como os instrumentos para os atingir. O planejamento físico do turismo deve se encarregar de ordenar o território dos destinos turísticos.

Definem planejamento como algo além de um plano de estudos ou projeto que não termina com a última obra realizada, pois ele deve retroalimentar a operação e a condução do fenômeno turístico até que gere um sistema de fluxo contínuo, a partir de suas orientações.

Os objetivos devem ser classificados segundo suas prioridades e prazos, de curto, médio ou longo prazos. Suas definições devem respeitar o histórico do processo do turismo, o potencial de desenvolvimento (qualidade dos atrativos turísticos, existência de infra-estrutura, mercado, etc.), a disponibilidade de recursos econômicos, o crescimento de setores produtivos afins e a capacidade de organização de cada localidade.

A fixação de objetivos é reflexo da política geral de desenvolvimento que se pretende impor a uma atividade socioeconômica (ou ao conjunto dessas)... não sendo assim, se corre o perigo de iniciar todo um processo de planejamento sobre bases equivocadas, podendo acarretar um grave desperdício de recursos e uma profunda frustração para os agentes econômicos que nele intervenham, posto que sem o apoio político, poucas vezes se chega a modificar a direção e o ritmo de crescimento de uma atividade econômica. (ALFONSO; DÍAZ, 1992, p. 36).

Os produtos do planejamento turístico, nos âmbitos nacional, regional, estadual e local devem ser, nessa ordem, o Plano Nacional de Turismo, o Plano Regional de Turismo, O Plano Estadual de Turismo, o Plano Local de Turismo, Programas e Projetos.

Para Boullón (1994), o planejamento turístico deve levar em conta a complexidade do fenômeno. Por muito tempo, os países da América Latina seguiram o modelo de planejamento turístico dos países desenvolvidos, preocupados com a ordenação urbana dos destinos turísticos. Além de questões paisagísticas, para o autor os planejadores do turismo deveriam levar em conta as questões socioeconômicas e as disponibilidades tecnológicas do ambiente a ser intervindo.

A preocupação do autor com a ordenação do espaço turístico provém sobretudo da livre-exploração territorial que ocorreu nas principais praias da América Latina, como por exemplo Acapulco no México; Mar del Plata na Argentina e Salinas no Equador. Nesses locais, o motivo inicial que atraiu os primeiros turistas, qual seja a paisagem, foi totalmente ou quase totalmente alterada pela construção de hotéis, restaurantes, condomínios de luxo e outros equipamentos, em um processo de desenvolvimento espontâneo. O que ocorreu a seguir foi um círculo vicioso: o aumento do fluxo de turistas demandou o crescimento da rede hoteleira, a possibilidade de hospedagem atraiu mais turistas, e assim por diante. A natureza passou a ocupar o lugar de simples marco paisagístico no sentido da definição geográfica de um espaço montanhoso ou plano.

O objetivo do planejamento do espaço turístico seria diminuir os impactos ao meio natural. O autor salienta que a paisagem não é planejável, ela é uma subjetivação que o homem faz do ambiente natural. O grau de impactação dependeria do tipo de turismo que se deseja para a área a ser planejada, sendo os atrativos naturais classificados como de uso intensivo, de uso restringido e de uso intermediário. Cada uma dessas categorias se refere à quantidade de fluxo de turistas.

O planejamento de atrativos naturais de uso intensivo, que são aqueles que recebem um grande fluxo de turistas, como por exemplo os centros turísticos de praia, as zonas de neve ou as áreas verdes ou lagos próximos a centros urbanos, deve seguir as seguintes fases: avaliação; implantação; investigação e análise; política ou solução de desenho.

A primeira fase, que se pode assimilar ao diagnóstico, possibilita identificar a situação atual do destino turístico, para estudar as concretas possibilidades de modificação da realidade que se deseja alterar. A avaliação permitirá a escolha da política de planejamento urbano a ser adotada, devendo estar amparada legalmente, para a reordenação do espaço, restringindo o domínio privado em benefício do aproveitamento público dos espaços. Para que as propostas de intervenção sejam efetivamente levadas às práticas, Boullón (1994) recomenda que, nessa fase do processo de planejamento, ocorram acordos, convênios e firmação de compromisso entre os diferentes agentes envolvidos.

Identificados os problemas e concordado que é preciso alterar a situação, a terceira etapa do planejamento, que é a definição da política de urbanismo, em uma tentativa de evitar que se agravem as situações de massificação dos espaços, pode-se optar por atuar sobre os projetos existentes ou realizar novas projeções. Para o autor, a opção de novas projeções seria tecnicamente mais fácil. Nessa situação, o governo deve optar pelo deslocamento de uma

destinação turística para uma área próxima e ordená-lo territorialmente em harmonia com a natureza – e em parceria com o setor privado.

Os atrativos naturais de uso restringido são os que se encontram afastados por dificuldades de acesso, apresentam pouco interesse turístico ou têm seu acesso controlado. Nesses casos, o pouco fluxo de turistas não pode levar a situação ao descaso. Cabe ao poder público orientar as populações locais na construção de seus negócios, indicando como e onde devem ser feitos e responsabilizando-os pelo cuidado e pela limpeza do entorno, em contrapartida ao direito de uso dos espaços, ainda que sejam particulares, gerando desenvolvimento e benefício das comunidades locais.

Em relação às áreas com controle de acesso, o autor salienta que essas geralmente já foram apropriadas pelas secretarias ou pelos ministérios do Meio Ambiente e organizadas como parques, reservas ou santuários de preservação natural. Cabe aos órgãos competentes a realização de estudos para a definição desses espaços em áreas intangíveis, áreas de observação ou áreas de concentração. Nesses casos, não cabe nenhum planejamento do espaço turístico.

Nos espaços intangíveis é proibida a entrada tanto de turistas quanto de qualquer outros sujeitos, com o propósito de manter intacto o ecossistema de uma área. As superfícies de observação permitem que turistas contemplem exemplares das espécies das áreas sem acesso, em regiões onde essas se manifestem com maior beleza. As áreas de concentração reúnem os espaços destinados a estacionamento, centros de informações, sede administrativa, alojamento de guardas e guias, centros de interpretação, reserva de combustível, sanitários, camping, lancherias, piscinas e mesmo algum hotel. Nessa área, deve-se ter o cuidado de integrar a arquitetura à natureza, com materiais próprios do local, construções que não ultrapassem dois andares e que se localizem em lugares onde interfiram o menos possível na paisagem, o que geralmente é na entrada dos parques.

Os atrativos naturais de uso intermediário geralmente são aqueles que contam com um único atrativo natural em dada área, atraindo um fluxo inferior ao dos atrativos naturais de uso intenso e superior aos de uso restrito. Nesse caso, o planejamento a ser seguido inicia com a análise do espaço em que o atrativo se situa, determinando o raio de influência visual e sonora, a fim de definir as possibilidades de construção no entorno e evitar ruídos no local. A segunda etapa é a definição do acesso e da área de estacionamento dos veículos. A fase seguinte deve ocupar-se em definir o plano de construções quanto ao tamanho, a materiais e à distribuição espacial. A última preocupação é a de zonear as áreas de acesso e a capacidade de carga das mesmas.

Para que um centro urbano tenha condições de comportar um centro turístico, “a relação máxima entre a população permanente e a população turística simultâneas não deve ultrapassar seis habitantes por turista”. (BOULLÓN, 1994, p. 211). O autor defende a delimitação do espaço turístico em centros urbanos para seu melhor controle e planejamento, acarretando maior comodidade também aos turistas. Para a escolha dessa área, deve-se levar em conta sobretudo a rede de transportes e a proximidade ao atrativo turístico considerado mais importante.

Pearce (1991) considera o planejamento turístico a ferramenta de intervenção no desenvolvimento da atividade, podendo gerar um melhoramento ou mesmo prover instalações e serviços turísticos, influenciando na geração de empregos e renda.

O autor também leva em conta a complexidade da atividade turística, abarcando uma gama diversificada de empresários, turistas, a economia como um todo e interfere no seu entorno. Para o autor, a necessidade de planejar o turismo também advém da forma descontrolada como a oferta turística se conformou em busca da competitividade.

É necessário certo grau de planejamento para coordenar e sincronizar o desenvolvimento de diferentes setores, equilibrar as demandas competitivas e que algumas vezes entram em conflito em função do uso de recursos limitados, maximizar o impacto positivo do desenvolvimento turístico e minimizar seus efeitos adversos. (PEARCE, 1991, p. 99)

Segundo o autor, medidas diretivas para o reordenamento do turismo levam a um resultado esperado mais positivo do que medidas corretivas. Outro aspecto facilitador do processo é a clara definição de papéis dos diferentes agentes envolvidos no processo, sejam agentes públicos ou privados, evitando a duplicação de algumas ações e o descaso com outras situações.

Percebe-se uma maior preocupação do autor em planejar o turismo com vistas à otimização econômica do setor, focando o diagnóstico em estudos de mercado (oferta e demanda turísticas) e as ações em melhorar a balança de pagamentos. Pearce (1991) também aponta para o problema levantado por Boullón (1994) de os países em desenvolvimento copiarem modelos de planejamento dos países desenvolvidos, geralmente inadequados para a realidade dos primeiros. Nos locais onde tal situação ocorreu, o autor observou que os planos não obtiveram êxito, muitas vezes não chegaram a ser executados.

O processo de planejamento, por ser dinâmico, não deve ser reduzido a um plano ou a um conjunto de planos, geralmente estáticos. O planejamento requer uma certa flexibilidade, com alterações de diretrizes conforme mudanças estruturais ou factuais, como por exemplo uma crise de energia elétrica não prevista (PEARCE, 1991).

Para Gunn (2002), o que o levou a buscar novas formas de melhor planejar o turismo foi sua observação acerca dos erros e das lacunas do desenvolvimento do turismo ao longo de sua vida profissional. O uso dos benefícios econômicos da atividade turística já não seriam suficientes para justificar o turismo, sobretudo frente aos impactos ambientais que ele gera. Essa situação suscitou uma grande demanda por novas idéias de como se planejar o turismo.

As primeiras obras sobre planejamento turístico seriam, segundo o autor, da década de 1970. Desde o princípio, os livros que tratavam do tema traziam o turismo como um sistema. O foco dos planos era o crescimento econômico, sendo criadas diversas fórmulas matemáticas para o estudo da oferta, da demanda e da atratividade turística dos países ou das regiões.

Outra influência apontada pelo autor ao planejamento turístico seria o planejamento urbano e o planejamento rural. Do planejamento urbano teria ocorrido a adaptação do planejamento espacial do turismo, voltado à ordenação da atividade nos centros urbanos, como apresentado anteriormente nas concepções de Boullón (1994) e Pearce (1991).

A busca pelos benefícios das entidades privadas e pela geração de lucros teria massificado a atividade turística de forma surpreendentemente negativa, cujos gastos com publicidade teriam ultrapassado as cifras dos bilhões de dólares. “O Turismo de massa se tornou um fenômeno sem precedentes.” (GUNN, 2002, p. 21).

O planejamento torna-se imprescindível para o desenvolvimento responsável do turismo, visando à amenização dos impactos negativos, à provisão de seus próprios valores e práticas que levem em conta a proteção do meio ambiente. Para tanto, a definição das metas é de suma importância. As metas seriam, para o autor, o coração do planejamento, pois elas definiriam uma série de decisões particulares, corporativas e governamentais.

O crescimento descontrolado do turismo teria gerado a necessidade de seu controle, mediante a criação de políticas e planos de turismo, bem como o surgimento das novas expressões na área: sustentabilidade, ecoturismo, turismo natural, turismo verde e turismo cultural. Tal reordenação da atividade não seria prerrogativa do turismo, o mesmo teria ocorrido nas áreas da educação, da saúde e da segurança.

2.3.1 Modelos de planejamento e desenvolvimento turísticos adotados no Brasil

O histórico do planejamento do turismo no Brasil, segundo Beni (2006), seria marcado por descontinuidades de gestão, diretrizes e macroindicações pouco claras, não objetivas e dificilmente reproduzíveis, dificultando a participação dos poderes públicos, das comunidades e da iniciativa privada nos níveis municipal, estadual e mesmo federal.

A primeira instituição pública oficial de turismo, em nível federal, a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), foi criada no dia 18 de novembro de 1966, juntamente com o Conselho Nacional de Turismo (CNTUR), a partir do Decreto-lei 55, 1966. Algumas intervenções governamentais já haviam sido feitas, como a iniciativa de proteção dos bens históricos e artísticos nacionais e a fiscalização de agências e venda de passagens, entre os anos de 1937 e 1945.

O Estado do Rio Grande do Sul foi pioneiro na institucionalização do turismo, criando, em 1950, a partir da Lei 997, o Conselho Estadual de Turismo (CET) e o Serviço Estadual de Turismo (Setur), sendo que apenas o primeiro entra em exercício imediatamente. (GOIDANICH, 1993).

Retornando ao cenário nacional, a Embratur, vinculada na época ao Ministério da Atividade e Comércio, atuava sob a forma de empresa e não tinha receita própria. Sua ação centrava-se no gerenciamento de recursos e benefícios que provinham de incentivos fiscais e financeiros destinados ao setor turístico. A partir da década de 1970, uma série de fundos de financiamento foram criados para desenvolver o setor, sendo que os empreendimentos que pleiteavam tais fundos deveriam pertencer a programas vinculados aos seus municípios ou estados, sob o gerenciamento da Embratur. (BENI, 2006).

Para Beni (2006), o direcionamento de tais recursos feito pela Embratur, foi equivocado, sendo esse fato alertado por profissionais e pesquisadores da época. “Esses capitais incentivadores foram utilizados quase integralmente em hotéis de luxo, de 250 mil dólares a unidade habitacional, em empreendimentos de valor não inferior a 25 milhões de dólares.” (BENI, 2006, p. 24). Os investimentos focaram equivocadamente o turismo internacional, quando, segundo o autor, deveriam visar à consolidação do turismo interno, para posteriormente galgar novos mercados. O autor salienta ainda que, na maioria dos casos, não houve estudo de viabilidade econômica, de localização, de formação de recursos humanos ou de inclusão social.

Na década de 1980, segundo Beni (2006), a formulação da nova Constituição propiciou ampla discussão nacional sobre o turismo. Os principais destaques do período foram as ações institucionais focadas na preservação ambiental. Foi estabelecido o Sistema Nacional de Turismo, colegiado responsável pela organização política do turismo no País, e que deveria centralizar o planejamento, coordenar e executar planos, programas e projetos otimizando recursos, composto pela Embratur, pelo CNTUR e pelo Ministério da Indústria e Comércio. Para o autor, a ausência de representatividade do setor privado foi a principal causa das lacunas e deficiências do Sistema Nacional de Turismo.

A década de 1990 é considerada por Beni (2006), um período de mudanças nas políticas públicas de turismo que ampliaram o debate entre governos, iniciativa privada, academia e sociedade. Seguindo as recomendações da Organização Mundial do Turismo (OMT), para seus países membros, a Embratur criou o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), em uma tentativa de incrementar o produto turístico brasileiro a partir da conscientização dos habitantes e governantes dos municípios sobre os benefícios econômicos do turismo e também com o objetivo de descentralizar as atividades de planejamento.

No entanto, Beni (2006) identifica, já na implementação do PNMT, uma falha que viria a comprometer seus resultados:

O modelo presumia o conhecimento prévio, por cada país, de seu espaço turístico nacional ou de sua imediata identificação, o que levaria o programa do RINTUR – Relatório do Inventário Turístico Nacional a ser a primeira providência tomada. Como isso não foi feito, queimou-se essa primeira etapa, e muitos municípios apresentaram-se como vocacionados para o turismo. (BENI, 2006, p. 26).

Outra crítica ao programa seria sua desconsideração com as inúmeras especificidades geográficas e culturais do País, oferecendo o mesmo modelo de implementação a todos os municípios. Para o autor, a anterior inventariação nacional propiciaria a identificação de regiões turísticas a partir do agrupamento de atrativos, infraestrutura, equipamentos e parâmetros mercadológicos, caracterizando a divisão em zonas turísticas.

São dessa década também os programas de pólos turísticos, turismo interno, formação de recursos humanos, produtividade e qualidade no setor turístico, ecoturismo, Mercado Comum do Sul (Mercosul) e marketing internacional.

Em seguimento às políticas nacionais de preservação ambiental, iniciadas na década anterior, a Embratur instituiu programas focados no desenvolvimento sustentável das regiões do País, com recursos externos, majoritariamente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial. Em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e dos Recursos Naturais Renováveis, lançou o programa “Parques Naturais”, objetivando gerar crescimento econômico e social nas regiões de entorno dos espaços naturais protegidos.

Na atualidade, a criação do Ministério do Turismo (Mintur), em 2002, marcou uma nova estrutura, agora própria, com orçamento específico e possibilidade de centrar as ações especificamente no setor. Na nova estrutura, a Embratur assume a promoção do País no Exterior e mantém sua característica de pesquisa, fornecendo dados para “orientar os processos de tomada de decisão, avaliar o impacto da atividade turística na economia nacional e formatar novos produtos e roteiros turísticos”. (BENI, 2006, p. 29).

Juntamente com a criação do Mintur, foram criadas as Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, responsável pela elaboração e desenvolvimento do instrumento de execução da Política Nacional de Turismo, a Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, com o papel de subsidiar a formulação dos planos, dos programas e das ações pertinentes à execução da Política Nacional de Turismo e gerenciar o Fundo Geral de Turismo (Fungetur).

O planejamento nacional do turismo conta atualmente com abordagem regional por meio do Programa de Regionalização do Turismo, também chamado “Roteiros do Brasil”, cujos estados do País recebem orientações do Mintur, pelas Diretrizes Políticas e Diretrizes Operacionais do Programa, que devem ser repassadas aos municípios e às regiões participantes.

Como princípios das diretrizes operacionais do programa tem-se a participação, a sustentabilidade, a integração e a descentralização, apoiado pela criação de uma estrutura de coordenação que inclui a criação de instâncias de governança regionais, ou simplesmente entes responsáveis pela gestão do turismo na esfera regional capazes de promover a gestão coordenada do programa e a formação de parcerias para sua implementação. (BENI, 2006, p. 30).

Para o autor, a conjuntura da atual política de turismo do País é positiva. No entanto, exige que se tenha clareza quanto aos objetivos a serem alcançados, para desenvolver o

turismo regional no Brasil. Apenas as regiões que tiverem clareza do processo poderão obter êxito. Para que as destinações sejam competitivas, é preciso que as regiões trabalhem na perspectiva de estratégias integradas.

Se, por um lado, o Ministério do Turismo apresenta hoje uma estrutura institucional correta e apta a planejar o espaço turístico nacional com diretrizes norteadoras e estruturantes do processo de regionalização do turismo, por outro, o Estado e os municípios ainda enfrentam enormes dificuldades e obstáculos para entender, aplicar, operacionalizar e dar continuidade, em seus limites político-territoriais, às diretivas prescritas e aplicáveis em suas respectivas conjunturas. (BENI, 2006, p. 31).

As principais dificuldades nesse sentido seriam a falta de recursos humanos qualificados para a correta compreensão e aplicação das diretrizes e as deficiências institucionais no setor em várias regiões do País, as quais acarretam o não-entendimento da política de regionalização, na falta de planos e de projetos. A consequência disso, que Beni (2006) já percebe, é a criação de roteiros regionais, e não de uma regionalização sustentável do turismo.

A estratégia do Mintur, em promover a roteirização regional, rapidamente também é considerada equivocada pelo autor, pois este serve momentaneamente para questões mercadológicas, ampliando o fluxo de turistas a curto prazo, mas não é o instrumento correto para alcançar desenvolvimento sustentável.

Percebe-se que, para Beni (2006), o correto planejamento do turismo, que o levaria ao desenvolvimento sustentável, está calcado em planos diretores que definam cenários de articulação inter e entre a cadeia produtiva, que busquem a integração e identificação dos sujeitos do processo, sejam eles públicos, sejam privados, que foquem a gestão compartilhada e também o compartilhamento de custos; que levem em conta os impactos do turismo, distribuindo justamente os benefícios e o ônus; que gerem empregos locais diretos e indiretos; que visem à inclusão social, à redução da pobreza e à redistribuição de renda; que estimulem negócios lucrativos; que pensem estratégias para a transferência de renda de regiões mais ricas para regiões mais pobres e que abranjam a coesão política e social, a cooperação e o associativismo.

Tem-se até aqui o cenário em que as concepções de desenvolvimento, crescimento econômico, turismo e planejamento surgem e se consolidam.

Com o propósito investigativo de desconstruir o modelo de desenvolvimento turístico, adotado como alternativa para o crescimento econômico das comunidades, para avançar a análise crítica sobre o processo de desenvolvimento que vem ocorrendo na Serra Gaúcha, especificamente na cidade de Gramado, faz-se uso do discurso dialético histórico-estrutural e de suas categorias *a priori* na busca de uma compreensão desse mundo do turismo.

3 A SUPERAÇÃO DA REALIDADE – UM EXERCÍCIO METODOLÓGICO

Para esta investigação acerca do desenvolvimento do turismo, utiliza-se aporte da metodologia das Ciências Sociais, com enfoque histórico-estrutural. O método histórico-estrutural visa a analisar a realidade empírica dinâmica, dentro de um contexto histórico específico, em uma relação dialética com a realidade.

Distingue-se a teoria teórica da teoria científica, que, para Bourdieu (2000) diferem na abordagem empírica. Enquanto a teoria teórica realiza um discurso profético, a teoria científica é capaz de “pôr em jogo ‘coisas teóricas’ muito importantes a respeito de objetos ditos ‘empíricos’ muito precisos” (BOURDIEU, 2000, p. 20), sendo esse o “cume da arte em Ciências Sociais”.

Cabe salientar que se parte do pressuposto de que todo o conhecimento é parcial e limitado. Nenhuma pesquisa é totalmente controlável, pois imprevistos podem ocorrer, tendo em vista que se constitui em um processo dinâmico, e nem sempre a previsão de uma etapa seguinte se concretizará. (GOLDEMBERG, 2003, p. 13).

3.1 Reconstrução de categorias de análise: categorias *a posteriori*

Com a preocupação de desconstruir a concepção de desenvolvimento, a partir do turismo, e fundamentar novos conhecimentos sobre as diferentes formas e dimensões desse processo e seus impactos nas comunidades, faz-se uso de categorias *a posteriori*, as quais segundo Cheptulin (1982), seriam as formas da atividade criadora da idéia, determinando a essência das coisas materiais. A categoria *Ideologia* é reconstruída a partir de Chauí e de Althusser. A categoria *Poder Simbólico*, por Bourdieu; já *Identidade Étnica*, por Jardim, Silva e Bittencourt Júnior e *Desenvolvimento Sustentável* por Rocha, Sen e Beni. A categoria *Região Turística* é reconstruída por Haddad, Acerenza e Beni e o *Sistema Turístico*, por Boullón, Beni, Sessa e Morin.

Espera-se que as categorias abordadas possam contribuir para a análise das práticas sociais do turismo e, posteriormente, indicar caminhos para a construção de novas perspectivas sobre os modelos de desenvolvimento turístico.

3.1.1 Ideologia

O surgimento do termo *ideologia* teria ocorrido, segundo Chauí (2004), na França, em 1801. Um grupo de autores conhecidos como os ideólogos franceses, com destaque para Destruitt de Tracy, críticos da monarquia, da Igreja católica e da metafísica buscou formular uma teoria sobre as faculdades sensíveis que seriam responsáveis pelas idéias dos sujeitos, como o querer (vontade), o julgar (razão), o sentir (percepção) e o recordar (memória). A intenção seria a de elaborar uma ciência da origem das idéias como fenômeno natural que ocorreria na interação dos homens com o meio ambiente.

Segundo a autora, o sentido pejorativo do termo surgiria em discurso de Napoleão Bonaparte, que, em 1812, teria declarado ao Conselho de Estado:

Todas as desgraças que afligem nossa bela França devem ser atribuídas à ideologia, essa tenebrosa metafísica que, buscando com sutilezas as causas primeiras, quer fundar sobre suas bases a legislação dos povos, em vez de adaptar as leis ao conhecimento do coração humano e às lições de história. (BONAPARTE apud CHAUI, 2004, p. 27).

Napoleão inverteria assim o sentido que Destruitt de Tracy e seus colegas teriam dado ao termo. Foram chamados de metafísicos, mas eram materialistas e realistas. A inversão de sentido causada naquele momento teria influenciado cientistas sociais como Marx, por exemplo, para quem a ideologia tem o poder de inverter as relações entre as idéias e o real.

A ideologia designaria, contemporaneamente, segundo Chauí (2000), o ponto de vista, as idéias e as opiniões da classe dominante, que se tornam também a visão de mundo dos dominados. A ideologia seria resultante ainda de um processo intelectual de interpretação da realidade por parte da classe dominante, que passa a ser senso comum. Dentre as conseqüências disso, segundo a autora, estaria a alienação social, que se exprime no conhecimento comum, em que todos assimilam, por exemplo, que os pobres assim o são por sua própria incapacidade de construir riqueza, por motivos naturais ou mesmo porque assim Deus o quer.

A função da ideologia seria então camuflar as diferenças sociais e políticas entre dominantes e dominados, a partir da naturalização da configuração social. Todos seriam iguais, mas alguns, infelizmente, teriam menos capacidade do que outros.

A produção ideológica da ilusão social tem como finalidade fazer com que todas as classes sociais aceitem as condições em que vivem, julgando-as naturais, normais, corretas, justas, sem pretender transformá-las ou conhecê-las realmente, sem levar em conta que há uma contradição profunda entre as condições reais em que vivemos e as idéias. (CHAUÍ, 2000, p. 174).

A eficiência da ideologia ocorreria na medida em que mantém as sociedades indiferentes, apáticas, transigentes, ou seja, sem que reflitam sobre as desigualdades e injustiças às quais são submetidas. Sua atuação se daria pela fabricação de idéias e casualidades falsas.

No senso comum, tem-se a idéia de que à mulher caberiam as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos, por ela ser mais frágil do que o homem. Enquanto senso comum, tal afirmação é naturalizada, de modo que a condição de ser do gênero feminino é que determina ou causa a função social feminina. Na realidade, a condição de gênero é uma questão cultural, histórica e social que muda conforme os costumes e as bases econômicas das diferentes sociedades.

Outra forma de proceder da ideologia seria a produção do imaginário social. A ideologia reproduz as imagens da experiência social e as transforma coerentemente em idéias, que funcionam como representações da realidade e como normas e regras e de conduta de comportamento. Tais sistemas explicativos e prescritivos das normas sociais ensinam a sociedade como ela deve pensar, falar, sentir e agir, assegurando uma certa tranquilidade ao convívio social, que em sua gênese seria repleto de contradições.

A terceira forma de operação da ideologia apontada por Chauí (2000) seria o silêncio. Dele é que provém a coerência do imaginário social produzido pela ideologia. Se tudo fosse dito, perderia a coerência.

A ideologia é comumente comparada ao inconsciente freudiano. Segundo Chauí (2000), existem três semelhanças principais entre eles. Para as duas teorias, os sujeitos adotam crenças, opiniões e idéias desconhecendo origens, causas e motivos, bem como sem avaliar se são coerentes e verdadeiras. Ambos operam pelo do imaginário e pelo silêncio. O

inconsciente e a ideologia não são deliberações voluntárias, pois necessitam de artifícios para se concretizar, como por exemplo as imagens, os sonhos e os lapsos para o inconsciente.

A partir da leitura de Lacan, influenciado por Freud, Althusser (1984) identifica na formação dos seres humanos, quando passam da existência biológica para a existência humana, uma Lei da Ordem, que o autor chama Lei da Cultura, designada pela linguagem na qual se dá toda a ordem humana. Os dois momentos principais dessa passagem se dão na relação do bebê com a mãe e na relação do bebê com o pai (o terceiro). “Esses dois momentos são dominados, governados e marcados por uma única Lei, a do Simbólico.” (ALTHUSSER, 1984, p. 65).

Todas as etapas vencidas pelo filho do homem o são sob o reino da Lei, do código de assinação, de comunicação e de não comunicação humanas; suas “satisfações” trazem em si a marca indelével e constituinte da Lei, da pretensão da Lei humana, que, como toda lei, não é ignorada por ninguém, sobretudo por quem a ignora, mas pode ser desvirtuada ou violada por qualquer um, sobretudo por seus mais puros fiéis. (ALTHUSSER, 1984, p. 66).

A ordem da Lei surge da relação entre a criança e a mãe e, posteriormente com o pai, quando ocorrem as normas dos ritmos temporais da alimentação, da higiene, dos comportamentos, das atitudes de aceitação e de recusa, o sim ou o não ditos à criança.

Pode-se fazer um paralelo entre o simbolismo presente desde as primeiras percepções do ser humano até as complexas formas de sociabilidade. Nesse sentido, o simbolismo não reconhecido mas vivenciado cotidianamente permearia as relações sociais de dominação. O turismo seria, em Gramado, um simbolismo do desenvolvimento.

O domínio, para Althusser (1985), se dá a partir da reprodução presente no modo de produção capitalista, que mantém as mesmas condições de produção dos meios de produção e da força de trabalho.

Segundo o autor, a reprodução das condições da força de trabalho ocorre fora da empresa e se dá a partir do que o salário pago pelos detentores dos meios de produção pode propiciar e também ocorre na escola, pois sendo Aparelho Ideológico do Estado, forma uma parte de alunos para a produção, outra parte para ocupar cargos técnicos e uma terceira parte de engenheiros. Além do ensino das técnicas, a escola é responsável por transmitir as regras do bom comportamento, ou seja, que cada um saiba se portar conforme a divisão social do trabalho estabelece.

Os Aparelhos Ideológicos do Estado (A.I.E.) são definidos por Althusser (1985) como “um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1985, p. 68), geralmente de domínio privado, que servem à ideologia vigente, ou a ideologia das classes ou das frações de classes dominantes. A diferença entre os A.I.E. e o Estado em si (Aparelho Repressivo do Estado) é a de que este exerce sua dominação pela violência, enquanto os A.I.E. usam o que Bourdieu (2000) chama Poder Simbólico. “Os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam principalmente através da ideologia, e secundariamente através da repressão, seja ela bastante atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica.” (ALTHUSSER, 1985, p. 70).

Considerando-se o princípio de que a classe dominante detém o poder do Estado e comanda as instituições privadas, conclui-se que os A.I.E. agem, atuam ou funcionam em conformidade com o Aparelho Repressor do Estado, em uma harmonia que, muitas vezes, apresenta turbulências e disputas. Este último está comprometido “em garantir pela força (física ou não) as condições políticas da reprodução das relações de produção, que são em última instância relações de exploração”. (ALTHUSSER, 1985, p. 74). O Aparelho do Estado assegura pela repressão as condições políticas do exercício dos A.I.E. É dessa relação que se “desenvolve o papel da ideologia dominante, a da classe dominante, que detém o poder do Estado”. (ALTHUSSER, 1985, p. 74).

Enquanto a Igreja teria sido o A.I.E. dominante no período pré-capitalista, é o Aparelho Ideológico Escolar que assume tal posição na maturação do capitalismo. Bourdieu (2000) também considera a escola uma importante instituição de reprodução da ordem social, munida do que ele chama de poder simbólico. Para Althusser, a escola

[...] se encarrega das crianças de todas as classes sociais desde o Maternal, ela lhes inculca, durante anos, precisamente durante aqueles em que a criança é mais vulnerável, espremida entre o Aparelho do Estado Familiar e o Aparelho do Estado Escolar, os saberes contidos na ideologia dominante (o francês, o cálculo, a história natural, as ciências, a literatura), ou simplesmente a ideologia dominante em estado puro (moral, educação cívica, filosofia). (ALTHUSSER, 1985, p. 79).

Terminando o décimo sexto ano de estudos, uma parte dos alunos seguiria diretamente para a linha de produção, outra parte da juventude seguiria os estudos para ocupar mais tarde cargos médios, e alguns comporiam o exército de reserva industrial.⁹

⁹ Para Marx, as economias capitalistas, para seu funcionamento dia após dia e ano após ano, necessitam de um “exército de reserva industrial”, uma reserva de gente pobre que pode ser utilizada e desprezada à vontade do

O processo de aprendizagem que está estreitamente vinculado à ideologia da classe dominante é que permite a reprodução das relações de produção. Os alunos pertencentes às classes operárias aprenderão na escola a como ser um proletário e a respeitar seus superiores enquanto esses aprenderão a comandar, ou seja, perpetua-se que os explorados seguirão sendo explorados e que os exploradores continuarão explorando.

É pela aprendizagem de alguns saberes contidos na inculcação maciça da ideologia da classe dominante que, em grande parte, são reproduzidas as relações de produção de uma formação social capitalista, ou seja, as relações entre exploradores e explorados, e entre explorados e exploradores. Os mecanismos que produzem esse resultado vital para o regime capitalista são naturalmente encobertos e dissimulados por uma ideologia da Escola universalmente aceita, que é uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante: uma ideologia que representa a Escola como neutra, desprovida de ideologia (uma vez que é leiga), aonde os professores, respeitosos da “consciência” e da “liberdade” das crianças que lhes são confiadas (com toda a confiança) pelos pais (que por sua vez são também livres, isto é, proprietários de seus filhos), conduzem-nas à liberdade, à moralidade, à responsabilidade adulta pelo seu exemplo, conhecimentos, literatura e virtudes libertárias. (ALTHUSSER, 1985, p. 80).

Althusser (1985) retorna a Freud para explicar a presença da ideologia na vida dos sujeitos antes mesmo de esses nascerem, cujos sentimentos presentes são, na verdade, a ideologia da família. As apreensões de mundo que esse sujeito fará, efetivamente em ações, Freud chama inconsciente, e Althusser aproxima da ideologia. Ou seja, já existe uma série de significados no universo estruturado da vida de um sujeito que nasce.

Inútil dizer que esta configuração ideológica familiar é, em sua unidade, fortemente estruturada e que é nessa estrutura implacável, mais ou menos “patológica” (supondo-se que este termo tenha um sentido determinável) que o já-presente futuro-sujeito encontrará o seu lugar, quer dizer, tornando-se o sujeito sexual (menino ou menina) que ele já é. (ALTHUSSER, 1985, p. 98-99).

O sujeito não é totalmente passivo nesse processo, pois a ideologia é submetida a ele na medida em que ele deve reconhecer os outros sujeitos para reconhecer-se neles e dar

capitalista, pressionando os salários dos trabalhadores no mais baixo valor possível.

continuidade à manutenção da ordem social. O sujeito caminha por si, amparado por um sistema de interpelação, de submissão ao sujeito, de reconhecimento universal da categoria sujeito e da garantia absoluta da existência dessa categoria. Quando ocorrem os desvios, há a intervenção de algum A.I.E. ou de algum setor do Aparelho Repressivo do Estado para retomar a ordem. O caminhar por si, na verdade, significa caminhar entregue à ideologia dominante, ou mesmo às ideologias dominadas, nesse caso burlando os sistemas de regulação.

Todos os sujeitos agem de acordo com uma ideologia, mas não têm a condição de conhecer os mecanismos que regem esse processo, pois são interpelados por ela, na medida em que esta impõe-se sem parecer fazê-lo. Todo sujeito é ideológico.

A ideologia é definida por Althusser (1985) como algo imaterial relacionado às condições reais de existência, ou seja, à forma como os sujeitos representam no seu imaginário o mundo material, que se dá nas práticas dos A.I.E.

O sujeito portanto atua enquanto agente de seguinte sistema (enunciado em sua ordem de determinação real): a ideologia existente em um Aparelho Ideológico material, que prescreve práticas materiais reguladas por um ritual material, práticas essas que existem nos atos materiais de um sujeito, que age conscientemente segundo sua crença. (ALTHUSSER, 1985, p. 92).

Para o autor, segundo Marx, a luta de classes tem primazia sobre as funções e o funcionamento do Aparelho Repressor do Estado e dos Aparelhos Ideológicos do Estado. “A luta pela reprodução da ideologia dominante é um combate inacabado que sempre é preciso retomar e que sempre está submetido à lei da luta de classes.” (ALTHUSSER, 1985, p. 111).

3.1.2 Poder simbólico

Bourdieu (2000) coloca a ideologia das classes ou das frações das classes dominantes como um poder, o poder simbólico. “As ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a se apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo.” (BOURDIEU, 2000, p.

10). Assim como a ideologia está para Althusser (1985), o poder simbólico em Bourdieu é invisível, exercido com a cumplicidade dos que o exercem e dos que a ele se submetem.

O poder simbólico, ao conduzir a visão de mundo da sociedade, confirmando-a ou transformando-a, constrói o mundo que deseja. Só é exercido quando reconhecido, mas esse reconhecimento requer sobretudo que seja ignorado como arbitrário, e em uma relação determinada entre dominantes e dominados.

O turismo, como ideologia dominante, produz uma visão de mundo ideal regido pelas trocas turísticas, sobretudo econômicas, no caso de Gramado. O poder simbólico faz com que os sujeitos se acomodem à estrutura, aceitem e se orgulhem do seu papel social, mesmo quando a atuação desses se restrinja à classe dos dominados. Os sujeitos têm consciência de que suas vidas são conformadas pelo turismo, mas ignoram que exista um jogo maior, em que o capital globalizado determina as regras.

Os símbolos que permitem a integração social e tornam possível o consenso sobre o sentido do mundo social acabam propiciando a reprodução da ordem social, sobretudo quando os símbolos são utilizados como instrumentos de conhecimento e de comunicação. Apesar de o simbolismo favorecer a reprodução da ordem social, por meio desses dois campos,¹⁰ exerce uma função política superior.

Os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosealógica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama conformismo lógico, quer dizer, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências”. (BOURDIEU, 2000, p. 9).

¹⁰ Campo é um conceito importante na teoria de Bourdieu e surge como uma configuração de relações socialmente distribuídas. É um espaço de jogo, onde agentes e instituições, tendo em comum o fato de possuírem uma quantidade de capital específico (econômico ou cultural especialmente) suficiente para ocupar posições dominantes no seio de seus respectivos campos, afrontam-se em estratégias destinadas a conservar ou a transformar essa relação de forças. As relações existentes no interior de cada campo definem-se objetivamente, independentemente da consciência humana. Na estrutura objetiva do campo (hierarquia de posições, tradições, instituições e história), os indivíduos adquirem um corpo de disposições, que lhes permite agir de acordo com as possibilidades existentes no interior dessa estrutura objetiva: o *habitus*. Dessa forma, o *habitus* funciona como uma força conservadora no interior da ordem social.

Os sistemas simbólicos são, ao mesmo tempo, estruturas estruturantes, estruturas estruturadas e instrumento de dominação, na medida em que cumprem sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da classe dominante. Ou seja, são estruturados por uma ideologia dominante e propiciam a reprodução dessa estrutura na ordem social. A dominação de uma classe sobre outra é denominada pelo autor de violência simbólica.

A objetividade do sentido do mundo definir-se-ia para Bourdieu (2000) pela concordância das subjetividades estruturantes; assim, o poder simbólico, tal qual os sistemas simbólicos, pertence à ordem do subjetivo.

A definição do mundo social ocorre a partir de uma luta simbólica entre as classes conforme seus interesses. A dominação da classe é legitimada na medida em que as tomadas de deposição ideológica dos dominantes sejam estratégias de reprodução das posições sociais, dentro da classe e fora da classe dominante. O poder da classe dominante assenta-se no capital econômico.

O poder ideológico é uma contribuição específica da violência simbólica (ortodoxia) para a violência política (dominação). A partir do compartilhamento de uma visão de mundo dominante, os instrumentos políticos mantêm a dominação das classes “domesticadas”. Os símbolos do poder (emblemas, bandeiras, etc.) são considerados por Bourdieu como a objetivação do capital simbólico.

Os sistemas ideológicos que os especialistas produzem para a luta pelo monopólio da produção ideológica legítima – e por meio dessa luta -, sendo instrumentos de dominação estruturantes pois que estão estruturados, reproduzem sob forma irreconhecível, por intermédio da homologia entre o campo de produção ideológica e o campo das classes sociais, a estrutura do campo das classes sociais. (BOURDIEU, 2000, p. 12).

Há, para Bourdieu (2000), uma produção que não é reconhecida, mesmo pelos que a produzem, da dominação das classes ou das frações das classes dominantes, assentadas no capital econômico, que mantém a reprodução da ordem social, regida pelo poder simbólico.

O poder simbólico não ocorre nem pode ser investigado apenas a partir das classes dominantes, pois o discurso dominante ocorre à medida que sua ideologia permeia toda a estrutura, agindo no sentido de impor a apreensão da ordem estabelecida, como uma ordem natural. O discurso dominante, sendo intermediário estruturado e estruturante, impõe, de forma mascarada, portanto ignorada como tal, “sistemas de classificação e de estruturas

mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais.” (BOURDIEU, 2000, p. 14). Assim sendo, a divisão social do trabalho se torna de ordem natural.

Nas palavras do autor, o poder simbólico é definido como “poder quase mágico que permite obter o equivalente àquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário”. (BOURDIEU, 2000, p. 14). Em Gramado, a naturalidade que é atribuída ao desenvolvimento do turismo, como praticamente um dom de receber da cidade, adquire ares de magia. Pertencer à classe reprodutora é natural perante a genialidade de alguns sujeitos produtores do turismo, que, por suas características pessoais, souberam criar empreendimentos que geraram o desenvolvimento do turismo, empregos e lucros. Assim, a divisão social do trabalho é naturalizada.

A tal mágica apontada pelo autor exerce nos sujeitos, a partir do poder simbólico, a idéia de que turismo, é o propulsor de todo e qualquer desenvolvimento, capaz de gerar riquezas e emprego e de manter a segurança, entre outros benefícios.

A saída apontada pelo autor, para a situação de dominação, está no discurso heterodoxo, capaz de destruir as evidências pretendidas pela ortodoxia, neutralizando assim o poder de desmobilização da doutrina dominante e abrindo possibilidades de subversão, tornando viável a realização do poder potencial das classes dominadas.

O não-reconhecimento da dominação está de acordo com o que Goldmann (1972) chama de consciência possível, que é a possibilidade que dada sociedade, situada social e historicamente, tem de se conhecer, como classe. Os sujeitos são considerados pelo autor seres conscientes, que julgam situações e escolhem, com maior ou menor liberdade, sua maneira de agir, pertencentes a uma classe social. No entanto, há um limite máximo de consciência, que não se pode superar.

O máximo de consciência possível ocorre no momento em que as classes existem para si, e não em si, ou seja, que os sujeitos ajam em conjunto visando ao melhor para a classe a qual pertencem.

O materialismo dialético não acredita que o conjunto de consciências individuais seja a soma aritmética de unidades autônomas e independentes; seu pensamento, numa linhagem que passa por Pascal, Kant e Hegel, diz que cada elemento só pode ser compreendido no conjunto de suas relações com os outros, isto é, em relação ao todo, pela ação que opera sobre esse todo e a influência que este exerce nele. (GOLDMANN, 1979, p. 37).

A consciência estaria submetida, segundo o autor, a uma certa estrutura psíquica presente de forma similar nos sujeitos de uma mesma classe social. Essa estrutura psíquica tenderia para certa perspectiva coerente, certo máximo conhecimento de si e do universo, com limites, mais ou menos rigorosos, no conhecimento e na compreensão de si mesmo, do mundo social e do universo.

As classes sociais programariam suas ações a partir do entendimento possível do mundo em que vivem. Assim, tem-se em Gramado a primazia do turismo, capaz de gerar emprego, capaz de propiciar consumo. Os sujeitos sociais assimilam o sistema em que vivem, na medida em que esse saneia suas necessidades, mesmo que essas necessidades sejam construídas a partir das classes economicamente dominantes.

Goldmann (1979) elenca alguns fatores possíveis que dificultam a compreensão do mundo por parte do sujeitos, tendo em vista que esses recebem as informações em forma de linguagem. O primeiro fator seria que uma informação pode não ser recebida por falta de informações prévias. Outra questão seria a própria estrutura psíquica dos indivíduos. Uma terceira possibilidade seria a situação “em que um grupo social particular de indivíduos, sendo dada a estrutura de sua consciência real, resultante de seu passado e de múltiplos acontecimentos que agiram sobre ela, resiste à passagem de certas informações”. (GOLDMANN, 1979, p. 43). Tal possibilidade ocorreria sobretudo no meio científico, em que pesquisadores se negariam a buscar conhecer novas teorias contrárias às suas ou mesmo complementares. No cenário do turismo não é diferente, autoridades, empresários e mesmo a população, em algumas situações, não percebem os impactos negativos gerados pelas práticas econômicas excludentes e exploratórias adotadas.

O autor aponta como o nível mais importante das possibilidades de consciência o caso em que o grupo, como grupo, a fim de obter a transmissão da informação, precisa desaparecer ou transformar-se, perdendo suas marcas sociais essenciais. Esse caso ocorreria em situações em que as informações ultrapassam a consciência possível do grupo, pois a transmissão da mesma seria incompatível com as características fundamentais do mesmo.

Todo grupo tende, de fato, a conhecer, de maneira adequada, a realidade, mas seu conhecimento não pode ir senão até um limite máximo compatível com a sua existência. Além desse limite, as informações só poderão passar, se conseguir transformar a estrutura do grupo, exatamente como no caso dos obstáculos individuais em que só poderão passar se for transformada a estrutura psíquica do indivíduo. (GOLDMANN, 1979, p. 51).

Para Lukács (2003), a consciência de classe é concebida como possibilidade objetiva, ou seja, é o que levaria a evolução histórica da práxis. Nesse sentido, as transformações sociais poderiam ocorrer no caso de transformação da estrutura das classes sociais. Assim, o proletariado somente deixaria de sê-lo no momento em que modificasse sua essência, como classe, para compreender a realidade a partir das informações e então transformá-la.

O poder simbólico impera, então, nas sociedades, como produto da relação da consciência possível dos sujeitos com a ordem determinada pelas classes dominantes.

3.1.3 Identidade étnica

O termo *identidade* teria três sentidos originais. O primeiro deles, dado por Aristóteles, designaria unidade de substância, ou seja, o termo *identidade* seria aplicado às coisas iguais, unas. Tal unidade poderia referir-se a apenas uma coisa ou a diversas coisas. O primeiro caso seria aplicado quando algo fosse idêntico a ele mesmo. Para o filósofo, segundo Abbagnano (2003), as coisas só poderiam ser idênticas se a definição das substâncias das mesmas também fosse idêntica. Tal definição seria adotada também por Hegel, para quem a identidade seria “coincidência ou unidade da essência consigo mesma”. (ABBAGNANO, 2003, p. 528).

O segundo sentido do termo identidade como igualdade, seria atribuído a Leibniz. Para o autor, seriam idênticas as coisas que pudessem ser substituídas umas pelas outras. Tal teoria é exemplificada da seguinte forma: “Se ‘A’ estiver contido numa proposição verdadeira e se, pondo-se B no lugar de A, a proposição resultante continuar sendo verdadeira, e se o mesmo acontecer em qualquer outra proposição, diz-se que A e B são idênticos”. (ABBAGNANO, 2003, p. 529).

A terceira concepção seria a da identidade como convenção. Nesse sentido, poder-se-ia considerar qualquer coisa com a mesma identidade de outra coisa a partir de critérios convencionados. Dessa forma, o significado da identidade não poderia ser estabelecido em definitivo. Tal concepção seria a menos dogmática e a mais de acordo com o pensamento lógico-filosófico das três, além de requerer uma estrutura lingüística para sua aplicação.

Aos dois primeiros sentidos, modernamente, não cabem relações com o que se entende por identidade cultural e identidade étnica.

Para Canclini, identidade é uma construção imaginada. “A identidade é uma construção que se narra.” (1997, p. 139). É poliglota, multiétnica, migrante, mescla elementos de diferentes culturas, é teatro, é política, é representação e ação. Para Featherstone (1997), o mundo pós-moderno comporta múltiplas identidades (de gênero, de etnia, de gastronomia). Para Hall (2005), na pós-modernidade, ela é definida historicamente, como mutante, como cambiante, como múltipla e temporária.

Castells define identidade como fonte de significado e experiência de um povo. Uma diferenciação construída entre *nós* e os *outros* baseada em atributos culturais: “Identidade é o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significados.” (1999, p. 22).

A identidade cultural, para Coelho Netto (1999), estaria enraizada nas questões originais em relação ao território, como na tradição oral, na religião e nos comportamentos coletivos formalizados.

De acordo com Coelho Netto (1999), no Brasil, ao longo dos anos 1960, a identidade cultural teria sido concebida como os traços culturais comuns ao povo. O governo buscava identificar (ou criar) esses traços para a preservação (ou criação, mais uma vez) de uma identidade nacional, estimulada a partir de políticas culturais e de comunicação de massa. Tal conceito é considerado equivocado ou “duro” pelo autor, pois consideraria a identidade como algo uniformizável, com a finalidade de fortalecer a nacionalidade brasileira.

A identidade cultural é formada a partir das representações que os sujeitos fazem da maneira como eles vivenciam suas tradições de fala, religião e costumes comuns, os quais podem ser modificadas a partir de determinados elementos. A complexidade da dinâmica cultural na atualidade dificultaria as tentativas de reforço ou de construção de uma identidade cultural, por parte dos governos, e a identificação desses elementos propiciadores da mudança.

O conceito de identidade cultural, noção-chave em muitas políticas culturais, aponta para um sistema de representação (elementos de simbolização e procedimentos de encenação desses elementos) das relações entre os indivíduos e os grupos e entre esses e seu território de reprodução e produção, seu meio, seu espaço e seu tempo. (COELHO NETTO, 1999, p. 201).

Como produto de produção e reprodução em dado tempo e espaço, a identidade cultural adquire uma flexibilização, que pode ser considerada ou uma fragilização ou um processo de renovação continuada. Na primeira abordagem, ocorreria uma passagem da identidade à identificação, com a desmontagem, alienação e reificação do sujeito. As diversas fontes de informação e possibilidades de consumo acarretariam a desconstrução dos sujeitos.

Para Canclini (1997) e para Hall (2005) a abertura econômica, a mídia eletrônica e a globalização da vida urbana, elementos interligados, causariam a diminuição da importância dos referentes tradicionais de identidade. Os referentes de identidade se formariam, agora, menos pelas artes, pela literatura e pelo folclore, responsáveis pela produção dos signos de distinção das nações, e mais pelas representações geradas pelos meios eletrônicos de comunicação e pela globalização do cotidiano.

Nesse sentido, o turismo poderia ser considerado um dos elementos de “desmanche” das identidades, na medida em que fornece novos elementos para a mudança identitária. Sendo processo de renovação continuada, as novas conformações da identidade cultural permitiriam que os sujeitos se vestissem com “máscaras identitárias” (COELHO NETTO, 1999), provisórias, que os libertariam de compromissos públicos e privados determinados pela estrutura social, fora de sua alçada de modificação.

Considera-se a identidade cultural, à luz de Coelho Netto (1999), como um processo de construção continuada de montagem e desmontagem, construção e reconstrução, concebendo o indivíduo como composto por diversas camadas de significação, por vezes contraditórias, aproximadamente equivalentes à sua personalidade e que lhe permite viver em um determinado tempo e espaço. O turismo é considerado então como parte do processo, abrindo novas possibilidades, de acordo com os sujeitos.

A construção da identidade, como enquanto processo de significação dos indivíduos sobre si mesmos, desvela o que é ou não importante em seu imaginário. Na história do Rio Grande do Sul, por exemplo, o índio e o negro são praticamente desconsiderados, permanecendo no imaginário do gaúcho, seja para ele mesmo, seja para os demais brasileiros de outros estados: o ideário do homem do campo, mais próximo do tipo representativo dos países vizinhos da região do rio da Prata do que do próprio País. A formação da identidade regional está também fortemente vinculada à diferenciação em relação aos demais Estados. Pinçou-se a característica mais singular por ser a mais significativa, apesar da decadência do setor campeiro no Rio Grande do Sul.

Outra falácia, por assim dizer, da construção da identidade regional do Rio Grande do Sul está no fato de a atividade pastoril representar um território na sua totalidade, encobrindo a heterogeneidade real.

O culto à figura do gaúcho e suas tradições, fora da área pastoril de colonização lusa, e mais especificamente nas áreas de colonização alemã e italiana, coloca uma questão importante. Ela refere-se ao fato de a cultura gaúcha, no sentido pampeano, ser hegemônica num estado que tem as mais variadas influências culturais, recobrindo não só a área de pecuária de latifúndio de onde se originou esse modelo, mas também as áreas de minifúndio de colonização alemã e italiana, onde nunca houve o complexo pastoril. (OLIVEN, 1993, p. 29).

A construção da identidade regional do Rio Grande do Sul deixou em segundo plano os costumes das colonizações alemã e italiana e excluiu os índios e os negros.¹¹ Atualmente, percebem-se algumas mudanças na política cultural do Estado, que não ocorrem de forma incluyente, mas a partir da divisão do Rio Grande do Sul em regiões, tais como, por exemplo, Região das Missões, a Região dos Campos de Cima da Serra e a Região da Costa Doce.

Para Jardim (2000, p. 53), a etnicidade seria uma crença subjetiva que remeter-se-ia ao passado, em uma idéia de que os “laços anteriores, originários, têm alguma pertinência e atualidade e não somente uma utilidade para a definição de uma ‘comunidade’ ou ‘grupo’”. A identidade étnica opera como elemento de diferenciação entre grupos, como fato de distinção entre *nós* e os *outros*, produzindo fronteiras simbólicas entre diferentes grupos culturais.

Segundo a autora, tal concepção de etnicidade requer que a cultura seja considerada

uma visão dinâmica da experiência e dos eventos que produzem os jogos identitários, abandonando a perspectiva de “traços” e “costumes” para um conceito de cultura que possibilite pensar como fluxos culturais ou tradições podem tornar-se pertinentes para os agentes envolvidos em situações sociais periféricas. (JARDIM, 2000, p. 54).

Para Barth (apud JARDIM, 2000, p. 55), a etnicidade seria o conceito a ser utilizado para designar as fronteiras e as relações de uma organização social com o emprego seletivo de

¹¹ Para Hessel, autora do prefácio da obra *São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais*, organizada por José Carlos dos Anjos e por Sergio Baptista da Silva e editada pela UFRGS, Porto Alegre, em 2004, é a partir da Constituição de 1988 que “as comunidades negras e indígenas passaram à categoria de sujeitos de direitos relativos à identidade étnica, de natureza transindividual, a serem protegidos e garantidos pelo estado”.

contrastes culturais, utilizados de maneira emblemática para organizar identidades e interações.

Pode-se considerar a identidade étnica como um processo de recriação de tradições, posto que as tradições primeiras ocorreram em outras épocas e em outros territórios. Os grupos sociais que operam a partir dessa identidade, geralmente, pensam em suas práticas culturais como autênticas, e alguns teóricos as consideram uma falsificação da primeira. Não se pretende ampliar tal discussão, no entanto, considera-se autêntica toda e qualquer significação social que o grupo compartilhe. Se, para o entendimento do mundo, ou mesmo de si mesmo, dado grupo social operar com práticas reinventadas do passado como as autênticas, assim o será para esse grupo social.

A identidade étnica é definida por Cunha (apud BITTENCOURT JÚNIOR; SILVA, 2004, p. 23), como o mecanismo de organização social de grupos étnicos “cujos membros se identificam e são identificados como tais pelos outros, constituindo uma categoria distinta de outras categorias da mesma ordem”. Os grupos étnicos são vistos por eles e pelos outros como um contínuo histórico dos seus ancestrais, diferenciados apenas pela situação geográfica e portadores de tradições e culturas diferenciadas das dos demais.

Para Bittencourt Júnior e Silva (2004), a conformação de uma identidade étnica pressupõe uma sociedade em que haja o reconhecimento de que os sujeitos e a economia estejam submetidos a uma ordem ideológica ou político-social preponderante. Ou seja, existem relações sociais regidas por certas estruturas, que por sua vez são dialeticamente influenciadas pelas ações dos sujeitos, dinâmicas. Não seria a etnicidade a responsável por dada configuração social, mas a identidade étnica seria o produto simbólico dessa sociedade e a responsável pela continuidade e singularização da mesma.

As identidades étnicas, pertencentes sobretudo a grupos minoritários, passam geralmente por dois processos distintos: ou de auto-afirmação, ou de ocultação. (JÚNIOR; SILVA, 2004). No turismo, as identidades étnicas são estimuladas a se auto-afirmarem, elevando a estima dos grupos minoritários, bem como reafirmando suas diferenças, para garantir maior atratividade turística ao local.

3.1.4 *Desenvolvimento sustentável*

O surgimento da expressão *desenvolvimento sustentável* data de 1973, originada a partir do termo *ecodesenvolvimento*, caracterizado como uma concepção alternativa ao termo *desenvolvimento*. Segundo Magalhães (2002), um dos principais formuladores dos conceitos básicos do desenvolvimento sustentável, seria Ignacy Sachs (apud MAGALHÃES, 2002). A tais conceitos, a autora destaca a oposição à cópia de modelos existentes, bem como à importação de tecnologia inadequada e ao apoio à autonomia cultural e econômica das populações envolvidas.¹²

No campo da economia, a expressão *desenvolvimento sustentável* se refere principalmente ao “desenvolvimento de uma empresa, ramo industrial, região ou país, e que em seu processo não esgota os recursos naturais que consome nem danifica o meio ambiente de forma a comprometer o desenvolvimento dessa atividade no futuro”. (SANDRONI, 2002, p. 170).

Para Rocha (2005), na década de 1990, a idéia de desenvolvimento sustentável ganha as graças da mídia e a conseqüente comoção de várias pessoas em todo o globo, que criam instituições locais ou internacionais para a proteção do ecossistema. O título *sustentável* vira *slogan* para projetos econômicos, políticos, agrícolas, programas científicos e produtos industriais, para melhorias da imagem.

Segundo o autor, por envolver diversas áreas de conhecimento, o desenvolvimento sustentável é frágil, teórica e conceitualmente, não atingindo consenso do ponto de vista científico. Algumas ações são consensualmente consideradas não sustentáveis, “como a exploração dos recursos naturais, a redução de sua oferta e a degradação dos recursos hídricos, a depleção da camada de ozônio, a perda da biodiversidade das florestas tropicais, a falta de destino adequado aos resíduos, etc.” (ROCHA, 2005, p. 02). Há uma certa convergência de idéias acerca de que tais desgastes são causados sobretudo por atividades características da modernidade, balizadas pela lógica capitalista de melhor desempenho econômico pelo aumento da produtividade, o que gerou ampliação da desigualdade social e econômica.

A idéia de maior consenso acerca do desenvolvimento sustentável é a contida no Relatório Brundtland, em que “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem

¹² Sachs teria focado seus estudos nas comunidades rurais. (Apud Magalhães, 2002).

as suas próprias necessidades”. (VIOLA; LEIS apud ROCHA, 2005, p. 05). Tal definição, adotada pela grande maioria dos autores interessados pela sustentabilidade, abarca dois conceitos-chave, o de necessidade que deve dar máxima prioridade às necessidades essenciais dos mais pobres do mundo e a idéia de que a sociedade atual, em seu estágio de tecnologia e organização, impede o meio ambiente de manter-se de forma a atender às gerações futuras.

Nesse sentido, identificam-se três esferas nas premissas do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. A esfera econômica refere-se aos modos de produção e distribuição de riquezas e aos agentes econômicos. A esfera social liga o sistema de produção ao sistema social, contribuindo para o aumento do capital e do nível de emprego. A esfera ambiental sofre o ônus gerado pelo processo produtivo e pelo consumo, sendo ao mesmo tempo fonte de geração de riquezas e fossa de resíduos desses sistemas. (ROCHA, p. 2005).

Para Furtado (1963), a relação entre capacidade produtiva e uso dos recursos naturais esgotáveis é determinante, mesmo que variável. Uma determinada região que utiliza intensamente suas reservas minerais, por exemplo, obterá um maior nível de produto por unidade de trabalho e por unidade de capital invertido.

No entanto:

pode-se argumentar que a utilização intensiva de recursos esgotáveis é economicamente condenável sempre que sirva principalmente para financiar gastos correntes. Um país ou região que não realiza inversões, pelo menos no montante do valor das reservas esgotáveis utilizadas, estará consumindo seu próprio capital. *Mutatis Mutandis*, se o fruto da exploração das reservas esgotáveis é utilizado na construção de outro ativo de valor econômico igual ou maior, a política de utilização intensiva de reservas poderá estar economicamente justificada. (FURDATO, 1963, p. 101-102).

A preocupação demonstrada pelo autor acerca do desgaste dos recursos naturais é quanto à sustentabilidade econômica, ainda sem preocupações ambientais, que tomam força a partir da segunda metade do século XX. (ROCHA, 2005). É a partir desse período que “os problemas causados ao meio ambiente pelo uso indiscriminado dos recursos naturais e a percepção de que esses, se não cuidados, podem comprometer a convivência das gerações futuras”. As teorias econômicas, então, revêem suas abordagens desenvolvimentistas. (ROCHA, 2005, p. 04).

De acordo com Habette (apud ROCHA, 2005), a inclusão da questão ambiental nas discussões acerca do desenvolvimento exige algumas mudanças de conceituação e mesmo a construção de novas teorias, bem como de novos instrumentos de análise. Assim, inicia-se um novo paradigma dentro da ciência econômica.

Para Rocha (2003), não há compatibilidade entre o livre-mercado e a preservação ambiental. A própria lógica do sistema capitalista, que busca maior produtividade para obtenção de lucros, de acordo com o pensamento liberal econômico, é contrária à conservação dos recursos naturais. As conseqüências da exploração excessiva dos recursos naturais pode ser observada no aquecimento da Terra, na redução da biodiversidade das florestas e na poluição das águas e do ar, por exemplo. A insuficiência do sistema capitalista pode ser observada também pelo agravamento das desigualdades sociais, dos altos índices de desemprego, da miséria e da falta de acesso de grande parte da população mundial à alimentação.

Outro termo utilizado em sentido contrário ao desenvolvimento, como crescimento econômico, é o desenvolvimento como caminho para a liberdade, como aponta Sen (2000), que procura demonstrar que “o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. (SEN, 2000, p. 17). Segundo o autor, existem dois caminhos para o desenvolvimento, um deles é a ditadura, e o outro é um processo “amigável” que leva à liberdade, em que as trocas são benéficas, há a atuação de redes de segurança social, de liberdades políticas e o desenvolvimento social ou mesmo a combinação de algumas dessas atividades. Nesse processo, o Estado participa propiciando “intitamentos” à população. Esse “intitamento” significa a capacidade de poder adquirir bens e serviços, ou seja, o estado deve garantir o acesso à alimentação, à educação, à moradia e à segurança, entre outros, mediante leis de apoio, o que é diferente de programas para sanar o problema de um grupo de pessoas que passa fome. O caminho da ditadura não leva em consideração os custos sociais, políticos ou ambientais do desenvolvimento como fim.

Segundo Swarbrooke (2000), as discussões conceituais sobre o turismo sustentável ocorreram na década de 90 e têm sua origem no debate acerca do desenvolvimento sustentável que, segundo o autor, já existe há muitos séculos, e nos modelos de planejamento urbano.

O autor define *sustentável* como o “desenvolvimento que satisfaz nossas necessidades hoje, sem comprometer a capacidade das pessoas satisfazerem as suas no futuro” (SWARBROOKE, 2000, p. 03). Por sua característica de temporalidade, pressupõe-se uma

necessidade de intervenção e planejamento na atividade turística. O autor salienta ainda que o conceito de sustentabilidade engloba o meio ambiente, as pessoas e os sistemas econômicos.

Para Swarbrooke (2000), as definições de turismo sustentável ainda são muito subjetivas, e suas premissas muitas vezes não são passíveis de ser aplicadas no mercado - sobretudo porque as diretrizes partem do governo - mas de serem executadas pelos empresários do *trade* turístico.

Percebe-se que a preocupação com a sustentabilidade dos diferentes processos de desenvolvimento advém das conseqüências das práticas capitalistas predadoras. Os sujeitos do mundo passaram a se dar conta de que os recursos naturais precisam ser preservados para a continuidade da espécie humana. Para as empresas, sustentabilidade virou sinônimo de marketing social. No *trade* turístico, a concepção não é diferente, talvez por isso o autor aponte alguma dificuldade no seu entendimento. No entanto, teóricos e planejadores do turismo, em diversos países, já compreenderam seu significado e, muito provavelmente, estejam agindo ou aguardando sua aplicação.

Para Beni (2006), o planejamento turístico deve oferecer um modelo para as políticas governamentais, calcado na sustentabilidade. Os objetivos desse planejamento seriam manter a sustentabilidade ambiental ou ecológica, a social, a econômica, a cultural e a político-institucional. Para o alcance desses objetivos, devem ser seguidas ações que primem pela sustentabilidade mercadológica, espacial, financeira, política, administrativa, organizacional e jurídica.

A sustentabilidade ambiental, no turismo, diz respeito à capacidade de receber pessoas, além da comunidade local, levando em consideração o consumo e a produção de resíduos. Para alcançar maior sustentabilidade ambiental, um destino turístico deve incrementar sua capacidade de geração de recursos naturais renováveis e limitar o uso dos recursos que não sejam renováveis ou que prejudiquem o meio, além de reduzir a poluição entre outras medidas de preservação. Além de compreender o espaço em que são oferecidos os produtos e os serviços turísticos, o meio ambiente por vezes é o próprio atrativo turístico, seja pela paisagem, seja pela interpretação dos ecossistemas, pela qualidade do ar, pelo silêncio ou pelos sons da natureza.

As políticas públicas podem contribuir para práticas turísticas mais sustentáveis a partir de diretrizes que primem pela proteção de ecossistemas que gerencie adequadamente os resíduos sólidos e os recursos hídricos, combata as poluições sonora e visual, mantenha saneamento básico apropriado e estimule o uso de energias alternativas, visando à diminuição da poluição atmosférica e da interferência na alteração climática.

A sustentabilidade social no turismo, segundo Beni (2006, p. 104), deve garantir “a satisfação das necessidades básicas humanas como alimento, saúde, segurança, liberdade, emprego e recreação, fundamentada na melhoria da qualidade de vida da população pobre”. Para tanto, o turismo deve gerar um padrão estável de crescimento e uma justa distribuição de renda, reduzindo a desigualdade social. O autor destaca que a atividade turística tem a mesma característica de qualquer outra atividade econômica quanto a poder causar danos ou gerar benefícios no contexto social em que se insere.

As ações propostas para a sustentação do contexto social das comunidades abarca uma série de iniciativas públicas das diversas áreas privadas, como o gerenciamento da dinâmica populacional e do mercado de trabalho, sobretudo em relação à mão-de-obra que os empreendimentos turísticos atraem aos locais onde se instalarão; à capacitação de profissionais, à atuação na área da educação, da saúde, habitação e do ordenamento territorial.

Para obter sustentabilidade econômica, o autor recomenda as seguintes diretrizes:

- *geração e distribuição de renda*: para melhor distribuir a geração de renda no turismo, é preciso incentivar empreendimentos ligados ao turismo doméstico, sobretudo os pequenos negócios, buscando diversificar a oferta de destinos investindo em capacitação, serviços e infra-estrutura;
- *expansão da formação de capital*: o incentivo às empresas que necessitam se capitalizar deve ocorrer pela ampliação de crédito, na melhoria permanente da qualidade dos serviços e no estímulo a projetos de geração de renda;
- *melhoria do balanço de destino das receitas*: no turismo, a participação de grandes empresas multinacionais acaba direcionando os lucros aos países de origem das mesmas. Para alterar tal situação, Beni (2006) recomenda o combate à sonegação fiscal, a cobrança de taxas extras para residências de segunda moradia, o uso do emprego local, a não-verticalização dos serviços nos destinos turísticos e a valorização da cadeia produtiva local;
- *geração de postos de trabalho*: os empregos devem ser gerados preferencialmente nas e para as comunidades locais. Isso requer, segundo a opinião do autor, flexibilização das leis trabalhistas, capacitação da mão-de-obra local e avaliação da sensibilidade de cada investimento turístico local, para a geração de empregos.

A sustentabilidade cultural, assim como a ambiental, diz respeito à preservação do seu contexto e do próprio produto turístico. As práticas turísticas podem causar, em determinados casos, a alteração ou mesmo a eliminação de tradições que conformam uma

cultura. Por outro lado, as práticas culturais podem ser justamente a atração aos turistas. O que causaria a transformação ou o extermínio de uma cultura seria, para Beni (2006), o fascínio local pelos costumes dos visitantes, que leva os primeiros a imitarem os segundos.

Para minimizar a impactação cultural, o autor recomenda ações de conservação da herança cultural, incluindo e dando uso ao patrimônio histórico, meios de interpretação e de difusão cultural e manutenção da autenticidade cultural.

As diretrizes apresentadas para a sustentação dos âmbitos social, econômico e ambiental requerem, para sua implementação e continuidade, a sustentabilidade política e institucional. A atividade turística, mais do que qualquer outra, por sua complexidade e abrangência interdisciplinar, requer esforços extra, para que a iniciativa privada e o setor público construam conjuntamente e em convergência a sustentabilidade no turismo. Para tanto, é preciso ter clareza quanto às deficiências estruturais e conjunturais que impedem o desenvolvimento sustentado do turismo, a fim de elaborar políticas públicas, refletidas em planos e programas adequados e instrumentos de implementação aplicáveis à realidade nacional, respeitando e contemplando a heterogeneidade comum a um país territorialmente amplo.

Para essa análise, utiliza-se, como conceito de desenvolvimento sustentável, o modelo democrático de diretrizes, regras e práticas públicas e privadas, que visem à qualidade de vida das comunidades, com geração de emprego e renda locais, a partir de empreendimentos locais, preservação ambiental, respeito às práticas culturais locais, garantia de serviços e bens básicos à população local, como acesso à educação, à saúde, à habitação, ao saneamento, à alimentação e ao lazer.

3.1.5 Região turística

O termo *região* é considerado por Acerenza (2000) de extrema importância para o entendimento do desenvolvimento regional, na medida em que auxilia na definição da área de abrangência, que visa a desenvolver ou executar planos de desenvolvimento do turismo. No entanto, o autor salienta o quão incipiente é a teorização do termo *região*.

Richardson (apud ACERENZA, 2000, p.156) afirma que já foram feitas diversas abordagens sobre esse assunto, mas que nenhuma delas explicou satisfatoriamente o que seria uma região. “A única definição válida é a de que não existe uma definição única, e que

podemos a definir de várias maneiras, segundo os objetivos a que nos propomos realizar.” O autor coloca ainda que, costumeiramente, define-se região a partir de uma visão sistêmica da economia regional, pois existem regiões contíguas de regular extensão correspondentes à subdivisão da economia nacional.

Acerenza (2000) aponta três possíveis formas de delimitação da região. O primeiro critério seria o de homogeneidade, o segundo o de nodalidade ou polaridade e o terceiro de programação ou região-plano. Quanto à homogeneidade, a semelhança entre algum elemento seria o que determinaria uma região. Tais elementos podem ser as características econômicas, sociais ou políticas no espaço geográfico a ser considerado. A nodalidade ou polaridade diz respeito ao grau de dependência entre os distintos centros urbanos localizados no território. O critério da programação ou região-plano funda-se na determinação limítrofe, estipulada política e administrativamente em cada país. Segundo Beni (2004), novos conceitos de fronteiras estariam surgindo desde que as fronteiras nacionais permitem cada vez mais a circulação de mercadorias, idéias e capitais, devido, principalmente, às inovações tecnológicas nos meios de comunicação e transporte, colocando tal critério à margem dos primeiros.

A delimitação das regiões dar-se-ia sobretudo de acordo com a posição de uma cidade-pólo. A cidade-pólo seria aquela com maior grau de desenvolvimento econômico e responderia por estimular o crescimento das cidades vizinhas. O critério para a definição das cidades-pólo, assim como para a definição de região, também mudaria de acordo com diferentes autores. Em países com avanço industrial, um pólo de crescimento corresponderia a um centro urbano habitado por, no mínimo, 250.000 pessoas, enquanto em países com economia agrária, o pólo pode ser um centro de serviços com menos de 25.000 habitantes.

A delimitação das regiões seria importante para hierarquizar as cidades-pólo ao longo do território dos estados ou dos países com capacidade de promover o crescimento econômico nas cidades vizinhas de certo alcance geográfico. Para Haddad (1990), os impactos das atividades econômicas sobre os sistemas produtivos regionais refletem sobre a redistribuição inter-regional das potencialidades de crescimento econômico.

Segundo o autor, o planejamento regional facilitaria também a maximização da atração de recursos públicos e privados para programas e projetos que envolvam mais de uma cidade. Unidos, os núcleos que conformam as regiões teriam mais instrumentos de negociação com as instituições controladoras de recursos financeiros, sejam os órgãos da administração do poder central, sejam as agências financeiras internacionais de fomento, sejam as empresas privadas nacionais e as multinacionais.

A desconsideração das especificidades das regiões nos planos macroeconômicos que tomam o país como homogêneo, sobretudo no Brasil, levam a aplicação uniforme de instrumentos de desenvolvimento. No entanto, o impacto gerado em cada região pode ser muito diferente, pois o resultado depende principalmente das características estruturais da economia e política locais. Beni (2004) salienta que cada região necessita de flexibilidade para arranjar seus fatores de produção e tornar-se competitiva.

A visão sistêmica permitiria analisar a inter-relação entre as diferentes regiões. Assim, um centro turístico propiciaria benefícios turísticos a um certo raio de alcance, que seriam as cidades geograficamente mais próximas. Para Acerenza (2000), um centro turístico afastado não possui grande capacidade de gerar desenvolvimento regional, atingindo apenas uma microrregião.

Em efeito, o desenvolvimento de um centro turístico isolado produz efeitos no crescimento, nas rendas, nos níveis de emprego ou nas mudanças sociais, normalmente em território circundante ao centro. Quer dizer, dissemina seus impulsos de desenvolvimento em áreas circundantes ao seu campo geográfico de força.. (ACERENZA, 2000, p. 159).

Smith (apud ACERENZA, 2000, p. 159) define região turística como o destino comercializável com zonas de suporte adjacentes para suprir as necessidades dos clientes, ou seja, dos turistas.

Apesar da primazia do aspecto econômico, Acerenza (2000) ressalta que o turismo deve gerar desenvolvimento social, cultural e político, que pode ser obtido quando o planejamento do turismo ocorre de forma integrada, e não isolada, levando em consideração a microrregião em que se insere, dentro de um plano integrado de desenvolvimento regional.

Assim, o desenvolvimento de uma região, focado no turismo, deve levar em consideração algumas recomendações:

- utilizar capital externo para investimentos na infra-estrutura hoteleira, de serviços e de apoio;
- utilizar mão-de-obra local;
- produzir os insumos necessários no local ou no entorno;
- reinvestir os lucros obtidos pelas empresas de capital externo no local;
- manter as necessidades da comunidade local a partir dos serviços públicos básicos.

Beni (2004) diferencia o conceito de espaço do conceito de região. O primeiro poderia ser considerado a partir de um conjunto de dados econômicos que conferem unidade ao espaço. O conceito de região seria mais restrito, pois exige uma continuidade geográfica aos elementos que a compõem. O autor apresenta dois tipos básicos distintos de região. As primeiras seriam as regiões formais, dotadas de relativa homogeneidade em função de um conjunto de atributos e características físicas, econômicas, sociais e políticas. As regiões funcionais, a partir de uma perspectiva sistêmica, conformariam áreas geográficas com coerência funcional e relações de interdependência. Nenhum dos dois critérios, de funcionalidade e de homogeneidade, pode ser descartado para a formulação de políticas públicas e planejamento integrado.

Percebe-se, no País, desde a importação do modelo do primeiro plano público visando ao desenvolvimento do turismo, uma tentativa de fortalecimento das regiões como produto turístico.¹³

Beni (2006) apresenta a regionalização como uma abordagem de desenvolvimento que permeia todo o planejamento estratégico de regiões turísticas, juntamente à roteirização. Segundo o autor, a regionalização aborda o espaço turístico de maneira dinâmica e flexível, abordando sua operacionalização na forma de multidestações e de destinações múltiplas.

As multidestações seriam os processos que incluem o estabelecimento de parcerias entre destinações já existentes. Como processo de *clusterização*,¹⁴ os multidestinos formariam circuitos, corredores, rotas e roteiros turísticos competitivos e, ao mesmo tempo, cooperados.

A outra forma de trabalhar a regionalização do espaço turístico seria a partir da destinação múltipla. Nesse caso, um mesmo espaço contém diversos produtos ou mesmo destinações específicas que atenderiam a diferentes segmentos da demanda turística, garantindo a sustentabilidade mercadológica do espaço como um todo, considerado como produto.

O planejamento que considera sobretudo as regiões tem na sua origem o objetivo de desenvolver economicamente o todo a partir de suas partes. As partes seriam as diferentes regiões que compõem um país, o todo. Nessa fórmula, está presente a visão sistêmica tradicional, utilizada em diversas áreas de conhecimento, principalmente pela administração, e transposta ao turismo.

¹³ Segundo relato, em entrevista de Norma Moesch, a Espanha seria o primeiro país a implementar políticas públicas de turismo. A França teria escrito o primeiro plano, que não teria sido implementado em função da eclosão da Segunda Guerra Mundial.

¹⁴ Pode-se entender por *clusterização* o processo de tornar aglomerações econômicas competitivas, ou seja, formar um *cluster*. Veja-se Beni (2004).

Quando uma região opta por implementar um projeto de desenvolvimento regional, deve estar ciente de que haverá um processo de reconstrução e de reapropriação do seu território como espaço apropriado. Para otimizar os resultados, Beni (2004) propõe que tal reordenação territorial seja projetada a partir dos interesses coletivos da comunidade local e da região, levando em consideração suas expectativas, gerando um novo padrão de desenvolvimento. A nova ordenação sustentável não deve mais obedecer aos preceitos do capitalismo globalizado de acumulação e consumismo, mas deve desejar, acima de tudo, a garantia da qualidade de vida das comunidades locais.

Tal planejamento regional levaria à formação de sistemas locais competitivos de base social e comunitária, os quais o autor denomina *cluster*.

3.1.6 Sistema turístico

Boullón (1994) considera o turismo um sistema, não o considera uma ciência nem uma indústria, mesmo que seja sem chaminés. O sistema turístico seria a consequência de um fenômeno social iniciado a partir da existência do tempo livre. Assim, como as demais práticas surgidas com o tempo livre, resultante da regulamentação do trabalho pós-revolução industrial, o turismo surgiria espontaneamente. Com seu crescimento, primeiro a iniciativa privada e depois o setor público se ocuparam de ordenar os diversos produtos e serviços componentes do sistema turístico.

O ponto de partida do sistema turístico seria o encontro entre a demanda e a oferta turísticas, a partir do processo de vendas do produto turístico, este formado pela estrutura de produção do setor: atrativos turísticos, equipamentos e instalações, infra-estrutura própria e complementar. Controlando a eficiência do sistema, vigiando seu funcionamento e a integração entre os diferentes componentes, no centro do sistema turístico estaria a superestrutura turística.

Autores como Cooper et al. (2001) destacam as diferentes definições de demanda turística existentes. Para os economicistas, a demanda turística seria considerada a relação da quantidade do produto ou serviço a que as pessoas aspiram e têm condições de comprar por preço específico, em um conjunto de preços possíveis, durante um dado período de tempo. A visão dos psicólogos já se atentaria às questões da motivação comportamental. Para os

geógrafos, a demanda turística seria a quantidade de pessoas que viajam para utilizar instalações ou serviços turísticos em lugares diferentes do seu local de residência e trabalho.

A demanda turística é definida por Lemos como

o conjunto de valores turísticos com os quais as pessoas desejam interagir e pelos quais estão aptas e dispostas a dispende determinados níveis de gastos e de tempo até e em determinada localidade, [...] sendo o deslocamento, a permanência e o consumo uma consequência, um fenômeno sobre o qual se desenvolve esta reflexão. (2000, p. 194-195).

Bisolli (1999) conceitua como demanda turística a quantidade de bens e serviços consumidos durante o deslocamento temporário de pessoas de sua residência habitual, o que, com diversas motivações, requer a prestação de bens e serviços.

Para Boullón (1994), a demanda turística de um país ou de uma região é medida a partir do consumo dos turistas em serviços (hospedagem, alimentação, diversão, transporte interno), deslocamento e compras. O autor classifica a demanda turística em real, turista real – consumidor potencial, histórica, futura e potencial.

A demanda real diz respeito à quantidade de turistas que estão em determinado momento e local, bem como à soma dos bens e dos serviços utilizados durante o período de estadia. A demanda classificada como turista real – consumidor potencial – é a soma dos bens e serviços consumidos durante a viagem, que não foram pagos antes do embarque na cidade de origem. A identificação desse tipo de demanda auxiliaria os destinos turísticos a focarem as vendas de outros produtos que não eram conhecidos no momento da viagem para esse público específico. A demanda histórica diz respeito aos dados levantados sobre os turistas ao longo dos anos, e sua análise deveria ser utilizada para prever futuros comportamentos do consumidor, bem como para a identificação da demanda futura. A demanda potencial é aquela que ainda não foi atingida pelas estratégias mercadológicas ou por deficiências de infra-estrutura turística.

Segundo Bissoli (1999), oferta turística são os produtos, bens ou serviços diferenciados turisticamente, que uma localidade dispõe aos turistas. Pode ser natural, como aspectos geográficos, ou culturais, quando há intervenção do homem. Demanda turística é o conjunto de elementos da oferta efetivamente solicitados pelo consumidor, seja de serviços diretamente voltados ao turismo ou que atendem moradores e turistas, como por exemplo os restaurantes, os bares e as boates, a rede bancária e os serviços de tradução, entre outros.

Boullón (1994) atenta para a característica da oferta turística de não poder ser estocada, como ocorre na indústria. Se uma diária de hotel não é vendida, o empresário perde seu lucro naquele dia, não pode acumular mais um apartamento para ser vendido posteriormente. Os serviços não vendidos não são acumuláveis. Para o autor, a oferta turística deve fazer conhecer-se à demanda em potencial e, ter qualidade.

O processo de venda no turismo é singularizado, segundo Boullón (1994), pelo deslocamento do consumidor até o produto, ou seja, é a demanda que se desloca até a oferta. A determinação dos preços dos produtos turísticos depende da relação entre oferta e demanda. Se o preço for competitivo, a demanda o consumirá, caso contrário, elegerá outro destino ou desistirá da viagem. Essa característica é explicada por Lemos (2000), porque o mercado turístico, não sendo um produto de primeira necessidade, apresenta-se muito vulnerável às mudanças econômicas, sendo um dos primeiros prejudicados em épocas de recessão, mas também um dos primeiros beneficiários com a expansão econômica.

Como a venda do produto ocorre geralmente antes de o consumidor poder ver o que está comprando, a descrição detalhada do mesmo, bem como a relação de bens e serviços que serão oferecidos, deve ser bem clara, evitando o prejuízo de todo o sistema turístico. (BOULLÓN, p. 1994).

Segundo Lage (1991), pode-se entender o produto turístico como o conjunto de bens e serviços relacionados a toda e qualquer atividade de turismo. Os componentes desse produto são o transporte, a alimentação, a acomodação e o entretenimento. Para um bom entendimento, o produto turístico deve ser analisado em termos de suas atrações, suas facilidades e suas acessibilidades.

Dentre os fatores que tornam o destino mais atrativo, Lemos apresenta o valor turístico:

A demanda por valores turísticos é representada pelo volume de atributos de determinada localidade validados por pessoas ou instituições que se mobilizam para disponibilizar parte de sua renda e de seu tempo para a realização de uma viagem para interagir com os mesmos, suprimindo necessidades individuais e coletivas, concretas e abstratas. (2000, p. 216).

As relações sociais de produção material e imaterial compõem o valor turístico. Os resultados da produção humana constituídos de força de atração também são valor turístico.

Para Boullón (1994), além da hospedagem, alimentação e transporte, o produto turístico é aquele que permite ao Turista passear, visitar atrativos, praticar esportes e se divertir.

Boullón (1994) e Lemos (2000) discordam quanto à imaterialidade do produto turístico. Para o primeiro autor, a discussão seria vencida pela primazia da materialidade, porque os turistas consomem verdadeiramente bens materiais, como o colchão do hotel ou a cadeira do restaurante, por exemplo. Para o segundo autor, o ato de viajar é estimulado por questões materiais e imateriais; portanto, o produto conta com aspectos imateriais, como, por exemplo, a forma de atendimento no hotel ou o ambiente do restaurante.

O sexto componente do sistema turístico de Boullón (1994) é a planta turística e os atrativos turísticos. O subsistema da planta turística compreende os equipamentos e as instalações, públicas ou privadas, que vendem os serviços aos turistas. Os atrativos turísticos seriam o princípio do turismo, pois sem eles não seria possível desenvolver turisticamente uma região ou um país. A planta turística deveria ser pensada a partir da possibilidade de comercialização dos atrativos.

A infra-estrutura deve agregar-se à planta e aos atrativos, para que o sistema turístico funcione. Compõe a infra-estrutura o conjunto de bens e serviços essenciais para a manutenção das estruturas sociais, como o saneamento básico, as comunicações, os serviços de saúde, a educação, os transportes, a energia, o abastecimento de água e a habitação, entre outras. Os hotéis e demais serviços, voltados especificamente ao turismo, não formariam uma infra-estrutura turística, segundo Boullón (1994), pois são definidos como equipamentos. O autor apresenta um caso como exceção à regra, que seria Cancun, no México, pois a infra-estrutura da cidade foi construída exclusivamente para servir o turismo.

A superestrutura turística seria o conjunto dos agentes públicos e privados, especializados, encarregados de regular todo o sistema turístico. Suas ações devem controlar a qualidade e a regulamentação legal dos serviços e bens comercializados. Quanto ao turismo, apresenta grande representatividade em um país, geralmente cria órgãos públicos federais para a promoção internacional, o controle da qualidade e preço dos bens e serviços, o planejamento do desenvolvimento, o fomento à iniciativa privada, a promoção do turismo interno e do turismo social, bem como, algumas vezes, a construção de equipamentos e instalações turísticas. A iniciativa privada participa da superestrutura turística, a partir da atuação de suas entidades de classe, defendendo seus interesses particulares.

Segundo o autor, tanto a iniciativa privada quanto o poder público apresentam falhas nas suas atuações na superestrutura turística. A principal falha da iniciativa privada seria não

trabalhar em prol de um conjunto de objetivos comuns. As falhas do poder público seriam características da ineficiência do Estado em si, como a falta de recursos, a falta de poder político, a incapacidade de fiscalização e a falta de base conceitual. O patrimônio turístico de um país deve ser formado a partir da relação entre os atrativos turísticos, a planta turística, a infra-estrutura e a superestrutura turísticas.

Tais autores do turismo, ao apresentar uma análise sistêmica do turismo, assentam seu pensamento no paradigma funcionalista, que regeu políticas de turismo que se mostraram inadequadas, na medida em que não visaram à preservação ambiental, social, cultural e econômica das comunidades locais. Suas abordagens buscam controlar e dominar o real.

A análise sistêmica que não rompe com a simplificação permanece no cunho funcionalista, ou seja, a análise sistêmica do turismo parece mais uma ferramenta para melhorar o desempenho econômico de empreendimentos turísticos do que um novo paradigma para o entendimento do turismo, como fenômeno complexo.

Assim, propõe-se a utilização do paradigma da complexidade, cuja visão sistêmica rompe com a simplificação. O paradigma de simplificação, inaugurado por Descartes, ao separar a ciência da filosofia, domina a cultura ocidental. O contraponto a esse paradigma dominante até então é a complexidade, “que surgirá do conjunto de novas concepções, de novas visões, de novas descobertas e de novas reflexões que vão conciliar-se e juntar-se”. (MORIN, 1990, p. 121).

Para Morin (1990), o paradigma do pensamento simplificador de Descartes baseia-se em dois tipos lógicos de operação: disjunção e redução, o que faz com que os princípios do paradigma da complexidade sejam, necessariamente, pensar a distinção, a conjunção e a implicação.

Assim, juntando causa e efeito, a retroação fará com que o efeito volte sobre a causa, e o produto também se tornará produtor. Juntando o uno e o múltiplo, a parte não se perderá no todo, e este, mesmo sendo maior, fará parte do uno, dentro de um princípio hologramático.

Ao dizer que “Nessas condições estou totalmente de acordo em aceitar a complexidade como princípio do pensamento que considera o mundo e não como o princípio revelador da essência do mundo”, talvez Morin (1990, p. 151) nos indique um caminho revelador para a percepção de que a ciência já não é mais tão “dura”, e se perca a noção do todo, ou do múltiplo, ao fixar-se em demasia na parte, ou no uno. Ao buscarem tantas especificações para categorizar o turismo e o turista alguns, autores acabaram por simplificar o complexo.

O problema da complexidade surge ao autor com a veiculação da teoria da

informática, cibernética, teoria dos sistemas e teoria da auto-organização. Busca uma ligação entre a ordem, a desordem e a organização, e no seio desta, o uno e o diverso. Essa relação se dá de maneira simultaneamente complementar e antagônica, em interação. “O conceito de complexidade formou-se, cresceu, estendeu as suas ramificações, passou da periferia para o centro do meu propósito, tornou-se macroconceito, lugar crucial de interrogações, ligando entre si o nó górdio do problema das relações entre o empírico, o lógico e o racional.” (MORIN, 1990, p. 10-11).

Para Morin (1990), a questão da complexidade somente aparece no fim do século XX, a partir de novos desenvolvimentos científicos. É difícil enxergarmos a complexidade onde ela parece estar, de forma geral, ausente, como por exemplo na vida cotidiana.

O autor também reconhece as dificuldades para a compreensão da complexidade. A analogia do estudo do homem é utilizada pelo autor para demonstrar as dificuldades em estudarmos as partes de um mesmo todo separadamente. Ele coloca a obviedade do homem como um ser biológico e, ao mesmo tempo, a obviedade do homem como um ser cultural, que vive em um universo de linguagens, idéias e consciência. Mas, para essas duas realidades: a biológica e a cultural, o paradigma da simplificação obriga a separá-las. Assim estudamos o homem biológico no departamento de biologia e, o homem cultural, nos departamentos de ciências humanas e sociais. Estudamos o cérebro como órgão biológico, e o espírito como função da realidade psicológica. Mas essa teoria esquece que um não existe sem o outro, embora sejam tratados com terminologias e conceitos diferentes.

Para facilitar o entendimento da complexidade o autor elenca três princípios: o primeiro é o dialógico. A primeira lógica é a da proteína estável (ADN), que vive em contato com o meio, que permite a existência fenomênica, e a segunda assegura a reprodução (aminoácidos). Esses dois compostos não estão simplesmente justapostos, eles são necessários uns para os outros. Esse princípio permite manter o senso da dualidade no senso da unidade; algo pode ser antagonista e complementar ao mesmo tempo.

O segundo princípio é o de recursividade organizacional. Os indivíduos dão origem a um processo de reprodução que lhes é anterior. Uma vez produzidos, tornam-se agentes de um processo que vai continuar. Essa mesma lógica pode ser pensada sociologicamente: a sociedade é produzida pela interação entre os indivíduos, mas a sociedade, uma vez produzida, volta a retroatuar sobre os indivíduos e os produz. De forma simplificada, pode-se dizer que os indivíduos produzem a sociedade que produz os indivíduos. Esse princípio preocupa-se em romper com a idéia linear de causa e efeito, de produtor e produto, de estrutura e superestrutura, por considerar as relações entre essas categorias circular, auto-

construtivas, autoorganizadoras.

O terceiro princípio é o hologramático, pensando em um holograma físico, em que o menor ponto da imagem contém quase a totalidade da informação do objeto representado. Assim, concorda-se com a máxima de que o todo está nas partes, e as partes estão no todo.

Dessa forma, Morin (1990) confirma a hipótese da necessidade de se estudar o turismo de forma ampla e complexa, articulando as diferentes disciplinas. Contextualizar e integrar são qualidades fundamentais da mente humana, que precisam ser desenvolvidas e não atrofiadas. Pode-se concluir também que o método pode ser formador do objeto em uma relação dialética.

Para o autor, não há oposição recíproca entre simplicidade absoluta e complexidade perfeita. A complexidade não é perfeita justamente por comportar a imperfeição, a incerteza e a irreducibilidade. A complexidade é mais do que a junção entre a complexidade e a simplificação: “Está no âmago da relação entre o simples e o complexo, porque uma tal relação é ao mesmo tempo antagônica e complementar.” (MORIN, 1990, p. 149). Comporta a dialógica entre ordem, desordem e organização; conceitua desordem como uma dispersão generalizada, e ordem como coerção arbitrária imposta à diversidade.

A partir do paradigma da complexidade, o sistema é considerado, segundo Morin (1990), auto-eco-organizador. Os sistemas interagem com os ecossistemas, na ordem material, energética, organizacional e informacional. A sociedade, como organismo vivo, auto-organiza-se e faz sua autoprodução, dentro do ecossistema em que está contida e, ao mesmo tempo, contém.

Se parto do sistema auto-eco-organizador e remonto, de complexidade em complexidade, chego finalmente a um sujeito reflexivo que não é outro senão eu próprio que tento pensar a relação sujeito-objeto. E inversamente se parto deste sujeito reflexivo para encontrar o seu fundamento ou pelo menos a sua origem, encontro a minha sociedade, a história desta sociedade na evolução da humanidade, o homem auto-eco-organizador. (MORIN, 1990, p. 64).

Assim, o sistema também é vivo e auto-regulador, porque ordena o caos interno inevitável e, também, é ao mesmo tempo, autônomo e dependente em relação a seu(s) ecossistema(s) e esteve presente em toda a história da humanidade.

Propõe-se uma visão de sistema turístico aberto, complexo, tendo em seu cerne o

sujeito e sendo capaz de tratar o real, de dialogar e de negociar com ele.

3.2 Dialética Histórico- Estrutural – categorias *a priori*

Assim como o paradigma positivista, o funcionalista ou o compreensivo, a dialética requer uma certa visão de mundo do pesquisador, ou seja, uma postura ontológica, que esteja de acordo (total ou parcialmente) com a doutrina da qual se forma.

O sentido etimológico da palavra *dialética* teria origem no verbo grego *lego*, que significa colher, recolher, escolher, enumerar ou falar. A palavra *dia*, também de origem grega, indicaria dualidade ou comum acordo. “Assim, *dialektos* significa conversação, linguagem e *dialektikos*, debate, discussão.” (PAVIANI, 2001, p. 13).

Para Chauí (2000), *logos*, que origina o sufixo *lética*, seria a síntese de três idéias (em seis palavras): fala ou palavra, pensamento ou idéia e realidade ou ser. “*Logos* é a palavra racional do conhecimento do real.” (CHAUÍ, 2000, p. 139). *Dia* significaria dois ou puplo. A partir desse sentido etimológico, a autora define a dialética como um diálogo argumentativo entre interlocutores, com posições opostas sobre um mesmo objeto. Na dialética platônica, o objetivo dessa discussão seria demonstrar que a oposição aparente relevaria uma mesma essência ao objeto.

Em sua origem primeira, a dialética era entendida como a arte da discussão a partir de perguntas e respostas. Tal técnica dava conta de classificar, categorizar e dividir conceitos e objetos. Seus pensadores foram Platão (428 – 347 a.C.) e Aristóteles (384 – 322), que ressaltaram o “aspecto contraditório do ser que, ao mesmo tempo que se transforma em outro, é único e múltiplo, imutável e passageiro”. (TRIVIÑOS, 1987, p. 53).

Além de Platão e Aristóteles, diversos autores influenciaram o pensamento dialético, sobretudo Hegel (1770 – 1831), Marx (1818 – 1883) e Engels (1820 – 1895), de forma que explicar seu real significado torna-se tarefa árdua e por vezes incompleta, à luz de alguns autores em detrimento de outros.

O surgimento das categorias está na história do conhecimento. Cheptulin (1982) identifica algumas tendências na concepção de categoria. A primeira seria a realista; nela filósofos considerariam que as categorias existem a parte da consciência humana, ou seja, fora e independente dela, como essências ideais particulares. A tendência nominalista concebe as categorias como ficção, ou seja, palavras que não designam a nada. A chamada tendência

kantiana seria o oposto da realista. Para a tendência kantiana, as categorias seriam formas próprias à consciência do homem.

Para Hegel, “as categorias representam essências ideais que exprimem os momentos correspondentes da idéia absoluta, assim como os graus de seu desenvolvimento dialético”. (apud CHEPTULIN, 1982, p. 12). As categorias seriam as formas da atividade criadora da idéia, determinando a essência das coisas materiais. Para Hegel, as categorias seriam a essência autônoma das coisas, independentemente das coisas em si. A idéia de Hegel caracterizaria a tendência idealista.

Tal concepção foi criticada por Marx e Engels que, ao seguirem a utilização das categorias, retiraram o conteúdo idealista de sua natureza. Para o marxismo, as categorias formulam imagens que seriam resultantes “da atividade criadora do sujeito no decorrer da qual este último distingue o geral do singular”. (CHEPTULIN, 1982, p. 18). Tal atividade diz respeito a como os sujeitos refletem as coisas materiais.

As características da dialética que permeiam as investigações dos pesquisadores, que a elegem como metodologia de investigação científica, desvelam algumas questões ontológicas acerca da realidade social, como a idéia de que “toda formação social é suficientemente contraditória, para ser historicamente superável”. (DEMO, 1995, p. 89-90). Isso significa que toda a formação histórica está em transição e que toda a realidade social é dinâmica, pressupondo então a existência do conflito. O **conflito social**, como categoria dialética, “é tomado como estrutura de história, no sentido de que não começou, um dia, inventado por qualquer artifício histórico, nem vai acabar superado por alguma mágica qualquer”. (DEMO, 1995, p. 90). A dialética só se aplicaria ao estudo de processos históricos marcados por conflitos sociais. Inserida na idéia do conflito social está a noção de formação social. Isso significa que a realidade é processualmente configurada na história e está sempre em transição.

Essa visão permite, de um lado, apresentar as diferentes ou diferenças na organização social, geralmente mediante análise de instituições e, de outro lado, identifica as contradições existentes que permitirão que dentro de um momento histórico-social, formem-se as condições de surgimento de uma nova fase, como por exemplo, a fase feudal e a fase capitalista. Identificam-se questões objetivas, dadas externamente ao homem, ou, dito de outra forma, situações sociais que independem de sua vontade e se consideram as questões subjetivas, que dependem sobretudo da opção humana e de sua capacidade de construir a história, dentro do contexto das condições objetivas. A subjetividade do homem advém de sua lógica emocional, em que, muitas vezes, a própria razão é pouco racional e, por isso mesmo, o

ser humano possui uma lógica “alternativa, sensível e crítica”. (DEMO, 2000, p. 111), capaz de guiar a história, deixando de ser massa de manobra das estruturas sociais e da natureza.

As condições objetivas e subjetivas apresentam o mesmo patamar de relevância na dialética histórico-estrutural.

O tempo e o espaço, presentes na dialética, ocorrem na materialidade, sem que haja consciência de sua existência. O espaço, o tempo e a matéria em movimento estariam interligados. Seria a forma como o homem se relaciona com o mundo, designando a realidade objetiva pela reflexão das suas sensações. Mas tal realidade objetiva existe independentemente dessas sensações. A matéria seria, então, a realidade objetiva, materializada nos sistemas sociais organizados na relação entre o homem e a sociedade.

A dialética histórico-estrutural busca estruturar os processos de dinâmica histórica, considerando as **condições objetivas e as subjetivas**, a fim de melhor compreender a realidade social.

Para Kosik (2002), o mundo é interpretado na materialidade das coisas. A consciência é concebida como uma realização humana produzida social e historicamente.

A dialética não considera os produtos fixados, as configurações e os objetos, todo o conjunto do mundo material reificado, como algo originário e independente. Do mesmo modo como assim não considera o mundo das representações e do pensamento comum, não os aceita sob o seu aspecto imediato: submete-os a um exame em que as formas reificadas do mundo objetivo e ideal se diluem, perdem sua fixidez, naturalidade e pretensa originalidade, para se mostrarem como fenômenos derivados e mediatos, com sedimentos e produtos da práxis social da humanidade. (KOSIK, 2002, p. 21).

O entendimento do que é a consciência para o materialismo dialético requer a compreensão de que a matéria, ou seja, a realidade objetiva, levou milhares de anos percorrendo diversas fases para atingir seu desenvolvimento atual. Para Triviños (1985), a organização primeira da matéria inorgânica, posteriormente passando à orgânica e finalmente à social, propiciou relações entre os homens, e a consciência, não sendo matéria, seria “a propriedade mais evoluída do reflexo, peculiar só à matéria altamente organizada”. (TRIVIÑOS, 1987, p. 62). Sua formação ocorre no cérebro humano e é resultante do longo processo de mudança da matéria.

A principal característica da consciência seria a reflexão acerca da realidade

objetiva, possibilitando o surgimento das sensações, das precepções, das representações, dos conceitos e dos juízos ideais. “É indiscutível que a capacidade de reflexão da consciência depende não só das características da realidade material que deve ser refletida, mas também das condições próprias, peculiares, inerentes à consciência mesma”. (TRIVIÑOS, 1987, p. 62). O autor salienta ainda que o cérebro não tem a capacidade de pensar por si, mas depende da realidade material.

Por **pressupor o conflito e a contradição sociais**, a dialética também considera as **totalidades** históricas processos que se transformam, porque sua dinâmica se baseia na polarização, o que Demo (1995) chama “**unidade de contrários**”. A complexidade das relações sociais é magnetizada, isto é, qualquer presença provoca ação e reação, e, mesmo a ausência é uma forma de polarizar. Essa polarização pode ser considerada, por exemplo, nas relações entre industriais e proletários, entre interesses de diferentes classes, como na burguesia e aristocracia, entre outros. A unidade de contrários é fonte motriz da mudança, porque justamente é a possibilidade para que esta ocorra. A partir de um movimento contrário (não contraditório), dá-se início à superação de uma situação. Não há ideologia sem que haja a contra-ideologia. O poder é a mais típica unidade de contrário; historicamente, é exercido por poucos (minorias) e afeta a vida da maioria. Além do poder, “riqueza e pobreza são coisas contraditórias: excluem-se e necessitam-se”. (DEMO, 2000, p. 108). Triviños (1987) traz exemplo semelhante. Para o autor, tal teoria pode ser verificada na estratificação das classes sociais, em que, no capitalismo por exemplo, a burguesia não poderia existir sem o proletariado. Como contradição, há a classe burguesa detendo os meios de produção e explorando o proletariado, ao mesmo tempo que depende deste para o seguimento de sua condição de classe burguesa.

Para o materialismo dialético, de acordo com Triviños (1987), o desenvolvimento das formações materiais ocorre a partir dos chamados opostos e contrários, que estão em seu interior, sem no entanto desconsiderar a possibilidade de as forças externas também interferirem nos objetos. Os contrários existem no desenvolvimento, enquanto os opostos se formam, a partir dos contrários, no processo de transformação, sendo que um não pode existir sem o outro, e estão em constante interação. Essa interação dos opostos é a contradição. A unidade dos contrários está no fato de a existência de um ser condição para a existência do outro.

Os contrários possuem identidades semelhantes e também diferenças. Na sociedade, os contrários podem ser antagônicos ou não antagônicos, sendo que o primeiro tipo ocorre

quando há a propriedade privada, em sociedades feudais, capitalistas ou escravagistas, e o segundo tipo ocorre quando a produção tem sentido social, em uma sociedade socialista.

As contradições podem ser ainda internas ou externas, quando ocorrem em um mesmo fenômeno ou entre fenômenos, respectivamente, e básicas ou secundárias, que dependem da essencialidade do objeto.

A luta dos contrários resulta em um processo de transformações sociais denominado pelo marxismo “progresso em espiral”. (TRIVIÑOS, 1987, p. 73). Nesse processo, “se reconhece que o desenvolvimento tem um caráter contraditório, isto é, que é possível que em determinadas etapas se repitam, com nova qualidade, fases do fenômeno que já foram passadas”, caracterizando o desenvolvimento como espiral, não em retilínio nem em circular.

A categoria da **totalidade** é imbuída de dinâmicas contrárias, de forma que se distancia da idéia de totalidade lisa, com uma dinâmica comum e circular. A categoria da totalidade “funda, ademais, o reconhecimento de que as mudanças provêm de dentro das coisas. O ser humano não torna a realidade dialética, porque já o é, inclusive o próprio ser humano”. (DEMO, 2000, p. 109). A totalidade significa que “toda a realidade social gera, por dinâmica interna própria, seu contrário, ou as condições objetivas e subjetivas para a sua superação”. (DEMO, 1995, p. 91).

Os conceitos-chave que formam a totalidade são a tese, a antítese e a síntese. A tese é toda a formação social, ou seja, a realidade social historicamente contextualizada. Contém contornos próprios, resultantes da sua organização e institucionalização, tornando-se discernível, típica, historicamente característica e culturalmente identificável. A dinâmica contrária à tese, dita antítese, é desenvolvida dentro da própria tese, que lhe fornece condições para emergir, tornando a antítese uma superação da tese. Na perspectiva da totalidade, as características da tese não são destruídas, mas são reinventadas, repetidas, repostas e revividas na antítese.

A sociedade escravagista substituiu a sociedade primitiva, aproveitando o que considerava útil, como por exemplo as ferramentas ou mesmo certas regras de vida. Já a idéia de propriedade social não foi assimilada e os meios de produção foram privatizados, característica que por sua vez permaneceu no feudalismo e no capitalismo. Mesmo as sociedades seguintes tendo mantido a propriedade privada, diversas outras características foram refutadas ou modificadas, demonstrando a convivência entre o velho e o novo.

A antítese seria a “alma da dialética” (DEMO 1995, p. 91-92), pois é nela que se encontra o signo da mudança. A mudança pode ser mais ou menos radical, dependendo da

antítese. “A radicalidade da antítese condiciona a radicalidade da mudança: a quantidade e a qualidade do novo na síntese está na proporção da radicalidade da antítese.” (DEMO 1995, p. 92).

A antítese, quando consolidada, constitui-se como nova síntese, deixando de ser antítese e tornando-se nova tese, que, dentro da perspectiva dialética, produzirá suas antíteses.

A dialética une a **teoria à prática**, mantendo suas diferenças. A prática é condição da realidade como teoria, é a maneira de ver, e cada uma mantém seu espaço. Segundo Demo (1995), as ciências sociais não realizariam uma análise que não se vinculasse à prática, ou seja, que não dissesse respeito à realidade histórica, sem esquecer que a prática é apenas um critério da verdade. Essa questão remete sobretudo ao reconhecimento da junção entre estudar problemas sociais e enfrentar problemas sociais. Daí o papel transformador da ciência.

A complexidade da realidade abarcaria dicotomias, que se complementariam, como a teoria e a prática, o objetivo e o subjetivo, a qualidade e a quantidade e o linear e o não linear. Para Demo (2000), embora cada termo tenha sua própria lógica, a teoria precisa da prática, e a prática precisa da teoria. A prática propicia novas dimensões ao conhecimento científico, ao mesmo tempo que o conhecimento possibilita renovações às práticas.

Desvelar a práxis¹⁵ a partir da dialética também exigiria o exercício de diferenciar o fenômeno da essência e, mais do que isso, compreender o fenômeno para então poder atingir a essência.

O fenômeno não é radicalmente diferente da essência, e a essência não é uma realidade pertencente a uma ordem diversa da do fenômeno. [...]. Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. (KOSIK, 2002, p. 16).

A dialética, para Kosik (2002), como conhecimento, não reconhecera a naturalidade dos fenômenos, sendo esses resultantes do processo histórico em que estão inseridos. Isso não significa negar a existência ou a objetividade da concretude dos fenômenos, mas partir do princípio de que eles não ocorrem por acaso, ou apenas por condições próprias. O exercício que o pensamento dialético deve efetuar é o de destruir a crença de que o fenômeno ocorre pelo que é visível, ou, para Kosik (2002), é a pseudoconcreticidade. “As formas reificadas do

¹⁵ Entende-se por práxis a colocação de Chauí (2004) como atividade própria dos homens livres, dotados de razão, vontade própria e arbítrio na escolha de suas ações, cujo agente, sua ação e a consequência de suas ações estão interligados.

mundo objetivo ideal se diluem, perdem a sua fixidez, naturalidade e pretensa originalidade, para se mostrarem como fenômenos derivados e mediatos, como sedimentos e produtos da práxis social da humanidade.” (KOSIK, 2002, p. 21).

O processo de desconstrução da pseudoconcreticidade, segundo o autor, efetua-se como:

1. crítica revolucionária da práxis da humanidade, que corresponde ao momento pós-revoluções,¹⁶ quando o homem passa a ser humanizado, ou, ainda, “o *devenir* humano do homem”;

2. pensamento dialético, na intenção de atingir a realidade em si dos fenômenos, dissolvendo o mundo da aparência;

3. relativização da relação entre o sujeito e a sociedade, quando é levado em conta que cada indivíduo se forma em um contexto social e histórico, a partir da criação de uma realidade própria.

A dialética não pretende desconsiderar o objeto ou dar supremacia ao sujeito. A finalidade é a junção de ambos, “posto que a realidade social dos homens se cria como união dialética de sujeito e objeto”. (KOSIK, 2002, p. 24).

O esquema que mais caracteriza a dialética é a tríade formada entre a tese, a antítese e a síntese. A contradição é representada pela antítese, pois esta indica as condições objetivas e subjetivas para a superação da tese, que é a constatação do que está dado teoricamente e na prática. A síntese é temporária,¹⁷ pois brevemente a tese que ela gera será novamente superada por outra antítese.

A tese, levando em consideração a historicidade, contém a dinâmica das unidades contrárias, que gestarão as possibilidades para sua superação. A antítese é radical, porque condiciona a radicalidade da mudança, implicando aí a qualidade e também a quantidade de novos elementos que estarão na síntese.

Cabe lembrar que a dialética dialoga com a análise sistêmica. Sua principal convergência está na busca da apreensão da totalidade do real, pois não se acredita no postulado positivista de que a partir do estudo das partes se compreende o todo. Dessa forma, investigam-se as partes e o todo, com a perspectiva de que este não é formado pela soma das partes.

Diversos autores salientam a importância da dialética na construção do

¹⁶ Pode-se considerar, como as principais revoluções que levaram à modernidade, a Reforma Protestante, o Iluminismo, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, sendo que todas estão imbricadas.

¹⁷ A síntese é temporária no sentido de seu significado original, pois, sendo negação, é um movimento de superação e permanecerá a partir de outras antíteses.

conhecimento. Para Cheptulin (1982), as leis da dialética materialista seriam as mesmas do desenvolvimento do conhecimento.

A Dialética Histórico-Estrutural busca encontrar um equilíbrio entre a objetividade e a subjetividade, combinando a história e a estrutura das sociedades. Não ocorre a supermacia da estrutura, quando os sujeitos agem apenas de acordo com ela, nem o inverso, quando o sujeito é o único a determinar seu meio.

Existem estruturas dadas, persistentes e constitutivas da realidade, como a unidade de contrários, a desigualdade, o poder, a linguagem, o mundo simbólico e afetivo, a razão. Tais estruturas podem ser entendidas tanto como carga genética dada, quanto como circunstância histórica dentro da qual nascemos e temos que “nos virar”. [...]. De outra parte, reconhecemos que é possível fazer história própria, sendo a trajetória do conhecimento sua prova maior. O ser humano também tem provocado mudanças e, segundo opinião já corrente, está apressando o passo da história por meio, sobretudo, das tecnologias. (DEMO, 2000, p. 104)

Para Demo (2000), a Dialética Histórico-Estrutural apostaria mais nas transformações históricas do que nas estruturais, sendo essas últimas mais profundas do que as primeiras, mas ambas dependendo dos sujeitos. As ações dos sujeitos não seriam de todo racionais, conscientes ou clarividentes, de acordo com planos traçados para o futuro. Tampouco os sujeitos agiriam como a estrutura determina, mas com uma razão prática, muitas vezes de modo inconsciente, e assim vão construindo a história.

A metodologia da Dialética Histórico-Estrutural, a partir da visão do autor, buscaria desvelar a dinâmica da realidade, que é concebida como objetiva e subjetiva, a partir da concepção de que o ser humano é limitado, ou seja, não pode fazer a história que bem quer, porque as estruturas impõem limites. No entanto, é capaz de reagir, fazendo dos limites desafios, mesmo sabendo que entender o desafio não significa romper o limite. É capaz de captar os desajustes enquanto se esforça para compreender a realidade complexa, ao mesmo tempo que reconhece que a mente humana não dá conta de toda a realidade, nem de si mesma. A saída para buscar a melhor compreensão do mundo seria o questionamento, também como uma forma de corrigir desajustes.

Assim sendo, a dialética se apresenta como uma proposta de método que, assim como os outros, pode ser questionado.

3.3 Estratégia metodológica

A escolha da metodologia de pesquisa representa a formação ontológica¹⁸ do pesquisador, ou seja, abarca a visão de mundo do pesquisador. A visão ontológica delineará os caminhos a serem seguidos, como a epistemologia e, seguidamente, a metodologia, métodos e escolha das fontes. (BAQUERO; PRÁ, 2005).

Esta investigação analisa o processo de desenvolvimento turístico em Gramado, de forma que pressupõe a análise da realidade social, sendo que esta apresenta tanto características objetivas quanto características subjetivas. Esta análise leva em conta a historicidade e pressupõe a existência do conflito social. Tais características são consideradas categorias básicas da dialética histórico-estrutural, que Demo considera a forma de investigação mais apropriada à realidade histórica por equilibrar “a contento o jogo das condições objetivas e subjetivas”. (DEMO, 1995, p. 88). A dialética abarca em seu escopo o acolhimento do fenômeno histórico na consciência reflexiva; leva em conta a ideologia, as influências políticas e é a metodologia mais conveniente para o estudo da realidade social.

Por outro lado, todo o tratamento dialético de um fenômeno é tipicamente histórico, ou seja, não se pode lançar mão de uma investigação dialética acerca da realidade natural, enquanto esta é a metodologia mais conveniente para o estudo da realidade social. Para Moesch (2000) essa metodologia permite melhor compreensão do objeto de pesquisa no percurso do processo de desenvolvimento histórico do conhecimento, em consonância com as práticas sociais.

A análise qualitativa da Dialética Histórico-Estrutural também não nega a pesquisa quantitativa, utilizando desses dados como aporte em análise da realidade, mas de forma alguma como principal ou único método. A defesa correta de metodologias qualitativas não pode representar a negação do tratamento quantitativo. É preciso saber integrar as dimensões que fazem parte de uma realidade única, tendo sempre em mente, criticamente, o que cada metodologia pode oferecer ao pesquisador.

A pesquisa qualitativa, no enfoque crítico-participante, com visão histórico-estrutural, propicia uma relação dialética da realidade social, a partir da necessidade de

¹⁸ Ontologia é definida corrente e corretamente como o estudo do ser em geral e de suas propriedades transcendentais. Na metodologia de pesquisa, o termo refere-se mais especificamente ao que o pesquisador entende pelos seres, pelo mundo em geral. Pode ser verificado em Demo ou Baquero e Pra (2005).

conhecer a realidade para transformá-la em processos contextuais, dinâmicos e complexos. (TRIVIÑOS, 1987).

Os primeiros estudos realizados por cientistas sociais acerca do turismo, inaugurando novas metodologias de investigação do fenômeno, além das economicistas, segundo Barretto (2003), ocorreram há 40 anos, tratando inicialmente dos impactos nas culturas locais.

Seguindo a dialética histórico-estrutural, esta pesquisa percorreu diversas técnicas qualitativas, advindas do campo de conhecimento das ciências sociais, assim como requer o estudo de caso.

A verificação empírica desta dissertação se deu a partir do estudo da cidade turística de Gramado, localizada na região da Serra Gaúcha. Segundo Goldemberg (2003, p. 33), a expressão *estudo de caso* originou-se da tradição médica e psicológica de pesquisa, referindo-se à análise detalhada dos casos individuais, em busca de uma explicação para determinada patologia. Assim sendo, “este método supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno estudado a partir da exploração intensa de um único caso”. (GOLDEMBERG, 2003, p. 33). A unidade social estudada apresenta-se como um todo. Uma das principais dificuldades do estudo de caso é a delimitação do que será investigado, pois a totalidade a ser pesquisada no objeto eleito é uma abstração científica construída em função do problema a ser investigado.

O recomendado na metodologia de estudo de caso é que se reúna o maior número de informações possíveis, em profundidade e detalhamento, por meio de diferentes técnicas de coleta de dados, para “apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto”. (GOLDEMBERG, 2003, p. 34). A inserção na realidade social não pode ser efetuada apenas por dados estatísticos. É o estudo exaustivo de um objeto delimitado.

No estudo de caso, o objetivo não é encontrar as tendências do objeto de estudo, seja uma comunidade ou uma empresa, agrupadas em números estatísticos, mas encontrar as particularidades, os comportamentos desviantes e manter a heterogeneidade. Para galgar os objetivos propostos, o pesquisador pode lançar mão de diferentes técnicas de pesquisa, não havendo “regras precisas sobre as técnicas utilizadas em um estudo de caso, porque cada entrevista ou observação é única: depende do tema, do pesquisador e de seus pesquisados”. (GOLDEMBERG, 2003, p. 34). O tempo adequado de pesquisa também não é delimitado, podendo variar de semanas a anos.

O estudo de caso, segundo Hébert et al. (1990), é adequado ao campo de investigação que seja real, mais aberto e menos controlado. A abordagem deve partir do

interior do campo, o que requer que o pesquisador participe da vida dos sujeitos investigados, característica própria das abordagens qualitativas.

Outras características do estudo de caso são a contemporaneidade do fenômeno, situado na vida real, a tênue demarcação das fronteiras entre o fenômeno estudado e o contexto mais amplo e a utilização de diversas fontes de dados.

No Estado do Rio Grande do Sul, o turismo surgiu sob a égide do desenvolvimentismo, como uma oportunidade de crescimento econômico, formatado regionalmente. Desde o primeiro plano de desenvolvimento do turismo o estado é dividido em regiões, sendo cada uma delas considerada roteiro turístico. (MOESCH, 1997).

De todas as regiões turísticas mapeadas na década de 70, a única que obteve resultados concretos, ou seja, que se sustentou majoritariamente da atividade turística ao longo dos tempos foi a Serra Gaúcha. Por esse motivo, a cidade escolhida para a investigação deste estudo foi Gramado, localizada na Serra Gaúcha, que se tornou o principal produto turístico do estado.

A parte desta investigação acerca do processo de desenvolvimento do turismo na região da Serra Gaúcha buscará, em sua tese, identificar as concepções de desenvolvimento ao longo dos tempos, para relacionar suas acepções às práticas adotadas pelos agentes que atuaram no turismo. As concepções, bem como o surgimento da investigação em turismo também foram pesquisadas. Faz-se uma análise histórica acerca dos principais fatos e das ações públicas e civis, no que cerne às práticas turísticas na região definida para verificação empírica.

Na antítese, buscou-se identificar as situações que levaram o processo de desenvolvimento do turismo na região investigada ao seu modelo atual. Ou seja, é a parte de negação da tese, que se dá sobretudo pela reflexão da autora, a partir das situações teóricas e práticas presentes na tese.

Na síntese, propõem-se, como nova tese a ser contestada, novas formas de percepção do desenvolvimento sustentável do turismo, as quais acarretam indicações de práticas que sejam capazes de reverter a situação vigente.

Para galgar seus objetivos, este processo investigativo contou com a técnica da triangulação, cuja intenção básica abrange “a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco de estudo”. (TRIVIÑOS, 1987, p. 138). Leva em consideração a historicidade, os significados culturais e as vinculações essenciais com a macrorrealidade dos fenômenos sociais, acolhendo métodos de coleta de dados qualitativos e quantitativos para a análise da realidade.

Utilizar a técnica da triangulação significa, nesse projeto de pesquisa, em primeiro lugar, dirigir a atenção aos produtores do processo de desenvolvimento do Turismo, em seguida, aos elementos produzidos pelas instituições e sujeitos na comunidade e, por último, aos processos e produtos que são originados pela e na estrutura social, ambiental, política e econômica na qual ocorre o fenômeno turístico.

A primeira etapa desse processo diz respeito às percepções do pesquisador, construídas à luz da teoria e da verificação da realidade, identificando quem são os produtores do turismo, ou seja, os sujeitos ativos na produção do modelo de desenvolvimento do turismo em Gramado.

O segundo momento de investigação está voltado aos elementos produzidos no meio, ou seja, de que forma ocorre a reprodução do modelo idealizado pelos agentes do turismo. Centra-se na investigação da documentação oficial, como os Planos de Desenvolvimento, Diretrizes, Plano Diretor, entre outros, construída a partir da concepção da classe econômica dirigente.

A terceira perspectiva da análise visa aos processos e aos produtos que foram originados pela estrutura do macroorganismo social. É a forma como se reproduz o modelo desejado pelos produtores do turismo na estrutura social, mas que, na prática, pode assumir contornos distintos do idealizado. Nesse momento, verifica-se na realidade social a configuração do turismo.

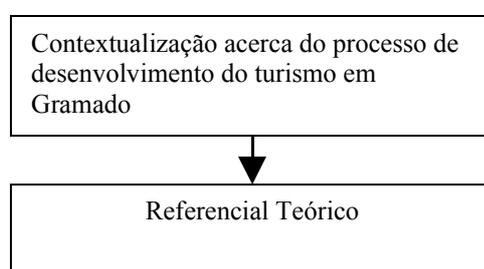
A partir de tal técnica, a análise fez-se sob dois tipos de agentes e no resultado social que a interação entre eles e mesmo entre eles e o resultado, produzem dialeticamente. Os agentes são os produtores e os reprodutores do turismo. Por produtores, entendem-se os sujeitos com poder econômico e político que determinam as relações de produção. Por reprodutores entendem-se os sujeitos submetidos aos processos estipulados pelos produtores. Poder-se-á subentender, em discursos de autores utilizados ao longo da dissertação, os produtores como as classes dominantes e os reprodutores como as classes dominadas. O terceiro foco da análise é a estrutura social em que agem os produtores e reprodutores do turismo, no entendimento de que tal estrutura, ao mesmo tempo que determina as relações sociais, é determinada por elas.

Buscou-se identificar se os processos e os produtos construídos possibilitaram o desenvolvimento empobrecedor ou sustentado do turismo, a partir da análise das forças que desencadearam o desenvolvimento do turismo em Gramado, bem como o modelo que seguiram e a sociedade que formaram.

Considera-se desenvolvimento sustentável do turismo a diminuição da desigualdade social, a geração de emprego e renda locais; o acesso da população local aos equipamentos de lazer, a preservação ambiental e cultural; a participação local na gestão dos negócios, a participação local como agente ativo das festas e das demais manifestações culturais, o acesso à saúde pública; o uso de infra-estrutura urbana adequada, como saneamento básico, abastecimento energético e de água e transportes, e a qualidade de vida.

O desenvolvimento empobrecedor, assim como afirma Molina (2005a), é resultante da aplicação do modo de produção fordista ao turismo, que seria o mesmo processo da industrialização, derivando em produção em série – turismo de massa –, concentração de renda e exclusão.

O esquema ilustrativo a seguir representa os principais movimentos metodológicos propostos para esta investigação.



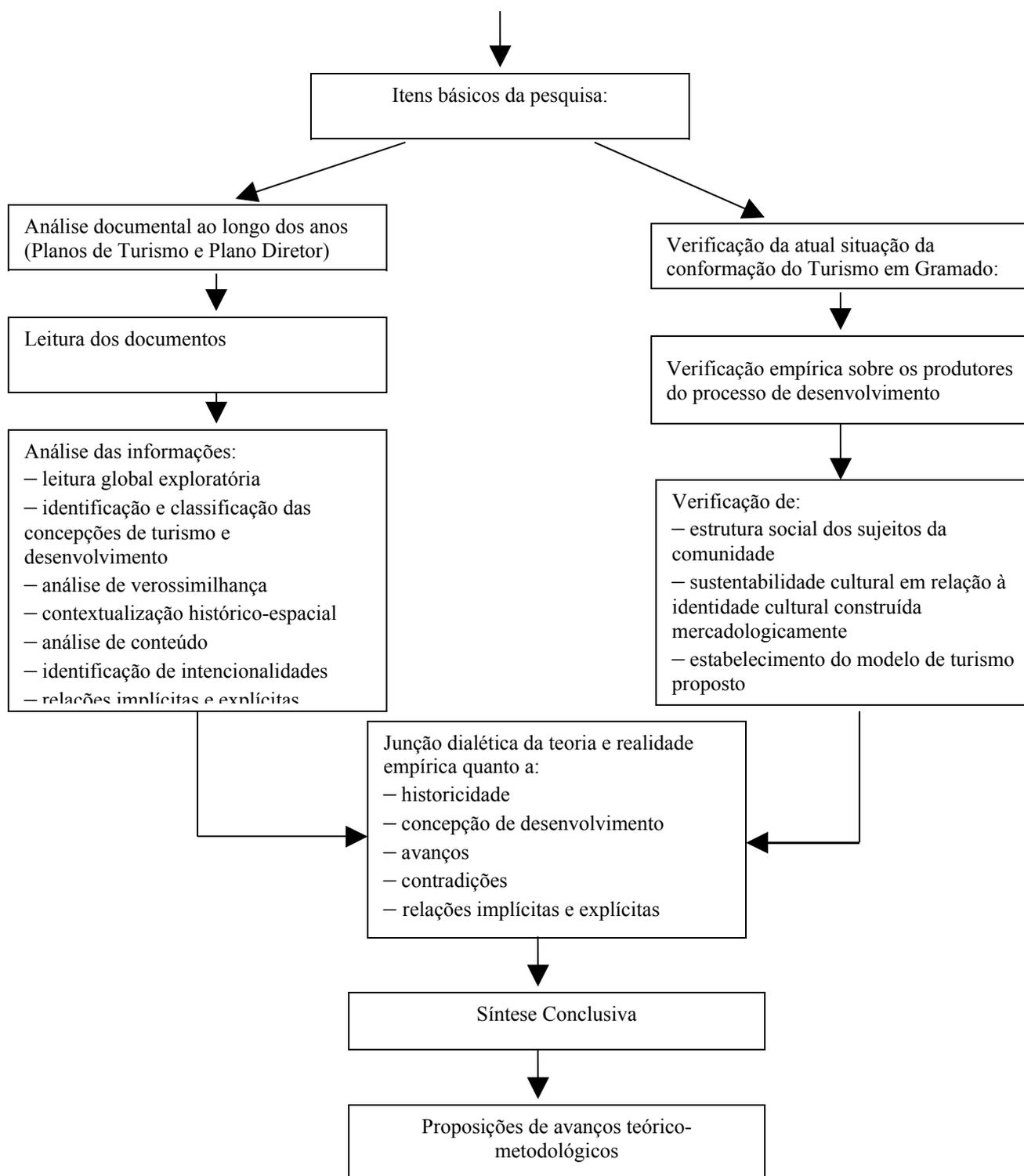


Figura 1: Esquema metodológico

A investigação qualitativa lançou mão de algumas técnicas de pesquisa oriundas da etnografia, de acordo com a concepção dialética anteriormente apresentada.

O processo de pesquisa iniciou informalmente com a observação participante, em novembro de 2005, quando todas as impressões tomadas foram repassadas para o Diário de

Campo. A observação participante é definida por Schwartz e Schwartz como “um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica”. (Apud CICOUREL, 1975, p. 89). A partir desse período, diversos deslocamentos até a cidade de Gramado (Natal Luz, dez. de 2005; Festa da Colônia, abr. 2006; Refúgio da Família Sperry, jul. 2006, entre outros) proporcionaram vivências que auxiliaram a configurar as hipóteses e os problemas de pesquisa. Esse processo assimilou-se com o que Uricoechea (1978) ensina: “Existe na obra da ciência como na obra da arte um ingrediente de subjetividade, de iniciativa individual, de interpretação original que não estão contidas a priori nas fórmulas e nos procedimentos de método.” (URICOECHEA, 1978, p. 201-202).

Durante o processo de investigação, que ocorreu entre agosto e novembro de 2006, além das entrevistas semi-estruturadas, foram utilizadas técnicas de revisão bibliográfica, análise de documentos, entrevistas de personalidades oficiais (que leva a versão oficial dos fatos) e coleta de dados oficiais em órgãos públicos responsáveis, como a Secretaria de Estado de Turismo, a Prefeitura Municipal de Gramado, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser do Estado do Rio Grande do Sul (FEE).

Para Velho (1980), o fato de realizar uma investigação etnográfica, dentro da própria sociedade do pesquisador não significa que haja conhecimento da mesma. “Dentro de nossa própria sociedade existe, constantemente, esta experiência de estranhamento” (VELHO, 1980, p. 15) e o familiar não é necessariamente conhecido. A tarefa a ser executada consiste em transformar o que é familiar ao pesquisador em exótico e o exótico em familiar, conforme Da Matta (1978).

A escolha do Bairro Piratini ocorreu porque, segundo Dorneles (2001), é lá que residem as camadas operárias da cidade. Os requisitos para a escolha das famílias entrevistadas no Bairro Piratini foram que elas tivessem, no mínimo, um membro da família que trabalhasse ou já tenha trabalhado direta ou indiretamente no turismo, como por exemplo, hotéis, restaurantes, comércio, equipamentos de lazer (Mini Mundo, Casa do Papai Noel, etc) e que algum dos membros da família fosse maior de, no mínimo, 18 anos e natural de Gramado.

Antes da chamada “entrada em campo” já se havia realizado a pesquisa bibliográfica sobre o processo histórico da cidade, bem como a busca de dados socioeconômicos atuais, na etapa do processo de investigação que Da Matta (1978) chama “teórico intelectual”, quando o pesquisador está apenas no mundo das idéias, sem contato com a sua “tribo”.

As entrevistas com as famílias moradoras do Bairro Piratini foram realizadas nos dias 20 e 21 de setembro de 2006, na residência dos entrevistados, com exceção do Ângelo, que foi entrevistado em seu local de trabalho. Foram alterados os nomes dos moradores entrevistados. As entrevistas seguiram o roteiro anteriormente estabelecido, não necessariamente na ordem prevista, mas tendo as questões dirigidas de acordo com as falas dos entrevistados. As respostas foram anotadas pela entrevistadora durante as conversas.

Em 21 de setembro de 2006, também foram entrevistados: Luiz L. C. Mirapalhete, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Hoteleiro e Similares de Gramado; Sonia Fassbinder, gerente de Marketing e Promoções da Secretaria de Turismo e Cultura de Gramado; Tiago Duarte da Silva, atendente do Sindicato dos Logistas da Região das Hortênsias (Sindilojas). Em 20 de dezembro de 2006, foi entrevistado Gilnei Ricardo Casagrande, diretor do Arquivo Histórico Municipal João Leopoldo Lied. Além do atual cargo, na juventude, Gilnei acompanhou os processos de incremento do turismo pelos quais Gramado passou, trabalhando diversas vezes como cicerone para o Conselho Municipal de Turismo.

Prestou longo e importante relato, em 19 de fevereiro de 2007, Norma Martini Moesch, atualmente assessora do Ministério do Turismo, e personagem da história do turismo no Rio Grande do Sul e no País. Em 1971, iniciou atividades junto a Comissão Intersetorial de Turismo (Citur), órgão consultivo que coordena, desde 1973 até 1976. Ao longo de sua carreira, foi também diretora estadual de Turismo, sub-secretária de Turismo, coordenadora e diretora da Empresa Porto-Alegrense de Turismo (Epatur) e coordenadora do Curso Superior de Turismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC), entre outras atribuições.

Utilizaram-se diversos relatos gravados em VHS, por empresa privada, a pedido da Prefeitura de Gramado, em função da comemoração do cinquentenário da cidade, em 2000, chamado “Gramado Contado por Nossa Gente”.

A pesquisa etnográfica realizada por Dorneles (2001) também forneceu ricos elementos históricos a partir do relato de entrevistas, sobretudo de Iraci Koppe, rainha da primeira edição da Festa das Hortênsias.

Contribuíram para a coleta de informações funcionários das Secretarias de Turismo e Cultura, Educação, de Desenvolvimento e de Planejamento da Prefeitura Municipal de Gramado.

No capítulo seguinte, utilizam-se as ferramentas metodológicas apresentadas neste capítulo que se encerra.

A partir do levantamento dos principais fatores propulsores do desenvolvimento do turismo, analisa-se a configuração que tomou a sociedade do turismo, em Gramado.

4 A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE DO TURISMO EM GRAMADO

Neste capítulo, apresenta-se o processo histórico pelo qual o turismo se constituiu como fenômeno econômico, social e político na cidade de Gramado, Estado do Rio Grande do Sul.

Levando em consideração a análise histórico-estrutural apresentada no capítulo anterior, torna-se imprescindível para este estudo compreender o processo histórico do turismo no Estado do Rio Grande do Sul, especificamente na cidade de Gramado, dotado de características políticas, sociais, culturais e econômicas. O próprio desvelamento do processo que levou Gramado a ser uma cidade turística é objeto deste estudo.

Na esfera estadual, encontram-se planos pioneiros de turismo que visavam ao desenvolvimento regional da atividade, com ações focadas para a Serra Gaúcha, especialmente para a Região das Hortênsias, local onde situa-se Gramado. Por outro lado, nesse município, não há qualquer registro de planejamento turístico municipal nem reconhecimento de projetos estaduais, afora o de promoção turística. Tal contradição, característica da dialética, não significa que algum dos sujeitos que responde pelos órgãos oficiais de turismo esteja omitindo fatos significativos a esse processo. Cada uma das esferas, estadual e municipal, considera o passado a partir de um olhar, qual seja, o seu. A consciência possível dos sujeitos envolvidos com o processo de desenvolvimento do turismo, que se pode chamar de sujeitos produtores do turismo, permitiu-lhes tomar certas decisões no passado, bem como lhes permite certo reconhecimento do mesmo. Os sujeitos produtores dividem-se ainda entre o nível estadual dos produtores de turismo e o nível municipal dos produtores do turismo.

Acredita-se que o processo de desenvolvimento que ocorreu em Gramado levou à formação de uma Sociedade do Turismo na cidade. A seguir, apresentam-se as evidências que culminaram em tal afirmativa, a partir da abordagem metodológica da Dialética Histórico-Estrutural explicitada pelo processo histórico-social, vivenciado principalmente ao longo dos últimos 37 anos.

4.1 O processo de desenvolvimento turístico no Estado do Rio Grande do Sul

Os primeiros movimentos em turismo, no Rio Grande do Sul, segundo Moesch (1997), foram decorrentes da convivência com os países do Prata, sobretudo o Uruguai. Esse

fato deveu-se às viagens que os moradores do estado realizavam a Montevideu, Punta del Este e também a Buenos Aires, na Argentina, entre as décadas de 1920 e 1930. No fim da década de 1930, seria a vez dos moradores dos países vizinhos se deslocarem ao RS, primeiramente em função das comemorações do Centenário da Revolução Farroupilha, em Porto Alegre, e mais tarde por ocasião da primeira Festa Nacional da Uva, em Caxias do Sul.

O primeiro órgão oficial, por assim dizer, de turismo no Estado, foi o *Touring Club* do Brasil, com matriz implantada no estado do Rio de Janeiro em 1923. Em Porto Alegre, teve sua sede fundada no ano de 1935, com a preocupação de organizar, promover e vender os atrativos turísticos do estado. Na década de 40, o *Touring Club* efetuou o primeiro inventário turístico do Rio Grande do Sul, editado sob o título “O Guia do Turismo do Rio Grande do Sul”. Foi em 1941, com a criação da rodovia federal Porto Alegre – Caxias do Sul, que “despertaram as possibilidades turísticas de Gramado e Canela”. (MOESCH, 1997, p. 129).

A Assembléia Constituinte do RS, eleita no ano de 1947, dispôs no art. 27 que incentivava a criação de projetos de lei cujos objetivos fomentassem o turismo no estado, por meio da criação de condições de acesso, higiene e conforto às estações balneárias, hidrominerais, climáticas e de repouso.

Em 1948, o Serviço Nacional do Comércio (Senac) inaugurou o “Curso de Turismo e Hospitalidade”, focado na preparação de trabalhadores para atuarem em cozinhas de restaurantes e/ou de hotéis.

Em 23 de janeiro de 1950, sob o governo de Walter Jobim, a Lei 997 da Assembléia Legislativa do RS é a primeira do País a legislar sobre o turismo, criando o Conselho Estadual de Turismo (CET) e o Serviço Estadual de Turismo (Setur), sendo o segundo implantado anos mais tarde, em 1959. Naquele ano, Oswaldo Goidanich é nomeado diretor do Setur, cargo de que solicita desligamento em 1963. Segundo Goidanich (1993), o Plano de Turismo do Rio Grande do Sul (PTRS), também datado de 1959, foi a primeira tentativa oficial de organização do turismo em um estado do Brasil.

O PTRS foi apresentado por João Caruso, então secretário do Interior e Justiça ao governador Leonel de Moura Brizola. Seu conteúdo focava uma exposição das motivações que levavam aquela administração a **fomentar o turismo**, apresentava uma cópia do Decreto com as atribuições do Setur, seu organograma e as ações propostas para as atividades de 1959 a 1962.

Havia a intenção clara de fomentar o turismo, e o PTRS apontava, na prática do desenvolvimento econômico, o modelo de turismo proposto.

Nesse documento, o turismo foi apontado como

fator positivo de **desenvolvimento econômico**, utilizado em escala ampla por quase todos os países do mundo, espalhando benefícios de toda a sorte, refletindo-se favoravelmente no progresso e no bem-estar das coletividades; na aproximação fraternal dos povos; nas trocas espirituais e materiais, culturais e econômicas, como um instrumento vitalizador do mais amplo raio de alcance. (RIO GRANDE DO SUL, 1960, p.3).

O texto acima apresentado pelo PTRS traz, em seu conteúdo uma visão característica das classes dominantes do período, que assim como a ideologia dominante, tanto para Bourdieu (2000) quanto para Altusser (1985), eram formadas por homens com poder econômico, que viam o desenvolvimento como o único futuro possível. O discurso dominante, como sendo intermediário estruturado e estruturante, impõe, de uma forma mascarada, sistemas de classificação e estruturas mentais ajustadas às estruturas sociais. A eficácia da dominação simbólica ocorre na mesma medida em a que ideologia permeia de estrutura em estrutura, mantendo a ordem desejada pelos dominantes.

A visão de desenvolvimento presente no PTRS é tida como global por Morin (2000, p. 79), a partir da expansão do capitalismo. Segundo o autor, “as sociedades, arrancadas de suas tradições, iluminavam seu devir não mais seguindo a lição do passado, mas indo em direção a um futuro promissor e prometido”. É exatamente isso que se pode observar no PTRS, cujo crescimento econômico é anunciador do porvir de um mundo melhor.

O desenvolvimento tem dois aspectos. De um lado, é um mito global no qual as sociedades industrializadas atingem o bem-estar, reduzem suas desigualdades extremas e dispensam aos indivíduos o máximo de felicidade que uma sociedade pode dispensar. De outro, é uma concepção redutora, em que o crescimento econômico é o motor necessário e suficiente de todos os desenvolvimentos sociais, psíquicos e morais. (MORIN, 2000, p. 83).

O PTRS foi apresentado com as seguintes atribuições:

- *turismo interno*: fomentar o turismo interno para propiciar o descanso das classes trabalhadoras;

- *turismo internacional*: nesta parte, o plano salienta as belezas naturais do estado para atrair turistas do Exterior, citando os da Suíça, do Uruguai, da Itália, dos Estados Unidos,

da Argentina e do Chile, com o intuito de produzir divisas;

- *serviço estadual de turismo*: organizar institucionalmente o Setur;

- *o estado e as praias de mar*: higienizar e propiciar conforto nas praias que recebem os proletários da Região Metropolitana de Porto Alegre;

- *desenvolvimento da indústria da hospitalidade*: ampliar a rede hoteleira através da criação de um crédito, da isenção de favores fiscais e do preparo da mão-de-obra;

- *fundo rotativo de crédito hoteleiro*: facilitar empréstimos para reverter o desinteresse e desestímulo da iniciativa privada no setor;

- *preparo profissional para o turismo*: articular a a criação de uma escola profissional de turismo, em forma de hotel;

- *isenção e favores fiscais*: ampliar as isenções a hotéis e paradores;

- *parques estaduais de turismo*: criar Parques em Torres, Tramandaí, Itapuã, na Cascata do Caracol, em Terras de Iraí, São Francisco de Paula e nas imediações (Parque Nacional dos Aparados da Serra) e Pinhal;

- *utilização turística da tradição gaúcha*: criar uma estância autêntica e típica rio-grandense;

- *os lugares históricos*: organizar o turismo nos locais históricos das Missões, de Piratini, Caçapava, Viamão e Rio Pardo;

- *turismo estudantil*: construir uma hospedaria estudantil em Porto Alegre e disponibilizar estância típica aos estudantes do estado;

- *organização da assistência turística*: criar *bureau* de recepção em parceria com o *Touring Club* no Aeroporto Internacional Salgado Filho e auxílio às agências de turismo nesse serviço;

- *calendário turístico anual*: organizar o Calendário Turístico do Rio Grande do Sul;

- *articulação com os municípios*: prestar assistência e cooperação aos municípios interessados em desenvolver o turismo;

- *Rio Grande do Sul no Plano de Turismo Nacional*: efetivar entrosamento com a Comissão Brasileira de Turismo (Combratur);

- *propaganda e informação turística*: divulgar o Estado, criar volantes, guias e mapas em três idiomas.

Nesse rol de atribuições, está presente a magia de fazer do turismo um caminho fácil para a obtenção do desenvolvimento. Nos quatro itens destacados anteriormente, precebe-se a concepção de desenvolvimento do turismo, a partir da visão do hotel como pólo. O fomento proposto pelo órgão público responsável pelo turismo centra-se no financiamento para a rede

hoteleira.

Percebe-se claramente nessa concepção de turismo a premissa do desenvolvimento em plano mundial, qual seja, a de que os países subdesenvolvidos devem seguir o modelo dos países desenvolvidos, sendo essa a única opção viável para a obtenção de crescimento econômico, empregabilidade e bem-estar social. Apesar de incluir elementos de cunho social, como trocas espirituais, as ações propostas voltavam-se para o viés econômico, destacando a criação do Fundo Rotativo de Crédito Hoteleiro, dentro da busca de desenvolvimento da hospitalidade, pois entendia-se que “não pode haver Turismo sem hotéis.” (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 6).

O pólo turístico, para Sessa (1983), significava a formação de um conjunto de empresas hoteleiras que seriam capazes de insidir positivamente sobre todas as outras empresas afins, como as empresas de caráter comercial, de divertimento e esportivas, gerando crescimento econômico.

Nessa ideologia do turismo, pode-se identificar, conforme Chauí (2000), a visão dos produtores de turismo que torna-se também a visão de mundo dos reprodutores de turismo, em que se tem a idéia de que é o próprio crescimento econômico que trará satisfação pessoal e bem-estar social para todos. Assim sendo, o turismo é visto, a partir de um processo de ideologização, como um negócio gerador de lucros. O negócio mais específico do turismo era considerado o hotel, que por sua vez deveria existir, para que as pessoas pudessem permanecer o maior tempo possível no destino turístico e gastar mais.

No cenário nacional, o marco do turismo ocorreu em 1966 e 1967, quando o Decreto-lei 55 anunciava a Política Nacional e o Conselho Nacional de Turismo, e é criada e regulamentada a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), resultado alcançado a partir do trabalho da Comissão Brasileira de Turismo (Combratur), criada na década de 1950.

A principal ação ocorrida na década de 1970, quando Walter Seabra era diretor do Serviço Estadual de Turismo (Setur), foi a contratação, por parte da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul), dos serviços da *Engevix S.A.*, pertencente ao grupo espanhol *Tecniberia*, sob o comando de Francisco Monastério, responsável pelos planos de Turismo da Espanha. Esse serviço tinha como missão o mapeamento e o diagnóstico do potencial turístico dos Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, com duração de dois anos, desenvolvido como parte das ações da Sudesul, por solicitação da Embratur. O Plano Regional de Turismo (PRT), fruto desse programa, foi apresentado pela Divisão de Industrialização do Departamento Agrícola Industrial da Sudesul, ligada ao Ministério do Interior.

A contratação de uma empresa européia explicita a concepção de desenvolvimento à luz do seguimento dos processos econômicos dos países cênicos. Para Molina (2005b), a busca pelo progresso levou países da América Latina e do Caribe a promoverem transformações estruturais, a fim de seguir o modelo de industrialização preponderante nos países ditos de primeiro mundo, com o intuito de acelerar ou iniciar o crescimento econômico de suas respectivas economias. Tal modelo, adotado por diversos países subdesenvolvidos, segundo Cardoso e Falleto (2000), gera uma relação de dependência, quando a economia do grupo de países periféricos se condiciona a partir da expansão da economia dos países centrais, submetendo-se a ela.

Molina (2005b) alerta que o processo reprodutivo de modelos europeus desvincula a realidade econômica e social local, gerando mais efeitos marginais do que melhoria da qualidade de vida das comunidades. Além disso, o seguimento do modelo de desenvolvimento do turismo, baseado no modelo do processo industrial dos países considerados desenvolvidos, pelos países da América Latina e do Caribe, causou, segundo o autor, deterioração ambiental e dependência financeira, tecnológica e comercial e promoveu algumas atividades, de parte dos turistas, contrárias aos costumes locais.

O Plano Regional de Turismo (PRT) visava ao incremento do desenvolvimento do turismo na Região Sul e sua proposta era:

- 1) seleção das zonas turísticas;
- 2) inventário dos recursos turísticos das zonas selecionadas, incluindo os recursos artísticos, naturais, históricos, esportivos e do folclore;
- 3) identificação da infra-estrutura básica, ou seja, de transportes, saneamento, abastecimento energético e comunicações;
- 4) levantamento de aspectos socioeconômicos, dos dados demográficos, da identificação da mão de obra especializada, dos **setores de hospedagem**, da diversão e gastronomia, e das redes de ensino e formação profissional;
- 5) análise da situação urbana e turística dos municípios pesquisados, bem como sua categorização quanto a marítimos, lacustres, serranos, possuidores de fontes de água mineral ou ainda “singulares”;
- 6) **análise da situação hoteleira, quantitativa e qualitativamente;**
- 7) prognóstico mercadológico da época e sobre o mercado potencial.

O processo de planejamento concebido pelo PRT baseia-se em um modelo formal, cuja relação sujeito, objeto e modelo reduz-se a uma visão linear, impondo modelos autoritários, com método abstrato-formal, ou seja, não há uma discussão de conceitos, mas

uma receita a ser seguida. O planejamento é percebido como um modelo, tecnicamente eficaz, que pode ser seguido por qualquer conformação social, mesmo sendo esse modelo exógeno, oriundo de aplicações experimentais em outras cidades, regiões ou países.

Dentre os diversos componentes do sistema turístico, apenas os equipamentos hoteleiros receberam atenção especial para proposta de análise quantitativa e qualitativa. Os modelos de planejamento também demonstram, por meio suas ações propostas, mas sobretudo de seus efeitos, a ética que lhe dá suporte, ou seja, o projeto político que anima tais ações, ou ainda, a verdade que, sob o ponto de vista do planejador, deve ser tramada. Mais uma vez, os esforços voltam-se ao pólo turístico concebido a partir do hotel.

O plano foi dividido em duas etapas de estudos, sendo a primeira dedicada à inventariação dos principais aspectos do setor e, a segunda, à elaboração do próprio plano. O inventário apresenta uma gama de informações dos três estados, levantamento dos empregos gerados pelo turismo e um **censo hoteleiro**. A etapa de elaboração do plano tratou da divisão das zonas turísticas, do estabelecimento de áreas turísticas de ação prioritária, do levantamento e das projeções da demanda turística, da proposta de plano de promoção turística, da apresentação do censo hoteleiro do IBGE (dados de 1969) por zonas turísticas e da apresentação de linhas gerais para a revalorização dos atrativos turísticos. Além disso, a etapa final do plano apresentava uma estimativa de investimentos necessários para a geração de emprego; a necessidade de formação de profissionais; previsão de gastos e de rentabilidade das inversões públicas. Sugeria aos municípios a elaboração de plano diretor, a utilização da classificação hoteleira, a ordenação das profissões turísticas, a ordenação de crédito fiscal e a ordenação institucional.

Tem-se novamente a concepção onipotente do planejamento como instrumento, ou estratégia, gerador de mudança de uma situação econômica e social atrasada para a entrada no “mundo desenvolvido”.

A metodologia de pesquisa utilizada na obtenção de dados para a elaboração do PRT foi tanto qualitativa quanto quantitativa, contando com pesquisa de campo e coleta de dados secundários, sobretudo do IBGE, e por amostragem.

Na concepção do PRT, o turismo surge, como fenômeno de massa, após a Segunda Guerra Mundial, em decorrência dos benefícios do avanço do capitalismo, como o aumento do padrão de vida, a elevação da renda *per capita*, o aumento da produtividade, a diminuição das horas de trabalho e maior disponibilidade para o ócio. Além disso, a vida nas grandes cidades e o trabalho em fábricas e escritórios levariam as pessoas à necessidade de uma

evasão normal e natural do seu local de trabalho. O turismo é entendido, então, a partir da teoria funcionalista do lazer.

O turismo, de acordo com a teoria funcionalista, tem o papel de compensar as privações impostas pela rotina do trabalho.

O turista procura uma compensação pela mobilização unilateral do trabalho: fazer e viver outra coisa, escapar da monotonia e por uma simples mudança encontrar um derivativo. A crescente socialização do ser humano obriga-o a evadir-se para passar as férias num mundo turístico relativamente liberado da dominação da sociedade e do Estado. (KRIPPENDORF, 2000, p. 46).

Além do valor compensatório do turismo em relação ao trabalho, o autor aponta a função de fuga relativa da dominação da sociedade, que pode ser entendida também como uma fuga da dinâmica capitalista social, e da dominação do Estado, seja pelas leis e pela ordem, seja pela burocracia.

O turismo deveria ocorrer como fenômeno econômico, e a principal função do PRT seria a de ordená-lo para tanto. Para que uma localidade pudesse desenvolver o turismo, como atividade econômica, precisaria ter recursos naturais, infra-estrutura básica de acesso, infra-estrutura urbana e super-estrutura composta pela **indústria do alojamento** e pela indústria complementar.

Tal entendimento da super-estrutura, baseada na indústria do alojamento, está calcado na concepção de Sessa (1983) de que as empresas hoteleiras são propulsoras do desenvolvimento do turismo, na medida em que são as desencadeadoras de outras atividades econômicas complementares.

No discurso formal e prescritivo do PRT, está presente a mesma concepção de desenvolvimento que, segundo Morin (2000, p. 83) “determinou a crença de que era preciso sacrificar tudo por ele”, inclusive a natureza e suas belezas, as quais são razões motivadoras do movimento turístico.

O planejamento visando ao desenvolvimento calcou-se na visão sistêmica das regiões. Tal afirmativa não teria conotação negativa, se não fosse pela regência do valor econômico, capaz de transformar, pela ideologização, a geração de desigualdades sociais em um processo natural.

A regência da ideologia dominante pode ser também abordada, como o faz Morin (2000, p.83), para a garantia da exploração econômica, mantendo o pensamento dos dominados limitado, com subdesenvolvimento moral e intelectual, mesmo processo que Goldmann (1979) chama de “consciência possível”, ou seja, o entendimento possível que os sujeitos possuem do mundo em que vivem.

Com a dominação dos sujeitos reprodutores, os dominantes planejam as sociedades conforme sua ideologia. O processo de desenvolvimento regional partiria de duas condições básicas, que seriam, segundo Lindgren (1978), o desenvolvimento em função de condições encontradas dentro da própria região e em função de relações com outras regiões. Há aqui, novamente, a identificação de uma derivação, tanto na teoria quanto nas práticas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Da mesma forma que, para Morin (2000), o próprio termo subdesenvolvimento é um afixo do termo desenvolvimento; as regiões só são subdesenvolvidas comparativamente a outras regiões, econômica e tecnologicamente desenvolvidas.

As condições para o desenvolvimento endógeno garantiriam, segundo Beni (2006, p. 36), o atendimento “às necessidades e demandas da população local por meio da participação ativa da comunidade envolvida”. A proposta do desenvolvimento de dentro para fora teria surgido em contraposição ao esgotamento do modelo de desenvolvimento exógeno, ou seja, do modelo de planejamento copiado de países desenvolvidos. O desenvolvimento endógeno do turismo apresenta uma preocupação com a sustentabilidade ambiental, econômica, política, social e cultural desconhecida pelo processo exógeno, que caracterizou o turismo de massa.

O planejamento, visando ao desenvolvimento, calcou-se na visão sistêmica, primeiro das cidades, posteriormente das regiões.

O objeto do planejamento, isto é, aquilo sobre o qual incide o uso dos instrumentos, de onde emanou a proposição de objetivos e em que se baseou a escolha daqueles instrumentos é sempre um sistema lógico econômico e político-administrativo. Esse sistema pode ser uma cidade ou um bairro da cidade; uma região ou parte da mesma, e também toda uma região. (LINDGREN, 1978, p. 16).

Os principais efeitos econômicos do Turismo apontados pelo PRT, seriam a demanda de bens e serviços e o conseqüente gasto com hospedagem, alimentação, transporte, compra de *souvenirs* e a geração adicional de divisas, pelo incremento do turismo internacional, “favorecendo a ilusão de que é importante atrair mais turistas e divisas do que

fazer do Turismo um setor que contribua ao desenvolvimento nacional.” (MOLINA, 2005b, p. 25).

Quando um país recebe uma corrente permanente e crescente de turismo internacional, sua estrutura é submetida a uma série de influências, o que obriga a uma certa modificação na alocação dos recursos, com o objetivo de proporcionar um ambiente favorável para a recepção dos turistas. (SUDESUL, 1972, p. 8).

A preocupação em implantar uma infra-estrutura turística para receber o turista internacional remonta à idéia de que a única maneira de os países subdesenvolvidos atingirem o desenvolvimento seria seguir o modelo dos países ditos de primeiro mundo, fenômeno chamado de *efeito de demonstração* por Cardoso e Falleto (2000). No entanto, os autores alertam que os países centrais já venceram certas etapas da industrialização, pelas quais os países periféricos não passaram, o que fará com que o modelo seguido nunca chegue ao resultado esperado, em função das especificidades histórico-estruturais de cada país ou região. Além disso, ao adotar um modelo, o seguidor torna-se refém tecnológico da matriz.

Levando-se em conta as características locais, os planos de turismo deveriam focar o mercado mais próximo à realidade brasileira, que historicamente foram os países do Prata, principalmente o Uruguai e a Argentina.

O turismo beneficiaria também outros setores, pelo incremento da indústria da construção civil de hotéis e motéis, rodovias, saneamento e urbanização das cidades; da indústria de alimentação, bebidas, vestuário e calçados; pela movimentação nos serviços de bancos, comunicação e comércio, além da geração de empregos diretos e indiretos. Os estudos realizados pelo PRT apontaram para uma média de dois empregos diretos e dois ou três empregos indiretos por unidade habitacional da hotelaria.¹⁹ Concebem ainda o turismo como um meio de difusão da cultura individual ou grupal e como fator de integração nacional.

A tabela 1 abaixo mostra a estrutura de gastos dos turistas, conforme estudos do PRT, representativo dos anos de elaboração do mesmo.

¹⁹ Não há dados disponíveis atualmente que permitam comprovar essa dinâmica na cidade de Gramado. Ao longo dos anos, outros estudos apontaram percentuais de emprego por unidade habitacional diferente do indicado pelo PRT, como por exemplo o exposto por Beni (2003, p. 141), da média nacional de 0,81 empregados por apartamento disponível no ano de 2000, nas Regiões Sudeste e Nordeste do País.

Tabela 1 – Gastos dos turistas

Tipo de gasto	Turistas estrangeiros	Turistas nacionais
Viagem	28%	16%
Alimentação	26%	28%
Hospedagem	24%	30%
Diversos	4%	7%
<i>Souvenirs</i>	7%	7%
Outros	11%	12%

Tipologia de gastos do turista Fonte: Documento Informativo sobre o Plano Regional de Turismo – Porto Alegre (Sudesul) 1972, p. 10.

Por meio dessa tabela, pode-se perceber o indicativo da maioria dos gastos dos turistas nacionais em hospedagem. Na concepção sistêmica de Sessa, esses dados balizam o centro do turismo, no hotel, fato já evidenciado na estruturação do turismo da cidade de Gramado. Tal situação, de acordo com Beni (2003), resulta de um modelo equivocado de política pública de turismo, especificamente a criação dos Fundos de Investimentos de Hotelaria e Turismo. Segundo o autor, esses investimentos não levavam em conta as características sociais e econômicas do País, resultando em instalações de hotéis de luxo, onde as diárias deveriam ter valor superior a US\$ 250 dólares por unidade habitacional, para cobrir os gastos oriundos dos investimentos, sem incluir nesse montante os custos operacionais.

Se levados em conta os gastos dos turistas estrangeiros, as despesas com transporte superariam as demais, nesse caso, o transporte seria o motor econômico do turismo. A média dos gastos entre turistas nacionais e estrangeiros empataria, focando a economia aos meios de hospedagem e alimentação.

As questões técnicas do PRT foram balizadas em duas instâncias, chamadas “grandes magnitudes básicas”: a oferta e a demanda turísticas, esta última subdividida em intra-regional, extra-regional e externa.

A escolha das Zonas Turísticas Prioritárias (ZTP) ocorreu segundo os seguintes critérios:

1. recursos e atrativos turísticos, conforme as motivações para viagem dos turistas (à época de 1971);
2. oferta de hospedagem e transporte;
3. equipamentos turísticos ou manifestações do setor, correspondendo a uma resposta da oferta em relação à demanda.

As Zonas Turísticas Prioritárias foram assim estabelecidas:

- zona de praia: litoral dos três estados;

- zona da serra: Nordeste do Rio Grande do Sul e Sudeste de Santa Catarina;
- fontes hidrominerais: as existentes no RS e em SC;
- pontos singulares: Foz do Iguaçu e Guairá (PR), Zona das Missões, Rio Pardo (RS) e Vila Velha (PR);
- as três capitais: entendidas como zonas receptoras e emissoras do turismo.

Apesar da definição das zonas com prioridade para o incremento do turismo, foram definidas áreas prioritárias, contemplando todas as ZTP. Uma das áreas de Ação Prioritária definida foi a da Serra, contemplando os municípios de Gramado, Canela, São Francisco de Paula e Cambará, sendo que as duas primeiras cidades atuariam como pólo dinâmico.

Como já visto, o pólo turístico, na visão de Sessa (1983), tem a capacidade de impulsionar o crescimento econômico do turismo, chamado desenvolvimento, em que, a partir de estabelecimentos de hospedagem, uma rede de outros serviços seria acionada. No caso de cidades-pólo, estas assumem a responsabilidade de gerar às cidades contíguas maiores possibilidades econômicas, sobretudo quanto ao fornecimento de produtos primários. No turismo, as cidades circundantes aos pólos também forneceriam algum produto turístico, sejam atrativos naturais, culturais ou gastronômicos.

As propostas de intervenção para a Zona da Serra foram: pavimentação e/ou construção do acesso à Cascata do Caracol; das estradas entre Canela e São Francisco de Paula, entre São Francisco de Paula e Maquiné, entre São Francisco de Paula e o Cânion do Itaimbezinho, entre Bento Gonçalves, Farroupilha e São Vendelino e entre Gramado e Taquara.

Durante a elaboração do PRT, em 1971, o governo estadual de Euclides Triches, mediante a Lei 6.237, extinguiu o Setur e criou a Secretaria de Turismo do Estado e a Companhia Riograndense de Turismo, esta última pela Lei 6.238. No ano seguinte, com o Decreto 21.658, foi criada a Comissão Intersetorial de Turismo.

É nessa década que as principais instituições ligadas ao turismo se fortalecem; é criado o primeiro Curso Superior de Turismo, em novembro de 1971, pelo Parecer 35/71, do Conselho Federal de Educação, chamado Curso Superior de planejamento de Turismo, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; ocorre expansão hoteleira, com a inauguração dos hotéis Serrano e Serra Azul em Gramado, em 1972; no ano seguinte ocorre a primeira edição do Festival de Cinema Brasileiro de Gramado.

Para Moesch (1997), a partir desse período, o poder público passa a voltar seu olhar ao turismo, proclamado como a “indústria sem chaminés”, em uma analogia ao sistema

capitalista surgido com a Revolução Industrial, demarcando emblematicamente ações economicistas na área.

Em 1977, o Instituto de Estudos Turísticos do Rio Grande do Sul, presidido por Geraldo Castelli, convida o italiano Alberto Sessa, então professor do Centro Internacional de Estudos Superiores em Turismo, vinculado à Organização Mundial do Turismo (OMT), para proferir um curso sobre a estrutura do desenvolvimento turístico. Os temas abordados no curso versaram sobre o mercado turístico internacional, sua distribuição geográfica, seu papel na nova divisão do trabalho, efeitos econômicos e outros referentes, sobretudo, aos movimentos econômicos mundiais. Em seguida, Sessa discorreu sobre a importância da formulação de políticas públicas de turismo, bem como a sistematização dos estudos acerca dessas políticas, que por sua vez deveriam ser de cunho racional, global e econômico.

Defendeu a intervenção do Estado na organização da atividade, como propulsor do desenvolvimento. A ausência dessa intervenção acarretaria descuido da iniciativa privada, comumente a responsável pelas atividades turísticas, na preservação do patrimônio turístico, complicando seu crescimento. Para se obter êxito na política de crescimento harmonioso do turismo, seria preciso que ocorresse um planejamento racional que apontasse perspectivas futuras, focado em regiões.

Nesse caso, de acordo com o pensamento sistêmico, a região era considerada o espaço geográfico que abarcava diferentes cidades consideradas subsistemas. Tal consideração de região restringe-se à definição dos espaços a serem planejados pela geografia dos lugares. Para Beni (2004), o processo de regionalização do turismo requer uma nova ordenação territorial, levando em conta os espaços apropriados pela comunidade. Define-se essa nova ordenação territorial como a projeção, no espaço físico, mediante ocupação e uso, das políticas, dos interesses, das racionalidades e valores econômicos, sociais, culturais e ambientais, de uma comunidade referenciada localmente ou regionalmente.

A ordenação sustentável da região deve aliar o que a comunidade deseja a uma apropriada preservação da natureza, em uma relação harmônica entre ambas, conformando um espaço, que não precisa, necessariamente, ser determinado geograficamente, mas socialmente.

No curso, Sessa endossa a regionalização do turismo, política que persiste na atualidade pelo poder público, com base na sua concepção de construção geográfica, a partir da empresa hoteleira como pólo turístico.

Percebem-se, na atuação do Estado do Rio Grande do Sul, além do pioneirismo na

institucionalização do turismo, ações desenvolvimentistas, focando esforços principalmente na melhoria da infra-estrutura. A categoria de região turística esteve presente como estratégia de planejamento turístico, visando ao desenvolvimento econômico do estado, a partir de suas subdivisões. Tem-se aqui também uma alusão ao sistema turístico, em que cada região faria parte de um todo, mas não parece que de forma complexa, mas como sistema fechado, pois as partes não seriam reconhecidas no todo, sobretudo a partir das características culturais de cada região, calcadas na lógica das identidades étnicas.

4.2 O processo de desenvolvimento do turismo em Gramado

Para a análise do processo de desenvolvimento do turismo em Gramado, apresentam-se as principais características geográficas, sociais e econômicas da cidade, bem como um breve resgate sobre a formação histórica. Além disso, mostram-se os principais sujeitos aos quais o sucesso do turismo é atribuído pelos gramadenses, além da relação de alguns moradores da cidade com o turismo.

Percebe-se que, no senso comum, o turismo em Gramado é visto como uma característica natural da cidade, sendo que todas as narrativas, oficiais e populares, convergem nesse sentido.

4.2.1 Retomada histórica

A região da Serra Gaúcha, onde está situada a cidade de Gramado, foi colonizada no fim do século XIX, sobretudo por imigrantes alemães e italianos, sendo que algumas famílias de origem luso-açoriana já ocupavam a região de maneira esparsa. Os colonos de origem alemã e italiana deslocaram-se de regiões próximas para cultivarem as terras, antes consideradas, segundo Iraci Koppe,²⁰ um local de descanso para tropeiros, dando origem ao nome da cidade, pois esses se referiam ao local como um lindo *gramado* perto de um riacho. Percebe-se, já nessa primeira narrativa, a atribuição de uma característica do turismo ao surgimento da cidade, qual seja, o descanso, além da exaltação da beleza natural.

²⁰ Dados coletados em entrevista por Dorneles (2001, p. 46).

Norma Moesch corrobora essa versão e acrescenta que as terras próximas a Gramado teriam sido preservadas por sua proprietária, Joaquina Rita Bier, homenageada atualmente com seu nome a um lago próximo à Praça das Bandeiras. A venda dessas terras nunca teria ocorrido anteriormente, porque a proprietária considerava a paisagem do local muito bela.

A partir desse cenário, o vilarejo de Gramado, pertencente ao Quinto Distrito de Taquara, no início do século XX, aos poucos foi se formando e tornando-se conhecido pelas suas belezas naturais, que logo chamaram a atenção de visitantes que hospedavam-se na localidade no período de verão, por períodos longos, podendo se estender por 15 até 30 dias, em média. O primeiro hotel da cidade, o Hotel Bertollucci, foi inaugurado em 1918, e em seguida, vieram os hotéis Fisch, Candiago e Sperb. O relato de Iraci Koppe aponta que as reservas de hospedagem eram realizadas com bastante antecedência e por correio. A partir de 1921, com a chegada do trem, os hotéis enviavam à estação ferroviária funcionárias com a identificação do estabelecimento em um quepe, para recepcionar os visitantes. Nesse período, as ofertas gastronômicas e a natureza, sobretudo as cascatas e as fontes de água, constituíam importante papel na vivência dos visitantes.

Em seu relato, Gilnei Casagrande conta que, na década de 1930, sua mãe, ainda criança, entregava leite nos hotéis antes de ir à escola.

Outro fator que levava pessoas a Gramado era seu clima ameno, indicado para a cura de doenças respiratórias. Para Riegel (1995, p. 26), “o caminho à serra em busca de saúde, no começo do século, foi percorrido por portadores de várias doenças”, e as notícias dos benefícios do clima para essas pessoas se espalharam rapidamente, multiplicando os deslocamentos à cidade.

Nota-se que a cidade de Gramado apresenta, já em suas origens, atividades de prestação de serviços que movimentavam a economia, e, segundo Iraci Koppe, havia uma preocupação em bem-receber os visitantes, mostrar-lhes uma cidade bonita e bem-cuidada, oferecer uma alimentação requintada, assim como eram considerados cultos, ricos e requintados os visitantes.

Nos anos seguintes, a urbanização e acessibilidade às praias do Litoral do estado alteraram o destino de muitos visitantes da Serra, bem como a interrupção da linha de trem. A diminuição do fluxo de visitantes e a defasagem na mecanização agrícola da cidade causaram certa crise econômica, levando hotéis à falência, com exceção do Parque Hotel. Foi então que o poder público, aliado a personagens da cidade, tomou uma série de iniciativas para atrair o que já consideravam turistas.

Gramado se emancipa em 1954, e a primeira ação para incrementar o turismo ocorreu em 1958 com a “Festa das Hortênsias”. A idealização dessa festa é atribuída a diferentes personagens, conforme autores que estudaram a história de Gramado. Para Iraci Koppe (DORNELES, 2001), a festa teria sido idealizada por Oscar Knor e pelo então prefeito Walter Bertolucci; para Moesch (1997), por Leopoldo Rosenfeld, Carlos Felz e Oscar Knor; segundo Ilga Knorr, os idealizadores foram Oscar Knorr e S. D. de Rabayana; para Riegel (1995), a festa foi inspirada na Festa da Uva de Caxias do Sul. Apesar de ser marco para a realização de um evento para a captação de turistas, é a partir da segunda edição da Festa das Hortênsias, que Gramado já conta com um Conselho Municipal de Turismo (Comtur), e a festa ganhou maior visibilidade.

Para Riegel (1995), a institucionalização do turismo nesse município ocorreu a partir de 1958, quando o poder público passou a investir para atrair turistas, destinando recursos para a melhoria dos aspectos arquitetônicos da cidade, além da construção de pontes e ruas e, principalmente, com a realização da primeira Festa das Hortênsias. O autor demarca aquele momento como um novo começo da atividade turística, deixando o veranista no passado e tendo o poder público como coordenador, iniciando atividades focadas no desenvolvimento do município, por meio do turismo.

Em seus relatos, Iraci Koppe traduz, em um fato ocorrido durante a preparação da cidade para a primeira edição da Festa das Hortênsias, o período de transformação que vivia em relação ao turismo.

[...] nós sempre tratamos bem o turista, e já desde o início, na primeira festa houve uma mentalidade, como que posso te dizer: dois gurizinhos arrancaram um monte de flores do jardim da praça, e foram vistos, então foi chamado o padre, os pais das crianças, o prefeito, eles fizeram as crianças plantarem todas as florzinhas nos seus devidos lugares. E que aquilo servisse de lição para todo o gramadense, porque de agora em diante **Gramado não era mais cidade de veraneio, e sim de turismo e nós tínhamos de enfeitar a cidade para que o turista viesse aqui todo o ano.** (DORNELES, 2001, p. 54).

Tal narrativa demonstra o quanto o turismo se configurou como atividade propulsora

de desenvolvimento, que deveria ser respeitada por todos, e todos deveriam trabalhar no sentido de bem-receber o turista, pois dessa atividade é que Gramado prosperaria.

Há uma divisão na concepção entre veranista e turista, presente no discurso da informante. Nesse caso, o veranista é considerado aquele sujeito que se deslocava a Gramado em busca de clima ameno, muitas vezes por questões de saúde, desvinculado do consumo, portanto, sem grande dispêndio de recursos. Já o turista é percebido como o sujeito consumidor, que deve ser bem recebido para retornar e seguir gastando na cidade.

Acionando diversos sujeitos pertencentes às instituições do município, como o padre, representando a Igreja; os pais, representando a família, e o prefeito, representando o Estado, tem-se no cenário narrado pela informante a ação do poder simbólico, percebido por três importantes aparelhos ideológicos do Estado, ou seja, as instituições que servem à ideologia vigente, qual seja a ideologia das classes ou das frações de classes dominantes. Para Althusser (1985), os Aparelhos Ideológicos do Estado, além de manterem a reprodução da ordem social pela ideologia, funcionam pela repressão atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica.

O discurso dominante conduzindo as ações da população consolida a ação eficaz do poder simbólico representado pelo turismo em Gramado, e vai, lenta e gradativamente, formando a Sociedade do Turismo.

4.2.2 Gramado em números: a reprodução do modelo de desenvolvimento

Os dados que visam, oficialmente, a apresentar a cidade de Gramado dão ênfase aos aspectos quantitativos da economia local, mesmo que não esteja explicitada a metodologia de coleta e análise.

A escolha desse tipo de *apresentação de uma cidade* está de acordo com a visão desenvolvimentista que, ao traduzir em números, pretende transpassar a dimensão do fenômeno no campo econômico, concepção esta marcada por uma necessidade de verificação factual, ou seja, a verdade só existe se puder ser verificada. Não se trata de descartar a quantificação de dados sociodemográficos, mas perceber que tais indicativos denotam o desenvolvimento entendido como crescimento econômico. Na descrição que Gramado apresenta de si, percebe-se uma preocupação em demonstrar a quantidade de leitos em hotéis, a quantidade de restaurantes e o fluxo de turistas, seguindo os pressupostos empiristas,

marcados pela verificação estatística do início do século XX, quando as primeiras teorizações sobre o turismo seguiam o modelo fordista de produção.

De acordo com Molina (2005a), os parâmetros de medição de crescimento do turismo, centrados em dados quantitativos, referentes ao número de turistas e à taxa de ocupação hoteleira, não estão de acordo com o objetivo do turismo em gerar melhoria na qualidade de vida dos moradores e também dos próprios turistas. As grandes empresas hoteleiras contribuiriam para o entendimento equivocado do desenvolvimento do turismo medido pelos índices econômicos, acabando por dominar o mercado ao se instalarem, e gerando mais marginalidade do que bem-estar às comunidades.

A esse processo Molina (2005a, p. 20) chamou desenvolvimento empobrecedor, característico da primeira fase do turismo, baseada em princípios da indústria, como o fordismo e o modernismo.

Quanto à sua localização, Gramado está situada na Região das Hortênsias, na Serra Gaúcha, que é formada pelo Planalto sul-riograndense, estendendo-se por toda a Encosta Inferior do Nordeste do estado. Distante 115 km de Porto Alegre, o município tem uma área total de 242,9 km², fazendo divisa com Caxias do Sul ao norte; com Três Coroas ao sul; com Canela a leste e com Nova Petrópolis e Santa Maria do Herval a oeste.

A cidade de Gramado, segundo o Censo de 2004, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem uma população fixa de 31.927 habitantes. O Produto Interno Bruto (PIB) da cidade é de US\$ 133 milhões, e a arrecadação total do município chega a R\$ 36 milhões/ano, conforme projeção para o ano de 2005.²¹ Na distribuição do PIB, segundo o Censo de 2002, a agricultura teve participação de 4,6%, a indústria de 39% e os serviços 56,5%. Essa representatividade do setor de serviços é reflexo de uma prática econômica voltada ao turismo, resultante de um processo histórico cujo passar do tempo consolidou e configurou Gramado como uma cidade turística.

A consideração de Gramado, como cidade turística, requer uma atenção ao entendimento do que seria uma cidade turística. De acordo com Silva (2004), os municípios turísticos seriam caracterizados pelo fluxo permanente de turistas, garantindo a geração de deslocamentos e estadas. A autora observa a tendência, no Brasil, de se considerar as capitais dos estados e grandes centros urbanos, os que têm mais de quinhentos mil habitantes, e cidades pequenas, as que têm, no máximo, cinquenta mil habitantes locais, “onde o turismo

²¹ Dados fornecidos pela Secretaria de Turismo e Cultura de Gramado. *E-mail*: turismo@gramado.rs.gov.br, por Sonia Fassbinder, do departamento de Marketing e Promoções da mesma Secretaria. Fone/Fax (54) 3286.0220.

representa a base da economia local e principal fonte de renda para a população moradora.” (SILVA, 2004, p. 89).

No caso das capitais ou dos centros urbanos, o turismo não seria a principal atividade econômica, embora exerçam a função nodal de desencadear o turismo na região, principalmente pela oferta de infra-estrutura, como, por exemplo, aeroportos e expressiva rede hoteleira, bem como transporte para as demais cidades. Tal afirmativa da autora corrobora a noção de que as cidades-pólo contribuem para o crescimento regional, processo que necessariamente não ocorre em todas as regiões turísticas, a exemplo da Serra Gaúcha. A “radiação” de um processo de crescimento linear, como proposto por Silva (2004), não ocorreu aos municípios contíguos a Gramado, como por exemplo nas cidades de Nova Petrópolis, São Francisco de Paula ou mesmo Canela.

Conforme Norma Moesch, Gramado é a única cidade que realmente tem sua economia baseada no turismo. Canela tem sua base econômica em outras atividades, como a indústria, a agricultura e a pecuária. Nova Petrópolis é caracterizada pela agropecuária, organizada em minifúndios rurais, além de um número pequeno de indústrias que diversifica a atividade econômica. O turismo teria uma expressão singela ainda não mensurada frente à pouca expressividade como atividade econômica. Para a informante, a cidade ainda não mereceu, por parte do poder público e da Associação Comercial e Industrial de Nova Petrópolis (Acinp), um estudo detalhado para avaliar os impactos econômicos do turismo no município. *É insipiente, digamos, a expressão do turismo na composição da economia, não é por isso menos marcante, mas é insipiente.* São Francisco de Paula ainda está baseada em latifúndios, com pouca atividade pecuária e maior expressividade econômica no extrativismo vegetal para a exportação de madeira. Expressão econômica não sustentável e de grande impacto ambiental.

Em relação a Gramado verifica-se com esse depoimento o senso comum construído sobre a relação direta entre crescimento econômico e turismo, mesmo tratando-se de uma estudiosa do tema.

O próprio surgimento das chamadas cidades-pólo reafirma a insuficiência do sistema capitalista em gerar trabalho e renda igualmente. Conforme Lindgren, “se não houvesse desigualdade, não se notaria a possibilidade de concentração de funções no pólo e não haveria pólo nem periferia. Toda a região seria homogênea e o único componente seria o espacial” (1978, p. 7).

Nas pequenas cidades turísticas, Silva (2004) considera o fluxo turístico menor e doméstico, devido às poucas opções de hospedagem e transportes, o que não é o caso de

Gramado, que conta com uma rede hoteleira similar a da capital do estado, ofertando 143 equipamentos hoteleiros e em torno de 10.000 leitos, oferta de transporte rodoviário, ainda que com qualidade questionável, e proximidade a duas grandes cidades com aeroportos, quais sejam a própria capital e Caxias do Sul. Além disso, a cidade conta com forte fluxo turístico, segundo a Prefeitura Municipal, de mais de 2,5 milhões de visitantes por ano.

De acordo com a teoria sistêmica de Sessa (1983), o pólo turístico é caracterizado pela oferta de hotéis. Infere-se, no senso comum, que uma cidade turística tenha como prerrogativa a existência de ampla rede hoteleira. No entanto, segundo dados de 2002 apresentados por Beni (2003, p. 83), a grande maioria dos turistas internos brasileiros (66%) hospeda-se na casa de amigos ou parentes. Além disso, de acordo com pesquisa²² realizada pelo Ministério do Turismo, em conjunto com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (FIPE), o ônibus de linha continua sendo o segundo meio de transporte mais utilizado, embora tenha empatado com o carro próprio em idêntica proporção (25%).

Segundo o IBGE, como mostra o quadro a seguir, a atividade com maiores unidades é a indústria da transformação, e a segunda o comércio, incluindo algumas prestações de serviços, como reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos. O maior número de empregos total também é encontrado nessas atividades. O alojamento e a alimentação é o terceiro em número de estabelecimentos; no entanto, é o segundo maior número de empregos assalariados, sendo 1.758 trabalhadores assalariados, enquanto o comércio fica com 1.600 trabalhadores assalariados e a indústria da transformação com 3.850.

Nos últimos anos, a prefeitura municipal de Gramado contabilizou, nos registros de Alvará, 947 apontamentos para a atividade industrial, 3.007 registros de estabelecimentos de comércio e 5.048 registros de empresas de serviços.

Atividade	Unidades	Empregos ²³
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	16	64
Pesca	1	Não informado
Indústrias extrativas	2	Não informado
Indústrias de transformação	666	4.784/ 3.850(assalariados)

²² A pesquisa domiciliar ocorreu em 1998, envolveu 27 estados brasileiros, totalizando uma amostra de mais de 37 mil domicílios. Fonte: *Estudo, caracterização e dimensionamento do mercado doméstico de turismo no Brasil*. (Fipe/Mintur, 2006).

²³ Total de empregos (somatório dos assalariados e demais pessoas ocupadas).

Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	1	Não informado
Construção	88	599
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	1.374	3.092/ 1.600 (assalariados)
Alojamento e alimentação	515	2.410/ 1.758 (assalariados)
Transporte, armazenagem e comunicações	117	389
Intermediação financeira	24	139
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	428	1.022
Administração pública, defesa e seguridade social	4	806
Educação	24	112
Saúde e serviços sociais	38	178
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	165	400

Quadro 2: Atividades econômicas e geração de empregos. Fonte: IBGE, dados referentes ao ano de 2003. Disponível em: www.ibge.org.br, acesso em: 16 de out. de 2006.

Gramado conta com sete agências bancárias, totalizando R\$ 62.555.865,52 de depósitos em poupança no ano de 2004.

A frota total de veículos, considerando automóveis, caminhões, caminhões-trator, caminhonetes, micro ônibus, motocicletas, motonetas, ônibus e tratores de rodas era de 11.038 unidades, no ano de 2004.

De acordo com o Censo de Municípios, realizado pelo IBGE em 2000, em Gramado existiam 967 pessoas com 10 anos de idade ou mais sem instrução ou com grau de instrução inferior a um ano de estudos. Nesse ano, essa quantidade de pessoas significava 4,06% da população. A maior parte da população tem de quatro a sete anos de estudo (47,38%).

Tabela 2 - Escolaridade

<i>Tempo de estudo</i>	<i>Pessoas residentes com 10 anos ou mais de idade</i>	<i>Percentual</i>
Até 1 ano	967	4,06 %
De 1 a 3 anos	2847	11,96 %
De 4 a 7 anos	11275	47,38 %
De 8 a 10 anos	4361	18,33 %
De 11 a 14 anos	3534	14,85 %
Mais de 15 anos	813	3,42 %

Fonte: IBGE, dados referentes a 2000. Disponível em: www.ibge.org.br, Acesso em: 16 de out. de 2006.

A renda média mensal da população de Gramado é de R\$ 628,40, sendo que a renda média mensal dos homens (R\$ 770,39) é superior a das mulheres (R\$ 454,30). A maior parte da população (27,05%) tem sua renda concentrada entre um e dois salários mínimos, um pouco abaixo da renda média mensal. Tal dado aponta para um desequilíbrio na distribuição da renda gerada pelo turismo. Na medida em que o turismo é difundido como uma atividade que trará benefícios à comunidade local, os fatos indicam que a concentração de renda superior, no caso acima de 20 salários mínimos, está centrada em 2,08% da população, em contrapartida aos 44,18% da população com renda de até dois salários mínimos. A parte da população residente com 10 anos ou mais de idade, que não possui nenhuma renda mensal, é constituída por 5.674 pessoas e apenas 20 residências não possuem renda.

Tabela 3 – Renda pessoal

<i>Renda</i>	<i>Pessoas residentes com 10 anos ou mais de idade</i>	<i>Percentual</i>
Até 1 sal. mínimo	3.124	17,13 %
De 1 a 2 sal. mínimos	4.934	27,05 %
De 2 a 3 sal. mínimos	3.222	17,66 %
De 3 a 5 sal. mínimos	3.250	17,82 %
De 5 a 10 sal. mínimos	2.386	13,08 %
De 10 a 20 sal. mínimos	944	5,18 %
Mais de 20 sal. mínimos	380	2,08 %

Fonte: IBGE, dados referentes a 2000. Disponível em www.ibge.org.br. Acesso em: 16 de out. de 2006.

A maior parte da população residente maior de 10 anos de idade está na faixa etária de 30 a 49 anos, representando 30,56% do total. A faixa etária de 20 a 29 anos representa 29% da população, seguida da faixa etária de 50 a 59 anos, com 8,49% de representatividade.

Tabela 4 – Faixa etária

<i>Faixa etária</i>	<i>Pessoas residentes</i>	<i>Percentual</i>
<i>De 0 a 3 anos</i>	<i>1.865</i>	<i>6,52 %</i>
<i>De 4 a 6 anos</i>	<i>1.408</i>	<i>4,92 %</i>
<i>De 7 a 9 anos</i>	<i>1.406</i>	<i>4,92 %</i>
<i>De 10 a 14 anos</i>	<i>2.459</i>	<i>8,60 %</i>
<i>De 15 a 17 anos</i>	<i>1.568</i>	<i>5,48 %</i>
<i>De 18 a 19 anos</i>	<i>1.114</i>	<i>3,90 %</i>
<i>De 20 a 24 anos</i>	<i>2.526</i>	<i>8,83 %</i>
<i>De 25 a 29 anos</i>	<i>2.434</i>	<i>8,51 %</i>
<i>De 30 a 39 anos</i>	<i>4.943</i>	<i>17,29 %</i>

<i>De 40 a 49 anos</i>	3.794	13,27 %
<i>De 50 a 59 anos</i>	2.429	8,49 %
<i>De 60 a 64 anos</i>	925	3,23 %
<i>De 65 a 69 anos</i>	569	1,99 %
<i>De 70 a 74 anos</i>	492	1,72 %
<i>De 75 a 79 anos</i>	323	1,13 %
<i>Mais de 80 anos</i>	339	1,19 %

Fonte: IBGE, dados referentes a 2000. Disponível em: www.ibge.org.br. Acesso em: 16 de out. de 2006.

A expectativa de vida ao nascer do gramadense era de 75,49 anos em 2000. A mortalidade infantil seria de 10,48 em cada mil nascidos com vida, segundo a FEE, apresentando dados de 2005.

De acordo com os dados do IBGE, tem-se o resultado de que mesmo a aparência do fenômeno expressa em números não é convincente sobre o modelo de desenvolvimento equilibrado. Em relação aos trabalhadores formais na área de alojamento e alimentação, tem-se a média de 4,3 empregados por estabelecimento, valor que, mesmo incluindo a rede gastronômica, fica bem abaixo da empregabilidade proposta no PRT de dois empregos por unidade habitacional em equipamentos hoteleiros. Se forem levados em conta apenas os trabalhadores assalariados, ou seja, com vínculo empregatício, o número de empregados por estabelecimento baixa para 3,4. Do montante dos trabalhadores das áreas de alojamento e alimentação, apenas 1,1% (os ocupados sem vínculo empregatício) são prestadores de serviço.

Ainda segundo o IBGE, apontando dados referentes a 2003, há em Gramado 10.917 postos de trabalho ocupados. A população em idade ativa para o trabalho, de 15 a 59 anos, é de 59% da população total, ou seja, existem 18.808 pessoas em idade produtiva. Se tomar por medida a faixa etária citada e os postos de trabalho ocupados, pode-se inferir que 69,75% da população do município estaria empregada. Pelas promessas do PRT, se forem levados em conta os 10.000 leitos da cidade e a geração de dois postos de trabalho por unidade habitacional, apenas na rede hoteleira haveria 20.000 postos de empregos diretos.

Há uma contradição aparente entre os dados do IBGE e os dados da prefeitura de Gramado. O discurso ideológico proferido pela governança local não usa dados estatísticos reconhecidos socialmente, para a afirmação das práticas adotadas. A aparência do fenômeno turístico expressa em números não é convincente sobre um modelo de desenvolvimento equilibrado.

A partir dos dados do IBGE, tem-se a evidência de que as empresas voltadas ao turismo não são as que estão gerando o maior número de empregos diretos no município,

resultando em um processo de desenvolvimento desequilibrado, deixando a dúvida de onde estaria concentrada, posto que não está distribuída a renda gerada pelo turismo.

4.2.3 *Sujeitos oficiais produtores do turismo*

Identificar as relações econômicas e sociais que configuraram a construção de Gramado, como cidade turística, remete à confluência de algumas ações individuais, inseridas em um contexto histórico propício, bem como a ações coletivas, comunitárias ou relacionadas ao poder público.

A história oficial aponta as ações de alguns homens e mulheres na cidade de Gramado, como imprescindíveis para o desenvolvimento do turismo, todos atualmente homenageados nomeando ruas, praças ou outros bens públicos.

O artesanato de Gramado tem sua história relacionada à história de Antônio Accorsi e Elisabeth Rosenfeldt. O primeiro, por volta dos anos 30, foi o fundador do artesanato em vime, com destaque à manufatura de bengalas, vendidas aos visitantes. A partir de 1965, Elisabeth Rosenfeldt influencia o artesanato da cidade, com a confecção de produtos de decoração e no auxílio ao *designer* de novos estilos em móveis, tapeçaria e decoração. Além disso, a artista criou, em 1966, uma peça chamada “Deus do bom humor”, que foi instituído mais tarde, em 1973, como o objeto de premiação oficial do Festival de Cinema de Gramado e passou a ser conhecido como “kikito”.

De mesmo sobrenome, no entanto sem relação de parentesco, Leopoldo Rosenfeldt foi uma personalidade que se preocupou com o embelezamento da cidade. Alguns dos principais pontos turísticos da cidade são resultado de seus projetos, como o Lago Negro, o Lago Joaquina Rita Bier, o Parque Hotel e o loteamento da Villa Planalto. O Lago Negro constituiu-se em atrativo turístico a partir da sua ampliação e ornamentação circundante, com árvores importadas da Floresta Negra, localizada na Alemanha, remetendo a um estilo europeu, em 1953. Tal ação evidencia explicitamente a reprodução do padrão de desenvolvimento dos países considerados de primeiro mundo. Além das edificações e dos hábitos, até mesmo a natureza deveria seguir o modelo europeu.

Outro nome que vincula sua trajetória pessoal à história de Gramado é Oscar Knorr, filho de pai alemão e mãe polonesa, nascido em 1893 em Taquari, Rio Grande do Sul. Ao chegar em Gramado, na década de 1950, trazido por seu amigo Leopoldo Rosenfeldt, adquiriu

terras pertencentes à família Fisch. A urbanização dos cinco (5) hectares de terra adquiridos ocorreu com extremo cuidado estético, inadmitindo a visibilidade de fiação ou encanamentos, ornamentando as terras, no topo da cidade, com plantas importadas, caminhos de cascalhos e rampas, construindo um local também adequado para a circulação de sua então esposa, portadora de necessidades especiais. Sabendo da boa resistência das hortênsias, trazidas à cidade por João Leopoldo Lied e sua esposa Osvaldina Lied em 1918 da cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, plantou-as em larga escala, até mesmo na extensão da faixa da estrada entre Gramado e Linha Brasil.

Sua propriedade foi chamada Parque Knorr, onde construiu um mirante e sua casa com inspiração na arquitetura alemã. Atualmente, o parque pertence à Varig, e abriga a Aldeia do Papai Noel. A reprodução do modelo arquitetônico alemão em Gramado contou com elementos importados pelos empresários locais que conheciam a Alemanha. A germanicidade gramadense que serve ao turismo não se compõe de características dos imigrantes que formaram a cidade. A identidade étnica, assim recriada, assume a função de elemento de diferenciação entre grupos, cuja separação entre *nós* e os *outros* forma, simbolicamente, fronteiras entre diferentes grupos sociais. Assim como a construção da identidade gaúcha deixou em segundo plano os costumes das colonizações alemã e italiana e dos índios e negros, a identidade étnica em Gramado deixou em segundo plano, por longo período, os costumes dos imigrantes.

Em 1965, Oscar Knorr foi intitulado “Capitão da Indústria do Turismo” e “Rei das Hortênsias” pelo Rotary Club de Gramado.

Na área têxtil, um produto característico da cidade é a malha, que teve sua produção idealizada pela filha de Leopoldo Rosenfeldt, Annelies Rosenfeldt Bertolucci. Ao descobrir a existência de uma máquina de tecer malhas lisas e bordadas mediante a leitura de uma revista alemã, Annelies visualizou uma possibilidade de aumentar a renda familiar e mandou importar uma máquina *Knitax*, seguida de várias outras, até a criação da malharia Annerose, em 1966. Nos anos seguintes, diversas de suas funcionárias adquiriram maquinário e deram início às suas próprias malharias. Tem-se mais uma vez a *marca* da etnicidade alemã nas práticas locais. A etnicidade, de acordo com Barth (apud JARDIM, 2000), designaria as fronteiras e as relações de uma organização social, a partir do emprego seletivo de contrastes culturais, utilizados de maneira emblemática para organizar identidades e interações. Para uma cidade, isso significa a junção de determinados membros da sociedade acerca de um costume exógeno, porém tratado como endógeno. No caso da cultura alemã, tais sujeitos compartilhariam certo *status* social, qual seja o de manter costumes europeus. O resultado da

própria tentativa de recriação do ambiente europeu no município configurou-se como atrativo para o turismo.

Na área da gastronomia, uma importante personagem na história de Gramado é James Prawer,²⁴ que mudou-se pela primeira vez para a cidade em 1950, onde permaneceu por três anos, retornando mais tarde. Dentista da cidade, costumava percorrer a área rural em visitas a seus pacientes; estes lhe ofereciam o chamado café colonial, com variedades da produção da colônia. No ano de 1973, ele inaugura o “Café Colonial Bela Vista”, oferecendo diversos produtos, certamente mais do que o costumeiro nas mesas da colônia. Outro produto atribuído a James Prawer é o chocolate, que, assim como o Café Colonial, tornou-se um produto *griffe* de Gramado. A primeira fábrica foi inaugurada em 1976, já com loja contígua, durante um dos Festivais de Cinema de Gramado, o que garantiu a presença da imprensa nacional na inauguração. Além do café colonial e do chocolate, o James Prawer criou, junto com familiares, o Hotel Casa da Montanha. Foi agraciado com o título de cidadão gramadense, cidade que elegeu para viver e morrer: *Eu quero viver e morrer em Gramado. É o meu céu. Eu quero ser enterrado em Gramado.*²⁵

Para Norma Moesch, ainda não foi dado o devido reconhecimento ao trabalho de James Prawer. Para a informante,

[...] há um momento que eu diria assim: decisivo para Gramado e esse reconhecimento até hoje não foi dado: é a hora em que James Prawer, um profissional liberal, odontólogo, bem situado em Porto Alegre, mas que tem casa de campo em Gramado, decide investir na produção do chocolate.

As “marcas” de Gramado existentes até então, como os móveis, os vimes e as malhas, já divulgavam e conferiam certa singularidade à cidade, sobretudo porque tais produtos só podiam ser adquiridos em Gramado. De acordo com a informante, era o testemunho de *eu estive lá*. O chocolate teria adquirido proporções de divulgação maiores pela companhia aérea Varig. *A Varig coloca o chocolate gramadense em toda a sua rede de hotéis pelo Brasil afora*. Os chocolates eram ofertados no frigobar dos apartamentos.

O Café Colonial conjugou a identidade cultural local, a partir da utilização da produção da colônia, e transforma essa junção em atrativo turístico. O café colonial sai dos

²⁴ Entrevista presente no vídeo “Gramado contado por nossa gente.” PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAMADO. Gramado: Nativitá Produções, 2004.

²⁵ Ao longo das próximas páginas, todas as falas resultantes de entrevistas apresentar-se-ão em itálico.

clubes de encontro dos colonos e vai para os estabelecimentos gastronômicos, demarcando uma entrada dos valores locais na atratividade turística. Já o chocolate é tratado com o devido requinte, ainda influenciado pelos costumes europeus.

Já a prática de aproveitar a presença da imprensa para divulgar Gramado foi contada também por Irma Peccin.²⁶ Segundo seu relato, era costume das famílias tradicionais convidarem autoridades para as festas na cidade, como, por exemplo, o governador do Estado, para garantir a presença da imprensa e ajudar assim na divulgação da cidade, promovendo o turismo.

Para muitos, o sucesso do turismo em Gramado deve-se em grande parte aos esforços desses sujeitos.

Porque, na verdade, se a Joaquina Bier é a responsável por ter preservado as terras, que de tão lindas não mereciam ser tocadas, portanto uma pessoa extremamente sensibilizada com estética e paisagem, por outro lado não é menos importante que um grupo de alemães que chegaram em função da Guerra que se dava na Europa, e aí nós temos portanto o Sr. Rosenfelt e outros, que criaram o Lago Joaquina Bier, o Parque Knorr,... Essas pessoas conferem a Gramado o desenho urbano e estético que Gramado tem hoje. (NORMA MOESCH, 2007).²⁷

Tem-se nas ações desses sujeitos o marco referencial do turismo em Gramado. Permeando suas ações, está a valorização da etnia alemã, desconsiderando a heterogeneidade do processo de povoamento da região. Os sujeitos considerados oficialmente e, a partir da dominação simbólica, pela comunidade, os produtores do turismo, representam majoritariamente essa etnia.

A identidade étnica é o produto simbólico da sociedade, que tem o reconhecimento de que os sujeitos e a economia estão submetidos a uma ordem ideológica ou político-social preponderante, mas não é ela a responsável por dada configuração social.

Em Gramado, a identidade étnica, pertencente sobretudo a um grupo minoritário, passou pelo processo de auto-afirmação, reafirmando suas diferenças e garantindo maior atratividade turística ao local.

²⁶ Entrevista presente no vídeo “Gramado contado por nossa gente.” PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAMADO. Gramado: Nativitá Produções, 2004.

²⁷ Em entrevista à autora.

A atuação dos produtores oficiais do turismo, em conjunto com diversos outros empresários, ou sujeitos envolvidos com a política local, não nomeados nesse momento, convergem para o empreendedorismo privado, sob a percepção de sua etnicidade, a partir da eficácia simbólica da dominação de uma classe social.

4.2.4 A consolidação do turismo em Gramado

A partir da pesquisa documental e de campo, percebeu-se uma demarcação de tempo ao que seria a consolidação do turismo em Gramado. Tal período, a partir da década de 1960, assim é considerado devido à importância que a Festa das Hortênsias teria representado à cidade. O evento demarcaria também a mudança do público de veraneio, chamados de veranistas, que, para os gramadenses, diferem do público que viria: os turistas.

Segundo Norma Moesch, devido ao destaque que Gramado tem em relação às demais cidades do Estado, há uma idéia corrente de que as instituições públicas estaduais que responderam pelo turismo, teriam investido mais recursos no município do que em outros. Pela sua experiência no setor, tal afirmativa seria falsa. A Região das Hidrominerais teria recebido muito mais investimentos do que a Região das Hortênsias. O Governo do Estado e Governo Federal repassavam recursos a Gramado em função dos eventos, principalmente no Festival de Cinema Brasileiro de Gramado, que até a atualidade requer investimentos altos. No entanto, os valores cobriam pouquíssimo gastos do Festival.

Nos anos 1960, o Comtur funcionava no andar superior do antigo cinema da cidade e era composto por um grupo de pessoas com cargo de confiança, que deliberavam sobre questões concernentes ao turismo. Segundo Gilnei Casagrande, o Comtur, contando com membros ativos e preocupados com o crescimento do turismo, teria atuado positivamente para a consolidação do mesmo. Relata que os sujeitos envolvidos com o Comtur trabalhavam em feriados, sábados e domingos rotineiramente, sendo os jovens educados para receber os turistas e os ciceroneavam voluntariamente.

O Comtur teria atuado até os anos 1980, sendo substituído pelas comissões responsáveis pelos eventos da cidade.

Horst Ernest Volk²⁸ atribui à sua gestão pública, no fim d década de 1960, uma série de inovações e incentivos que levou ao aumento do número de turistas, bem como a amplitude dessa demanda. Nesse período, houve a automatização telefônica, a criação do Festival de Cinema Brasileiro de Gramado, da Feira de Artesanato (Fearte) e da bandeira da cidade, incentivo às construções em estilo bávaro, construção do pórtico e a estruturação dos gastos públicos com o receptivo aos turistas.

Segundo Horst Ernest Volk, isso deu para o Brasil uma cidade diferente. Diferente de tudo o que existia. *Faço parte de uma geração que levou Gramado realmente a um nome tão importante no Brasil.* O modelo de crescimento conduzido pelo setor empresarial corrobora o que Althusser (1985) e Bourdieu (2000) apontam sobre a expressão ideológica do poder, calcada na dominação das classes produtoras que, geralmente, conjugam os sujeitos de maior poder econômico e o estado. A ideologia é capaz de permitir a dominação de uma classe sobre a outra, conformando o processo de violência simbólica, que assim o é porque mantém a ordem de reprodução social a partir de símbolos sociais, e não por violência física ou coação. Os produtores configuram o turismo como atividade econômica hegemônica em Gramado, enquanto a sociedade que a reproduz não percebe a ação das relações sociais dominantes por ela reproduzida em sua identidade e o papel econômico-social periférico de *produzir o ambiente turístico europeu.*

Como parte do processo do Plano de Regionalização do Turismo (PRT), da Sudesul, em 1970, os técnicos contratados pela Engevix S.A. indicaram que o turismo já atingia 50% da renda do município. Relatavam ainda que as famílias que baseavam suas atividades na agricultura, aos poucos, iniciavam investidas na indústria. Atualmente, a prefeitura de Gramado divulga que 90% do movimento da economia da cidade provém do turismo. De acordo com Molina (2005a), o incentivo ao turismo, por parte do poder público na América Latina, na modernidade, obedeceram a uma concepção industrial. Nesse modelo de produção, existiam fórmulas imperativas que copiavam práticas adotadas em outros lugares do mundo e que asseguravam que a simples cópia garantiria o êxito. No entanto, o resultado dessa prática em que o turismo é um fim em si, é o crescimento numérico, seja na quantidade de unidades habitacionais, no número de turistas ou na entrada de divisas, que mascara a geração de maior desigualdade social.

Quanto à relação entre os turistas e os moradores locais, afirmavam que “a influência do imigrante encontra-se já bastante diluída, sendo mais significativa a presença do

²⁸ Entrevista presente no vídeo “Gramado contado por nossa gente.” PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAMADO. Gramado: Nativitá Produções, 2004.

turista (ou veranista) que, pelo seu elevado padrão econômico e comportamento diverso, impressiona a população, modificando-lhe os hábitos paulatinamente.” (SUDESUL, V. VI, 1971, p. 6.126). O resultado desse processo foi a insustentabilidade cultural diante dos impactos do turista, verificada na valorização da autenticidade dos imigrantes na Festa da Colônia, que iniciou como um atrativo da Festa das Hortênsias, planta que por sua vez é exógena à Serra Gaúcha, e hoje não acontece mais. Foi preciso criar roteiros turísticos à colônia para resgatar a cultura local e incluir o adjetivo sustentável aos projetos de revitalização do produto turístico Gramado.

A presença massiva dos turistas pressupôs a chegada do progresso. Na narrativa do documento da Sudesul, o campo já ia aos poucos buscando o urbano, e os valores dos turistas contrastavam com os da população local. Os turistas, oriundos de cidades “desenvolvidas”, apresentavam certamente poder econômico elevado e comportamento provavelmente moderno, se comparado ao dos moradores locais, ainda sem acesso aos bens de consumo de uma sociedade urbano-industrial, assumido pela sociedade local ao longo do processo de crescimento econômico.

Tal concepção de desenvolvimento é vista por Passet (apud MORIN 2000, p. 71) como “uma competição internacional insensata que impõe a busca a qualquer preço de um acréscimo de produtividade, que, ao invés de se repartir entre consumidores, trabalhadores e investidores, é essencialmente destinado à compressão dos custos para novos acréscimos de produtividade, que por sua vez etc...” , ou seja, retoma o ciclo. O autor busca demonstrar o quanto é inerente ao capitalismo gerar pobreza, exploração e exclusão, assim como o fez Polanyi (2000) na analogia do capitalismo a um moinho satânico, circular, onde início e fim se confundem, e os homens são “triturados” pelo processo industrial.

A visão desenvolvimentista ignora o desregramento que o crescimento econômico gera. Para Morin (2007, p. 71), “seu caráter exponencial não cria apenas um processo multiforme de degradação da biosfera, mas também um processo multiforme de degradação da psicosfera, ou seja, de nossas vidas mentais, afetivas, morais e tudo isso tem conseqüências em cadeia e em anel”.

Rocha (2003) coloca que a própria lógica sistêmica das relações econômicas preponderantes no capitalismo é incapaz de criar mecanismos eficientes para a sustentabilidade, no caso ambiental, mas que poder expandida para o social, cultural e mesmo econômico.

O diagnóstico de Gramado, na década de 70, já apontava a interferência do turismo no cotidiano dos moradores; no entanto, apenas como constatação, certamente, dentro da

perspectiva da época, acreditando que a substituição da agricultura pela indústria e pelo turismo seria de grande valia à comunidade local.

Por outro lado, a descaracterização da cultura local apontada, à época, atualmente é reafirmada pela comunidade, sendo a etnia dos imigrantes considerada fator importante e propulsor do turismo.

O PRT identificava três núcleos de distribuição territorial na cidade. Um deles, o centro comercial, residencial e industrial, outro o das casas de veraneio e o terceiro o bairro operário, salientando que, em nenhuma dessas zonas, houve planificação, sendo que os loteamentos teriam causado irregularidades no traçado da cidade.

Segundo o PRT, o centro abrigava diversas pequenas indústrias, à exceção de uma fábrica de calçados de grande porte, dificultando a circulação de transeuntes na área central, em função da carga e descarga dos produtos industrializados. Além disso, viam na junção de diversos equipamentos (Igreja, *playground*, praça, cinema, um hotel, supermercado, bar principal) no ponto central da cidade um problema de tráfego na época de maior fluxo turístico.

O plano identificou à época 82% da área construída como residencial, e previu uma continuidade na característica da cidade em ser residencial e turística. Creditaram também a forma de urbanização da cidade ao poder aquisitivo superior da classe média, capaz de adquirir maiores extensões de terras e construir melhores edificações, o que não ocorreria no Litoral do estado, onde o orçamento da classe média permitia aquisições mais modestas. A certa homogeneização de classe dos proprietários das residências de veraneio teria ocasionado a homogeneidade das próprias construções. Para o PRT, essa característica seria responsável pelo estacionamento da densidade de ocupação do solo, posto que a facilidade de deslocamento das classes médias altas manteria a rotina de deslocamentos de fim de semana, e a densidade da área central, considerada elevada na época, também estacionaria, pois as residências seriam construídas nessas zonas das casas de veraneio. A densidade de ocupação se manteria estacionada e aumentaria a extensão da ocupação.

Mais uma vez tem-se a idéia de cidade como sistema a ser planejado para a garantia do desenvolvimento. Os técnicos da época realizaram uma previsão que mostrou-se equivocada, sendo que a cidade aumentou a quantidade de residências, do início da década de 1970 ao início da década de 2000, de 1.200 para 8.784 residências. O número de estabelecimentos de hospedagem, como hotéis, motéis e pousadas passou de 11 para 143. Aumento similar ocorreu na área de alimentação, com o salto de 14 para 110 bares e restaurantes.

Alzírrio Franck²⁹ conta que, quando abriu sua loja de comércio de vestuário, em 1960, existiam apenas nove lojas com a mesma oferta que a sua. Hoje, ele diz que já perdeu a conta de quantas existem. Relato parecido tem Edo Brentano,³⁰ que mudou-se para Gramado em 1958 e associou-se a seu cunhado em um dos três açougues da cidade. Estima que hoje tenham mais de 50 açougues. Atualmente são fornecedores do Hotel Serra Azul. Quanto ao seu trabalho, conta que *é ruim, que tem que trabalhar sábado e domingo. Não tem folga nunca*. Outro empresário do setor, Octavio Rossi,³¹ atuante no ramo gastronômico e hoteleiro, conta que acorda às 4h da manhã há 45 anos.

Talvez nem mesmo os defensores do crescimento das cidades, como caminho para um futuro melhor, tivessem idéia do que estava por vir. Tal fenômeno de crescimento das cidades não é exclusivo de Gramado, tendo ocorrido na grande maioria das regiões do estado do Rio Grande do Sul, principalmente na metade norte.

Na década de 1970, o sistemismo foi o grande paradigma para o planejamento das cidades e regiões visando ao desenvolvimento.

Uma cidade, sendo um sistema, deveria ser compreendida, segundo Lindgren (1978), como produto de uma organização que visa a ordenar o espaço que o homem livre decidiu viver desde que cessou o nomadismo. Ainda na visão sistêmica da cidade, esta seria composta por um certo número de partes (sistema de transportes, sistema habitacional, sistema de produção, entre outros), que deveriam ser planejadas para facilitar a vida dos seres humanos.

A maior ou menor intensidade de criação e desenvolvimento de meios e instrumentos que permitam a manutenção e continuação da vida de subagregados populacionais, nas várias partes da cidade-sistema, conduz a uma diferenciação entre as partes que, entretanto, são de mesmo tipo. O posicionamento espacial da população influencia essa intensidade acima mencionada e vice-versa; decorre disto uma natural diferenciação entre agregados populacionais de cada parte. (LINDGREN, 1978, p. 25).

Assim como aponta o autor, fica clara a utilização da análise espacial da população presente no PRT.

²⁹ Entrevista presente no vídeo “Gramado contado por nossa gente.” PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAMADO. Gramado: Nativitá Produções, 2004.

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

Não prevendo grande aumento populacional para Gramado, a infra-estrutura básica foi considerada boa no período da elaboração do plano, não sendo considerados problemas, por exemplo, o despejo do lixo a céu aberto, a coleta de lixo apenas semanal, e o uso de fossas sépticas em detrimento do esgoto cloacal.

Além de elencar os recursos naturais de Gramado, o PRT apontou diversos outros atrativos ou mesmo características favoráveis ao desenvolvimento do turismo, como, por exemplo, o artesanato, as fábricas de móveis, as propriedades agrícolas com venda de frutas e hortaliças e as pequenas fábricas de doces. “Outro aspecto de ordem turística é a integração da cidade com seus pontos turísticos, formando um todo homogêneo que faz desaparecer, por meio de ajardinamentos, praças e caminhos pitorescos, a distância entre os pontos interessantes a serem visitados.” (SUDESUL, V. VI, 1971, p. 6.132).

A citação acima, presente no documento da Sudesul (1971), está repleta de significados ideológicos que correspondem à propagação das idéias e opiniões da classe dominante, ou dos produtores do turismo, para que estas venham a ser também a visão de mundo dos dominados ou reprodutores do turismo. Para Althusser (1985), a dominação ideológica se dá, simbolicamente, a partir da reprodução do modo de produção capitalista, mantendo as mesmas condições de produção, dos meios de produção e da força de trabalho. Nesse sentido, transmite-se a idéia de que o turismo está presente em Gramado de forma homogênea. Os empresários do meio continuarão a ser os detentores do capital e os trabalhadores continuarão a receber o salário por eles oferecido. Não há o que alterar. Os sujeitos se submetem à ideologia à medida que a ideologia se submete aos sujeitos. A ideologia só se mantém quando reconhecida socialmente, mas ignorada como tal. O sujeito deve reconhecer-se nos outros sujeitos e dar continuidade à manutenção da ordem social.

Para Bourdieu (2000), a integração social é mantida pelos símbolos, responsáveis por manter o consenso sobre o sentido do mundo social, permitindo assim a reprodução da ordem social. O poder simbólico atua de forma semelhante à dominação ideológica.

O documento da SUDESUL (1971) apresenta a cidade em suposta ordem e harmonia regidas pelo turismo. Tanto Althusser (1985) quanto Bourdieu (2000) apontam as classes dominantes como as que detêm o poder político, que por sua vez são as mesmas que detêm o poder econômico, estando os primeiros submetidos aos segundos. Nessa lógica, a Sudesul estaria no papel de dominação, reproduzindo o discurso dos produtores do turismo mundial, de forma mascarada.

A própria prática da Sudesul em contratar técnicos espanhóis para a implantação de um programa de turismo no Rio Grande do Sul levou à reprodução de um modelo. Segundo

Molina (2005b), a Espanha foi um exemplo seguido por muitos empresários da hotelaria e do turismo em toda a América Latina e no Caribe. Grande parte dos destinos de sol e praia na Espanha teria crescido sobre o amparo de agências de turismo da Inglaterra, que compravam antecipadamente a disponibilidade da rede hoteleira, limitando dessa forma a necessidade de os empresários ou do poder público gestionar o turismo, acarretando inclusive uma desobrigação quanto à qualificação desses profissionais.

A hegemonia e homogenia do turismo podem ser questionadas. Entre as décadas de 1970 e 1990, de acordo com o Gilnei Casagrande, Gramado abrigou diversas fábricas de calçados, entre elas a conhecida Ortopé. A instalação dessas fábricas na cidade teria ocorrido por reflexo da prosperidade da indústria calçadista na região de colonização também alemã no Vale do Rio dos Sinos, sobretudo Novo Hamburgo. A grande maioria não resistiu até o fim da década de 90, restando atualmente duas fábricas de calçado na cidade.

Além disso, Gilnei Casagrande conta que, na década de 70, a maioria dos homens trabalhava para a indústria moveleira, e a maioria das mulheres trabalhava na produção de malhas.

A partir dessa década, também já existiam duas gerações do campo que estariam vivendo na cidade.

No Plano de Regionalização do Turismo (PRT), de 1971, há a identificação do Instituto Balneário Lodo Terápico, complexo que abrigava hospedagem, restaurante, piscina, cancha de tênis e pingue-pongue, parque natural, bazar e belos jardins. Nos meses de setembro a dezembro, o instituto recebia pacientes para o tratamento de reumatismo, dermatoses, obesidade, impotência, neurose vegetativa e o que denominavam “doenças de senhoras”.

Em 1972, são inaugurados os hotéis Serra Azul e Serrano e, no ano seguinte, ocorre a primeira edição do Festival de Cinema Brasileiro de Gramado. Outros importantes eventos que surgiram foram o Natal Luz e a Chocofest. O comércio, a gastronomia e a prestação de serviços se expandem.

O gramadense José Francisco Perine³² conta que a idéia de construir um hotel surgiu após uma visita de quase dois meses à Europa. No retorno, durante o vôo, sua esposa teria perguntado o que eles poderiam fazer para mostrar em Gramado um pouco do que haviam visto. *Foi idéia dela. Disse ela: vamos fazer um hotelzinho?* Compraram então os alicerces de obra que ocupava o local onde hoje está o Hotel Serra Azul e construíram um hotel com 25 apartamentos, que atualmente conta com 150 apartamentos.

³² Idem.

Nessa narrativa, está presente, mais uma vez, a benfeitoria dos sujeitos produtores do turismo. O sucesso do turismo em Gramado se deve, de acordo com essa visão, à genialidade e a generosidade de sujeitos.

Em 1976, a revista chamada *Caminhos do Turismo*, editada pela Assessoria de Imprensa da Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul, se refere a Gramado como a Cidade-Turismo, por ocasião da realização do 5º Festival do Cinema Brasileiro de Gramado, promovido por: prefeitura da cidade, Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul, Secretaria de Educação e Cultura, Embrafilmes, Cia. Jornalística Caldas Júnior e Varig S.A. Percebe-se o reconhecimento de Gramado como uma cidade turística, consolidando o poder mágico exercido pelos produtores de turismo em fazer de suas idéias senso-comum.

Nessa mesma edição da revista, a Secretaria de Turismo do Estado divulgou mini-roteiros de fim de semana realizados em parceria com a já extinta Unesul Turismo Ltda. incluindo Gramado no roteiro da Serra. As atividades indicadas aos turistas eram de compras nas lojas de artesanato em vime, lã e madeira, show folclórico gauchesco ou típico alemão e visita aos atrativos naturais e ao Parque Knorr, além da estadia na cidade.

Na nota destinada ao 6º Festival do Cinema Brasileiro de Gramado, na revista *Caminhos do Turismo*, de nov./dez. de 1977, que ocorreria em fevereiro do ano seguinte, está escrito: “Toda a cidade vive e respira o festival, com as malharias e artesanato criando modelos especiais que possam agradar às estrelas (artistas do cinema) e turistas em geral.” (CAMINHOS DO TURISMO, nov./dez. 1977, p. 25).

Já na edição seguinte, a revista noticiou os acontecimentos da 6ª edição do Festival do Cinema Brasileiro de Gramado, onde salientava que, apesar do verão, a cidade manteve suas características serranas, com o clima frio, úmido e enevoadado.

O discurso ideológico predominante em Gramado, perpassado dos produtores aos reprodutores do turismo, aponta características típicas européias à cidade. Além da suposta semelhança arquitetônica com a Itália e Alemanha, a cidade teria o mesmo clima da Europa, além de oferecer serviços com padrão de qualidade melhores do que o restante do País, comparados aos serviços oferecidos em países de primeiro mundo.

Para manter tal ideologia, segundo Dorneles (2001, p. 115), um ex-secretário de Turismo da cidade teria confessado em entrevista a um jornalista, informante de sua pesquisa, que ordenava a redução da temperatura em torno de três graus Celcius, nos termômetros expostos nos locais públicos. “Ele disse aqui (na reportagem) que diminuía a temperatura dos termômetros eletrônicos, que existem em alguns pontos da cidade, com a intenção de manter a

temperatura baixa. Fazia sete graus e ele colocava para quatro graus.” Tal ação teria como objetivo impressionar os turistas das regiões quentes do País, desacostumados ao frio.

Tanto em relação à comparação da cidade com as da Europa quanto a temperatura em relação a outros estados brasileiros, observa-se a idéia de diferenciação regional. Como espaço turístico, Gramado busca assemelhar-se à Europa na medida inversa que se difere do restante do País, o que garantiria maior atratividade ao turismo doméstico nacional.

Na mesma edição, uma nota apontou o movimento nos Hotéis Serrano e Serra Azul. Nessa edição do festival, a Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul promoveu o Acampamento Gaúcho, oferecendo chimarrão e churrasco ao som de música gauchesca. A festa de encerramento ocorreu no Clube Gramadense, com vinho e queijo, produtos típicos da colônia italiana.

A nevasca que atingiu o estado em agosto de 1978 intensificou a gastronomia, o comércio e o turismo na Serra Gaúcha. “Os hotéis ficaram lotados e uma enquête com os hóspedes do Hotel Serra Azul e Serrano deixou bem claro que ‘viemos ver a neve’. De vários estados do Brasil, inclusive do exterior, havia turistas buscando o espetáculo inédito.” (CAMINHOS DO TURISMO, jul./ago. 1978, p. 17).

Ainda sobre o Festival do Cinema Brasileiro de Gramado, Gilnei Casagrande aponta que o evento buscava, desde sua origem, captar o fluxo de turistas que se dirigiam à Festa da Uva, em Caxias do Sul, e foi impulsionado pela produção cinematográfica estimulada pela Ditadura Militar.

As tipicidades de Gramado foram levadas à capital do estado em outubro de 1978 na “Casa de Gramado”, uma loja de três andares no centro da cidade, a qual que reunia artesanato, café colonial e móveis. Na edição da revista, consta o nome do diretor administrativo do estabelecimento, que atualmente ocupa cargo público como secretário de Desenvolvimento na prefeitura municipal de Gramado. No entanto, alegou não recordar-se daqueles tempos para poder fornecer mais dados.

Nesse caso, seria interessante verificar se o estabelecimento pertencia à iniciativa pública ou privada, o que foi esclarecido por Gilnei Casagrande, diretor do Arquivo Histórico Municipal João Leopoldo Lied. O estabelecimento teria sido na verdade particular, mas com a fusão do político e econômico presente nas classes dominantes, tendo em vista que o empresário responsável seria Horst Ernest Volk, proprietário da fábrica de calçados Ortopé, vereador eleito em 1963, presidente da Câmara de Vereadores em 1964, reeleito vereador em 1968 e Intendente Municipal de Gramado entre os anos de 1969 e 1973, nomeado pelo governo estadual e federal.

Em 1980, a revista *Caminhos do Turismo* indica dezoito hotéis na cidade de Gramado e apenas um *camping*, consolidando o modelo de turismo de lazer, tendo o hotel como centralidade.

Um dos cenários pertencentes à Festa das Hortênsias, em de 1985, ganhou grande reconhecimento do público e, com isso, uma festa própria, a Festa da Colônia, com sua primeira edição ocorrendo no ano seguinte. Desde o surgimento da festa, seu motivo principal de acontecer foi a comercialização de produtos gastronômicos e artesanais da colônia de Gramado, com suas etnias alemã e italiana bem definidas e representadas.

Nesse momento, identifica-se a reafirmação da etnia alemã e a afirmação da etnia italiana. Ocorre uma recuperação da identidade local, incluindo a contribuição da colonização italiana. O modelo de turismo de descanso não se mantém mais com a forma como foi gerado, levando à retomada da valorização cultural e focando a captação de eventos para manter o fluxo de turistas.

Atualmente, o evento ocorre na Praça das Comunicações, no centro da cidade, é gratuito e visa a expor a diversidade cultural das suas colônias, por meio da gastronomia, do desfile de carroças caracterizadas, da música, da dança, do artesanato e da religiosidade.³³

Em 1986, as escolas municipais de Ensino Fundamental incluíram em seus currículos a área de conhecimento “Educação para o Turismo,” regularizada pelo Parecer 109/88 da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul. Segundo o Plano de Estudos de 2002, da Secretaria de Educação e Cultura de Gramado, essa área de conhecimento busca auxiliar alunos e professores a conhecer sua família, sua comunidade, seu bairro e seu município, criando um sentimento de pertencimento e compreensão a fim de desencadear o recebimento dos turistas com maior qualidade.

Tanto Bourdieu (2000) quanto Althusser (1985) consideram a escola uma das instituições mais importantes na difusão da ideologia dominante, capaz de manter a ordem e a reprodução sociais. Imbuída de poder simbólico, a escola inculca, nas novas gerações, as regras do jogo das relações de produção de uma formação social. Desde cedo, os educandos de Gramado passam por um processo de valorização do patrimônio local, com o intuito de estimular a sua preservação e manter a base econômica do município calcada no turismo.

A escola apresenta o que Althusser (1985, p. 80) chamou de ideologia universalmente aceita, ou seja, concebida como neutra, desprovida de ideologia, enquanto, na

³³ Sobre a Festa da Colônia, ler NEGRINE, Airton; BRADACZ, Luciana. *Cultura, lazer e turismo: a Festa da Colônia de Gramado/RS*. Caxias do Sul: EST, 2006.

verdade, produz os mecanismos necessários para repassar a ideologia das classes dominantes, dissimuladamente.

O Sindicato da Hotelaria, Restaurantes, Bares e Similares da Região das Hortênsias, que compreende os municípios de Canela, Gramado, Nova Petrópolis e São Francisco de Paula, passa a operar em 1989, mesmo ano em que é criado o Festival Internacional de Turismo, com o intuito de defender os interesses da classe patronal a partir da representação trabalhista; realizar estudos de alto nível na área de financiamentos, pesquisas, projetos de desenvolvimento regional e qualificação.³⁴ Sua intenção é ser um sindicato gerador de oportunidade com representatividade política, a fim de que os seus associados prestem serviços e ofereçam produtos de qualidade, tornando-se referência do desenvolvimento turístico nacional.

O *Convention & Visitors Bureau*, da Região das Hortênsias, surgiu da necessidade de outra entidade, a Visão Agência de Desenvolvimento da Região das Hortênsias em expandir o setor de eventos. Ambas iniciaram seus trabalhos em 1999, e abrangem os mesmos municípios do Sindicato da Hotelaria, Restaurantes, Bares e Similares da Região das Hortênsias. A *Visão Agência de Desenvolvimento* trabalha principalmente para captar investimentos e fortalecer o turismo de lazer e de negócios da Serra Gaúcha. Em ambas as instituições, percebe-se o esforço em combater a ociosidade da rede hoteleira, gerada pelo declínio do turismo de lazer no município.

O ciclo de vida das destinações turísticas, estudado por Butler (apud RUSCHMANN 1997), estabelecia as seguintes fases do produto turístico, sendo cada uma delas alcançada conforme o aumento do fluxo de turistas: exploração, investimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e a última delas: declínio ou rejuvenescimento.

Na fase de exploração, é a população local o principal agente de desenvolvimento, atendendo às necessidades dos primeiros turistas. Na etapa seguinte, denominada desenvolvimento, as organizações externas tomam o lugar de agente da população local, e a fase da consolidação se caracteriza pela presença de empresas e serviços multinacionais. Quando o fluxo de turistas estagna, as destinações turísticas têm a opção de replanejar o processo de desenvolvimento do turismo ou assistem ao seu declínio.

Um dos fatores que levaria ao declínio seria o desgaste social, econômico e ambiental das destinações turísticas atingidas pela massificação do turismo. Tal processo

³⁴ O Sindicato da Hotelaria, Restaurantes, Bares e Similares da Região das Hortênsias não forneceu, conforme solicitado pela autora, resultados de pesquisas, afora a de ociosidade da rede hoteleira.

degrada também os equipamentos e os atrativos turísticos, ou estes simplesmente caem de moda.

O período de apogeu do turismo seria, de acordo com Butler (apud RUSCHMANN 1997, p. 104), de 20 anos. Se for levado em conta, como o início da exploração do turismo o período de veraneio, na década de 50, o período de apogeu do Turismo em Gramado estaria entre 1970 e 1990.

As evidências apontadas pelo processo histórico do turismo em Gramado apontam, para o fim da década de 80 e 90, períodos em que criaram-se as instituições acima citadas para a revigoração turística.

Dentre os principais projetos, todos com foco no turismo, destacam-se: construção do Aeroporto das Hortênsias,³⁵ a Linha Turística entre Gramado e Canela, a coleção de Livros de Imagens da Região das Hortênsias, o Projeto Guarda Municipal, o Projeto Ajardinamento da Avenida das Hortênsias, entre outros.

Em 1997, ocorreu a inauguração do primeiro grande centro de eventos da cidade, chamado Serra Park. A área do local é de 28.000 m², sendo que a capacidade de público depende do tipo de evento que é realizado nesse espaço.

Em 2000, foi inaugurado o Expogramado, centro de eventos com capacidade para até 15.000 pessoas, no caso de festas, e salas de auditório com capacidade para 1.300 pessoas, sendo uma sala para 600 pessoas, e mais seis salas com capacidade para 45 a 300 lugares cada.

A criação desses locais para eventos coroa, segundo Norma Moesch, a magnitude do turismo em Gramado.

Criam-se dois centros de eventos. Não é apenas um. Nota como é interessante essa composição de liderança em Gramado. Não basta um centro de eventos, ao mesmo tempo dois. Que eles lutaram. Durante tanto tempo tiveram tanto problema por não ter um bom centro de eventos. Agora tem dois. Mas, veja bem, os centros de eventos não foram iniciativa governamental. Nenhum deles. São grupos empresariais. Essas iniciativas que marcam, que desenharam Gramado, essa silhueta que eu acho que é essa cara que Gramado tem, não tem nenhuma participação governamental. Nota como é interessante essa magnitude em Gramado. Não basta criar um, tem que ser dois.

³⁵ O projeto da construção de um aeroporto na Região das Hortênsias é defendido pelo governo, por entidades e empresários locais. No entanto, há várias posições contrárias ao investimento, principalmente pela impactação ambiental e pelo agravamento da massificação do turismo na região.

Para a prefeitura municipal, durante os meses de inverno e nos fins de semana, a cidade chega a receber, atualmente, uma população quatro vezes maior do que a sua. Além disso, estimam que durante o ano inteiro mais de dois milhões de turistas visitam a cidade e que 90% de sua receita provenha da atividade turística.

Na última edição de um dos principais eventos promovidos pela prefeitura municipal de Gramado, o Natal Luz, que iniciou em novembro de 2006 e encerrou em janeiro de 2007, a cidade recebeu em torno de 700 mil turistas no período de 64 dias. Esse número representa quase 22 vezes o número de gramadenses, acomodados em uma área territorial estendida em relação à área urbana restrita, freqüentemente utilizada pelos turistas. A quantidade de público é comemorada por empresários e pelo poder público locais. No entanto, trata-se de uma superpopulação extra em um pequeno período de tempo, o que certamente não seria recomendada por nenhum planejador, com vistas à sustentabilidade do turismo.

Como foi visto, Boullón (1994) recomenda que é preciso atentar para o processo de planejamento, o zoneamento de áreas turísticas de acesso principal e à definição da capacidade de carga, bem como à delimitação da construção civil, da poluição sonora e visual do entorno. No processo de desenvolvimento do turismo em Gramado, não se percebe tal preocupação. As práticas sustentáveis de desenvolvimento do turismo não estão presentes nos processos adotados por Gramado. Permanece a lógica do crescimento econômico.

Para Molina (2005a), o conceito relativo de que o turismo contribui para melhorar a qualidade de vida das populações da América Latina e do Caribe serviu para explicar que o turismo gera empregos, que por necessitar acaba acelerando a construção de estradas, o saneamento básico e a melhoria na infra-estrutura das cidades. Mas, na prática, de acordo com o autor, os destinos turísticos concentram cada vez mais um maior número de pessoas com recursos escassos, com menos condições de saneamento e com as águas mais contaminadas pelos dejetos dos turistas, e os empregos gerados são precários, mal pagos e temporários.

A média de permanência na cidade seria de 4 dias, sendo que a maioria dos turistas (54%) é proveniente de outros estados do Brasil e 41,6% são gaúchos. Dos turistas de outros estados, a maior parte seria de São Paulo (13%), seguido de Rio de Janeiro (9,3%). O nível de escolaridade majoritário é superior (46,7%), e a faixa etária predominante fica entre 30 e 49 anos (48%).

Segundo a Secretaria de Turismo de Gramado, a cidade conta com 143 hotéis e pousadas, somando em torno de 10.000 leitos, 110 bares e restaurantes, 11 locadoras de automóveis e 14 agências de turismo. O orçamento do município é de R\$ 45 milhões ao ano e

46% de sua receita é própria. A dotação orçamentária da Secretaria de Turismo é de R\$ 1.300.000,00 ao ano.

A magnitude do turismo é apontada novamente em números. O orçamento da Secretaria de Turismo se assemelha ao orçamento do órgão público responsável pelo turismo na capital do estado, em que a população é 100 vezes maior do que a de Gramado. Uma dotação orçamentária ampla garantiria, emblematicamente, o *status* de desenvolvimento turístico atingido pela cidade, representado em valores numéricos.

O Sindicato dos Lojistas da Região das Hortênsias (Sindilojas), conta com 173 estabelecimentos associados, localizados nas cidades de Gramado, Canela, Nova Petrópolis e São Francisco de Paula. Sua principal função é a de representar o comércio varejista perante as entidades de classe e o governo. Não há um levantamento do universo do comércio existente na cidade de Gramado, seja em relação à quantidade de estabelecimentos quanto ao tipo de comércio. Segundo a prefeitura municipal de Gramado, esse dado não é fácil de se obter, tendo em vista que a única forma oficial de identificação seria pelos Alvarás cedidos pelo governo municipal, mas esse registro não contemplaria as informações necessárias para a identificação do tipo de comércio, nem mesmo a quantidade, denunciando um crescimento econômico desordenado, talvez resultante da falta de planejamento público. O fato de o registro poder ser feito pela razão social ou pelo nome fantasia do estabelecimento também atrapalharia a identificação. A Secretaria de Turismo costuma buscar informações para abastecer os Centros de Informações Turísticas em guias telefônicos e a partir das vivências cotidianas dos funcionários, em sua maioria estagiários dos cursos de Turismo e Hotelaria da região, que recebem informalmente a informação da abertura ou do fechamento de novos estabelecimentos.

Tal prática aponta para a valorização do fazer em detrimento do saber. Há pouca preocupação com a formação de uma rede de informações sistematizada e eficiente.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Hoteleiro e Similares de Gramado, existem 1.300 trabalhadores associados, sendo que estes representariam 98% do total de funcionários dos hotéis, pousadas, bares e restaurantes da cidade. A média salarial dos sindicalizados é de aproximadamente R\$ 700,00, já inclusos a taxa de serviço de 10% cobrada sobre o valor da conta e repassada aos funcionários. Segundo o presidente do Sindicato, Luiz L. C. Mirapalhete, 80% dos sindicalizados não são naturais de Gramado e em torno de 70% são mulheres.

Tem-se, em tal afirmação, uma contradição. Em documentos e outros relatos, há a afirmação de que a etnicidade ítalo-germânica dos gramadenses seria a responsável pelo

desenvolvimento do turismo, bem como percebe-se um certo preconceito quanto aos trabalhadores oriundos de outras cidades. Se 80% dos trabalhadores não são de Gramado, significa que a hipótese local de que é a etnicidade a responsável pela posição de destaque no turismo é falsa. No entanto, o que de fato ocorre é a grande participação de outros municípios da Região das Hortênsias na mão-de-obra local.

Assim como a questão da região não se faz presente no discurso oficial de Gramado, tal idéia não é transmitida aos reprodutores do turismo. Os trabalhadores dos municípios vizinhos, também de imigração ítalo-germânica, com predominância da germânica, não são categorizados pelo imaginário local, nem como “parceiros” nem como “inimigos”. Quando citados, os trabalhadores de outras regiões, que prejudicariam a prestação de serviços locais, são os oriundos dos Estados de Santa Catarina e do Paraná.

Ainda em relação à Região das Hortênsias, Steil (1999) salienta a rivalidade estimulada pela mídia entre as cidades de Gramado e Canela, distante apenas seis quilômetros por estrada asfaltada, pela comparação permanente entre o fluxo de turista que cada uma delas consegue atrair. A lógica da economia de mercado estimula uma competição que acaba por promover “um sistema integrado de trocas de serviços e investimentos, fundamental para o desenvolvimento do Turismo na região.” (STEIL, 1999, p. 420). Para o autor, a competição entre as duas cidades beneficiaria ambas pela constante busca de qualificação para a superação da concorrência.

O Sindicato de Trabalhadores oferece aos sócios (como são chamados os sindicalizados) atendimento jurídico, sede campestre e atendimento médico terceirizado, contando com dentistas, fisioterapeutas, psicólogos e demais especialidades. Segundo o presidente Luiz Mirapalhete, a maior procura é por psicólogos. O valor de afiliação é de R\$ 45,00, abatendo três meses de mensalidade, que segue no valor de R\$ 13,73, sem acréscimo por dependente. O valor adicional pago pelas consultas médicas diretamente nos consultórios ou clínicas é de R\$ 15,00.

A denominação de sócio pode ocorrer pela possibilidade de qualquer pessoa interessada utilizar os serviços do Sindicato e se filiar a ele, sem necessariamente ser funcionário da área. A relação entre o Sindicato empregatício e o patronal (Sindicato da Hotelaria, Restaurantes, Bares e Similares da Região das Hortênsias), segundo o presidente Luiz Mirapalhete, é harmônica. O principal contato que mantém é o de informar quando algum sindicalizado vai entrar com ação judicial contra alguma empresa, a fim de evitar conflitos.

A prefeitura municipal apóia os eventos particulares oferecendo infra-estrutura e mão-de-obra, como cedência e montagem de palco, por exemplo. Os principais eventos públicos são o Natal Luz, a Festa da Colônia, o Gramado Aleluia, o Carnaval, o Festival de Inverno, as Feiras de Artesanato e do Livro e o Festival de Cinema. Para cada evento organizado pela municipalidade, o prefeito municipal designa uma comissão responsável pela sua estruturação, desde a busca de patrocínios e parcerias até a execução.

A Secretaria de Turismo não conta com Plano de Turismo, trabalha com metas a seguir nas áreas de promoção, eventos, infra-estrutura turística e embelezamento urbano, receptivo e atrativos turísticos e institucionais. Não há registro de nenhum plano para o turismo e toda a documentação anterior existente teria sido colocada no lixo.

Tal evidência foi confirmada na entrevista de Norma Moesch, para quem a falta de um planejamento causou a expansão urbana de forma espontânea, *que de tão espontânea tornou-se um pouco anárquica. Mas, ao mesmo tempo, temos que admitir que esse é o preço de quem assume o pioneirismo, de quem chega primeiro, quem assume os riscos, que não são poucos.*

Quanto às metas, a institucional refere-se à estruturação de uma empresa de Turismo de Gramado. As metas de receptivo e atrativos turísticos são apoiar e melhorar a infraestrutura dos Roteiros de Agroturismo, que surgiram a partir da Festa da Colônia, a informatização dos postos de informação turística e trabalhar, com uma agência de turismo o transporte turístico.

No que cerne às obras de infra-estrutura turística e embelezamento urbano, as principais metas são: Revitalização da Borges de Medeiros,³⁶ continuação das obras do Centro Esportivo Municipal, chamado Ginásio,³⁷ Parque e Lago dos Pinheiros, sinalização turística, Anel Viário, paisagismo na RS-115, colocação de brita até a localidade de Moreira e embelezamento da cidade e equipamentos urbanos. As metas relacionadas aos eventos são: o incremento das Feiras do Livro e do Artesanato e do Festival de Inverno, ampliação do Carnaval para duas noites, reformulação e ampliação da Festa das Orquídeas e Flores e Concurso Internacional de Vinhos, Medalhas de Gramado e Festival de Gastronomia.

³⁶ O projeto de remodelação da Av. Borges de Medeiros já está em execução e seu orçamento é de aproximadamente R\$ 3 milhões.

³⁷ A Câmara de Vereadores já aprovou recursos de R\$ 267.075,00 para as obras. O Centro Esportivo oferecerá quadra esportiva oficial, sanitários, vestiários, salas de apoio para ginástica, academia, danças e outras atividades culturais e esportivas, quadra de *skate*, duas quadras de vôlei de areia, uma de futebol, uma de basquete, uma de futebol sete, uma de tênis e duas de *padle* na parte externa.

A promoção turística de Gramado inclui a consolidação do turismo de negócios, a internacionalização do turismo da cidade, a elaboração do DVD institucional de Gramado,³⁸ aumentar o fluxo de turistas nos meses de janeiro, fevereiro, março, setembro e outubro mediante eventos,³⁹ incremento de material publicitário e consolidação do *site* oficial.

Pode-se caracterizar as metas como pontuais e vagas, como, por exemplo, a intenção de realizar obras e embelezamento em equipamentos urbanos e a revitalização da Av. Borges de Medeiros. Alguns problemas históricos apontados por especialistas em turismo, como Norma Moesch, não têm soluções apontadas pelas metas da Secretaria de Turismo, como, por exemplo, a implantação de um centro receptivo, onde houvesse estacionamento para ônibus, vans e carros particulares, de onde as pessoas se deslocariam aos atrativos elegidos para visitação, evitando, inclusive, a poluição na área central da cidade, banheiros públicos, sala de descanso e lanchonetes.

A orienta o pública do turismo baseada em metas em detrimento da formula o ou mesmo ado o de uma concep o de Turismo acarreta um descomprometimento das práticas em rela o aos estudos sobre o tema, principalmente no que tange   sustentabilidade.

4.2.5 Sujeitos reprodutores do turismo

A mudança do perfil do turista que visitava Gramado no verão, para a imagem de cidade de frio, ocorrida a partir da década de 60, pode ser atribuída   confluência de atrativos que foram surgindo com o passar dos anos, desde o cenário europeu, construído no imaginário local, a partir da arquitetura, da confec o de malhas, do chocolate, do Café Colonial e, mais recentemente, do *fondue*, produtos da gastronomia apreciados em baixas temperaturas.

Para Dorneles (2001), o processo histórico de constru o do turismo formou uma teia de rela es sociais voltadas para a atividade. Os moradores assumiram a voca o de receber visitantes, enquanto “nata” e atribuem esse fato sobretudo   coloniza o  talo-alemã da região. Para os gramadenses, a herança da capacidade de trabalhar e a força de progredir

³⁸ O DVD está em processo de finaliza o.

³⁹ As principais a es nesse sentido são os descontos na rede hoteleira e nos centros de eventos, negociados entre os estabelecimentos, a prefeitura de Gramado e as  g ncias de eventos.

dos italianos, assim como a preocupação com a harmonia arquitetônica, organização e limpeza alemã, formaram a cidade.

De acordo com Dorneles,

entende-se Gramado não somente como um produto simbólico em sua complexidade mas também como o lugar onde acontece a produção de determinados produtos cujo simbolismo está a serviço da atividade do Turismo nessa cidade. (2001, p. 4).

Tal produção revela que, como produto simbólico, a sociedade do turismo carrega o poder mágico apontado por Bourdieu (2000), capaz de permitir a dominação de uma classe sobre a outra, processo denominado de violência simbólica. Os produtos determinados pela classe dominante (os produtores) configuram o turismo como atividade econômica em Gramado.

A partir do poder simbólico, os produtores do turismo constroem a realidade que estabelece uma ordem ao mundo particular e social dos sujeitos. Os sistemas simbólicos relativos ao turismo são instrumentos de dominação, na medida em que cumprem sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da classe produtora.

Os símbolos que mantêm a ordem social em Gramado são produzidos pelos sujeitos produtores do turismo, garantindo a reprodução da estrutura na ordem social. Tal estrutura foi conformada pelo turismo, e para a continuidade deste se mantém a partir do poder simbólico, que é reconhecido por toda a sociedade, por produtores e reprodutores, na medida em que ignorado como arbitrário.

Para os reprodutores do turismo, pertencentes às classes dominadas, não há contradição na estrutura social.

Mesmo os aspectos negativos percebidos nas relações de trabalho do turismo, como para Bernardo,⁴⁰ por exemplo, não há sentimento de revolta. *Minha mãe não me criou. Quem me criou foram as minhas irmãs. Ela trabalhava final de semana, todo o dia... não ficava nos meus aniversários. Ao mesmo tempo acredita que vale o sacrifício, porque dinheiro traz sim felicidade. Além disso, para ele em Gramado não trabalha quem não quer mesmo. Alguns anos atrás, a economia da cidade era 50% calçados e móveis e 50% turismo, mas atualmente o*

⁴⁰ Os membros da *Família B*, uma das famílias entrevistadas no Bairro Piratini, são a mãe Beatriz, nascida em 1948; o pai Bento, nascido em 1946; o filho Bernardo, nascido em 1984 e a filha Bárbara, nascida em 1974. A outra filha do casal, já casada, Bianca, não fez parte da entrevista por ter constituído nova família e morar em outra residência, com seu esposo e filha.

turismo ganha. *A cidade é investida para o turismo. O centro do turismo é Gramado, daqui vão conhecer outros lugares.*

Ana⁴¹ relata saber que algumas pessoas em Gramado ficam dois ou três anos sem trabalho, mas acredita que é porque essas pessoas querem ganhar muito. *Tem que aceitar o pouco que a empresa oferece.*

Ângelo, filho mais velho de Ana, relata que sempre trabalhou em Pousada e Hotel, desde sua adolescência. Atualmente, está gerenciando, junto com seu sócio, a Pousada que alugaram em 1º de julho de 1996. Pagam R\$ 1.500,00 de aluguel por mês. A tarifa balcão para casal é de R\$ 85,00, mas se o cliente pede, baixa para R\$ 75,00. Nos primeiros meses de funcionamento do estabelecimento, Ângelo e seu sócio têm reinvestido os lucros em melhorias na pousada.

Considera o turismo a principal atividade econômica da cidade. Está há 19 anos empregado em função do turismo, e sua esposa também. Atualmente ela trabalha no Mini-Mundo. *Toda a cidade vive em função do turismo. A cidade respira turismo, são 150 hotéis.*

Percebe-se que o principal símbolo que mantém a ordem social em Gramado é o valor-trabalho, imbuído de subjetividade, pois não importa a remuneração, mas a possibilidade de trabalhar, seguindo Bourdieu (2000), que coloca que a objetividade do sentido do mundo se define pela concordância das subjetividades estruturantes; assim, o poder simbólico, tal qual os sistemas simbólicos, pertence à ordem do subjetivo.

A partir dos relatos dos informantes, percebe-se que valorizam muito as oportunidades de trabalho e renda que a atividade turística gera, bem como o consumo que essa renda pode gerar.

Para Ana, o turismo é uma coisa boa. *Se sai de uma empresa hoje, amanhã está em outra. Proporciona emprego para todos. Se arruma fácil emprego.* Para ela, o papel do turista é fundamental na medida em que proporciona a geração de renda. *Os turistas não incomodam. Se não fossem os turistas Gramado não seria nada. A gente vive com o dinheiro deles, mais dos que vêm de fora para o Natal Luz, Festival de Cinema.* O valor-trabalho vem regendo as sociedades no mundo capitalista, desde o nascimento da indústria, e isso não é diferente nas famílias entrevistadas em Gramado. “O valor trabalho é intrínseco à ideologia da sociedade moderna e individualizante.” (ECKERT, 1993, p. 12).

⁴¹ Os membros da família A têm sua relação com a cidade pelos laços do trabalho. É composta pela mãe, Ana, nascida em 1939; o filho mais novo, Antônio, nascido em 1976; o filho mais velho Ângelo, nascido em 1973, sua esposa Anita, nascida em 1977 e a filha do casal, Angélica, nascida em 2005.

Ana relata que participou de todas as edições do Natal Luz e confeccionou todos os uniformes dos corais, sendo que, no último ano, foram mais de 200. Nunca ganhou a mais por esses serviços, estava incluído no salário pago pelo Hotel Serrano. Atualmente, ganha por peça. Percebe-se que há um sentimento de pertencimento, participação e de agente ativo acerca dos eventos, a partir da confecção dos uniformes. Isso faz com que Ana se sinta “parte” do Natal Luz ou do Festival de Cinema, por exemplo.

Apesar da identificação com as atividades voltadas aos turistas, contraditoriamente, o lazer não faz parte do cotidiano dessas famílias.

Ana, em seus momentos de lazer, costuma visitar os parentes em Igrejinha, ou vai à casa de alguma amiga em Gramado. Gosta de sair para jantar, sobretudo comer pizza, o que ocorre às vezes. Considera-se uma pessoa caseira, pois passou muito trabalho com o marido, justificando talvez a pouca participação nas demais atividades de lazer da cidade. Seu filho, Ângelo, considera que, em Gramado, *não tem quase nada, só praça para criança no centro e quadras de futebol pagas. Cultura quando tem é paga*. Só participa dos eventos da cidade recebendo os turistas.

Já Bernardo acredita que quem trabalha com turismo tem poucas opções de lazer, sobretudo pelos horários de trabalho e pelas poucas folgas, sendo um dia da semana todas as semanas e apenas um domingo por mês. Segundo ele, os funcionários da hotelaria e gastronomia aproveitam, apreciam os eventos em que ganham cortesia e podem ver de perto os artistas. Não costuma ir ao cinema, nem seus amigos. Acredita que quem mora em Gramado não dá valor para as opções de lazer, passando às vezes um ano sem ir a lugares que a cidade oferece, que seriam bons para conversar e tomar chimarrão. Os jovens costumam ir a festas em casas noturnas e fazer churrascos com a turma.

Percebe-se claramente que as famílias entrevistadas não desfrutam do lazer que a cidade em que moram oferece aos seus visitantes, em uma exclusão sobretudo financeira.

Para Norma Moesch, é na realização dos grandes eventos que fica mais clara a exclusão da comunidade, como, por exemplo, no Festival de Cinema e no Natal Luz. Na sua opinião, os moradores de Gramado vivenciam, a partir dos bastidores, o *glamour* do turismo.

No Festival de Cinema me parece assim: que aquelas pessoas que estão ali a volta, elas vivem o status quo de viver em Gramado. Por ocasião do Festival de Cinema, livremente os artistas podem sair de dentro da tela da televisão ou do cinema e eles estão ali! Isso é um privilégio, empolga demais. E aí tem o Natal Luz, que

sai no Fantástico, e aí eles são artistas. Eles se vêem. Eles se projetam. E dizer que eles são de Gramado é o máximo. Então não importa. Eu cheguei à conclusão de que, para algumas pessoas, é preferível ser pobre em Gramado do que ser classe média em Saporanga. Mas Gramado é Gramado.

A pouca utilização dos atrativos turísticos por parte da comunidade local também pode ocorrer pela distância entre os bairros e os atrativos turísticos, some-se ainda, para contribuir com tal situação, uma precariedade na rede de transportes. A avaliação positiva por parte dos moradores entrevistados quanto ao transporte, em todos os casos, referia-se ao transporte entre o bairro em que viviam e o centro da cidade. Além disso, tal caminho não toma mais do que 20 minutos de caminhada.

Além de garantir o emprego, para Bento a atividade no turismo tem o significado de propiciar vivências de outra classe social, economicamente superior à sua. *Os funcionários da hotelaria e gastronomia aproveitam os eventos em que ganham cortesia e gostam de ir porque tem muito artista.* Tal sentimento também pode ser percebido em Ana, que se orgulha de costurar os uniformes dos corais que se apresentam no Natal Luz e faz a sua “participação” quando, no dia das apresentações, comparece ao local do evento para estar disponível a possíveis ajustes ou concertos.

Em Gramado, a identidade étnica toma a existência da cultura local, como característica primeira, enquanto o que ocorre é o inverso: ela é consequência da organização do grupo étnico. Outra idéia presente é a de que a cultura partilhada é, obrigatoriamente, a cultura ancestral. Nesse sentido, Carneiro da Cunha (apud BITTENCOURT JÚNIOR; SILVA, 2004, p. 22) enfatiza que “se, para identificarmos um grupo étnico, recorrêssemos aos traços culturais que ele exhibe – língua, religião, técnicas, etc. –, nem sequer poderíamos afirmar que um povo qualquer é o mesmo grupo que seus antepassados”, tamanha a quantidade de transformações sociais e ambientais que perpassam os tempos.

Para Gilnei Casagrande, o imigrante italiano era pobre, mas soube organizar bem seu espaço, pois tinha como atributos o capricho e a sensibilidade. As mulheres se preocupavam com os detalhes, se dedicavam ao bordado. A sofisticação e o capital seriam oriundos da imigração alemã. Percebe-se por trás dessa opinião a reprodução de um ideário de que o desenvolvido, o requintado e o apreciado seriam oriundos da Europa. Além disso, homogeneiza-se o imigrante italiano como pobre, mas trabalhador, e o alemão como sofisticado e com condições econômicas favoráveis. A comparação com a Europa relembra

também a relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, onde o único caminho dos países não-desenvolvidos seria seguir o modelo capitalista dos países ricos. Tal relação determinaria a dependência tecnológica aos países que se industrializaram primeiro, assim como a reprodução dos meios de produção está para a manutenção da ordem social, mantendo a dependência e a exploração de países do terceiro mundo por países do primeiro mundo.

A junção das duas etnias ocorreria no campo dos saberes, mas não na religiosidade expressa e nos matrimônios, sendo que as famílias mais tradicionais casavam entre si. Os registros da Escola Técnica de Contabilidade, de 1939, apontam para um equilíbrio quantitativo entre as duas etnias.

A cidade de Gramado, como produto turístico, reveste-se do imaginário de oferecer uma vivência européia no Brasil. Esse mecanismo eficaz produz o “estilo europeu” não apenas aos visitantes, mas está também presente nos símbolos da população local. Para Dorneles (2001), os gramadenses creditam aos valores étnicos, herdados culturalmente dos imigrantes europeus, o sucesso do desenvolvimento turístico da cidade, aliados às ações de personagens de iniciativa, recordados sobretudo por terem descendência alemã ou italiana.

Segundo Dorneles,

podemos dizer, com isso, que esses imigrantes trouxeram consigo “valores étnicos” reforçados no imaginário social da cidade, como o trabalho, o progresso e a ordem. Esses valores, de uma certa forma, estão fortemente relacionados com o turismo praticado em Gramado, mesmo antes de sua formação enquanto cidade, isto é, enquanto ainda era um vilarejo, bem como o contar da história que se oficializa nessa cidade. (DORNELES, 2001, p. 77).

A população local assimilou a vocação da cidade para o turismo e age de acordo com essa vocação, cuidando dos jardins de suas casas, mantendo ruas limpas, bem-recebendo o turista e resgatando a memória local. Para eles, o maior atrativo da cidade seria sua história.

Na medida em que o sucesso do turismo é atribuído à formação étnica da imigração da cidade, nada mais coerente à população que atribuir à sua história o principal atrativo turístico. No entanto, percebe-se muito mais uma apropriação dos símbolos étnicos, por parte dos empresários que atuam em Gramado do que uma preocupação em manter a história da cidade. Outro fator presente em tal assimilação pode ser a eficácia do poder simbólico exercido pelos produtores do turismo em conduzir a visão de mundo da sociedade.

De acordo com Dorneles (2001), a população local teme a massificação do turismo, pois essa tende a descaracterizar o estilo europeu da cidade, suas peculiaridades, o artesanato. Atualmente, encontram-se muitos produtos que não são característicos da cidade à venda no comércio local, bem como trabalhadores oriundos de outras cidades e de outros estados. Essa mistura de outras raças vindas de fora é considerado um problema para a população local na medida mesma em que esta credita seu histórico – o principal atrativo turístico – à junção de duas etnias bem demarcadas pelas características constitutivas da cidade.

Para Bárbara, moradora do bairro Piratini, tem muita gente de fora se dirigindo para Gramado em busca de trabalho, sendo uma grande quantidade deles oriundos do Paraná, mas que muitos desistem logo ao se deparar com a rotina de trabalho da atividade turística.

Gilnei Casagrande relata que a maior onda de migração ocorreu nas décadas de 80 e 90, com o ingresso de pessoas oriundas principalmente do Estado do Paraná e do Oeste do Estado de Santa Catarina. Para ele, essas pessoas vieram em busca de trabalho, mas não possuíam qualificação, o que levou o poder público e as instituições do setor a criarem diversos cursos para a qualificação de trabalhadores.

Tal entrada de sujeitos de outras etnias, que não as tradicionais da cidade, na lógica local, seria um fator negativo ao turismo, posto que o sucesso deste é atribuído a características étnicas do povo local, como a vontade de trabalhar, a organização, o capricho e o bem-receber.

Quanto aos migrantes, Gilnei Casagrande alerta que *tem que cuidar com o pessoal de fora. E as fotos? Se o turista pede para alguém bater uma foto e o cara bate do pé? Ou do ombro? Como é que fica?*⁴²

Na fala de Casagrande e de Bárbara, assim como na de seu irmão Bernardo, ao orgulhar-se em contar sobre as origens italianas materna, pode-se perceber a reafirmação de uma identidade que remete à colonização ítalo-germânica, que é assim explicada por Bourdieu:

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlacionados, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. (2000, p. 113).

⁴² Gilnei Casagrande relata em seguida que tal problema, atualmente, com o uso de máquinas de fotografia digitais, não ocorre mais. A narrativa apenas exemplifica uma forma de pensar.

Dessa forma, a força de trabalho que configura o turismo na cidade de Gramado assenta-se em uma identidade étnica, compartilhando uma mesma visão de mundo, de habilidades e de capacidades, que não são reconhecidas em trabalhadores de outras etnias.

Ainda quando aponta para a *incapacidade* de trabalho dos *outros*, Bárbara corrobora com Olivien (1995), que afirma que a formação de identidades se dão em oposição a outras identidades, buscando exaltar as diferenças.

A identidade étnica é entendida conforme a ideologia dominante, em uma eficácia simbólica ímpar. Os produtores do turismo transmitem a idéia de que Gramado alçou tal posição de cidade turística de sucesso no estado e mesmo no País, a partir da capacidade de trabalho, capricho, disciplina e sofisticação intrínsecas aos imigrantes italianos e alemães que deram os primeiros passos rumo ao desenvolvimento do turismo. Logo, os descendentes desses imigrantes também possuem as mesmas habilidades para dar continuidade aos feitos de seus antepassados. Por dedução, as pessoas de outras descendências não possuem a mesma capacidade do que eles para desenvolver o Turismo.

Para Gilnei Casagrande, Gramado foi um atrativo já para os imigrantes que, na localidade, instalaram-se e desde então a cidade é naturalmente turística. Todas as ações tomadas no sentido de desenvolver o turismo teriam surgido de um desejo de crescimento comum. Ao longo dos anos, Gilnei Casagrande destaca que os administradores públicos sempre se fizeram entender à comunidade, que o projeto de crescimento foi claro, aceito, bem-vindo e compartilhado com a comunidade, constituída por sujeitos trabalhadores que contribuíram para o sucesso do turismo na cidade.

Reproduzindo mais a fundo o discurso oficial, típico da dominação simbólica, além da questão étnica como propícia ao desenvolvimento do turismo, tem-se no imaginário local que seus descendentes escolheram tal espaço para instalarem-se em função das belezas da paisagem. Percebe-se, na fala de Gilnei, a eficácia simbólica da ideologia do turismo que rege a cidade. Não há qualquer menção a uma desordem ou contradição na estrutura social.

Ainda segundo o informante, sempre houve a vontade, de parte do poder público em manter os jovens gramadenses na cidade, atuando para a comunidade. Em contrapartida, o principal desafio atual seria transmitir aos jovens de hoje a tradição turística em meio a outros interesses dessa geração, voltados aos *games* e à internet.

Conta ainda que os jovens da sua geração, que começaram a atuar no turismo, na década de 70, aprendiam boas maneiras com os hóspedes. Sabiam que deveriam falar bem e

serem educados para receber os turistas. Como na época ainda não havia programas de qualificação de trabalhadores do turismo, infere-se que tal atitude dos jovens, em buscar melhorias aos seus fazeres turísticos, provenha da ideologia dominante. Para Althusser (1985), a atuação das instituições de domínio privado que servem à ideologia vigente passam despercebidas ao observador imediato. A reprodução da ordem social ocorreria primeiramente, segundo o autor, pela ideologia. Não obtendo êxito, entraria em ação a repressão, seja ela atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica.

A eficiência da ideologia, para Chauí (2000), está justamente na manutenção da ordem social, resultante de um processo que conserva as sociedades indiferentes, apáticas, transigentes, sem que reflitam sobre as desigualdades e injustiças às quais são submetidas. Assim, não há qualquer pretensão social dos reprodutores em transformar a realidade em que vivem, sem perceber que esta contém uma contradição profunda entre as condições reais em que vivem e as idéias que são transmitidas pelos produtores do turismo.

Gilnei Casagrande atribui importância ao papel da escola e da família, desde o início da atividade turística até os dias de hoje, na transmissão da cultura turística. Tal observação do informante está plenamente de acordo com Althusser (1985), que identificou ambas as instituições como as mais eficientes na transmissão da ideologia dominante.

O informante afirma que, se alguém montou lá atrás este ideário, tem-se que dar dignidade e manter”. Para tanto, seria preciso inserir os jovens de hoje no turismo para repassar o fazer turístico e manter a tradição da cidade.

Percebe-se que a comunidade de Gramado reproduz o discurso oficial da cidade. A história narrada pela população está de acordo com a história oficial.

Partindo do princípio de que a história oficial provém do poder público, e este confunde-se com o poder econômico, infere-se que o poder simbólico rege, em Gramado, uma visão de mundo ideal conduzida pelas trocas turísticas, a partir da ideologia dos produtores do turismo. Para Bourdieu (2000), a dominação simbólica não é reconhecida nem pelos que a ela se submetem nem pelos que a produzem, ou seja, a classe dominante, assentada no capital econômico, não combina entre si, intencionalmente, que irá reproduzir a ordem social de acordo com seus interesses particulares.

Da mesma forma, os sujeitos reprodutores do turismo percebem o quanto suas vidas são regidas pelo turismo, mas ignoram a determinação à qual estão estruturalmente submetidos, e mesmo o quanto contribuem para a manutenção dessa estrutura.

O lugar que a estrutura regida pela ideologia dominante reserva para os reprodutores do turismo é a periferia. Enquanto empresários do setor enriquecem, as chances de um trabalhador do Turismo mudar de posição social é remota.

A decisão da mudança efetiva da *família A*, deixando Igrejinha, ocorreu com a oportunidade de emprego para o falecido marido de Ana, como caseiro do Colégio 25 de Julho, que seria, conforme Ângelo, do governo alemão, localizado no Lago Negro.

Exercendo o ofício de costureira, encontrou rapidamente serviço na cidade, trabalhando para o Hotel Serrano, onde conseguiu emprego para o filho mais velho, então com 12 anos, para cuidar da limpeza das piscinas. Seu trabalho consistia em costurar os uniformes dos trabalhadores, as cortinas, as toalhas de mesa, os guardanapos de pano e demais consertos. Trabalhou com carteira assinada até a doença de seu falecido esposo, em 1992, que sofreu um derrame e passou a necessitar de cuidados especiais. Solicitou então afastamento como funcionária, mas continuou trabalhando como prestadora de serviço. Quanto a essa situação, que não é formalizada, conta que já foi denunciada, e a prefeitura esteve em sua casa para multá-la, o que não chegou a ser efetivado. Além disso, teria dito que se o prefeito a sustentasse, ela pararia de fazer as costuras. Afirma que o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) é muito alto e não teria condições de pagar.

Além de serviços para o Hotel Serrano, faz consertos para o Hotel Mercuri, Khur Hotel e costuras para a vizinhança.⁴³ Recebe R\$ 700,00 por mês de pensão do seu falecido marido e acredita que *tira* entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.200,00 por mês, mas sem contar os gastos com linhas, agulhas, energia elétrica, pois não realiza nenhum controle financeiro; sabe que não falta dinheiro, também não sobra muito, mas não precisa pedir para os filhos. Após uma vida de trabalho ao turismo, a casa onde vive com o filho mais moço é alugada, de madeira, localizada nos fundos do terreno de outra residência.

Quando questionada acerca da opção por Gramado, Ana responde com uma frase: *Não tem como não querer morar em Gramado*, construindo um sistema ideal do mundo que corrige o universo real.

Para Bernardo, o trabalho no turismo garantiu o aumento da renda e o abandono dos estudos. Na fábrica ganhava de R\$ 300,00 a R\$ 350,00, hoje *tira no mínimo R\$ 800,00*. Já

43 Em sua entrevista, realizada em local separado da mãe, Ângelo conta que a mesma não faz mais serviço para o Hotel Serrano, pois este cresceu muito e há gente estranha (que trabalha lá) agora. Atualmente, segundo o filho, Ana costura para restaurantes e lavanderias e trabalha como doméstica. No entanto, Ana relatou ainda trabalhar para o Hotel Serrano. Pode ser que seu filho tenha trocado a informação pelo fato de o trabalho dela não ser regulamentado, e ele próprio ter ressaltado a ação do sindicato em coibir tal situação, ou ela sinta mais orgulho em “pertencer” a um dos hotéis mais tradicionais da cidade.

comprou carro, mas para manter esse emprego parou de estudar no segundo ano no Ensino Médio. Os horários do restaurante não permitem continuar os estudos, pois trabalha das 11h às 15h e das 19h até o fechamento, sendo que algumas vezes *segue direto*.

Gosta do seu trabalho, acha que recebe bem, mas considera o horário ruim, ao contrário da fábrica de móveis, que contrata por turnos. Relaciona o turno dobrado de trabalho aos ganhos também dobrados.

Para jovens como ele, não há muitas perspectivas de mudança. Bernardo mesmo afirma que é tudo muito disputado quanto aos negócios na área do turismo. *Quando algum estabelecimento comercial abre e dá certo, em seguida uma série de estabelecimentos similares abrem, dificultando o crescimento deles*. De acordo com Bernardo, o custo para abrir um negócio é muito alto, sobretudo porque o investimento tem de ser alto, para captar um público de luxo, de alto nível. *Tem que lidar com quem tem dinheiro para ganhar dinheiro. Não é qualquer um que pode abrir (um negócio)*. Afirma que a concorrência é muito grande, e o custo de vida do gramadense é muito alto, sendo que o valor mínimo de uma casa na periferia está em torno de R\$ 100.000,00 e o aluguel de um imóvel, por mais simples e pequeno que seja, não custa menos de R\$ 350,00.

Tal percepção de que o custo de vida em Gramado é caro está presente também na fala de Norma Moesch:

Hoje Gramado tem problemas muito sérios provocados pelo turismo, pela especulação imobiliária, pelo processo inflacionário que se deflagra em função da supervalorização de qualquer metro quadrado de habitação. Esse processo provoca a expulsão dos filhos dos moradores locais. A tua família pode ter uma boa casa em Gramado, agora, se tu tiveres uma boa condição tu vais fazer com que tua filha ou teu irmão, enfim se instaure em Gramado, em um apartamento, Se não for uma condição socioeconômica privilegiada, esse teu filho, essa tua filha que quer casar e constituir família, vai ter que morar lá em baixo na Várzea Grande, vai ter que morar pelo entorno, porque o perímetro urbano está totalmente ocupado por aqueles que têm um poder aquisitivo muito consistente. Uma cidade cara, com padrão de consumo caro, com produtos em supermercado extremamente caros. Isso é uma queixa dos moradores de Gramado e Canela. E uma discriminação minimamente curiosa que os empresários locais vendem o mesmo tipo de produto com dois preços: um preço para quem é local e um preço para quem é visitante. Isso vale para restaurante, cafeteria, café colonial, e até onde eu sei produtos de lojas.

No entanto, apesar de identificar tal situação, a comunidade gramadense não se revolta com o aumento do custo de vida; segundo Norma Moesch:

Gramado é objeto de um estudo sensacional, porque no todo é um paradoxo: Gramado enquanto ente chamado cidade, como uma população, ela vive e convive no âmago dessa grande contradição que ela própria gerou. Essa contradição é profunda e, em determinado momento se manifesta como bolhas. É uma crise aqui, outra crise acolá, mas é um povo que parece que assimilou essa cultura e uma convivência às vezes até aflitiva, mas aprendeu a conviver com ela. Ela é um sustentáculo para a própria comunidade.

As transformações que ocorreram em Gramado, desde sua colonização até a atualidade, formaram uma cidade regida pela ordem do turismo, produzindo a mesma sociedade que cidades com sua base econômica local votadas à industrialização. Thusnelda Hahn Pante⁴⁴, proprietária da primeira tecelagem manual do município, que seguiu a carreira do magistério, conta que *com os meus noventa e tantos anos tá meio difícil de entender Gramado hoje. Muito mudado!*

Percebe-se em Gramado uma produção do turismo comandada pela classe dominante, que, segundo Althusser (1985), é a que detém o poder do Estado e comanda as instituições privadas.

Percebe-se que as famílias entrevistadas, moradoras do Bairro Piratini em Gramado, Rio Grande do Sul, que participam da atividade econômica preponderante na cidade, qual seja o turismo, submetem-se às leis do mercado local, ou seja, à baixa remuneração e às horas de trabalho estendidas, incluindo fins de semana e feriados, em troca do valor-trabalho. Não há revoltas, e percebe-se ainda um sentimento de orgulho da cidade, que é limpa, organizada, bonita e segura.

Há uma identidade social regida pela ligação ao turismo. Tal ligação não se dá apenas pelo valor-trabalho, mas também pela identidade étnica e por uma espécie de sedução estética que a cidade é capaz de provocar. Há uma idéia corrente de que tudo em Gramado é bom, ou deve ser, desde os serviços básicos de saúde, educação, segurança e transporte até mesmo o serviço luxuoso dos hotéis, em que o valor de uma diária é superior ao salário da camareira.

⁴⁴ Entrevista presente no vídeo “Gramado contado por nossa gente”. PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAMADO. Gramado: Nativitá Produções, 2004.

Reina a Ideologia do Turismo. A ideologia dominante na cidade contribui para a reprodução da qualificação da força de trabalho, submetendo os indivíduos a esse processo social, modulado singularmente nos diferentes sujeitos, no psiquismo singular como expressão de fantasias inconscientes e de relações de objeto. Além disso há valores (trabalho, etnicidade) nos quais um conjunto de indivíduos acredita. (ALTHUSSER, 1985).

Nas palavras de Bourdieu, o poder simbólico é definido como “poder quase mágico que permite obter o equivalente àquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário”. (BOURDIEU, 2000, p. 14). Tal situação é clara em Gramado, onde o poder público se confunde com o empresariado, o discurso oficial é aceito, repetido e seguido pela comunidade, e tal situação não gera questionamentos coletivos.

Mesmo apresentando contradições, frente à falta de dados específicos, evidencia-se a formação da sociedade do turismo em Gramado, a partir da ideologia construída e propagada pelos produtores do turismo, em um processo de dominação simbólica, reafirmado pela identidade étnica de tal grupo. O processo de desenvolvimento não seguiu e não aparenta atualmente se preocupar com a sustentabilidade ambiental, social, econômica, cultural e política da comunidade gramadense.

O modelo de desenvolvimento excluiu do sistema turístico aspectos primordiais, sobretudo a participação ativa da comunidade nos processos decisórios. A Região Turística formada integra-se apenas nos materiais promocionais, não criando uma rede cooperada de produção do turismo.

No campo cultural, tem-se a reafirmação da etnicidade, mesmo com o fluxo migratório. No campo social, percebe-se a teia de relações formadas a partir do turismo, mesmo reproduzindo o modelo de desenvolvimento excludente, em que apenas os proprietários das organizações têm acesso a bons salários. No campo econômico, onde percebe-se, a partir dos dados do IBGE, que a cidade tem outras importantes fontes de geração de emprego. O turismo é o elemento simbólico que rege as relações sociais, abarcando as relações econômicas, políticas e culturais em Gramado. Todos vêm no turismo sua identidade. Há um pensamento hegemônico de que Gramado é uma cidade turística.

A falta de dados econômicos, tendo como fonte de coleta os negócios turísticos, que possibilitem uma maior aproximação à realidade social, ambiental, econômica, cultural e política alcançada pelos processos turísticos, aponta para a necessidade da construção de indicadores que assinalem os limites do modelo de desenvolvimento da sociedade do turismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A humanidade vivencia um momento de crise do modelo que optou seguir. A sociedade moderna, fruto do processo de industrialização, padronizou não apenas os seus produtos, mas também seu habitat, suas relações pessoais e mesmo diversos hábitos culturais. O turismo seguiu o mesmo percurso. Sua standardização faz com que o turista se sinta “em casa” em qualquer lugar do mundo. Os nativos são percebidos como mão-de-obra desqualificada, e não como seres-humanos capazes de gerir processos turísticos.

A busca desenfreada pelo crescimento econômico desconsidera os sujeitos na sua condição de seres humanos, levando o *homo sapiens* a se transformar no *homo economicus*. As relações sociais são regidas pelo poderio econômico dos sujeitos. Deixa-se, em segundo plano, problemas estruturantes das sociedades, como a precariedade da educação, da saúde, da habitação e da alimentação, entre outros, que afetam as sociedades.

No processo de desenvolvimento das mais diversas nações do mundo, os homens desconsideraram seu pertencimento a natureza. Os recursos naturais foram consumidos indiscriminadamente, abalando o habitat da população mundial. Os sujeitos esqueceram-se

que são, também eles, seres naturais, necessitando que fenômenos como enchentes, queimadas, terremotos e maremotos os alertassem sobre o mau uso de seu lar, qual seja, o planeta Terra.

Em frente aos prejuízos causados em consequência da busca desenfreada pelo enriquecimento dos países e de seus sujeitos, o turismo foi comumente considerado a “indústria sem chaminés”, um meio econômico menos poluente e socialmente incluyente de desenvolvimento.

Tal denominação aponta a um sentido que se desejou dar à atividade econômica do turismo, qual seja, a de prosperidade econômica, sem os malefícios, a primeira vista, ambientais. Assim, tinha-se no turismo a possibilidade de desenvolver economicamente um País, cidade ou região, à luz do capitalismo industrial, sem a produção de impactos ao meio ambiente.

Tal sentido guiou a conformação do turismo, planejado ou não, ao longo de muitos anos, em diversos países do mundo, no Brasil e no Rio Grande do Sul, como se evidenciou à partir da análise do processo histórico do turismo no Estado do Rio Grande do Sul.

Tal processo, denominado por Molina (2005b) de fordista, representou a adoção de um modelo industrial-capitalista, que domina o mundo, salvo raras resistências, desde o fim do século XVIII ou início do século XIX. Assim como o sistema econômico capitalista, que é excluyente em sua gênese, o turismo reproduziu exclusões e desigualdades, resultando em desenvolvimento empobrecedor.

Sabe-se que o turismo, se mal concebido, planejado e praticado, pode ser tão prejudicial ao meio ambiente, à cultura, à participação comunitária, ao meio social e mesmo à economia dos núcleos receptores quanto qualquer prática capitalista predatória. Atualmente, continuar conceber o turismo como uma “indústria sem chaminés” significa desconsiderar as dimensões complexas que o fenômeno atingiu no campo dos impactos ambientais, econômicos, sociais e culturais.

A origem do capitalismo, com sua lógica industrial como principal produtor da conformação do mundo ocidental, foi intrinsecamente excluyente, moldando processos produtivos em diferentes setores da economia mundial nos últimos duzentos anos. O turismo, como processo econômico, reproduziu modelos também excluyentes e empobrecedores em vários locais do mundo, embora propusesse práticas socialmente incluyentes e de preservação ambiental.

O processo de desenvolvimento do turismo em Gramado ocorreu de forma similar ao processo industrial. Tem-se o produto turístico como mercadoria; há os sujeitos produtores

e reprodutores, como sempre ocorrera na história da humanidade, e que, em Gramado, pelo do turismo, não ocorreu de forma diferente. De acordo com Beni (2004) frequentemente, os lugares onde o turismo é praticado estão sendo percebidos como simples referência espacial ou cenário para o desenvolvimento econômico.

Não se pode negar, à primeira vista, que Gramado represente um modelo de sucesso do desenvolvimento do turismo. A cidade encanta os turistas pelo seu produto de qualidade, com bom atendimento, boa oferta de serviços, gastronomia, hotelaria, infra-estrutura e eventos. O índice de criminalidade é baixo, não se encontram mendigos ou pedintes nas ruas da cidade. Sem entrar no mérito da qualidade, a população têm acesso à saúde, com postos de saúde instalados nos bairros, transportes, basicamente entre bairros e centro, e acesso à habitação, ou sub-habitação.

Em uma análise mais apurada, no entanto, é possível perceber que tal modelo é excludente, da mesma forma que na indústria, explorando os trabalhadores e gerando desigualdades sociais com alta concentração da renda. O processo é fortemente marcado por sua dinâmica aparente de inclusão, tanto pelo aumento da oferta do emprego como pelas possibilidades dos jovens migrarem da região rural como constatado na fala dos sujeitos reprodutores. O processo de ideologização ocorre pela forte eficácia simbólica no sistema que acomoda os sujeitos reprodutores às estruturas dominantes.

A acomodação dos sujeitos à estrutura está vinculada a características da formação da sociedade do turismo voltada ao consumo, característica da cultura de mercado capitalística, que utiliza o turismo como objeto de consumo do sistema econômico. Dessa forma, turistas consomem os produtos e serviços à venda em Gramado, da mesma forma que os gramadenses “consomem” a vivência social de uma classe economicamente superior a sua.

O sistema produtivo do turismo não está reservado a espaços barulhentos, poluentes, esteticamente comprometidos ou distantes da parte urbana da cidade, como nos distritos industriais. Ao contrário, os locais de trabalho da classe trabalhadora são os espaços luminosos, como nominaria Milton Santos, consagrados pela mídia, local de badalação de poucos, desejados por muitos, o que os inclui, mesmo que de forma subserviente, numa sociedade de consumo e de aparências. Os trabalhadores não se sentem a margem deste circuito de consumo e visibilidade, pois estão inclusos nestes locais de luxo (hotéis, pousadas, restaurantes, eventos, festivais) através dos vínculos empregatícios, ou seja, pela determinação econômica e social no papel de prestadores de um serviço.

No discurso dos trabalhadores do setor do turismo, fica explicitada a consciência possível de pessoas oriundas de famílias com situações econômicas e sociais de maior exclusão ao modelo capitalista da sociedade de consumo.

O processo de desenvolvimento do turismo em Gramado foi produzido preponderantemente por empresários pertencentes a classes sociais de grande poderio econômico e reproduzido por vendedores, intermediários, trabalhadores, funcionários públicos e consumidores, que continuam (re)produzindo, vendendo e consumindo o turismo sem limites ou critérios, sem outro fim que o próprio benefício dos empresários e a satisfação egoísta do consumidor.

No percurso do tempo, a partir do poder simbólico, os produtores do turismo construíram a realidade que ordena o mundo dos sujeitos como indivíduos e também coletivamente. Os sistemas simbólicos do turismo são instrumentos de dominação que cumprem sua função ideológica e política de imposição ou de legitimação da classe produtora, garantindo a reprodução da estrutura na ordem social.

O poder simbólico, para Bourdieu (2000), considera a ideologia dos sujeitos produtores um poder que serve aos seus interesses particulares, que são transmitidos à sociedade como universais. O poder simbólico existe na medida em que ignorado, ou seja, os sujeitos não o percebem. Em Gramado, verifica-se o poder simbólico do turismo regendo as relações sociais ao mesmo tempo em que mantém os sujeitos acomodados às estruturas. Os produtores do turismo assimilaram as aspirações dos produtores como suas, garantindo a reprodução social.

A ideologia, de acordo com Chauí (2000), resulta de um processo de interpretação da realidade a partir da visão de mundo das classes dominantes, que se torna também a opinião das classes dominadas. De acordo com Althusser (1985), existem Aparelhos Ideológicos do Estado que são os responsáveis pela inculcação dos valores das classes produtoras sobre as classes reprodutoras. De forma similar ao poder simbólico, a ideologia do turismo auxilia na formação da sociedade do turismo em Gramado, a partir da manutenção do consenso sobre o sentido do mundo social, conforme a visão dos produtores do turismo. Como Aparelhos Ideológicos do Estado, em Gramado, verifica-se a presença ativa da escola, da Igreja e do próprio estado, representado pelo governo municipal como agentes de propagação da ideologia do turismo.

Tanto o processo de ideologização quanto o processo de dominação simbólica passam pela afirmação de uma identidade étnica européia, tida como responsável pelo sucesso dos empreendimentos turísticos. A origem étnica dos empresários que investiram em

Gramado, predominantemente germânica, conforma a estética da cidade, que reproduziu construções, jardins, costumes e hábitos da Alemanha. Por identidade étnica, conforme Carneiro da Cunha (apud BITTENCOURT JÚNIOR; SILVA, 2004), entende-se o mecanismo de organização social de grupos étnicos que se distinguem dos demais membros da sociedade. A identidade étnica é considerada o próprio produto simbólico da sociedade, e não a responsável pela sua configuração social. Em Gramado, a afirmação da etnia alemã resulta do simbolismo de que o produto turístico europeu, assim como a arquitetura, a gastronomia, a arte, a natureza, entre outros., é superior ao nacional, criando um diferencial a cidade.

O sistema turístico em Gramado é formado pela relação dos diferentes agentes turísticos com o meio social, econômico, político, cultural e ambiental. Considerando o paradigma da complexidade, os sistemas, segundo Morin (1990), interagem com os ecossistemas, na ordem material, energética, organizacional e informacional. A sociedade em Gramado, como organismo vivo, auto-organiza-se e faz a sua autoprodução do turismo, dentro de um ecossistema em que ela está contida e ao mesmo tempo contém. Como resultado da auto-eco-organização do turismo produzido a partir da imposição ideológica da classe produtora, verifica-se a prevalência dos valores econômicos sobre a preservação ambiental, sobre a justa distribuição da renda, sobre a adequada aplicação de recursos públicos e sobre a valorização da cultura local.

A formação de uma Região das Hortênsias funciona no plano mercadológico. As cidades formalmente pertencentes à região, que são Canela, Nova Petrópolis e São Francisco de Paula não têm coerência funcional, planejamento integrado e relações de interdependência, características intrínsecas, de acordo com Beni (2006), à formação de um destino turístico regional. Segundo o autor, o planejamento, considerando sobretudo as regiões, tem na sua origem o objetivo de desenvolver economicamente o todo a partir de suas partes. Em Gramado percebe-se o contrário. A partir do fortalecimento da imagem da Região das Hortênsias é que cada município busca o aumento do seu fluxo de turistas.

O conjunto de meios, mecanismos e processos sociais pelos quais os sujeitos, agentes, estruturas, comportamentos e movimentos que constituem a sociedade do turismo em Gramado indicam a adoção do tipo de desenvolvimento empobrecedor. O desenvolvimento sustentável, entendido como um modelo democrático com diretrizes, regras e práticas, visa a qualidade de vida das comunidades. Essa qualidade é construída com geração de emprego e renda locais, a partir de empreendimentos locais, com preservação ambiental, respeito às práticas culturais, garantia de serviços e bens à população, numa gestão pública e privada. Indicadores de sustentabilidade não são evidenciados na sociedade do turismo em Gramado.

Para Sachs (2006), é preciso corrigir o erro do passado que gerou, a partir do capitalismo, progressos sociais discutíveis e terríveis danos a natureza. O desenvolvimento, orientado para objetivos sociais, integrando condicionalidades ecológicas, deve pautar o planejamento das cidades, regiões e países do globo. A economicidade da condição humana não é descartada pelo autor, que defende estratégias de desenvolvimento socialmente includentes, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado, para a superação da hegemonia neoliberal.

Para o autor, desenvolvimento é o crescimento econômico com resultados sociais e ambientais positivos, caracterizando um trajetória triplamente vencedora. Um crescimento forte, mas com impactos sociais e ambientais negativos, não é desenvolvimento, é crescimento, social e ambientalmente perverso.

A manutenção dos recursos naturais, satisfazendo as necessidades atuais dos sujeitos, garantindo o atendimento às necessidades das gerações futuras, conforme (Swarbrooke, 2000), deve ter em sua essência a proteção das comunidades locais e de seu ambiente. A comunidade local diz respeito não apenas aos empresários do turismo, mas a todas as pessoas que vivem em uma determinada destinação turística.

O processo do desenvolvimento do turismo em Gramado, calcado nas aspirações de empresários da classe social economicamente privilegiada, vinculados fortemente ao poder público municipal, seguindo a lógica do crescimento econômico como meio de atingir o desenvolvimento, acarretou em desigualdade social, afirmada pelos dados do IBGE, pois a concentração de renda acima de 20 salários mínimos está centrada em apenas 2,08% da população, enquanto 44,18% da população têm renda de até dois salários mínimos.

Apesar de o município de Gramado não contar com políticas públicas de turismo oriundas de uma cultura de planejamento, o estado do Rio Grande do Sul, a partir da elaboração do Plano de Desenvolvimento do Turismo, na década de 1960 e do Plano de Regionalização do Turismo, no início da década de 1970, seguiu a lógica do desenvolvimentismo e importou modelos prontos que visavam o crescimento econômico, influenciando a formação do turismo nas cidades gaúchas.

Reconhecidamente, a cidade modelo de desenvolvimento turístico no estado é Gramado, mas são poucas as análises sobre qual processo foi adotado pelo município para atingir este patamar de *desenvolvimento*. A contradição está presente nas práticas adotadas, o que significa uma concepção do turismo como atividade econômica, porque a minoria que empreendeu teve reais benefícios.

A intervenção inovadora do fazer-saber turístico parece ser propulsora de consumos, inexistindo uma consciência crítica em sua produção e distribuição. O questionamento metodológico, a ser utilizado na desconstrução do fazer-saber, é o instrumento mais adequado para intervir na realidade turística, numa perspectiva de questionabilidade contínua.

É insuficiente o papel da Universidade, presente na região, na investigação do fenômeno turístico, não esgotando a dinâmica da realidade turística, tarefa impossível nas premissas da dialética histórico-estrutural, tampouco fechando os olhos a ela.

O discurso oficial, entende-se a prefeitura municipal, propaga que 90% da economia da cidade provêm do Turismo, mas não há esta confirmação segundo dados do IBGE, instituição de pesquisa com credibilidade nacional, como constata-se no terceiro capítulo dessa dissertação.

A sociedade do turismo forma-se, em Gramado, permeada por contradições, característica que justifica o uso da dialética histórico-estrutural em sua análise. Ela se forma a partir das ações dos sujeitos produtores, influenciadores do discurso oficial, balizada por práticas não-sustentáveis, como a falta de controle diante da ocupação territorial, na construção de hotéis e no fluxo de turistas, em uma idéia aparente de “quanto mais melhor”, sem mensuração da real capacidade local de acolhimento ou do grau de impactação. A falta de entendimento teórico do fenômeno turístico, complexo e dinâmico, e a força do movimento aparente do fenômeno, levou a uma saturação do modelo adotado. Saturamento que precisou ser empiricamente percebido diante da baixa ocupação hoteleira e da diminuição do consumo no setor, para a busca de outro nicho de mercado, qual seja o de turismo de eventos, na tentativa de manter a rede hoteleira ocupada, ou parcialmente ocupada.

A cópia de um modelo europeu de desenvolvimento, materializado em Gramado na réplica de edificações e paisagens, principalmente germânicas e itálicas, seduz não apenas turistas, mas também moradores.

Apesar da comprovação estatística de a cidade não ter sua predominância econômica oriunda do turismo, a comunidade compartilha o mesmo *ethos*, uma visão de mundo conformada pelas práticas turísticas.

A eficácia simbólica da ideologia do turismo baseia-se na reafirmação das etnicidades ítalo-germânicas, na reconstrução de um ambiente europeu, na vivência de seus moradores com artistas globais participantes do Festival de Cinema, produtos e serviços ditos de *primeiro mundo*, como a limpeza, organização e beleza nas ruas e estabelecimentos comerciais. Cria-se uma teia de relações, nas quais reprodutores sentem-se, erroneamente,

produtores, sem perceber a dominação a qual estão submetidos, formando a sociedade do turismo.

O fluxo de turistas garante, em discurso, a entrada de capital na economia local, na medida em que esses consomem, além dos serviços de hospedagem, alimentação, transportes e agenciamento, as belezas naturais, o ar puro, a água potável, a cultura local. Cabem duas inquietações nesse processo de consumo: (1) quem e quantos ganham com os lucros gerados pela venda da hospedagem, do alimento, do transporte e dos serviços turísticos? (2) quem e quantos perdem com a degradação da paisagem natural, a poluição do ar e das águas e a mudança de hábitos, costumes e tradições locais?

A grandiosidade da rede hoteleira denuncia ainda o modelo de desenvolvimento concentrador, economicista e de perspectiva sistêmica simples, não complexa. Nessa perspectiva, a simples presença de hotéis garantiria o crescimento turístico na cidade e região, modelo esgotado frente às práticas adotadas pelos turistas que vivem na pós-modernidade.

A demanda turística pós-moderna assume o papel de protagonista. Os sujeitos turistas não aceitam vivências padronizadas, no papel de espectadores. Buscam o turismo “ativo”, conscientes da importância da relação preço-qualidade e do valor da viagem. A busca por esse novo modo de consumo do turismo, como diz Molina (2003) é consequência do caos gerado pelo turismo de massa, resultante da cópia do modelo de produção industrial fordista. O consumo agora visa vivências, experiências, integração, ludicidade.

Apesar do reconhecimento de Gramado como modelo de desenvolvimento turístico, tal aparência não se sustenta por muito mais tempo. Em consequência de um processo não sustentável, é preciso buscar alternativas para que o turismo em Gramado ocorra de forma a diminuir as desigualdades sociais, incluindo a população local na distribuição da renda. Para Molina (2005a), as novas formas de fazer o turismo devem centrar nas relações entre os atores locais.

O papel social do Turismo volta-se à inclusão, na medida em que deve propiciar aos indivíduos uma série de experiências que contribuam a melhorar suas próprias vidas e seus relacionamentos com os outros, bem como melhorar o bem-estar dos moradores das comunidades receptoras. Além de empresas que atuem com responsabilidade social, o turismo precisa optar por formação de cadeias produtivas integradas por micro, pequenos e médios produtores locais, formadores de uma rede de qualidade, munida de novos conteúdos de comunicação estratégica, que considere o capital humano como o principal recurso do turismo e que reconheça a nova ética do consumidor.

O turismo deve focar inversões importantes ao melhoramento dos espaços públicos e à infra-estrutura urbana, proporcionando um bom ambiente para o encontro entre os diferentes sujeitos (moradores, turistas e trabalhadores) e lazer a sua comunidade.

O planejamento do turismo deve ser reivindicado pela comunidade local. Em oposição ao discurso oficial que definira o planejamento do turismo no estado, poder-se-ia haver um plano com orientações ao cooperativismo, ao apoio aos pequenos empreendedores locais, fortalecimento da agricultura, entre outras medidas. Ora, isso teria sido possível em um mundo imaginado no qual a ideologia dominante correspondesse a dos sempre dominados no mundo real.

A intenção dessa dissertação não é audaciosa. Não há uma receita pronta a ser seguida, tal qual a receita de um plano tecnocrático, para que a formação das sociedades voltadas ao turismo sejam sustentáveis. No entanto, o olhar crítico que se propôs a usar para analisar a realidade empírica de uma cidade considerada turística revelou o quão frágil é o modelo por ela seguido. Não cabe julgar as ações de seus produtores, eles próprios sujeitos resultantes de uma sociedade estruturada no processo de produção industrial, mas relativizar a continuidade deste discurso de desenvolvimento por eles proscrito.

Desvelando os processos que levaram a formação da sociedade do turismo em Gramado, percebeu-se a contradição entre a aparência e a essência do fenômeno. A sociedade assume como seu um discurso oficial frágil, contrário aos dados apurados por uma das instituições de pesquisa com maior credibilidade nacional, fazendo dele verdade. O turismo teve a capacidade mágica de envolver, a partir de seu *glamour*, toda uma comunidade em prol do que, para os produtores do turismo, é apenas uma atividade econômica.

Seu modelo de desenvolvimento mostrou-se não-sustentável, empobrecedor para Molina (2005a), não-desenvolvimento para Sachs (2006), desenvolvimento pela ditadura para Sen (2000).

Também não se tem a intenção de afirmar que o turismo não é benéfico para as sociedades. A sua condição de mártir ou algoz dependerá do tipo de desenvolvimento adotado.

Pode-se identificar, pelo menos, seis principais vantagens econômicas oriundas do desenvolvimento turístico nas cidades.

1. gerar investimentos que por sua vez geram empregos e capacidade interna de consumo e poupança. Ao mesmo tempo, há outra fonte de obtenção de divisas, que é o gasto dos turistas;

2. compensar o desequilíbrio estrutural da renda das localidades substituindo pelas divisas geradas por turistas de localidade de renda mais elevada;
3. a carga tributária local pode ser “dividida” com os turistas, ou mesmo aumentada, que deve se transformar em benefícios para a população;
4. qualificação de pessoas, serviços e equipamentos evitando a necessidade de investimentos novos e garantindo a manutenção dos já existentes;
5. o tipo de trabalho que o Turismo requer, baseado na interação humana, não pode ser facilmente substituído por maquinários, requerendo maior volume de empregos.

Alerta! Tais vantagens econômicas não podem, de maneira alguma, sobrepujar-se aos valores locais, e só serão vantagens quando o modelo proposto de gestão do turismo for sustentável.

As políticas públicas de turismo precisam garantir a inclusão da comunidade local nos processos decisórios, na ocupação de empregos qualificados e na divisão da renda.

A cultura, como conjunto de tradições, hábitos, ritos e costumes, resultantes do compartilhamento de processos históricos, deve ser preservada para garantir a memória local e não folclorizada para agradar a um mercado sugestionado por fortes *clichês* do marketing.

O meio ambiente, habitat permanente dos moradores dos destinos turísticos, muitas vezes razão principal da atratividade local, tem a necessidade de proteção, atenção e cuidado, portanto de legislações e fiscalização permanente.

Após o caos gerado pelo determinismo econômico imposto pelo processo de industrialização, reproduzido por diversas gerações e países, os seres-humanos precisam dar-se conta de que fazem parte da natureza e junto a ela, constituíram-se diversas e heterogêneas culturas de grupos de sujeitos, todos detentores dos mesmos direitos na condição de habitantes de um só lar: o planeta Terra.

Moradores de destinos turísticos, sobretudo na América Latina e Caribe, foram historicamente explorados. Serviram de mão de obra barata e desqualificada de acordo com os padrões de grandes empresas antes internacionais e agora multinacionais. Foram lesados na medida em que sua cultura e natureza eram usufruídas e destruídas enquanto redes hoteleiras lucravam e repassavam seus lucros aos países de base.

A necessidade de cuidados com a comunidade local foi salientada por Krippendorf (2002), para quem o turismo está sendo percebido e está criando uma grande necessidade de conhecer os valores, conduta e as atitudes que influenciam a comunidade receptiva e seu entorno quando recebem projetos e investimentos turísticos. Os sujeitos locais não podem ser

desconsiderados no processo de planejamento do turismo e muito menos lembrados como mão de obra barata e desqualificada.

A consciência possível dos sujeitos estruturalmente excluídos do acesso à educação, ao mercado de trabalho e ao capital, entre outras limitações, não permite uma análise crítica que leve à busca de mudanças e transformações emancipatórias. Para Sen (2000), o desenvolvimento deve ser um caminho para a liberdade. Liberdade, para os seres-humanos, significa ter acesso igualitário a bens e serviços, como o acesso à alimentação, à educação, à moradia e à segurança, à saúde, à democracia e às trocas benéficas.

A adoção do turismo como elemento constituinte de uma sociedade deve iniciar pelo reconhecimento dos benefícios e dos riscos que podem ocorrer. Um risco é a exploração que a mídia faz do turismo, retratando quase que exclusivamente as situações de viagens, de espetáculos, de festividades e de grandes eventos. Desse modo, a tomada de consciência do turismo pelo senso comum sofre considerável influência dos meios de comunicação de massa.

As práticas turísticas baseiam-se no fazer e não no saber-fazer. As pessoas reproduzem as práticas, mas diante de poucos conhecimentos e informações sobre o fenômeno turístico, não compreendem o significado de seus fazeres.

Os riscos mais reconhecidos do turismo são as degradações ambientais e culturais, que podem ser sanadas a partir da inclusão dos sujeitos locais, considerando suas experiências, seus valores locais, seus interesses e suas expectativas, criando áreas de interesse, áreas de preservação, limites e possibilidades para o turismo.

Deseja-se o desenvolvimento do turismo para a formação de sociedades mais justas, conscientes da condição de igualdade entre os seres-humanos e natureza, considerando, acima de tudo, a qualidade de vida e a felicidade dos sujeitos, que deve ser o verdadeiro fim de todas as ações no planeta Terra.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: M. Fontes, 2003.

ACERENZA, Miguel Angel. *Administración del turismo: conceptualización y organización*. México: Trillas, 2000.

ALFONSO, Edgar; DÍAZ, Hernández. *Planificación turística: un enfoque metodológico*. México: Trillas, 1992.

ALTHUSSER, Louis. *Freud e Lacan. Marx e Freud: introdução crítica-histórica*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BADIE, B; HERMET, G. *Política comparada*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara Reis. *Introdução à metodologia de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005 No prelo.

BARRETTO, Margarita. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. *Horizontes Antropológicos*, ano 9, n. 19, Porto Alegre: PPGAS, p. 15-30, 2003.

_____. *Planejamento e organização em turismo*. São Paulo: Papirus, 2002.

BENI, Mário Carlos. *A globalização e o turismo de fronteira*. In: Frontur 2004

_____. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Senac, 2001.

_____. *Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira*. São Paulo: Aleph, 2003.

_____. *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006.

BERNARDI, B. *Introdução aos estudos etno-antropológicos*. São Paulo: Ed. 70, 1974.

BERTALANFFY, Ludwig von. *Teoria geral dos sistemas*. Petrópolis. Vozes, 1972.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – Uma Resenha. In: _____. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BISSOLI, Maria Angela Marques Ambrizi. *Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação*. São Paulo: Futura, 1999.

BITTENCOURT JÚNIOR, Iosvaldyr Carvalho; SILVA, Sergio Baptista da. Etnicidade e territorialidade: quadro teórico. In: ANJOS, José Carlos dos; SILVA, Sergio Baptista da (Org.). *São Miguel e Rincão dos Martimianios: ancestralidade negra e direitos territoriais*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS / Fundação Cultural Palmares, 2004.

BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOULLÓN, Roberto. *Planificación del espacio turístico*. México : Trillas, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude; CHAMBOREDON, Jean-Claude. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: F. Alves: 1977.

BUCKLEY, Walter. *La sociologia y la teoría moderna de los sistemas*. Buenos Aires: Amarrortu Editores, 1993.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

_____. *O que é a ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 2004.

CHEPTULIN, Alexandre. *A dialética materialista: categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

CICOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, A. Z. *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Livraria. F. Alves, 1990.

COELHO NETTO, Jose Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 1999.

COOPER, Chris et al. *Turismo, princípios e práticas*. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001

COTRIM, Gilberto. *História global: Brasil e geral*. São Paulo: Saraiva, 2002.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1978.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000.

DORNELES, Edson Bertin. *Gramado: a produção e o consumo de uma imagem de uma cidade européia no Brasil*. 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

ECKERT, Cornélia. Ritmos e ressonâncias da duração de uma comunidade de trabalho: Mineiros do Carvão (La Grand-Combe, França). *Cadernos de Antropologia*, Porto Alegre, n. 11, p. 1-84, 1993.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

_____. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.

FUSFELD, Daniel R. *A era do economista*. São Paulo: Saraiva, 2003.

FUSTER, Luis Fernandez. *Teoria y técnica del turismo*. Madrid: Nacional, 1971. t. I.

FREIRE, Isa Maria. Informação; consciência possível; campo: um exercício com construtos teóricos. *Ciência da informação*, Brasília, v. 24, n. 1 jan./abr. p. 133-144, 1995.

GOIDANICH, Oswaldo. A saga do turismo no Rio Grande do Sul. In: FLORES, Hilda H. (Org.). *Turismo no RS: 50 anos de pioneirismo no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

GOLDEMBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GOLDMANN, Lucien. *A criação cultural na sociedade moderna: para uma sociologia da totalidade*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

_____. *Ciências humanas e filosofia: o que é a sociologia?* São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1979.

GUNN, Clare. *Tourism planning: basics concepts cases*. New York: Routledge, 2002.

HADDAD, Paulo Roberto. Padrões locacionais das atividades de alta tecnologia: a questão dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento reexaminada. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 21, n. 2, p. 225- 285, abr./jun. 1990.

HAGETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1995.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HÉBERT, Michelle Lessard, GOYETTE; Gabriel; BOUTIN, Gérald. *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas e elaboração de estudos socioeconômicos*. Campinas: Alínea, 2003.

JARDIM, Denise Fagundes. *Palestinos no extremo sul do Brasil: identidade étnica e os mecanismos sociais de produção da etnicidade, Chuí/RS* [recurso eletrônico]. 2000. CD-ROM.

KNORR, Ilga Korndörfer. Parque Knorr: por um ideal. In: BARROSO, V. L. M.; DAROS, Marília (Org.). *Raízes de Gramado*. Porto Alegre: EST, 1995.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KRIPPENDORF, Jost. Desenvolvendo o turismo em harmonia com os seres humanos e o ambiente natural. In: GASTAL, Susana (Org.). *Turismo investigação e crítica*. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph, 2000.

LAGE, Beatriz; MILONE, Paulo César. *Economia do turismo*. São Paulo: Papyrus, 1991.

LEMONS, Leandro de. *O valor turístico: a busca do desenvolvimento teórico no escopo da economia do turismo*. 2000. Tese (Doutorado em Comunicação e Artes) USP/ECA, São Paulo, 2000.

_____. *Turismo: que negócio é esse? Uma análise econômica do turismo*. São Paulo: Papyrus, 1999.

LINDGREN, Carlos Ernesto da Silva. *Temas de planejamento*. Rio de Janeiro: Interciência, 1978.

LIPIETZ, Alain. *As relações capital – trabalho no limiar do século XXI*. Disponível em: <http://disciplinas.adm.ufrgs.br/adp722/LIPIETZ.PDF>. Acesso em: 10 de jan. 2007.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: Estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: M. Fontes, 2003.

MAÊTRE, Jacques. Sociologia da ideologia e entrevista não-diretiva. In: THIOLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1980.

MAGALHÃES, Cláudia Freitas. *Diretrizes para o turismo sustentável em municípios*. São Paulo: Rocca, 2002.

MALTHUS, Thomas Robert. *Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação e prática: ensaio sobre a população*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Coleção Os Economistas.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 2001.

MOESCH, Marutschka Martini. *A produção do saber turístico*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. *Epistemologia social do turismo*. 2004. Tese (Doutorado em Comunicação e Artes) ECA/USP, São Paulo, 2004.

MOESCH, Norma Martini. *Cortina de cristal: processo migratório, identidade cultural e comunicação turística*. 1997. Dissertação (Mestrado Meios de Comunicação Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 1997.

MOLINA, Sérgio. *Conceptualización del turismo*. México: Centro de Emprendimiento e Innovación, 2005a.

_____. *Fundamentos del nuevo turismo*. México: Centro de Emprendimiento e Innovación, 2005b.

_____. *O pós-turismo*. São Paulo: Aleph, 2003.

MOLINA, Sérgio; RODRÍGUEZ, Sergio. *Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina*. São Paulo: Edusc, 2001.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

_____. *O método*. Portugal: Publicações Europa-América, v. 3, 1990.

_____. *Terra pátria*. Porto Alegre: Sulina, 2000.

NEGRINE, Airton; BRADACZ, Luciana. *Cultura, lazer e turismo: a Festa da Colônia de Gramado/RS*. Caxias do Sul: EST, 2006.

OLIVEN, Ruben George. Identidade e diversidade cultural. *Muito mais*, São Paulo, v. 3, n. 21, out. p. 9, 1995.

_____. *Identidade nacional e etnicidade: diversidade étnica no Rio Grande do Sul*. In: Encontros com a Antropologia – Identidade, Migração e Memórias. Curitiba: SESC, 1993. p 23-38.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. Brasília: Brasiliense, 1994.

_____. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho d'Água, 2000.

PARSONS, Talcot. *Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas*. São Paulo: Pioneira, 1966.

PAVIANI, Jayme. *Filosofia e método em Platão*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

PEARCE, Douglas. *Desarrollo turístico: su planificación y ubicación geográficas*. México: Trillas, 1991.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAMADO. Gramado contado por nossa gente. Gramado: Nativitá Produções, 2004. Vídeo.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Coleção Os Economistas.

RIEGEL, Romeo Ernesto. *Quatro raízes e uma árvore*. In: BARROSO, V. L. M.; DAROS, Marília (Org.). *Raízes de Gramado*. Porto Alegre: EST, 1995.

RIO GRANDE DO SUL. *Plano de turismo*. Porto Alegre: Liv. do Globo, 1960.

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo. Caminhos do Turismo. Porto Alegre, ano VII, nº 42, jul./ago./set. 1980.

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria de Turismo. Caminhos do Turismo. Porto Alegre, ano III, nº 27, nov./dez. 1976.

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria de Turismo. Caminhos do Turismo. Porto Alegre, ano IV, nº 33, nov./dez. 1977.

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria de Turismo. Caminhos do Turismo. Porto Alegre, ano IV, nº 34, jan./fev. 1978.

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria de Turismo. Caminhos do Turismo. Porto Alegre, ano V, nº 36, jul./ago. 1978.

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria de Turismo. Caminhos do Turismo. Porto Alegre, ano V, nº 39, nov./dez. 1978.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ROBSBAWN, Eric. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

ROCHA, Jefferson M. *Desenvolvimento sustentável: desmistificando um axioma*. Texto integrante da pesquisa “Estratégia e Políticas de Incentivo à Agroecologia no Município de Caxias do Sul: Uma Análise sob a Perspectiva de Reprodução Econômica, Social e Ambiental”, 2005.

_____. *A Insustentabilidade ambiental da economia de livre mercado*. Revista do Departamento de Ciências Humanas e do Departamento de Psicologia, UNISC, Santa Cruz do Sul: Ed. da UNISC, 2003.

RUSCHMANN, Doris. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. São Paulo: Papirus, 1997.

_____. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. São Paulo: Papirus, 2003.

SACHS, Ignacy. Entrevista a Cristina Amorim. São Paulo: O Estado de São Paulo, 2007. Disponível em www.oestadodesaopaulo.com.br, acessado em 14 de março de 2007, às 15h e 18 min.

SANDRONI, Paulo (Org.). *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 2002.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras: 2000.

SESSA, Alberto. Tourism as a factor of progress in the economy of developing countries. *Manual on the conservation and development of historic sites, monuments and museums in the context of tourism*. Paris: Unesco, 1970.

_____. *Turismo e política de desenvolvimento*. Porto Alegre: Unionur, 1983.

SILVA, Maria da Glória Lanci. *Cidades turísticas: identidades e cenários de lazer*. São Paulo: Aleph, 2004.

SMITH, Adam. *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

STEIL, Carlos Alberto. *Peregrinação e turismo: o natal em Gramado e Canela*. In: Teocomunicação. v. 29, nº 125. Porto Alegre, 1999. p. 413-432.

SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira, 1998.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL. *Documento Informativo sobre o Plano Regional de Turismo*. Porto Alegre: Sudene, 1972.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL. *Plano Regional de Turismo: Primeira fase de Estudos*. V. I, V. II, V. III, V. IV, V. V. (S.I.): Grupo de Empresas Tecnibéria, 1970.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL. *Plano Regional de Turismo: Segunda fase de Estudos*. V. I, V. II, V. III, V. IV, V. V, V. VI, V. VII. (S.I.): Grupo de Empresas Tecnibéria, 1971.

SZTOMPKA, Piotr. *A sociedade da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

SWARBROOKE, John. *Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental*. São Paulo: Aleph, 2000. v.1.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, 1987.

URICOECHEA, Fernando. Coronéis e burocratas no Brasil imperial: crônica analítica de uma síntese histórica. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1978.

VELHO, Gilberto (Coord.). *O Desafio da cidade*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1978.

Fontes Eletrônicas:

<http://www.turismo.gov.br>, acessado em 25 de abril de 2006.

<http://www.world-tourism.org/>, acessado em 25 de abril de 2006.

<http://www.academia.org.br/imortais/frame10.htm>, acessado em 30 de outubro de 2005.

<http://www.fee.tche.br>, acessado em 30 de outubro de 2005 e em 25 de abril de 2006.

<http://www.ibge.org.br>, acessado em 30 de outubro de 2005 e em 25 de abril de 2006.

<http://www.gramado.rs.gov.br/gramado>, acessado em 30 de outubro e em 12 de dezembro de 2005; em 25 de abril, 17 de junho, 01 de julho, 03 de novembro de 2006.

ANEXO A - Mapa de localização

ANEXO B - Documento da secretaria municipal de educação e cultura de Gramado

